



# CABO VERDE

Janeiro de 2024

## TERCEIRA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO E PEDIDO DE ACORDO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE—COMUNICADO DE IMPRENSA; RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO; CARTA DE AVALIAÇÃO DO BANCO MUNDIAL; E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA CABO VERDE

No contexto da terceira avaliação no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado, do pedido de alteração de critério de desempenho e do pedido de acordo no âmbito da facilidade de Resiliência e Sustentabilidade, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que inclui a declaração da Presidente do Conselho de Administração.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 11 de dezembro de 2023, após as discussões concluídas em 2 de novembro de 2023 com as autoridades de Cabo Verde sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. O Relatório do Corpo Técnico foi finalizado a 22 de novembro de 2023, com base na informação disponível na altura das discussões.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e da Associação Internacional de Desenvolvimento.
- **Carta de avaliação do Banco Mundial.**
- **Declaração do Administrador** para Cabo Verde.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções das autoridades em termos de políticas nos relatórios do corpo técnico e noutros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services  
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090  
Telephone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201  
E-mail: [publications@imf.org](mailto:publications@imf.org) Website: <http://www.imf.org>

**Fundo Monetário Internacional**  
**Washington, D.C.**



## Conselho de Administração do FMI conclui a terceira avaliação do acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado e aprova 31,45 milhões de USD ao abrigo da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade para Cabo Verde

### PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

- O Conselho de Administração do FMI concluiu a terceira avaliação ao abrigo do acordo celebrado com Cabo Verde no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês) de 36 meses, proporcionado ao país o acesso a 4,5 milhões de DSE (cerca de 6 milhões de USD) e aprovou um acordo de 18 meses ao abrigo da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade (RSF, na sigla em inglês), no valor de 100% da quota (23,69 milhões de DSE, cerca de 31,45 milhões de USD).
- O desempenho ao abrigo do programa de reformas económicas é sólido e as autoridades estão a tomar medidas para reforçar ainda mais o programa. O crescimento económico posterior à COVID-19 recuperou rapidamente com o regresso do turismo às ilhas.
- A RSF irá apoiar os esforços do governo para implementar reformas climáticas essenciais a nível macroeconómico e mobilizar fundos privados para a adaptação climática e a transição energética.

**Washington, DC – 11 de dezembro de 2023:** O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a terceira avaliação do desempenho de Cabo Verde ao abrigo do acordo da Facilidade de Crédito Alargado de 36 meses que foi aprovado em 15 de junho de 2022 e aprovou o pedido de um acordo de 18 meses ao abrigo da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade. A conclusão da avaliação permite às autoridades aceder a um valor equivalente a 4,5 milhões de DSE (cerca de 6 milhões de dólares dos Estados Unidos). O acordo ao abrigo da RSF ascende a 100% da quota (23,69 milhões de DSE, aproximadamente 31,45 milhões de USD).

Aquando da conclusão da terceira avaliação, o Conselho de Administração aprovou o pedido das autoridades de alteração de critérios de desempenho para o final de dezembro de 2023 e final de junho de 2024.

O desempenho de Cabo Verde no âmbito da ECF é sólido. A economia registou uma recuperação forte em 2022 com o PIB real a crescer 17,1%, mas deverá abrandar para 4,5% em 2023 com a normalização do crescimento das exportações. Projeta-se que a inflação se situe em 3% em finais de 2023, à medida que os preços dos produtos alimentares e dos combustíveis diminuem. Prevê-se que o défice da conta corrente aumente em 2023, com as exportações de bens e serviços, o turismo e as remessas a crescerem mais lentamente do que as importações. O orçamento de 2024 está alinhado com o programa apoiado pela ECF. O Banco de Cabo Verde (BCV) adotou uma política monetária ainda mais restritiva para reduzir o diferencial face às taxas de juro do Banco Central Europeu (BCE), com vista a proteger a paridade cambial.

A RSF irá apoiar os esforços do governo para implementar reformas climáticas essenciais a nível macroeconómico e mobilizar fundos privados para a adaptação climática e a transição

energética. O programa irá apoiar as medidas de reforma das autoridades em cinco domínios: i) reforço da governação da política relativa às alterações climáticas; ii) aumento da resiliência física e orçamental; iii) reforço da mitigação e resiliência através da promoção da eficiência energética e da transição para as energias renováveis; iv) promoção da adaptação, assegurando a sustentabilidade ecológica e económica dos recursos hídricos e planeando os impactos climáticos a longo prazo; e v) reforço da resiliência do setor financeiro às alterações climáticas.

As perspetivas são incertas e estão sujeitas a riscos de deterioração que podem advir de uma menor procura por parte dos principais mercados emissores de turistas e choques externos a nível dos preços. Os riscos orçamentais podem também ser decorrentes da incapacidade de avançar com as reformas das empresas públicas ou da redução dos esforços de consolidação orçamental. Os efeitos das alterações climáticas – um importante risco a médio prazo – ficaram patentes pela seca dos últimos anos. O elevado risco de sobre-endividamento do país constitui uma fonte de vulnerabilidade e, como tal, o financiamento de carácter concessional é importante para limitar os encargos com o serviço da dívida. As perspetivas poderão ser revistas em alta caso se verifique um crescimento mais pujante do turismo que poderá resultar numa maior atividade económica em geral.

No seguimento da reunião do Conselho de Administração, Bo Li, Diretor-Geral Adjunto e presidente interino do Conselho, emitiu a seguinte declaração:

“A atividade económica em Cabo Verde registou uma recuperação rápida pós-COVID-19 e as perspetivas a curto prazo são favoráveis, não obstante os riscos de deterioração da conjuntura. A inflação desacelerou mais rapidamente do que fora previsto aquando da segunda avaliação, apesar das repercussões da guerra na Ucrânia ao nível dos custos dos produtos alimentares, dos combustíveis e dos transportes. Subsistem riscos que pesam sobre as perspetivas, nomeadamente devido a uma potencial queda da procura externa por parte dos principais mercados emissores de turistas e aos choques relacionados com as alterações climáticas.

O desempenho e a apropriação do programa têm sido sólidos. Todos os critérios de desempenho foram cumpridos, assim como todas as reformas estruturais apoiadas pelo programa.

A política orçamental radica num equilíbrio adequado entre a consolidação orçamental para colocar a dívida numa trajetória descendente, a proteção da população vulnerável e o investimento em projetos prioritários essenciais para o crescimento futuro. Os objetivos orçamentais a médio prazo dependem dos progressos na mobilização de receitas internas, na racionalização das isenções fiscais, no aumento da eficácia dos projetos de investimento público e na melhoria da gestão da dívida. A consecução de progressos constantes nas reformas das empresas públicas continua a ser fundamental para reduzir os riscos orçamentais e melhorar os serviços.

A política monetária continua devidamente centrada na salvaguarda da paridade cambial. O setor financeiro permanece estável numa ótica a médio prazo. A rendibilidade dos bancos tem sido positiva e o nível de crédito malparado mantém a tendência decrescente que se verifica desde 2016. As autoridades devem continuar a trabalhar com os bancos para facilitar a resolução do crédito malparado. Continua a ser fulcral implementar medidas que melhorem o quadro de autonomia, governação e responsabilização do banco central, bem como

reforcem o quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e a sua eficácia.

Incentiva-se as autoridades a prosseguirem a sua ambiciosa agenda de reformas estruturais para se adaptarem aos desafios colocados pelas alterações climáticas, reduzirem os custos da atividade económica e acelerarem as reformas das empresas públicas. Encoraja-se as autoridades cabo-verdianas a darem continuidade às medidas previstas no pacote robusto de reformas ao abrigo do acordo da RSF, a aproveitarem as sinergias com outras fontes de financiamento oficial e a mobilizarem mais fundos públicos e privados destinados aos esforços de mitigação e adaptação às alterações climáticas.”

<b>Cabo Verde: Principais indicadores económicos, 2020–2028</b>											
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028		
			2. <sup>a</sup> Efe. avalia ção da ECF	2. <sup>a</sup> Proj. avalia ção da ECF	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	
(Variação percentual anual)											
<b>Contas nacionais e preços 1/</b>											
PIB real	-20,8	5,6	17,7	17,1	4,4	4,5	4,7	4,7	4,6	4,6	4,5
Deflator do PIB	0,7	-0,3	6,4	7,7	4,5	4,7	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Índice de preços no consumidor (média anual)	0,6	1,9	7,9	7,9	5,2	4,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Índice de preços no consumidor (fim do período)	-0,9	5,4	7,6	7,6	5,2	3,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
<b>Setor externo</b>											
Exportações de bens e serviços	-58,7	-7,5	120,6	120,6	3,7	3,2	8,7	9,5	9,4	8,7	8,1
D/q: turismo	-69,1	-16,4	225,4	225,4	7,7	6,5	10,1	8,8	9,4	8,7	8,7
Importações de bens e serviços	-23,2	0,8	33,7	33,7	7,8	10,2	9,8	7,0	5,4	6,0	4,9
(Variação percentual do agregado monetário nos últimos 12 meses)											
<b>Moeda e crédito</b>											
Ativos externos líquidos	-6,6	2,9	1,2	1,2	3,4	4,8	2,8	0,9	0,0	0,0	1,6
Ativos internos líquidos	10,3	0,1	4,6	4,6	4,9	4,6	4,3	4,5	4,8	4,9	3,6
Crédito líquido à administração central	-1,3	2,4	3,1	3,1	0,8	0,0	-0,1	-0,1	0,2	-0,4	-0,6
Crédito à economia	2,9	4,2	3,9	3,9	3,9	4,5	4,4	4,5	4,5	5,2	4,2
Agregado monetário (M2)	3,8	3,0	5,8	5,8	8,3	9,4	7,2	5,4	4,8	4,9	5,3
(Porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)											
<b>Poupança e investimento</b>											
Poupança interna	8,8	28,3	41,7	34,7	18,7	21,4	18,1	17,5	13,7	10,3	12,4
Governo	-7,6	-5,3	-0,4	0,8	0,5	0,2	1,1	2,4	2,5	3,1	3,1
Privado	16,4	33,6	42,1	33,9	18,2	21,2	17,0	15,1	11,2	7,2	9,3
Investimento nacional	24,1	40,5	45,3	38,4	24,3	27,3	24,2	23,8	19,5	15,7	17,0
Governo	3,4	2,3	1,9	1,9	4,2	3,2	3,9	4,0	3,2	3,5	3,6
Privado	20,7	38,2	43,4	36,4	20,0	24,1	20,2	19,8	16,3	12,2	13,4
Saldo poupança-investimento	-15,3	-12,2	-3,6	-3,7	-5,6	-5,9	-6,1	-6,3	-5,8	-5,4	-4,6
Governo	-11,0	-7,6	-2,2	-1,1	-3,8	-3,1	-2,8	-1,6	-0,7	-0,4	-0,5
Privado	-4,4	-4,6	-1,3	-2,6	-1,8	-2,9	-3,3	-4,6	-5,1	-5,0	-4,1
<b>Setor externo</b>											
Conta corrente externa (incl. transferências oficiais)	-15,3	-12,2	-3,6	-3,7	-5,6	-5,9	-6,1	-6,3	-5,8	-5,4	-4,6
Conta corrente externa (excl. transferências oficiais)	-18,0	-14,7	-4,9	-5,1	-5,9	-6,2	-6,9	-6,9	-6,4	-6,0	-5,1
Balança de pagamentos global	-4,7	0,6	1,1	1,1	3,0	4,4	2,7	0,9	0,1	0,1	1,5
Reservas internacionais brutas (meses de importações)	7,8	6,0	5,9	5,7	6,1	6,1	6,2	6,0	5,7	5,5	5,5

projetadas de bens e serviços)												
<b>Finanças públicas</b>												
Receitas	25,2	23,9	21,6	22,4	24,6	25,5	27,6	26,0	25,3	25,9	25,8	
Receitas fiscais e não fiscais	21,9	21,8	20,7	21,5	22,7	23,6	25,2	24,6	24,5	24,7	24,7	
Donativos	3,3	2,1	0,9	0,9	1,9	1,9	2,3	1,5	0,7	1,2	1,1	
Despesas	34,5	31,6	25,7	26,7	29,0	28,9	30,9	28,2	26,4	26,3	26,4	
Saldo primário	-6,6	-5,4	-1,9	-2,0	-2,2	-1,1	-1,1	0,0	1,0	1,0	1,0	
Saldo global (incl. donativos)	-9,3	-7,7	-4,1	-4,3	-4,4	-3,4	-3,4	-2,1	-1,2	-0,4	-0,5	
Outros passivos líquidos (incl. reempréstimo)	-1,2	0,9	-0,1	-0,1	0,7	-0,5	-0,2	-0,1	-0,1	0,0	0,0	
Financiamento total (incl. reempréstimo e capitalização)	9,8	6,8	4,2	4,3	3,7	4,0	3,6	2,3	1,3	0,4	0,5	
Crédito interno líquido	3,1	1,7	2,3	2,4	1,4	-0,1	-0,2	-0,2	0,3	-0,7	-1,0	
Financiamento externo líquido	6,7	5,1	1,9	2,0	2,3	4,0	3,8	2,4	0,9	1,0	1,5	
<b>Volume e serviço da dívida pública</b>												
Total da dívida pública nominal	142,6	152,0	121,2	127,1	112,6	119,9	116,2	111,2	105,4	99,4	93,9	
Dívida pública externa	105,1	108,2	84,0	88,0	79,8	82,7	81,9	79,4	75,1	71,3	68,8	
Dívida pública interna	37,5	43,8	37,1	39,1	32,8	37,2	34,3	31,8	30,3	28,1	25,1	
Serviço da dívida externa (% das exportações de bens e serviços)	14,8	20,2	11,5	15,2	12,4	12,3	11,9	10,9	10,5	9,8	9,1	
Valor atual da dívida externa PGP												
Percentagem do PIB (limiar de risco: 55%)	70,3	57,2	53,5	53,5	50,9	54,2	53,3	52,0	49,5	47,4	46,1	
Percentagem das exportações (limiar de risco: 240%)	335,9	197,4	159,1	163,8	156,6	161,4	156,1	148,6	137,8	129,5	124,1	
Valor atual do total da dívida												
Percentagem do PIB (referência: 70%)	92,4	104,3	91,3	97,1	84,0	90,8	87,5	83,7	79,9	75,6	71,2	
<b>Por memória:</b>												
PIB nominal (mil milhões de escudos cabo-verdianos)	176,8	186,2	244,3	235,0	266,6	257,1	274,7	293,4	313,1	333,9	356,0	
Reservas internacionais brutas (milhões de euros, fim de período)	582	595	626	626	699	728	794	819	823	827	875	
Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.												
1/ O escudo cabo-verdiano está indexado ao euro desde 1999, à taxa de 110,265 CVE/EUR.												



# CABO VERDE

## TERCEIRA AVALIAÇÃO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E PEDIDO DE ACORDO AO ABRIGO DA FACILIDADE DE RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

22 de novembro  
de 2023

### SUMÁRIO EXECUTIVO

**Contexto e perspectivas.** Cabo Verde resistiu bem aos choques recentes e as autoridades têm conseguido manter a estabilidade macrofinanceira, com o apoio dos parceiros internacionais. Não obstante uma conjuntura internacional difícil, a economia de Cabo Verde registou uma forte recuperação em 2021 e 2022, tendo mantido um pujante desempenho macroeconómico em 2023. As perspectivas para o crescimento a curto prazo são favoráveis, apesar de alguns riscos descendentes. A inflação está a desacelerar. O país é politicamente estável. Contudo, Cabo Verde ainda se depara com vulnerabilidades significativas. Embora esteja numa trajetória descendente, o rácio dívida pública/PIB ainda se encontra acima dos níveis pré-pandemia. As alterações climáticas constituem uma ameaça importante, uma vez que Cabo Verde é um dos países do mundo que mais sofre de escassez de água.

**Desempenho do programa.** Todos os critérios de desempenho quantitativos (CDQ) para o final de junho de 2023 foram cumpridos. As metas indicativas (MI) para o final de março e o final de junho de 2023 foram cumpridas. Relativamente aos indicadores de referência estruturais (IRE), as autoridades cumpriram aqueles previstos para o final de junho, final de julho e final de setembro de 2023. A ECF chega ao fim em junho de 2025. Propõe-se um novo conjunto de critérios de desempenho para o final de dezembro de 2024 e metas indicativas para o final de setembro de 2024. As autoridades solicitam a alteração do critério de desempenho relativo ao VA da nova dívida externa para final de dezembro de 2023 e a alteração dos critérios de desempenho relativos aos outros passivos líquidos para o final de dezembro de 2023 e final de junho de 2024.

**Pedido da RSF.** O acordo proposto ao abrigo da RSF (23,7 milhões de DSE, 100% da quota) irá apoiar os esforços do governo para implementar reformas climáticas essenciais a nível macro e mobilizar fundos privados para a adaptação climática e a transição energética. O programa irá apoiar as medidas de reforma das autoridades em cinco domínios: (i) reforço da governação da política relativa às alterações climáticas; (ii) aumento da resiliência física e orçamental; (iii) reforço da mitigação e resiliência através da promoção da eficiência energética e da transição para as energias renováveis; (iv) promoção da adaptação, assegurando a sustentabilidade ecológica e económica dos recursos hídricos e planeando para os impactos climáticos a longo prazo; e (v) reforço da resiliência do setor financeiro às alterações climáticas.

**Aprovado por  
Costas Christou  
(AFR) e Peter  
Dohlman (SPR)**

As discussões tiverem lugar na Praia entre 24 de outubro e 2 de novembro de 2023. A equipa da missão foi composta por Justin Tyson (chefe), José Sulemane, Nombulelo Gumata, Daniel Cunha, Didier Tabaro e Tomas Picca (todos do AFR), Nicoletta Feruglio e Katja Funke (ambos do FAD), e Rodrigo Garcia-Verdu (representante residente). Bruno Saraiva (OED) também participou na missão. A missão reuniu-se com o Primeiro-Ministro, Ulisses Correia e Silva, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças e do Fomento Empresarial, Olavo Correia, o Governador do Banco Central, Óscar Santos, outros funcionários do governo e do banco central, representantes do setor privado e parceiros de desenvolvimento. Lester Magno (AFR) apoiou a elaboração do presente relatório.

## ÍNDICE

<b>CONTEXTO</b>	<b>4</b>
<b>DESENVOLVIMENTOS RECENTES, PERSPETIVAS E RISCOS</b>	<b>4</b>
<b>DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS</b>	<b>8</b>
A. Reforçar as finanças públicas para preservar a sustentabilidade da dívida	8
B. Reduzir os riscos orçamentais das empresas públicas e melhorar a sua gestão financeira	13
C. Modernizar o quadro de política monetária e aumentar a resiliência do sistema financeiro	15
D. Aumentar o potencial de crescimento e a resiliência às alterações climáticas	17
<b>QUESTÕES E RISCOS RELACIONADOS COM O PROGRAMA</b>	<b>21</b>
<b>AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO</b>	<b>25</b>
<b>CAIXAS</b>	
1. Sensibilidade do crescimento potencial do PIB e as cicatrizes da pandemia	7
2. Política fiscal e medidas do lado da receita para melhorar a sustentabilidade orçamental	12
3. Apoio orçamental às empresas públicas	14
4. O diferencial das taxas de juro negativas e o regime de paridade cambial	15
<b>FIGURAS</b>	
1. Desenvolvimentos económicos recentes	28
2. Desenvolvimentos do setor externo	29
3. Desenvolvimentos do setor orçamental	30
4. Desenvolvimentos do setor monetário e financeiro	31

**QUADROS**

1. Indicadores económicos seleccionados, 2020–28	32
2. Balança de pagamentos, 2020–28	33
3a. Demonstração das operações da administração central, 2022–28 (milhões de CVE)	34
3b. Demonstração das operações da administração central, 2022–28 (% do PIB)	35
4. Síntese sociedades depositárias, 2020–28	36
5. Indicadores de solidez financeira do setor bancário, 2018–2T 2023	37
6. Critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas ao abrigo da ECF, junho de 2022–dezembro de 2024	38
7. Indicadores de referência estruturais ao abrigo da ECF, 2022–24	39
8. Indicadores da capacidade de reembolso ao FMI, 2023–43	40
9. Calendário proposto de avaliações ao abrigo da ECF, 2022–25	40
10. Acesso e faseamento ao abrigo do acordo da RSF	41
11. Matriz de Medidas de Reforma da RSF	42
12. Domínios de reforma/prioridades e medidas de reforma da RSF	50

**ANEXOS**

I. Matriz de Avaliação de Riscos	52
II. Estratégia de desenvolvimento de capacidades	55
III. Relação entre energia, água e clima em Cabo Verde	57
IV. Decomposição da dívida e capacidade de reembolso	71

**APÊNDICE**

I. Carta de Intenções	73
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2023-2025	76
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento	102

## CONTEXTO

**1. O desempenho económico ao abrigo do programa apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF) tem sido robusto.** O crescimento económico pós-COVID recuperou rapidamente com o regresso do turismo às ilhas. A economia retomou uma trajetória de crescimento alcançando 6,4% em 2021 e 17% em 2022.<sup>1</sup> O défice orçamental diminuiu, o rácio dívida/PIB desceu para 127,1% em 2022, a conta corrente melhorou e as reservas internacionais aumentaram. As respostas de políticas das autoridades apoiaram a recuperação e os mais vulneráveis.

**2. São fundamentais esforços sustentados para manter Cabo Verde numa trajetória de crescimento estável.** O país continua vulnerável a perturbações económicas e relacionadas com o clima, e os ganhos alcançados devem ser sustentados para além do horizonte de médio prazo a fim de salvaguardar a estabilidade económica, reforçar a resiliência e promover o crescimento inclusivo. Tendo em conta a vulnerabilidade de Cabo Verde às alterações climáticas, o avanço das reformas climáticas é essencial para reforçar a resiliência, reduzir as futuras necessidades da BdP e salvaguardar os ganhos obtidos na redução da dívida. O país também precisa de diminuir a sua vulnerabilidade aos choques económicos externos e internos. Estas prioridades estão integradas no novo Plano Estratégico quinquenal para o Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II) que foi lançado no final de 2022.

**3. As autoridades solicitaram apoio ao abrigo da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade (RSF, na sigla em inglês) para ajudar a dar resposta às vulnerabilidades, aos riscos e aos desafios climáticos.** A RSF irá aumentar o financiamento concessional e substituir financiamento interno mais dispendioso, o que irá ajudar à execução dos investimentos e das reformas relacionadas com o clima. Tal irá contribuir para a mobilização de financiamento para as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas. A contribuição determinada nacionalmente (NDC, na sigla em inglês) estima o financiamento total necessário para apoiar as atividades de mitigação e adaptação às alterações climáticas em 2 mil milhões de USD de agora até 2030, isto é, 6,1% do PIB ao ano.

## DESENVOLVIMENTOS RECENTES, PERSPETIVAS E RISCOS

**4. Em termos macroeconómicos, o desempenho manteve uma dinâmica forte na primeira metade de 2023.**

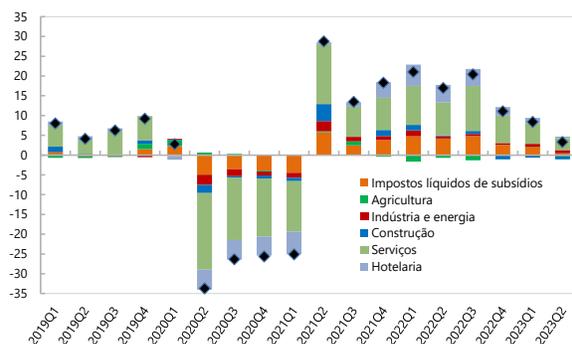
- **O PIB real cresceu 5,8% em termos homólogos no primeiro semestre de 2023 (Figura 1 do texto),** refletindo um forte desempenho do setor do turismo (Figura 2 do texto). O setor dos serviços foi o que mais contribuiu para o crescimento, representando 4,1 pontos percentuais, ao

<sup>1</sup> O presente Relatório do Corpo Técnico utiliza uma versão revista da série do PIB rebaseada, resultando em algumas diferenças nas taxas de crescimento e nos rácios por comparação com o último Relatório do Corpo Técnico.

passo que, do lado da procura, o investimento continua abaixo dos níveis pré-pandemia. A atividade económica beneficiou de um crescimento estável do crédito à economia de 6,3% (em termos homólogos) até ao final de junho de 2023. A inflação desacelerou mais rápido do que o previsto aquando da segunda avaliação para 2,9% (em termos homólogos) no final de agosto de 2023 face a 7,6% em dezembro de 2022, sobretudo como resultado da descida dos preços dos produtos alimentares e da energia (Figura 1).

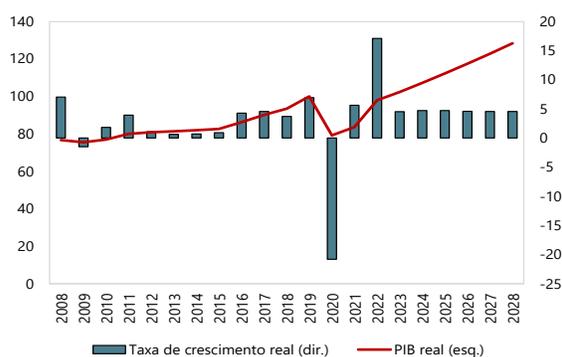
**Figura 1a do texto. Cabo Verde: Contributos para o crescimento**

(taxa de variação trimestral homóloga em percentagem)



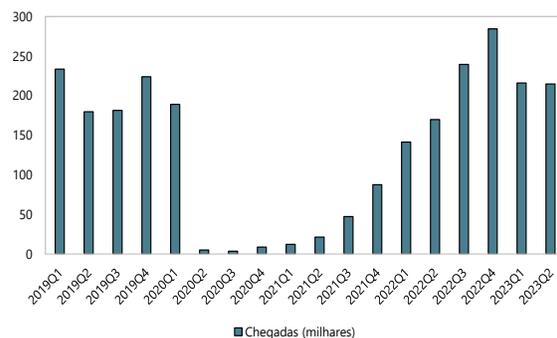
**Figura 1b do texto. Cabo Verde: Taxas de produto e do crescimento reais**

(base 2019 = 100)



- **A posição orçamental melhorou no primeiro semestre de 2023.** A atividade económica e as medidas de política contribuíram para um aumento das receitas fiscais (22,6% 1S2023/1S2022). As despesas primárias subiram 6,1% 1S2023/1S2022. Os subsídios, a aquisição líquida de ativos não financeiros e a aquisição de bens e serviços foram os principais fatores, ao passo que um crescimento mais lento da massa salarial e uma diminuição das outras despesas correntes ajudaram a conter a taxa de crescimento da despesa primária global. Como resultado, o saldo primário no primeiro semestre de 2023 registou um excedente de 2759 milhões de CVE, por comparação com uma meta de -4141 milhões de CVE ao abrigo do programa (1S2023).

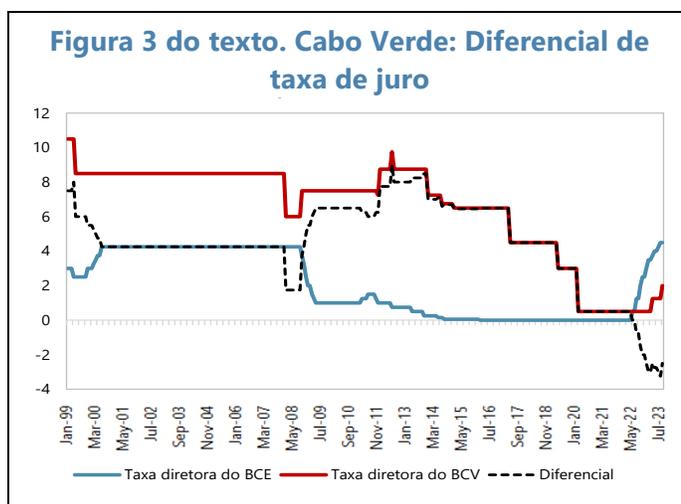
**Figura 2 do texto. Cabo Verde: Evolução do turismo**



- **O défice da conta corrente diminuiu na primeira metade de 2023.** Tal deveu-se à recuperação mais forte do que o esperado das exportações de bens, das receitas do turismo e das remessas. As reservas também foram impulsionadas pelo desembolso da ECF de 15,76 milhões de DSE (66,5% da quota, cerca de 21,19 milhões de USD). Como resultado, as

reservas internacionais brutas subiram para cerca de 639 milhões de euros no final de setembro de 2023.

- **A política monetária continua centrada na salvaguarda da paridade cambial.** O Comité de Política Monetária (CPM) aumentou a taxa de juro diretora de 0,25% para 1,0% no início de maio de 2023 e depois para 1,25% em novembro de 2023, com vista a reduzir o



diferencial em relação à taxa de juro diretora do BCE e a proteger as reservas. A orientação monetária tem igualmente em conta o impacto da restritividade associada à supressão das moratórias de crédito relacionadas com a COVID-19 e do Programa de Financiamento a Longo Prazo. A cobertura de reservas de 5,3 meses de importações é adequada para salvaguardar o regime de paridade cambial. No final de junho de 2023, o M2 cresceu 5,9% (em termos homólogos), o total de depósitos 6% (em termos homólogos) e o crédito à economia 6,3% (em termos homólogos).

- **O setor financeiro parece estável, adequadamente capitalizado e líquido (Quadro 5).** Os dados relativos ao final de junho de 2023 sugerem que o sistema financeiro é líquido, rentável e está bem capitalizado. O rácio de capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco (CAR) situou-se em 21,4%, o que representa um ligeiro declínio face ao final de dezembro de 2022 (22,2%), mas bem acima dos requisitos mínimos de 12%. A rentabilidade dos capitais próprios e a rentabilidade dos ativos situaram-se em 9,2% e 0,9%, respetivamente, o que constitui uma queda por comparação com o final de dezembro de 2022 (16% e 1,5%, respetivamente). A rentabilidade relativamente baixa dos ativos reflete sobretudo a antiga carteira de crédito malparado relacionada com a crise financeira mundial de 2008. O crédito malparado subiu de 7,8% no final de 2022 para 8,7% do total de créditos no final de junho de 2023. O aumento do rácio de crédito malparado em 2023 está associado a clientes nos setores do imobiliário e da construção, que beneficiaram do regime de moratória pública durante a COVID. De igual forma, o indicador do crédito em risco apresenta uma tendência ascendente, situando-se em 18,7% por comparação com 14,9% em junho de 2022. Os bancos prosseguem o processo de saneamento dos balanços mediante o reforço das imparidades e a anulação (*write-off*) de créditos não produtivos e, em menor grau, a cobrança de garantias.

**5. As perspetivas económicas a curto prazo de Cabo Verde continuam favoráveis, mas caíram em relação aos máximos recentes.** Projeta-se que o crescimento do PIB real seja de 4,5% em 2023, à medida que o crescimento das exportações (especialmente dos serviços) começa a normalizar-se após o regresso aos níveis de entrada de turistas anteriores à pandemia. A economia deverá crescer 4,7% no próximo ano, convergindo para um crescimento potencial de

4,5% após 2028, partindo do princípio que as reformas estruturais ajudam a elevar o crescimento potencial. A inflação deverá abrandar para 3% em 2023 e descer para 2% a médio prazo, globalmente em linha com a inflação da área do euro, à medida que os preços do petróleo e dos produtos alimentares diminuam.

**6. A conta corrente a médio prazo é influenciada por fatores associados à implementação da agenda de reforma climática.** O défice da conta corrente deverá alargar para cerca de 5,9% do PIB em 2023, influenciado pelo abrandamento do crescimento das exportações de bens e serviços, do turismo e das remessas ao longo do segundo e terceiro trimestres por comparação com os níveis registados em 2022. A médio prazo, o alargamento do défice da conta corrente é impulsionado pela implementação das medidas de reforma da RSF e pelas importações de tecnologias hipocarbónicas. O IDE deverá melhorar no médio prazo em linha com o impacto catalisador da RSF, do programa Gateway da UE e do crescimento no setor do turismo. A avaliação do setor externo sugere que a posição externa de Cabo Verde em 2022 foi substancialmente mais forte do que o implícito nos fundamentos e nas políticas desejáveis, o que aponta para uma subavaliação da taxa de câmbio efetiva real.

**7. As perspetivas são incertas e estão sujeitas a riscos em sentido descendente (geopolíticos e climáticos).** Os riscos descendentes podem advir de uma menor procura por parte dos principais mercados emissores de turistas e choques externos a nível dos preços. Os riscos orçamentais podem também ser decorrentes da incapacidade de avançar com as reformas do setor empresarial do Estado (SEE) ou da redução dos esforços de consolidação orçamental. Os efeitos das alterações climáticas – um importante risco a médio prazo – ficaram patentes na seca dos últimos anos. O elevado risco de sobre-endividamento do país constitui uma fonte de vulnerabilidade e, como tal, o financiamento concessional é importante para limitar os encargos com o serviço da dívida. Do lado ascendente, um crescimento mais pujante do turismo poderá resultar numa maior atividade económica em geral.

### Caixa 1. Sensibilidade do crescimento potencial do PIB e as cicatrizes da pandemia

**Exploramos a sensibilidade do crescimento potencial do PIB utilizando uma abordagem assente na função de produção** O crescimento potencial é obtido através da função de produção de Cobb-Douglas,  $Y_t = A_t K_t^\alpha L_t^{1-\alpha}$ . Partimos do princípio que o capital evolui de acordo com  $K_t = (1 - \delta)K_{t-1} + I_t$ , onde  $\delta$  é a taxa de depreciação e  $I_t$  é o investimento fixo. A taxa de crescimento potencial do PIB,  $g_t$ , pode então ser determinada como:

$$1 + g_t = (1 + g_t^A)(1 - \delta + (1 + g_t) i_t / k_{t-1})^\alpha (1 + g_t^L)^{1-\alpha}$$

**Calibramos o modelo utilizando dados históricos e projeções sobre a força de trabalho.** Definimos a percentagem de capital em  $\alpha$ , 37%, em linha com a média histórica do período 2015-2019 para captar a média anterior à pandemia antes do choque da COVID-19. O rácio capital/PIB é calibrado de acordo com o nível de 2018 (4,66) segundo os dados da *Penn World Table*. Utilizando as projeções demográficas do INE e assumindo que a participação na força de trabalho se mantém constante ao nível de 2019, estimamos que a taxa de crescimento anual da população empregue irá cair para cerca de 0,8% ao longo das próximas duas décadas, uma descida face à média de 1,2% na década de 2010.

### Caixa 1. Sensibilidade do crescimento potencial do PIB e as cicatrizes da pandemia (concluído)

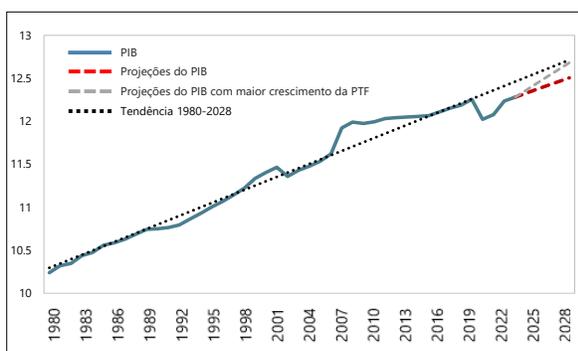
Os resultados indicam que é necessário um crescimento da produtividade para aumentar o potencial de crescimento o que implica reformas estruturais significativas. Se a produtividade continuar a crescer a 1,6% e o investimento em percentagem do PIB se mantiver em torno de 20%, em linha com a média do período 2015-2019, o PIB potencial deverá ser de cerca de 4,1%. Para elevar o potencial de crescimento para cerca de 7%, são necessárias

reformas estruturais a fim de promover o crescimento da produtividade para, pelo menos, 4,5%, dado que a taxa de investimento já é elevada e é pouco provável que contribua mais para um maior crescimento (ainda que temporário) sem reformas catalisadoras que estimulem o investimento privado.

Se o crescimento aumentar para cerca de 7%, as cicatrizes da pandemia poderão desaparecer em 2028. Em 2022, a atividade económica registou uma forte recuperação para os níveis anteriores à COVID, sobretudo impulsionada pelo setor do turismo. No entanto, as projeções de base assumem um défice permanente entre o nível de PIB previsto e o nível da tendência pré-COVID em linha com outros mercados emergentes e PBR. Para suprir o défice, são necessárias reformas estruturais a fim de aumentar a PTF e desbloquear investimentos privados, especialmente tendo em conta o reduzido espaço orçamental de Cabo Verde devido ao elevado nível de endividamento do país.

	24	26	28	30	32
-1.5	-0.5	0.3	1.0	1.8	2.5
0.0	1.0	1.8	2.5	3.3	4.0
1.6	2.6	3.4	4.1	4.9	5.6
3.0	4.0	4.8	5.5	6.3	7.0
4.5	5.5	6.3	7.0	7.8	8.5

Fonte: cálculos do corpo técnico  
Notas: as áreas sombreadas correspondem à média de 2015-2019



## DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS

### Acordo ao abrigo da ECF

#### A. Reforçar as finanças públicas para preservar a sustentabilidade da dívida

8. **A política orçamental radica numa trajetória do saldo primário coerente com o objetivo de colocar a dívida em sentido descendente.** O défice primário deverá situar-se em 1,1% do PIB em 2023, o que representa uma melhoria em relação à segunda avaliação. Tal reflete, por um lado, um forte desempenho das receitas no primeiro semestre de 2023, que abrandou no segundo semestre de 2023 em linha com a atividade económica, e, por outro, a subexecução das despesas de capital. A comissão a receber pela concessão dos aeroportos (1,4% do PIB e já incluída no cenário de base) foi finalmente recebida no terceiro trimestre de 2023, afastando a necessidade de medidas de contingência. As despesas correntes deverão situar-se ao nível acordado no programa. Porém, há uma alteração da composição da rubrica outras despesas correntes para a

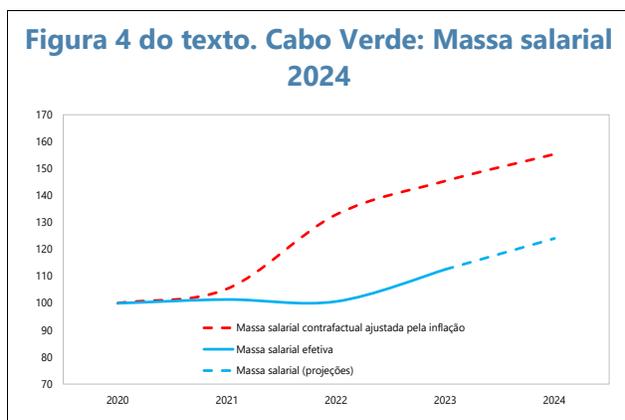
rubrica subsídios na ordem de 0,2% do PIB com vista a apoiar: i) as importações de bens alimentares essenciais, ii) a empresa de transportes entre ilhas; e iii) as empresas públicas de energia/água a fim de aplicarem a tarifa social da energia e água destinada às famílias pobres. O rácio despesas/PIB registou uma ligeira variação, refletindo sobretudo as atualizações da série do PIB nominal revista. O saldo dos riscos para 2023 em relação ao défice primário estimado tende a ser ascendente à luz do desempenho das receitas no primeiro semestre de 2023.

**9. O défice orçamental de 2023 será financiado através de uma combinação de financiamento externo e interno.** As necessidades brutas de financiamento deverão ser ligeiramente inferiores às de 2022, com uma mudança na composição das fontes de financiamento para suprir estas necessidades brutas de financiamento, colocando a tónica no financiamento externo. Para 2023, projeta-se um financiamento externo líquido de 4% do PIB, o que é superior ao resultado de 2022, em parte devido à conclusão da primeira avaliação no início de 2023 e não no final de 2022, e ao não desembolso por parte do Banco Mundial de empréstimos para projetos devido a atrasos na execução. O financiamento interno líquido deverá manter a tendência descendente. As necessidades brutas de financiamento são superiores ao previsto na segunda avaliação, o que se explica principalmente pelo adiamento para 2024 da privatização das empresas públicas nos setores bancário e farmacêutico.

**10. A proposta de Orçamento de Estado para 2024 está em linha com o programa.** A proposta baseia-se em projeções de crescimento mais otimistas do que as do corpo técnico e assume uma maior arrecadação tributária de

1,3 mil milhões de CVE (Quadro 1 do texto). Os donativos aumentam em 2024 devido aos contratos bilaterais adicionais, enquanto as outras receitas registam uma melhoria em virtude das maiores receitas de concessões, taxas e sanções. Contudo, as despesas primárias orçamentadas estão em linha com as projeções do corpo técnico. O orçamento irá reverter o aumento de 2023 nos subsídios mediante a diminuição do apoio ao setor da água, a supressão da ajuda a bens alimentares

básicos e a inclusão de mais mil milhões de CVE de despesas de capital em relação à segunda avaliação. A massa salarial deverá crescer acima da inflação para recuperar parcialmente o poder de compra perdido devido à contenção salarial dos últimos anos. Como resultado, a proposta de Orçamento de Estado prevê um défice primário de 0,7% do PIB, ao passo que o programa inclui um défice primário de 1,1% do PIB. Os maiores investimentos (por comparação com a segunda avaliação) estão relacionados com a implementação das MR 5 e 6 da RSF e são financiados através de uma combinação de mais donativos, taxas de concessão e receitas fiscais, o que implica um ligeiro aumento no défice primário face à segunda avaliação. O rendimento adicional permite mais investimentos em 2024 e 2025, antes das despesas de capital regressarem à trajetória de base em 2026, o que implica um maior ajustamento nesse ano do que o previsto na segunda avaliação. A



expansão em 2024 da rubrica de bens e serviços é impulsionada pelo financiamento adicional por via de donativos e deverá contrair em 2025 em virtude da normalização dos donativos. As autoridades concordam que uma melhor execução dos planos de investimento público é importante para o crescimento. As reformas das empresas públicas deverão reduzir os custos com capitalizações<sup>2</sup> e os empréstimos de retrocessão a partir de 2025, o que irá contribuir para a melhoria da posição orçamental.

**Quadro 1 do texto. Cabo Verde: Quadro orçamental revisto 2023-24<sup>1</sup>**

	2023						2024					
	Orçamento		2.ª avaliação		Proj.		Proj. orçamento		2.ª avaliação		Proj.	
	Milhões de CVE	% do PIB	Milhões de CVE	% do PIB	Milhões de CVE	% do PIB	Milhões de CVE	% do PIB	Milhões de CVE	% do PIB	Milhões de CVE	% do PIB
<b>Receitas</b>	64,237	27.8	65,590.4	24.6	65,562	25.5	77,050	26.9	69,245.0	24.4	75,720	27.6
Impostos	44,349	19.2	48,205.9	18.1	48,537	18.9	55,337	19.3	53,006.0	18.7	53,974	19.6
Donativos	5,225	2.3	5,162.9	1.9	4,798	1.9	6,409	2.2	3,504.0	1.2	6,409	2.3
Outras receitas	14,663	6.3	12,221.6	4.6	12,227	4.8	15,303	5.3	12,735.0	4.5	15,337	5.6
<b>Despesas</b>	77,220	33.4	77,359.1	29.0	74,388	28.9	85,227	29.8	78,684.0	27.7	85,001	30.9
Despesas correntes	66,022	28.6	66,028.9	24.8	66,055	25.7	74,439	26.0	69,305.0	24.4	74,231	27.0
Aquisição líquida de ativos não financeiros	11,198	4.8	11,330.1	4.2	8,333	3.2	10,788	3.8	9,380.0	3.3	10,770	3.9
Compra de ativos	11,945	5.2	12,077.1	4.5	9,080	3.5	11,510	4.0	10,085.0	3.6	11,475	4.2
Venda de ativos	-747	-0.3	-747.0	-0.3	-747	-0.3	-722	-0.3	-705.0	-0.2	-705	-0.3
<b>Saldo primário</b>	-7,106	-3.1	-5,890.6	-2.2	-2,948	-1.1	-1,939	-0.7	-2,804.0	-1.0	-3,064	-1.1
<b>Saldo global</b>	-12,983	-5.6	-11,768.6	-4.4	-8,826	-3.4	-8,177	-2.9	-9,439.0	-3.3	-9,281	-3.4
<b>Outros passivos líquidos</b>	1,936	0.8	1,940.3	0.7	-1,368	-0.5	657	0.2	-557.9	-0.2	-558	-0.2
d/q: Empréstimos de retrocessão às empresas públicas	-1,851	-0.8	-1,851.0	-0.7	-1,851	-0.7	-194	-0.1	-441.1	-0.2	-441	-0.2
d/q: Outros empréstimos de retrocessão (líquidos)	194	0.1	197.3	0.1	198	0.1	-75	0.0	171.7	0.1	172	0.1
d/q: Capitalização	-2,200	-1.0	-2,200.0	-0.8	-2,200	-0.9	-2,600	-0.9	-2,600.4	-0.9	-2,600	-0.9
<b>Necessidades de financiamento</b>	11,047	4.8	9,828.3	3.7	10,194	4.0	7,520	2.6	11,713.0	4.1	9,839	3.6
<b>Financiamento</b>	11,047	4.8	9,828.3	3.7	10,194	4.0	7,520	2.6	11,713.0	4.1	9,839	3.6
Interno (líquido)	6,631	2.9	3,771.7	1.4	-214	-0.1	3,835	1.3	8,277.0	2.9	-636	-0.2
Externo (líquido)	4,416	1.9	6,056.6	2.3	10,408	4.0	3,685	1.3	3,436.0	1.2	10,475	3.8
<b>Dívida pública (em % do PIB)</b>	...		112.6		119.9		...		109.3		116.2	
<b>PIB nominal</b>	231,002		266,599		257,068		286,355		283,791		274,688	

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Inclui a administração central orçamental e a administração central extraorçamental, mas exclui os fundos de previdência social.

**11. A realização dos objetivos orçamentais de médio prazo depende dos progressos alcançados na implementação das medidas de mobilização das receitas (Caixa 2).** Cabo Verde tem um plano de mobilização de receitas de base alargada que inclui reformas da administração tributária através da digitalização da arrecadação de receitas para ajudar a melhorar o cumprimento das obrigações, e já implementou medidas de política (imposto sobre o tabaco e as bebidas alcoólicas, taxa turística, direitos de importação sobre bens anteriormente isentos). Para apoiar a sustentabilidade do orçamento e da dívida, as autoridades estão a trabalhar na elaboração de um plano de ação a fim de reduzir as despesas fiscais e implementar, de forma faseada, a tarifa da CEDEAO, que deverão aumentar as receitas em 1% do PIB (IRE para o final de setembro de 2024 e final de dezembro de 2024). A trajetória orçamental a médio prazo poderá ser influenciada pelos efeitos em cadeia dos fenómenos climáticos na macroeconomia.

**12. O rácio dívida pública/PIB mantém-se numa trajetória descendente.** As previsões apontam para uma diminuição de 127,1% em 2022 para 119,9% no final de 2023 refletindo, sobretudo, um crescimento nominal mais elevado. Não obstante o maior investimento público em 2024, o rácio dívida/PIB regista uma melhoria para 116,5%, um valor próximo dos níveis anteriores à pandemia. As autoridades estão empenhadas em prosseguir com a redução da dívida a médio

<sup>2</sup> Por exemplo, as despesas de capitalização para apoiar a companhia aérea estatal (TACV) deverão chegar ao fim em 2025, refletindo o atual plano de negócios da empresa que tem como objetivo aumentar as suas rotas.

prazo a fim de criar reservas e espaço orçamental para a realização de investimentos. As autoridades realçaram ainda que todas as receitas suplementares serão utilizadas para melhorar o défice primário, tal como previsto em 2023.

### Quadro 2 do texto. Cabo Verde: Programa de endividamento externo, 2023–24

Dívida externa PGP contraída ou garantida	2023		2024	
	Volumen da nova dívida, em milhões de	Valor atual da nova dívida, em milhões de	Volumen da nova dívida, em milhões de	Valor atual da nova dívida, em milhões de
	USD 1/	USD 1/	USD 1/	USD 1/
Fontes de financiamento da dívida	197.1	108.8	229.1	125.5
Dívida concessional, da qual 2/	197.1	108.8	229.1	125.5
Dívida multilateral	119.0	62.8	153.7	81.1
Dívida bilateral	78.2	46.1	75.3	44.4
Dívida não concessional, da qual	0.0	0.0	0.0	0.0
Dívida semi-concessional 3/				
Termos comerciais 4/				
Utilização do financiamento por dívida	197.1	108.8	229.1	125.5
Infraestrutura	98.5	54.3	98.5	54.3
Financiamento do orçamento	98.6	54.5	130.6	71.2

Fontes: Autoridades cabo-verdianas; estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ Contratação e garantia de nova dívida. O valor atual da dívida é calculado com base nos termos dos empréstimos individuais e aplicando uma taxa de desconto do programa de 5%.

2/ Dívida com um elemento de donativo que excede um limiar mínimo. Normalmente, o limiar mínimo é 35%, mas pode ser definido um limiar superior.

Alguns dos empréstimos estão associados a donativos de forma a que o pacote de financiamento global cumpra o limiar de concessionalidade de 35%.

3/ Dívida com um elemento de donativo positivo que não cumpre o elemento de donativo mínimo.

4/ Dívida sem elemento de donativo positivo. Para as dívidas comerciais, o valor atual será definido como o valor nominal.

### Quadro 3 do texto. Cabo Verde: Projeções de receitas fiscais, 2023-25 (% do PIB)

Rácio receitas fiscais/PIB 2023 (2. <sup>a</sup> avaliação)	<b>18.1</b>
Variação no PIB nominal (rebaseamento)	<b>0.8</b>
Rácio receitas fiscais/PIB 2023 (3. <sup>a</sup> avaliação)	<b>18.9</b>
Medidas de administração tributária em 2024	<b>0.5</b>
Cobrança de atrasados do IVA	0.2
Cobrança de atrasados do imposto sobre o rendimento	0.1
E-fatura	0.1
Cobrança de atrasados do IRPS	0.1
Medidas de política fiscal em 2024	<b>0.3</b>
Taxa das chegadas internacionais	0.1
Aumento do imposto específico sobre o tabaco e o álcool	0.2
Medidas de política fiscal em 2025	<b>0.9</b>
Redução das despesas fiscais e implementação da CEDEAO	0.9
Rácio receitas fiscais/PIB em 2025	<b>20.5</b>

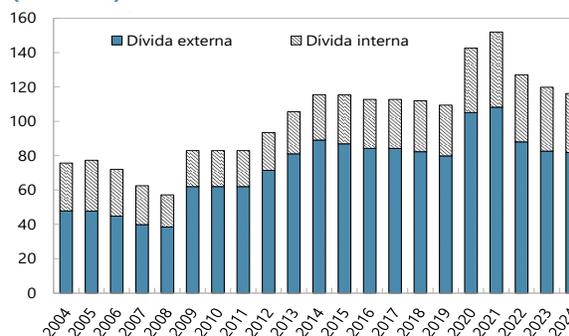
Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

### 13. O risco de sobre-endividamento externo de Cabo Verde permanece moderado e a dívida pública é considerada sustentável.

A atual análise de sustentabilidade da dívida (ASD) conjunta do Banco Mundial/FMI revela que o risco de sobre-endividamento externo de Cabo Verde é moderado ao abrigo da ECF/RSF, mas que o risco total de sobre-endividamento se mantém elevado. A análise indica que a dívida pública é sustentável dado que o serviço da dívida se mantém controlável devido à estrutura favorável da dívida, baseada, em grande medida, em taxas de juro fixas que proporcionam proteção contra os atuais ciclos mundiais de restritividade. O corpo técnico assinalou que para sustentar os ganhos em matéria de sustentabilidade da dívida é necessário dar continuidade ao financiamento concessional junto de credores multilaterais.

**Figura 5 do texto. Cabo Verde: Perfil da dívida pública, 2004–24**

**Volume da dívida pública, 2004-24  
(% do PIB)**



Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: A dívida externa inclui dívida das empresas públicas com garantia pública a partir de 2015.

### Caixa 2. Política fiscal e medidas do lado da receita para melhorar a sustentabilidade orçamental

**É importante reduzir os incentivos fiscais e as despesas fiscais com vista a aumentar a eficiência da política fiscal.** As medidas de política fiscal já implementadas constituem um passo na direção certa. Contudo, ainda há margem para mudanças na política fiscal a fim de possibilitar uma maior mobilização das receitas e melhorar a eficiência e simplicidade do sistema fiscal de Cabo Verde. Tal pode ser concretizado mediante a revogação de incentivos no setor financeiro e a supressão de incentivos fiscais duplicados (por exemplo, aqueles concedidos às Convenções de Estabelecimento que já estão previstos no Código Tributário). De igual forma, recomenda-se que seja dada prioridade à racionalização dos benefícios fiscais existentes cujos objetivos não estão a ser atingidos ou que acentuam as desigualdades e a ineficiência no sistema fiscal (por exemplo, muitos produtos isentos de IVA e deduções do rendimento individual tributável). (Coelho, *et al.* 2023).<sup>1</sup>

**São necessários mais investimentos informáticos para capitalizar os ganhos da digitalização.** Os esforços de digitalização da Direção Nacional das Receitas de Estado (DNRE), patentes em projetos como a faturação eletrónica e o sistema de auditoria do IVA, estão a avançar, mas deparam-se com obstáculos devido a limitações em termos de recursos financeiros e humanos. Não obstante uma estimativa otimista de que o sistema de auditoria eletrónica do IVA poderá contribuir potencialmente com 1% do PIB, a DNRE depara-se com desafios, especialmente ao nível da contratação de programadores de sistemas informáticos para acelerar os principais projetos informáticos, tais como aqueles que incidem sobre os crimes fiscais e o sistema de auditoria do IVA. O apoio do FAD tendo em vista o aumento da autonomia administrativa da DNRE e as conversas sobre a criação de uma autoridade tributária constituem passos positivos rumo ao reforço da capacidade da entidade. Além disso, é importante resolver os atrasados fiscais das empresas públicas, que representam 24% do total.

<sup>1</sup> Coelho, Maria; Rafael Garcia, Fernando Peláez e Ricardo Varsano (2023). Racionalização de Benefícios Fiscais e Criação de Unidade de Política Tributária. Relatório de AT do FAD.

**Quadro 4 do texto. Cabo Verde: Fontes de financiamento para 2023-25**  
(em milhões de CVE)

	2023		2024		2025	
	Milhões de escudos	% do PIB	Milhões de escudos	% do PIB	Milhões de escudos	% do PIB
Total das necessidades de financiamento	10,194	4.0	9,839	3.6	6,653	2.3
Fontes de financiamento	10,194	4.0	9,839	3.6	6,653	2.3
Financiamento interno (líquido) – emissão títulos do Tesouro	(214)	(0.1)	(636)	(0.2)	(513)	(0.2)
Financiamento externo (líquido)	10,408	4.0	10,475	3.8	7,165	2.4
Desembolsos	21,014	8.2	20,193	7.4	17,026	5.8
<i>D/q: apoio orçamental</i>	11,477	4.5	11,468	4.2	7,930	2.7
FMI	2,744	1.1	3,330	1.2	2,727	0.9
<i>d/q RSF</i>			2,121	0.8	1,062	0.4
Banco Mundial	4,487	1.7	4,633	1.7	5,249	1.8
Banco Africano de Desenvolvimento	2,205	0.9	1,653	0.6	2,205	0.8
<i>Empréstimos no âmbito de programas e projetos</i>	7,686	3.0	8,284	3.0	8,467	2.9
JICA	1,077	0.4	2,125		3,457	1.2
OFID	1,621	0.6	357	0.1		
Banco Mundial	2,531	1.0	4,543	1.7	3,527	1.2
BADEA	897	0.3	706	0.3	510	0.2
Kuwait	356	0.1	2	0.0		
DSE						
Outros	1,203	0.5	551	0.2	972	0.3
<i>Empréstimos de retrocessão</i>	1,851	0.7	441	0.2	628	0.2
Banco Africano de Desenvolvimento						
Amortização	10,606	4.1	9,718	3.5	9,861	3.4

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Em 2023, o financiamento interno líquido inclui o montante de DSE convertido em depósitos internos, representando cerca de 0,6% do PIB.

## B. Reduzir os riscos orçamentais das empresas públicas e melhorar a sua gestão financeira

**14. A consecução de progressos constantes nas reformas do setor empresarial do Estado continua a ser fundamental para reduzir os riscos orçamentais e melhorar os serviços.** As empresas públicas constituem um risco importante em matéria de recursos orçamentais e necessidades de financiamento (Caixa 3). As recentes reformas importantes incluem as publicações trimestrais das análises dos riscos orçamentais (“health check”) e da execução orçamental das empresas públicas, assim como o recente lançamento da plataforma *SOE Manager* que disponibiliza em tempo real os dados financeiros da maioria das empresas públicas. As autoridades melhoraram o relatório sobre as empresas públicas a fim de incluir uma avaliação do desempenho face aos planos a médio prazo e dados sobre os fluxos financeiros entre a administração pública e as empresas públicas numa base individual e consolidada (IRE, final de julho de 2023). O corpo técnico assinalou que é necessário avançar com determinação nas reformas das seis maiores empresas públicas, uma vez que a “health-check” do SEE indica um risco continuado.

**15. As autoridades ainda tencionam reestruturar cerca de nove empresas públicas no período de 2023–26.** O processo de reestruturação inclui a privatização, a venda parcial, concessões e PPP, abrangendo serviços de água e eletricidade, navais, portos, telecomunicações e transportes aéreos (incluindo a estratégia de apoio do governo à TACV). Outras reformas incluem: i) a preparação para alargar o perímetro da dívida pública a fim de incluir a dívida das empresas públicas com garantias internas (ver ASD); e ii) tirar partido da assistência do FAD para continuar a melhorar o regime aplicável às PPP no contexto de reformas de GIP mais vastas e das medidas de reforma no âmbito da RSF. A cobertura do relatório sobre os riscos orçamentais será alargada a fim de incluir as PPP (**novo IRE proposto para o final de setembro de 2024**). Um relatório eminente do Banco Mundial sobre a conectividade internacional e entre as ilhas poderá fornecer orientações

estratégicas para os planos das autoridades referentes ao setor dos transportes. A privatização adiada das empresas públicas nos setores bancário e farmacêutico deverá ocorrer em 2024.

### Caixa 3. Apoio orçamental ao SEE

**As melhorias recentes em termos de disponibilidade de dados são um passo essencial para melhorar a avaliação dos riscos das empresas políticas e a formulação de políticas.** Em outubro de 2023, o MdF lançou o *SOE Manager*, uma plataforma informática desenvolvida com o apoio do Banco Mundial e do FMI que irá possibilitar a monitorização e a avaliação do desempenho do setor empresarial do Estado, automatizando os processos de recolha, tratamento e análise de dados. O novo painel de controlo fornece dados importantes para a conceção adequada de mais reformas a fim de reduzir o apoio da administração pública central às empresas públicas através de subsídios explícitos, novas garantias, empréstimos de retrocessão e capitalizações (Quadro 1).

**Os subsídios explícitos às empresas públicas aumentaram após a pandemia.** No final de 2022, estes subsídios cifraram-se em 0,2% do PIB, sendo que está previsto que em 2023 se situem em 0,4%. Tal deve-se à compensação concedida: i) à empresa de transportes entre ilhas e ii) às empresas de energia e água para implementarem a tarifa social para a energia e a água destinada às famílias pobres.

**Os riscos orçamentais da dívida das empresas públicas com garantias internas aumentaram ao longo do tempo.** Antes da pandemia, o volume da dívida das empresas públicas com garantias internas manteve-se estável, mas verificavam-se transações significativas abaixo da linha para as empresas públicas por via de empréstimos de retrocessão e capitalizações. Após a pandemia, o volume desta dívida disparou para cerca de 8% do PIB, ao passo que os fluxos para-orçamentais diminuíram. A ASD de Cabo Verde capta os fluxos decorrentes das operações para-orçamentais, enquanto o volume da dívida das empresas públicas com garantias internas é captado apenas através do choque dos passivos contingentes.

**O apoio orçamental por via de empréstimos de retrocessão e capitalizações situou-se, em média, em cerca de 2,4% do PIB durante 2015-2022.** Os empréstimos de retrocessão às empresas públicas totalizaram, em média, cerca de 1,4% do PIB, que eram sobretudo canalizados para a Electra e a TACV. Por seu turno, os fluxos referentes a capitalizações cifraram-se, em média, em cerca de 1% do PIB principalmente destinados à TACV.

**Saudam-se outras melhorias na estratégia com vista a reduzir o apoio orçamental às empresas públicas.** Atualmente, as autoridades estão centradas numa abordagem ascendente, que implica a revisão do plano de negócios das principais empresas públicas com vista a aumentar a sua rentabilidade. Por exemplo, as despesas de capitalização para apoiar a TACV deverão chegar ao fim em 2025, refletindo o atual plano de negócios da empresa que tem como objetivo aumentar as suas rotas. No entanto, são necessários mais esforços para acelerar o programa de privatizações e melhorar o desempenho financeiro das empresas deficitárias a fim de diminuir o apoio orçamental às empresas públicas.

**Quadro 1. Cabo Verde: Apoio orçamental ao SEE**

Stock da dívida das empresas públicas com garantia pública (% do PIB)								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Dívida interna (A)	5.4	5.5	5.7	5.5	6.3	8.5	9.8	8.5
Dívida externa (B)	0.4	0.3	0.9	0.8	0.2	0.9	1.2	0.9
<b>Total da dívida das empresas públicas com garantia pública</b>	<b>5.8</b>	<b>5.8</b>	<b>6.6</b>	<b>6.3</b>	<b>6.4</b>	<b>9.4</b>	<b>11.0</b>	<b>9.4</b>
Fluxo do apoio orçamental ao SEE (% do PIB)								
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Subsídios explícitos (C)	0.1	0.1	0.0	0.1	0.0	0.1	0.1	0.2
<b>Fluxo total acima da linha (C)</b>	<b>0.1</b>	<b>0.1</b>	<b>0.0</b>	<b>0.1</b>	<b>0.0</b>	<b>0.1</b>	<b>0.1</b>	<b>0.2</b>
Aumento líquido nas garantias internas (D)		0.1	0.2	-0.2	0.7	2.2	1.3	-1.3
Aumento líquido nas garantias externas (E)		0.0	0.6	-0.1	-0.6	0.8	0.3	-0.3
Empréstimos de retrocessão (F)	2.3	2.5	2.1	0.7	1.7	0.9	0.7	0.5
Capitalização (G)	0.8	0.8	0.6	1.9	2.0	0.4	0.4	1.2
<b>Fluxo total abaixo da linha (D+E+F+G)</b>	<b>3.1</b>	<b>3.3</b>	<b>3.5</b>	<b>2.4</b>	<b>3.8</b>	<b>4.3</b>	<b>2.7</b>	<b>0.0</b>
<b>Fluxo total de apoio orçamental ao SEE (C+D+E+F+G)</b>	<b>3.2</b>	<b>3.4</b>	<b>3.5</b>	<b>2.4</b>	<b>3.9</b>	<b>4.4</b>	<b>2.7</b>	<b>0.2</b>

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e cálculos do corpo técnico do FMI.

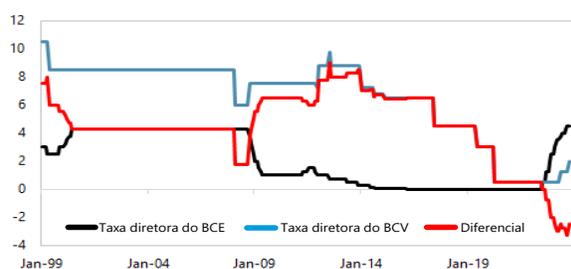
## C. Modernizar o quadro de política monetária e aumentar a resiliência do sistema financeiro

**16. A política monetária está centrada na salvaguarda da paridade cambial e na melhoria do quadro de políticas.** O regime convencional de paridade cambial fixa continua a proporcionar uma âncora estável para a política monetária e tem ajudado a manter os amortecedores externos. Os recentes aumentos da taxa de juro diretora foram apropriados, tendo em conta o diferencial da taxa de juro em relação à área do euro e a necessidade de mitigar os riscos associados a um potencial fluxo de saída de moeda (Caixa 4). O BCV fez notar que acompanha cuidadosamente a orientação do BCE e a inflação na área do euro. Tem como meta uma maior convergência das taxas de juro diretoras a médio prazo, ao passo que também tem em conta a moderação das taxas de crescimento real em Cabo Verde, o abrandamento da inflação e o impacto do endurecimento da política macroprudencial decorrente do fim das moratórias. O BCV reconheceu que deve estar atento aos sinais de inflação e às pressões sobre as reservas e está pronto para aumentar a restritividade da sua política monetária conforme necessário para sustentar o regime de paridade cambial.

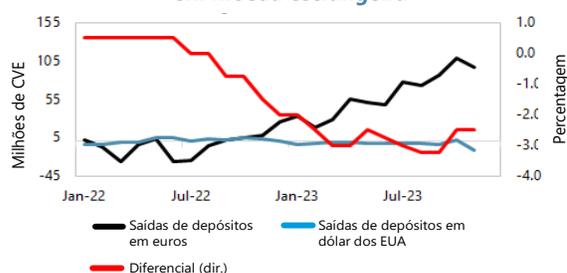
### Caixa 4. O diferencial das taxas de juros negativas e o regime de paridade cambial

Cabo Verde adotou um regime de taxa de câmbio fixa em relação ao euro em 1999. O Banco de Cabo Verde (BCV) tem a missão de assegurar a convertibilidade do Cabo Verde Escudo (CVE) e criar condições para garantir a estabilidade dos preços e financeira. O BCV protege a credibilidade do regime cambial tendo como objetivo um nível de reservas internacionais no intervalo de 5 a 5 meses e meio de importações prospetivas, que é suficiente para assegurar a cobertura a curto prazo dos passivos externos.

Taxas diretoras de Cabo Verde e do BCE



Diferencial de taxa de juro e saídas de depósitos em moeda estrangeira



O diferencial da taxa de juro diretora do BCV em relação ao BCE tem estado negativo desde outubro de 2022, o que coincidiu com saídas de divisas na busca de rendimentos/retornos, sobretudo em ativos denominados em euros, conforme ilustrado acima.

As saídas de divisas diminuíram as reservas internacionais, embora estas continuem adequadas e, de acordo com as projeções, situam-se em 5,5 meses no médio prazo. As reservas excedentárias e os rácios de liquidez do setor bancário continuam altos e o sistema financeiro é robusto e resiliente. Os depósitos dos emigrantes, que constituem uma importante fonte de moeda estrangeira, mantêm uma tendência ascendente, embora a persistência de um amplo diferencial de taxas de juro negativas constitua um risco para mais saídas de divisas.

**17. As reformas estruturais centram-se no fortalecimento adicional do mecanismo de transmissão da política monetária e no reforço da capacidade analítica para acompanhar a evolução da economia.** O BCV tem beneficiado de apoio do FMI em matéria de desenvolvimento de capacidades com vista à formulação de instrumentos para gerir melhor o mercado monetário e melhorar o processo de comunicação. Outras áreas de reforma em curso incluem o reforço dos sistemas de pagamento, a introdução de indicadores compostos da atividade económica (IRE, final de junho), o estabelecimento dos Indicadores de Alta Frequência e outras reformas tendo em vista o reforço das previsões de curto prazo, a implementação da moeda digital do banco central e o desenvolvimento de um quadro para a cedência de liquidez de emergência. As autoridades continuam a melhorar a supervisão. O corpo técnico assinalou que as normas do BCV em matéria de provisões prudenciais devem ser endurecidas em linha com um relatório recente de DC do AFW2. A concessão de empréstimos às empresas públicas apresenta riscos no setor financeiro.

**18. As autoridades concordam com o corpo técnico que devem continuar a trabalhar com os bancos para facilitar a resolução do crédito malparado.** Na sequência da supressão das medidas de crédito e de liquidez relacionadas com a COVID-19, o BCV realizou um estudo sobre as provisões para perdas com empréstimos que abrangeu a maioria do setor bancário e, com base nesse documento, deu instruções a alguns bancos para reforçarem as provisões. Neste contexto, o corpo técnico instou o BCV a continuar a desenvolver modelos de reporte pormenorizados para os empréstimos reestruturados/reescaloados e o acompanhamento do crédito malparado, a implementação de regulamentos relativos à execuções e a trabalhar com os bancos no tocante aos mecanismos de resolução de crédito malparado de longa data.

**19. As autoridades continuam a avançar com as reformas em matéria de inclusão financeira e a agenda de digitalização.** A pandemia desencadeou a utilização de pagamentos móveis e de serviços bancários pela Internet, com potencial para alargar a utilização de serviços financeiros a todo o país. Outras atividades previstas na estratégia das autoridades que podem conduzir à expansão dos serviços financeiros digitais incluem a modernização dos sistemas de pagamento, a interoperabilidade dos pagamentos instantâneos e o reforço da regulamentação em matéria de segurança.

**20. As autoridades estão a trabalhar no sentido de corrigir as fragilidades no quadro de CBC/FT e de dar resposta às recomendações do RESF.** O corpo técnico incentivou o BCV a prosseguir com a melhoria do quadro de CBC/FT, em linha com as recomendações do relatório de avaliação mútua de 2019 do Grupo Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA). As discussões também abordaram a Estratégia Nacional de Cabo Verde em matéria de Prevenção e Combate à Lavagem de Capitais, ao Financiamento do Terrorismo e da Proliferação de Armas de Destrução em Massa de 2023 (ENCAVE), que prevê planos relacionados com a atualização do quadro de CBC/FT para incluir ativos virtuais e obrigações de diligência devida para APNFD. Relativamente à responsabilidade do quadro de CBC/FT do BCV incluir ativos virtuais, de acordo com as recomendações do GAFI, em especial a recomendação n.º 15, o Parlamento aprovou uma lei em junho. Esta lei regula a prestação de serviços com ativos virtuais e investe o BCV da responsabilidade de regulamentar e supervisionar em matéria de CBC/FT as entidades que

levam a cabo atividades com ativos virtuais. Além disso, a lei estipula que a criação dos bancos digitais está sujeita à autorização do BCV e estes bancos estão obrigados a observar os mesmos deveres aplicáveis aos bancos convencionais. No que concerne as APNFD, as autoridades continuam a trabalhar com os parceiros para desenvolver as capacidades para a avaliação do risco setorial.

**21. O governo deve remeter ao Parlamento as alterações à Lei Orgânica do BCV em linha com as recomendações da avaliação de salvaguardas de 2022.** Elaboradas com o apoio do corpo técnico do FMI, as propostas de alteração foram remetidas ao Ministério das Finanças em dezembro de 2022 e, entre outras, visam reforçar a estrutura de decisão, a autonomia, a responsabilização e a transparência do BCV. Está em curso o debate sobre o envio da proposta de Lei ao Parlamento e as autoridades concordaram em manter o diálogo com o corpo técnico do FMI sobre as recomendações de salvaguarda pendentes antes do envio das propostas de alteração ao Parlamento (**novo IRE proposto, final de julho de 2024**). Separadamente, ainda que o BCV tenha implementado algumas recomendações de salvaguardas importantes, incluindo a adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro como o seu regime contabilístico e a aprovação de uma carta revista de auditoria interna que reforça as funções de independência, o progresso noutras recomendações (por exemplo, o reforço da capacidade em matéria de IFRS, a operacionalização plena da função de gestão do risco e a finalização do quadro de cedência de liquidez de emergência em linha com a AT do FMI) tem sido mais lento.

## **D. Aumentar o potencial de crescimento e a resiliência às alterações climáticas**

**22. As autoridades partilham a opinião de que as reformas e políticas estruturais devem atenuar as consequências da pandemia, ao mesmo tempo que reforçam a resiliência a diferentes choques prolongados, incluindo às alterações climáticas.** Para tal, as principais áreas prioritárias da nova estratégia de desenvolvimento quinquenal incluem: i) concluir as reformas das empresas públicas, ii) facilitar o acesso a financiamento e iii) melhorar o ambiente de negócios. Nos últimos anos, as autoridades avançaram com um conjunto de reformas para melhorar o ambiente de negócios, sobretudo destinadas às PME. As discussões centraram-se nos planos para promover a diversificação económica conduzida pelo setor privado com o objetivo de apoiar investimentos de qualidade, o emprego e uma maior produtividade. Devem prosseguir os esforços para reduzir os elevados custos de financiamento, da eletricidade (incluindo através das reformas apoiadas pela RSF) e dos transportes que constituem grandes entraves ao crescimento do setor privado.

**23. O governo continuará a prestar apoio financeiro às famílias vulneráveis.** As despesas sociais serão apoiadas por financiamento do fundo de previdência social financiado pela taxa turística. Além disso, estão a ser tomadas medidas para fortalecer o regime direcionado para melhorar a eficácia e o alcance do quadro de apoio social, no âmbito das políticas referentes às reformas relacionadas com o clima.

## Acordo ao abrigo da RSF

**24. As alterações climáticas apresentam riscos para o desenvolvimento macroeconómico, orçamental e social de Cabo Verde.** Cabo Verde enfrenta desafios ao desenvolvimento decorrentes de vários fatores estruturais, designadamente a insularidade, a descontinuidade territorial, a fragilidade dos ecossistemas e a escassez de recursos naturais, em especial água e terras aráveis. Daí resulta a dependência do fornecimento externo de recursos essenciais, incluindo produtos alimentares e energia, o que expõe o país às flutuações do mercado mundial, que afetam sobretudo as famílias vulneráveis e pobres. As consequências das alterações climáticas estão a agravar estes desafios em termos de desenvolvimento, colocando a relação entre energia, água e clima no âmago das considerações sobre políticas e desenvolvimento. A título de exemplo, recentemente, Cabo Verde viveu um período de seca de vários anos que debilitou gravemente o setor agrícola e criou desafios ao abastecimento fiável de água, o que afetou os meios de subsistência e o setor do turismo, o principal pilar da economia e motor do crescimento económico. O setor do turismo, que está sobretudo concentrado nas zonas costeiras, também é especialmente sensível a alterações climáticas de início lento, isto é, a subida do nível do mar. Para fazer face a estes problemas, Cabo Verde colocou a adaptação e a mitigação das alterações climáticas no centro da sua estratégia de desenvolvimento sustentável, sendo que reformas abrangentes e coordenadas nos setores da energia e da água desempenham um papel preponderante em termos de mitigação, adaptação e sustentabilidade a longo prazo (ver Anexo III).

**25. A RSF irá apoiar os esforços do governo para implementar reformas climáticas essenciais a nível macro e mobilizar fundos privados para a adaptação climática e a transição energética.** Embora reconhecendo a incerteza associada à tentativa de quantificar os custos a longo prazo de acontecimentos incertos e, ainda mais, os benefícios a longo prazo das medidas de reforma (MR) propostas, a RSF irá incidir nos seguintes domínios: (i) reforço da governação da política relativa às alterações climáticas; (ii) aumento da resiliência física e orçamental; (iii) reforço da mitigação e resiliência através da promoção da eficiência energética e da transição para as energias renováveis; (iv) promoção da adaptação, assegurando a sustentabilidade ecológica e económica dos recursos hídricos e planeando para os impactos climáticos a longo prazo; e (v) reforço da resiliência do setor financeiro às alterações climáticas (Quadro 11).

### ***Domínio de reforma 1. Reforço da governação da política relativa às alterações climáticas***

**26. É possível melhorar a coordenação das políticas relacionadas com as alterações climáticas e a gestão do risco de catástrofes.** O Diagnóstico de Política Climática (DPC) concluiu que estas funções exigem uma forte liderança e coordenação intragovernamental, que é mais eficazmente assegurada por uma função de coordenação ao nível do conselho de ministros<sup>3</sup> (MR1). Esta função poderá promover a sensibilização para as implicações das alterações climáticas, assegurar a coerência intersetorial das políticas atinentes às alterações climáticas e assegurar a coordenação estratégica da gestão do risco de catástrofes (GRC) para aumentar a resiliência e gerir,

<sup>3</sup> Em Cabo Verde, ao nível do Conselho de Ministros existe um órgão designado Chefia do Governo. Trata-se de um órgão composto pelo Primeiro-Ministro, o Vice-Primeiro Ministro e dois ministros.

de forma eficaz, os desafios relacionados com as alterações climáticas. O corpo técnico realçou que a comunicação estratégica com a população será uma tarefa importante para garantir o apoio social. O governo adotou medidas importantes tendo em vista o planeamento setorial, porém é necessário mais para garantir a coerência intersetorial das medidas de política relacionadas com as alterações climáticas e a mitigação e resposta eficazes aos perigos relacionados com o clima.

### ***Domínio de reforma 2. Aumento da resiliência orçamental e física às alterações climáticas***

**27. A RSF procurará resolver as lacunas na análise dos riscos orçamentais e na resiliência climática do sistema de gestão dos investimentos públicos.** A C-PIMA revelou que as considerações relativas às alterações climáticas não são devidamente integradas no processo de planeamento dos investimentos públicos. É necessário aumentar a sensibilização sobre os riscos relacionados com o clima no planeamento orçamental (**MR2**). O mais recente empréstimo do Banco Mundial para um DPF (o primeiro numa série de três) no montante de 25 milhões de USD tem como objetivo criar espaço orçamental e promover o crescimento sustentável centrado na economia verde e azul. O empréstimo tem condições que contribuem para uma GIP melhor e a RSF será um complemento a fim de garantir a aplicação também às PPP de uma melhor análise dos riscos e planeamento, assim desempenhando um papel de catalisador do financiamento climático (**MR3**). A RSF irá reforçar o quadro de financiamento com vista a atingir os objetivos de mitigação e adaptação climáticas, incluindo por via do desenvolvimento de uma carteira de projetos públicos que resultem em alterações estruturais resilientes ao clima (**MR4**).

### ***Domínio de reforma 3. Reforço da mitigação e da resiliência através da eficiência e transição energéticas***

**28. A eficiência e transição energéticas contribuirão para os objetivos de mitigação e resiliência e, por via da ligação à água, para os objetivos de adaptação.** Mais de 80% da produção de eletricidade depende de produtos de combustíveis fósseis importados e a maioria das emissões de GEE tem origem no setor energético. Tal também constitui um risco orçamental uma vez que o governo protege as famílias do efeito de repercussão dos custos. Contudo, Cabo Verde tem potencial em matéria de fontes renováveis. A transição energética irá: (i) contribuir para a redução de emissões e a concretização dos objetivos da NDC de Cabo Verde; (ii) permitir uma resposta eficiente em termos de custos à crescente procura de energia do setor da água que depende da dessalinização; e (iii) produzir impactos favoráveis a longo prazo na sua balança de pagamentos à medida que as importações de combustíveis fósseis diminuem. Por seu turno, a transição energética irá exigir: (i) um substancial investimento público na infraestrutura da rede elétrica para desenvolver a capacidade para acomodar um maior peso das fontes renováveis na matriz elétrica; e (ii) condições de mercado que incentivem o investimento privado na produção de energia. A RSF irá apoiar a eficiência energética, facilitar a melhoria da infraestrutura da rede e promover o desenvolvimento de condições de mercado adequadas. A RSF irá garantir recursos para investimentos em infraestruturas que, em conjunto com as reformas, irão preparar o sistema elétrico para receber bem as fontes renováveis, o que constitui uma condição prévia para o investimento privado em energias renováveis (**MR5**). Com o apoio do Banco Mundial, as autoridades estão a adotar medidas importantes tendo em vista a separação das atividades do

setor da energia. O DC do FAD pode auxiliar na elaboração de reformas tarifárias, incluindo no que toca a análise do impacto distributivo de medidas de política neste domínio.

***Domínio de reforma 4. Promoção da adaptação, assegurando a sustentabilidade ecológica e económica dos recursos hídricos e planeando para os impactos climáticos a longo prazo***

**29. Cabo Verde depara-se com falta de água e enfrenta ameaças relacionadas com o clima que agravam a escassez de água e constituem um desafio e um risco em termos de disponibilidade e qualidade da água.** A RSF irá apoiar os esforços para dar resposta a estes desafios, aumentando a eficiência do consumo e do fornecimento de água e expandindo o abastecimento de água. Cabo Verde tem uma larga tradição no que toca à utilização da dessalinização para a produção de água doce e usa esta tecnologia para atender à crescente procura de água, à luz do declínio dos recursos de água doce. As ineficiências ao nível da distribuição e gestão da água geram perdas técnicas e comerciais significativas, que ascendem, em média, a cerca de 50% do total de água doce que entra no sistema. Vários operadores estatais no setor da água geram prejuízos operacionais e/ou possuem capitais próprios negativos. A RSF tem como objetivo promover a utilização eficiente dos recursos hídricos e aumentar a adaptação às alterações climáticas, garantir recursos para executar investimentos que contribuam para o reforço da resiliência aos impactos das alterações climáticas (inclusive secas), reduzindo as perdas técnicas e aumentando o abastecimento de água por via da dessalinização. Além disso, tem como objetivo melhorar a sustentabilidade financeira das empresas de serviços públicos (**MR6**). Embora parte do custo relacionado com a infraestrutura de fornecimento do serviço de água possa ser financiando de forma transparente através do orçamento, para atenuar as potenciais consequências adversas das reformas do setor da água e da transição energética, assim como o impacto de fenómenos climáticos perigosos na população pobre e vulnerável, a rede de segurança social será fortalecida (**MR7**). O Banco Mundial tem vindo a prestar assistência às autoridades no reforço da rede de segurança social.<sup>4</sup>

**30. A preparação eficaz para as consequências das alterações climáticas também requer boas informações sobre o que esperar.** A RSF irá possibilitar decisões de investimento baseadas em informações fiáveis sobre os riscos relacionados com as alterações climáticas, como a subida do nível do mar, através da definição e partilha de cenários climáticos relevantes para Cabo Verde e mapas de vulnerabilidade aos perigos, que incluem potenciais perigos relacionados com o clima coerentes com os cenários climáticos (**MR8**).<sup>5</sup> O conhecimento dos riscos relacionados com o clima irá reduzir as incertezas em torno das informações, diminuir o prémio de risco exigido pelos investidores e ajudar a evitar o subinvestimentos em setores como o turismo. Considerar os riscos relacionados com o clima no âmbito do ordenamento territorial e da conceção de edifícios irá reduzir os danos materiais dos perigos climáticos e, por conseguinte, conter os custos económicos de fenómenos climáticos adversos.

---

<sup>4</sup> As reformas tarifárias podem, por si só, aumentar a equidade. Será realizado uma avaliação do impacto distributivo utilizando o mais recente inquérito ao orçamento familiar (a avaliação da política climática realizou uma avaliação distributiva ilustrativa utilizando o IOF de 2001, uma vez que o mais recente IOF não foi disponibilizado e está incompleto).

<sup>5</sup> Está em curso o trabalho sobre os cenários climáticos e os mapas. Assim que estiver operacional, o conselho será oficialmente responsável por tratar desta matéria.

### **Domínio de reforma 5. Resiliência do setor financeiro às alterações climáticas**

**31. A RSF tem como objetivo contribuir para a mobilização de financiamento privado para uma economia hipocarbónica resiliente ao clima, reforçando, ao mesmo tempo, a resiliência do setor financeiro aos riscos relacionados com o clima.** Considerando o papel importante que o setor bancário desempenha em Cabo Verde, tal irá incluir a adoção por parte do BCV de diretrizes para monitorizar a avaliação e divulgação dos riscos e das oportunidades relacionadas com o clima dos bancos (MR9). É essencial melhorar a capacidade do setor financeiro para gerir os riscos das alterações climáticas, uma vez que Cabo Verde é um pequeno Estado insular dependente do turismo onde os fenómenos climáticos podem intensificar-se com facilidade. As reformas propostas preveem a elaboração de uma arquitetura de informações climáticas para os bancos (taxonomia e divulgações climáticas) e a promoção da resiliência climática entre as instituições financeiras. Estas poderão constituir o alicerce para mobilizar o financiamento climático por parte do setor privado e lançar as bases para expandir o financiamento climático privado, em linha com as mensagens do Relatório sobre a Estabilidade Financeira Mundial (outubro de 2023). O recente acordo celebrado com Portugal que prevê a conversão da dívida em financiamento pode providenciar o capital de arranque para o Fundo Climático e Ambiental. Será importante, por um lado, assegurar que o Fundo é uma subconta no Tesouro e, por outro, elaborar os regulamentos financeiros para a governação e utilização transparentes destes recursos.

**32. As MR refletem as recomendações do trabalho de análise e de diagnóstico tanto do FMI quanto do Banco Mundial.** As discussões com as autoridades a respeito da formulação das medidas de reforma no âmbito da RSF foram norteadas pelos diagnósticos recentes, incluindo a C-PIMA e a Avaliação da Política de Alterações Climáticas (CCPA, na sigla em inglês) de 2017, ao passo que a NDC de 2021 também deu um contributo importante (ver Quadro 12).

## **QUESTÕES E RISCOS RELACIONADOS COM O PROGRAMA**

**33. O desempenho no âmbito do atual programa da ECF tem sido robusto.** Todos os critérios de desempenho quantitativos (CDQ) para o final de junho de 2023 foram cumpridos (Quadro 5 do texto). As metas indicativas (MI) para o final de março e o final de junho de 2023 foram cumpridas. No que diz respeito aos indicadores de referência estruturais (IRE) (Quadro 6 do texto), as autoridades cumpriram aqueles relativos ao final de junho, final de julho e final de setembro de 2023. A ECF chega ao fim em junho de 2025. Propõe-se um novo conjunto de critérios de desempenho para o final de dezembro de 2024 e metas indicativas para o final de setembro de 2024. As autoridades solicitam a alteração do critério de desempenho relativo ao VA de nova dívida externa para final de dezembro de 2023 para refletir o mais recente calendário de desembolsos do Banco Mundial. Também solicitaram uma clarificação da definição de depósitos da administração central na rubrica *outros passivos líquidos* no MTE

(passando de um stock para um fluxo) e a alteração do CDQ sobre *outros passivos líquidos* em dezembro de 2023 e junho de 2024 a fim de refletir o adiamento das receitas de privatização de 2023 para 2024. As receitas de privatização, que são incertas, entraram na rubrica outros passivos líquidos como um fluxo positivo. O corpo técnico subscreve estas alterações.

### Quadro 5 do texto. Cabo Verde: Critérios de desempenho e metas indicativas para o final de junho de 2023<sup>1</sup>

(mil milhões de CVE; acumulado a partir do início do ano, salvo indicação em contrário)

	Final de jun. de 2023			
	CD/MI	CD/MI com fator de ajustamento	Efetivo	Situação
<b>Critérios de desempenho quantitativos</b>				
Saldo primário, mínimo <sup>2</sup>	-4141		2759	Cumprido
Receita fiscal, mínimo	19095		24670	Cumprido
Outros passivos líquidos, mínimo <sup>3</sup>	-625		593	Cumprido
Financiamento interno líquido, máximo	5886		1728	Cumprido
Não acumulação de atrasados internos <sup>4</sup>	0		0	Cumprido
Não acumulação de atrasados de pagamentos externos <sup>4</sup>	0		0	Cumprido
Valor atual da nova dívida externa, máximo (em milhões de USD)	60		24	Cumprido
Valor nominal da nova dívida externa não concessional da administração central, máximo <sup>4</sup>	0		0	Cumprido
Reservas internacionais brutas (em milhões de euros), mínimo <sup>2</sup>	572		626	Cumprido
<b>Metas indicativas</b>				
Despesa social, mínimo	6180		6982	Cumprida
<b>Critérios de desempenho contínuos não quantitativos</b>				
Não imposição ou intensificação de restrições relativas à realização de pagamentos e transferências de transações internacionais correntes				Cumprido
Não introdução ou modificação de práticas de taxas de câmbio múltiplas				Cumprido
Não imposição ou intensificação de restrições à importação por razões de balanço de pagamentos				Cumprido
Não celebração de acordos de pagamentos bilaterais inconsistentes com o Artigo VIII				Cumprido
<i>Por memória:</i>				
Empréstimos de retrocessão líquidos	827		47	
Capitalização	765		1366	
<b>Pressupostos do programa</b>				
Subsídios de apoio a projetos e ao orçamento	623		1206	
Serviço da dívida externa	6445		3420	
Vendas de ativos	517		97	
Empréstimos de apoio a projetos e ao orçamento	5888		5591	

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e corpo técnico do FMI

<sup>1</sup> Expressos em moeda local e em milhões, salvo indicação em contrário. Os montantes em moeda estrangeira serão convertidos às taxas de câmbio correntes.

<sup>2</sup> Volume de reservas em milhões de euros. O limite mínimo ou máximo será ajustado conforme indicado no MTE.

<sup>3</sup> Outros passivos líquidos incluem empréstimos de retrocessão líquidos, capitalização e outros ativos.

<sup>4</sup> Contínuo.

**34. É proposta uma condicionalidade adicional** (Quadro 7). São propostos novos IRE para manter a trajetória orçamental a médio prazo no bom caminho e promover a boa governação no BCV. Mais especificamente: i) um IRE para o final de setembro de 2024 relativo ao alargamento do perímetro da análise e do relato do risco orçamental a fim de incluir as PPP; e ii) um IRE relacionado com as salvaguardas referente ao envio da Lei Orgânica do BCV para o Parlamento até ao final de julho de 2024.

**35. Acesso proposto.** Cabo Verde é elegível à RSF e pertence ao grupo A. O nível de acesso proposto é 100% da quota (23,7 milhões de DSE, ou seja, cerca de 31,7 milhões de USD), por um período de 18 meses, com base no pacote de MR elencadas no Quadro 11. O acordo ao abrigo da RSF irá ajudar as autoridades a implementarem reformas climáticas essenciais a nível macro e a mobilizarem fundos privados para a adaptação climática e a transição energética. Este acesso baseia-se na avaliação do corpo técnico que: i) as reformas propostas no âmbito da RSF são fortes e ii) a dívida de Cabo Verde é sustentável, com capacidade de reembolso adequada (ver abaixo) e a ECF concomitante assenta em políticas de elevada qualidade. As medidas de reforma estão intimamente relacionadas com as reformas de políticas e os planos de investimento ao abrigo da NDC do país. As autoridades revelam um forte sentimento de apropriação das reformas previstas na ECF, o que constitui um pilar institucional positivo para sustentar uma RSF bem-sucedida.

**Quadro 6 do texto. Cabo Verde: Indicadores de referência estruturais até setembro de 2023**

Ações	Data-limite	Objetivo	Situação
<b>Reformas orçamentais</b>			
Publicar relatórios anuais de execução orçamental das administrações públicas.	Final de set. de 2023	Melhorar a transparência orçamental	Cumprida
<b>Reformas do SEE</b>			
Melhorar o relatório anual das empresas públicas de modo a incluir a comparação da execução em relação à projeção orçamental inicial, a avaliação do desempenho face aos planos de médio prazo e dados sobre as relações com o governo (transferências e passivos).	Final de jul. de 2023	Melhorar a comunicação de dados orçamentais e reduzir os riscos orçamentais	Cumprida
<b>Reformas da política monetária</b>			
Introduzir um indicador composto da atividade económica.	Final de jun. de 2023	Apoiar a análise da política monetária	Cumprida

**36. Utilização dos recursos da RSF.** Os desembolsos da RSF aumentam o financiamento externo em cerca de 2,1 mil milhões de CVE em 2024 e mil milhões de CVE em 2025 (Quadro 7 do texto). A RSF substitui financiamento interno mais dispendioso, gerando, de acordo com as estimativas, uma poupança acumulada de 0,7% do PIB no serviço da dívida até 2028. Esta poupança irá ajudar a constituir reservas e a tornar Cabo Verde mais resiliente a choques relacionados com o clima.<sup>6</sup> Também irá criar espaço orçamental, incluindo

para apoiar o investimento público essencial relacionado com o clima. Na ótica da balança de pagamentos, os desembolsos da RSF irão aumentar as reservas internacionais na medida dos montantes desembolsados em 2024 e 2025, respetivamente (Quadro 8 do texto).

**37. O programa apoiado pelo FMI continua a estar totalmente financiado,** com compromissos firmes para os próximos 12 meses e boas perspetivas de financiamento adequado para o restante período do programa. Além do apoio do FMI, o financiamento no segundo e terceiro anos da ECF é

<sup>6</sup> Um MdE entre o MdF e o BCV irá descrever as disposições institucionais.

concedido através de apoio orçamental dos parceiros de desenvolvimento e das instituições multinacionais de desenvolvimento, incluindo o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento. Através da estratégia Global Gateway, a UE e o Banco Europeu de Investimento (BEI) anunciaram recentemente um apoio significativo a Cabo Verde, embora os detalhes sobre o escalonamento do apoio ainda não tenham sido finalizados.

**38. A capacidade de Cabo Verde de reembolsar o FMI é considerada adequada** (Quadro 8). O crédito em aberto ao FMI irá atingir um máximo de 380% da quota até 2025. O crédito em aberto atingirá um máximo de cerca de 4,1% do PIB, 13,4% das reservas internacionais brutas e 11,8% das exportações até 2025. Ao mesmo tempo, os reembolsos anuais ao FMI alcançarão um máximo de 1,3% das exportações, 1,8% das reservas e quase 10,9% do serviço da dívida externa PGP, todos em 2029.

**39. Os riscos para o programa são considerados moderados.** A deterioração das perspetivas mundiais e os atuais efeitos das repercussões da guerra na Ucrânia aumentam os riscos para o programa. Além disso, o elevado risco de sobre-endividamento global continua a ser motivo de preocupação. As respostas de política em caso de materialização dos riscos são elencadas na MAR (Anexo 1). Os fatores de mitigação da deterioração das perspetivas são o sólido historial das autoridades no âmbito dos anteriores programas apoiados pelo FMI e da ECF atual, o que demonstra uma forte apropriação do programa.

**Quadro 7 do texto. Cabo Verde: Quadro orçamental da RSF**  
(milhões de CVE e euros)

	2024		2025	
	CVE	Euro	CVE	Euro
<b>Total de receitas e donativos</b>	<b>75,720</b>	<b>687</b>	<b>76,414</b>	<b>693</b>
<b>Total de despesas</b>	85,001	771	82,665	750
Aquisição líquida de ativos financeiros para investimentos:	10,770	98	11,806	107
Outras despesas	74,231	673	70,859	643
<b>Saldo orçamental:</b>	<b>-9,281</b>	<b>-84</b>	<b>-6,251</b>	<b>-57</b>
<b>Outros passivos (incluindo empréstimos de retrocessão líquidos, capitalização e utili</b>	<b>-558</b>	<b>-5</b>	<b>-401</b>	<b>-4</b>
<b>Necessidades de financiamento</b>	<b>9,839</b>	<b>89</b>	<b>6,653</b>	<b>60</b>
<b>Financiamento externo líquido</b>	<b>10,475</b>	<b>95</b>	<b>7,165</b>	<b>65</b>
Desembolso	20,193	183	17,026	154
Financiamento prospetivo dos parceiros multilaterais	11,468	104	7,930	72
ECF do FMI	1,208	11	606	5
Empréstimos de apoio orçamental (multilaterais excl. FMI)	8,139	74	6,262	57
<b>Financiamento da RSF</b>	2,121	19	1,062	10
Empréstimos para retrocessão	441	4	628	6
Empréstimos para projetos	8,284	75	8,467	77
Amortização	9,718	88	9,861	89
<b>Financiamento interno líquido (após refinanciamento)</b>	<b>-636</b>	<b>-6</b>	<b>-513</b>	<b>-5</b>
<b>Financiamento total</b>	<b>9,839</b>	<b>89</b>	<b>6,653</b>	<b>60</b>
<b>Varição nos ativos do governo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
d/q RSF	0	0	0	0

**Quadro 8 do texto. Cabo Verde: Quadro de implicações da RSF na balança de pagamentos**  
(milhões de CVE e euros)

	2024		2025	
	CVE	Euro	CVE	Euro
<b>Conta corrente</b>	<b>-16760</b>	<b>-152</b>	<b>-18350</b>	<b>-166</b>
Bens e serviços	-65064	-590	-67262	-610
Rendimento primário e secundário	48304	438	48912	444
<b>Conta de capital e financeira 1/</b>	<b>-5462</b>	<b>-50</b>	<b>-4334</b>	<b>-39</b>
<b>Saldo global 2/</b>	<b>-2353</b>	<b>-21</b>	<b>-4996</b>	<b>-45</b>
<b>Financiamento</b>	-2353	10	4287	39
Variação nas reservas (-: aumento, excl. RSF)	-5120	-46	-1693	-15
Empréstimos (multilaterais, excl. FMI)	6262	57	5980	54
<b>Défi ce de financiamento</b>	<b>-1210</b>	<b>-11</b>	<b>-616</b>	<b>-6</b>
Uso da ECF	1232	11	616	6
<b>Défi ce residual</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Uso do crédito do FMI: RSF	2121	19	1062	10
Variação nas reservas (-: aumento, incl. RSF)	-8473	-77	-3371	-31
<b>Por memória</b>				
Reservas brutas (incl. RSF)	87568	794	90323	819
Reservas brutas (excl. RSF)	85447	775	89261	810

1/ Excluindo financiamento de parceiros multilaterais  
2/ Incluindo o impacto líquido da RSF nas rubricas acima e abaixo da linha

## AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

**40. A economia de Cabo Verde continuou a registar um forte desempenho macroeconómico em 2023 e as perspetivas a curto prazo são favoráveis, apesar de existirem alguns riscos descendentes.** A entrada de turistas ultrapassou os níveis anteriores à pandemia com impactos positivos nos setores relacionados com o turismo. O crescimento real deverá ser 4,7% em 2024. O nível de reservas internacionais brutas deverá atingir 6,1 meses de importações prospetivas em 2023 e deverá manter-se estável em torno de 5,5 meses de importações no médio prazo. Contudo, a economia continua vulnerável a choques externos, que influenciam a atividade turística, assim como a riscos climáticos.

**Quadro 9 do texto. Cabo Verde: Déficit de financiamento externo, 2020-25**

(milhões de EUR, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
<b>Saldo de conta corrente</b>	<b>-246</b>	<b>-206</b>	<b>-79</b>	<b>-138</b>	<b>-152</b>	<b>-166</b>
Balança de bens e serviços	-513	-547	-433	-530	-590	-610
Exportações de bens	113	151	269	261	283	324
Importações de bens	692	753	1013	1082	1167	1241
Exportações de serviços	258	193	490	522	568	609
Importações de serviços	192	139	178	230	274	301
Balança de rendimento primário	-36	-24	-27	14	26	11
Balança de rendimento secundário	303	365	381	378	412	433
<b>Financiamento</b>						
Conta de capital	22	23	21	51	41	41
Conta operações financeiras, líquida <sup>1</sup>	-23	-37	-25	-88	-90	-81
Investimento direto, líquido	-55	-78	-105	-100	-102	-104
Investimento de carteira, líquido	0	1	1	1	1	1
Outros investimentos, líquido	-100	-85	-5	-90	-77	-47
Aquisição líquida de ativos financeiros	-18	54	32	4	4	5
Incorrência líquida de passivos	-49	14	-46	-7	-23	-20
Autoridade monetária	-1	0	0	0	0	0
Governo central	101	93	44	108	95	65
Desembolsos 1/	141	133	82	191	183	154
Amortização	-41	-39	-38	-83	-88	-89
Financiamento excecional	0	0	0	0	0	0
Bancos comerciais	4	49	15	7	7	8
Fluxos não bancários	-21	-4	-21	-21	-21	-21
<b>Erros e omissões/2</b>	<b>-5</b>	<b>31</b>	<b>-28</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Saldo global</b>	<b>-206</b>	<b>-115</b>	<b>-60</b>	<b>1</b>	<b>-21</b>	<b>-45</b>
<b>Financiamento</b>	<b>206</b>	<b>115</b>	<b>45</b>	<b>-26</b>	<b>10</b>	<b>39</b>
Variação das reservas (:=aumento, excluindo RSF)	75	-10	-25	-102	-46	-15
Empréstimos (multilaterais excluindo FMI)	131	124	70	76	57	54
Déficit de financiamento	0	0	-14	-25	-11	-6
ECF	0	0	14	25	11	6
<b>Déficit Residual</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Uso do crédito do Fundo: RSF	0	0	0	0	19	10
Variação das reservas (:=aumento, incluindo RSF)	75	-10	-39	-127	-77	-31
Por memória:						
Trajectoria definida para as reservas em meses de importações prospetivas	7.8	6.0	5.7	6.1	6.2	6.0

Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

1/Incluindo reservas e financiamento excecional.

2/ Incluindo os atrasos dos bancos em reportar os creditos comerciais.

**41. A inflação está a abrandar, mas deverá ser acompanhada de perto.** A inflação deverá diminuir em 2023 e continuar a desacelerar no próximo ano. Os preços mundiais dos produtos alimentares e dos combustíveis transmitem-se rapidamente à economia, dada a grande percentagem de importações de bens de consumo, o que aconselha cautela. As autoridades estão empenhadas em continuar a apoiar os grupos vulneráveis, conforme necessário.

**42. O corpo técnico apoia o compromisso assumido pelas autoridades em relação à trajetória de consolidação orçamental do programa.** O corpo técnico saúda a melhoria do saldo primário em 2023. O orçamento de 2024 está alinhado com o programa. A concretização da meta a médio prazo do programa depende do compromisso das autoridades para com as medidas fiscais e outras medidas geradoras de receitas. Os riscos orçamentais das empresas públicas e das PPP devem ser acompanhados de perto e devem ser adotadas medidas de mitigação. Os atrasos nas reformas das empresas públicas podem comprometer a credibilidade da agenda de reformas das autoridades e a sustentabilidade orçamental. O corpo técnico incentiva as autoridades a envidarem esforços no sentido de continuar a reduzir o rácio dívida/PIB para cerca de 94% até 2028.

**43. A orientação da política monetária foi apropriada e deve continuar a ser formulada com base nos dados disponíveis para salvaguardar a paridade cambial.** O corpo técnico apoia o recente aumento cauteloso passo a passo da taxa de juro diretora, tendo em conta o atual diferencial da taxa de juro com o BCE, reconhecendo, ao mesmo tempo, que a inflação está a recuar. O BCV deve permanecer vigilante e estar preparado para adotar uma política mais restritiva conforme necessário para sustentar a paridade cambial. O corpo técnico elogia as autoridades pela implementação das recomendações em matéria de desenvolvimento de capacidades no sentido de reforçar os mecanismos de transmissão da política monetária e a capacidade analítica para monitorizar a economia. Seria importante que as alterações à Lei do BCV fossem remetidas ao Parlamento.

**44. O corpo técnico congratula-se com a melhoria dos indicadores de estabilidade financeira.** O setor financeiro permanece estável numa ótica a médio prazo. A rentabilidade dos bancos tem sido positiva e o nível de crédito malparado manteve a tendência decrescente que se verifica desde 2016 devido aos processos de recuperação de crédito, à anulação (*write-off*) do crédito malparado e à postura prudente do sistema bancário. O corpo técnico instou as autoridades a continuarem a trabalhar com os bancos para facilitar a resolução do crédito malparado.

**45. São necessárias reformas decisivas para manter um crescimento elevado, inclusivo e resiliente.** Passando para uma fase pós-pandemia, é fundamental implementar reformas que criem as condições necessárias para apoiar as metas ao abrigo do PEDS II. Neste contexto, uma agenda clara de reformas das principais empresas públicas é da maior importância, criando simultaneamente a base para uma melhor ligação entre as ilhas, o emprego e o desenvolvimento social, bem como para um setor privado interno forte e dinâmico. Neste contexto, as despesas de capital destinadas a acelerar os investimentos na ação climática e a procurar apoio dos parceiros (incluindo o FMI) para aceder a financiamento são cruciais nesta fase. A RSF apoia uma agenda de reformas transformadoras intimamente relacionada com os objetivos de reforma das autoridades em matéria de alterações climáticas e desenvolvimento.

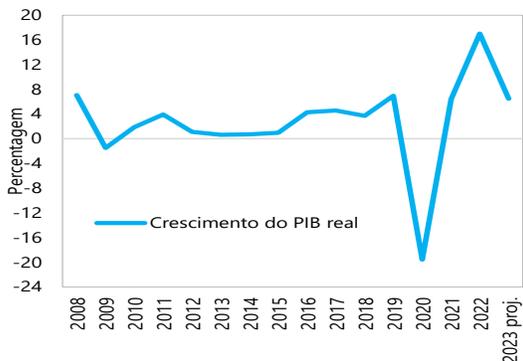
**46. O desempenho do programa no âmbito da ECF tem sido forte.** Todos os critérios de desempenho quantitativos (CDQ) para o final de junho de 2023 foram cumpridos. As metas indicativas (MI) para o final de março e o final de junho de 2023 foram cumpridas. Relativamente aos indicadores de referência estruturais (IRE), as autoridades cumpriram aqueles previstos para o final de junho, final de julho e final de setembro de 2023. Propõe-se um novo conjunto de CDQ para o final de dezembro de 2024 e metas indicativas para o final de setembro de 2024. O corpo técnico apoia a modificação do critério de desempenho relativo ao VA da nova dívida externa para o final de dezembro de 2023. Além disso, o corpo técnico apoia a definição de depósitos no âmbito da rubrica outros passivos líquidos no MTE como um fluxo variável. De acordo com a nova definição, é a utilização/constituição de depósitos da administração pública para reduzir/aumentar as necessidades de endividamento que entra na rubrica outros passivos líquidos, em linha com as contas orçamentais das autoridades. O corpo técnico concorda que as receitas de privatização são incertas, sendo que há elementos que estão fora do controlo das autoridades, e apoiam a alteração

do CD relativo aos outros passivos líquidos em dezembro de 2023 e junho de 2024 para refletir o atraso nas receitas de privatização de 2023 e a mudança da definição.

**47. O corpo técnico apoia a conclusão da terceira avaliação no âmbito do acordo ao abrigo da ECF e o pedido das autoridades para uma RSF de 18 meses.** Tal reflete o desempenho meritório para fazer face aos desafios económicos a médio prazo e endereçar os riscos climáticos. Tendo em conta as necessidades de financiamento externo de Cabo Verde e os fortes compromissos de política das autoridades, o corpo técnico apoia a conclusão da avaliação. Além disso, Cabo Verde apresentou um pacote robusto e abrangente de reformas para dar resposta aos desafios relacionados com o clima. O corpo técnico incentiva as autoridades a aproveitarem a RSF para explorar sinergias com outros financiamentos oficiais e mobilizar mais recursos privados para os esforços de mitigação e adaptação às alterações climáticas.

**Figura 1. Cabo Verde: Desenvolvimentos económicos recentes**

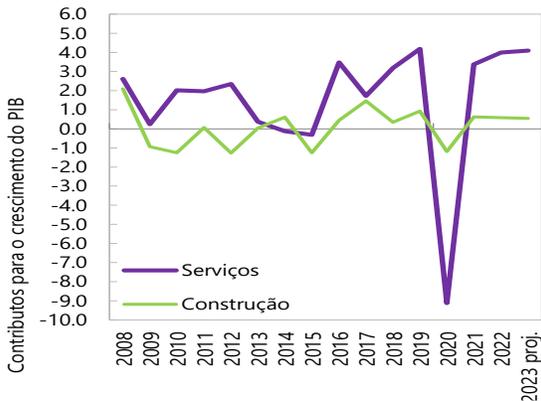
*Projeta-se que o crescimento económico desacelere em 2023...*



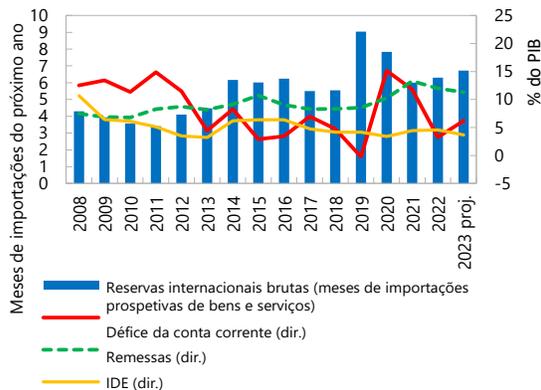
*...depois de melhorias significativas no setor do turismo em 2022...*



*... que deverão apoiar a atividade no setor dos serviços.*



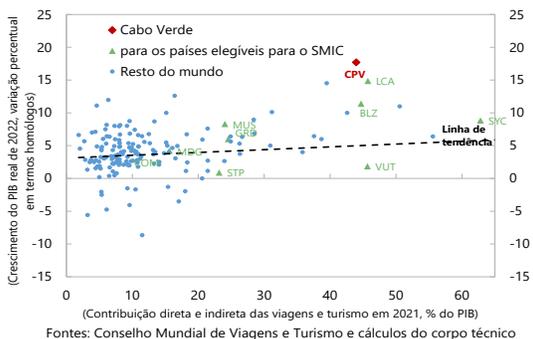
*Projeta-se que as reservas internacionais continuem adequadas, refletindo um fluxo de IDE estável e um aumento das remessas.*



*A inflação global diminuiu devido à descida dos preços dos produtos alimentares e dos combustíveis.*



*Dependência do turismo e crescimento do PIB – 2022.*

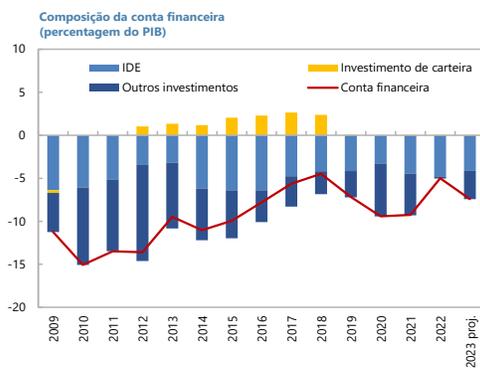
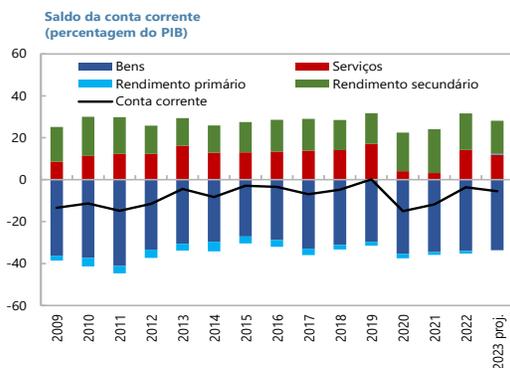


Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

**Figura 2. Cabo Verde: Desenvolvimentos do setor externo**

O défice da conta corrente aumenta ligeiramente em 2023, com o abrandamento das exportações face aos máximos de 2022.

A conta financeira deverá registar uma deterioração, financiada por um aumento de outros investimentos.



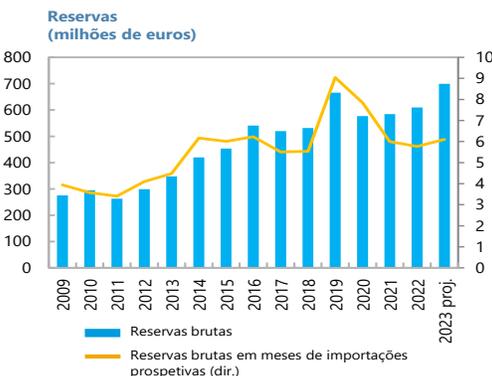
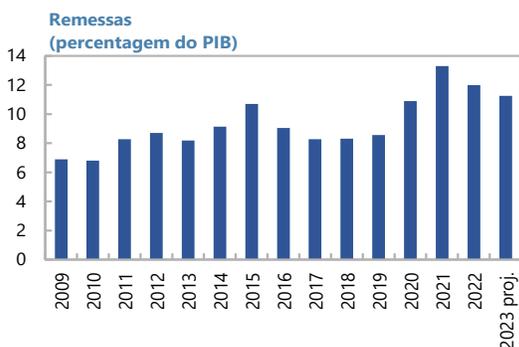
A entrada de turistas deverá aumentar e permanecer ligeiramente acima dos níveis anteriores à pandemia.

Isto resulta num aumento constante das receitas do turismo.



As remessas deverão desacelerar em 2023 mas continuam a ser uma importante fonte de moeda estrangeira...

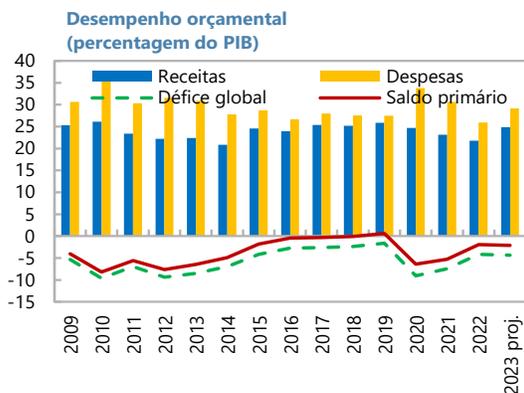
... apoiando a forte posição de reservas do país.



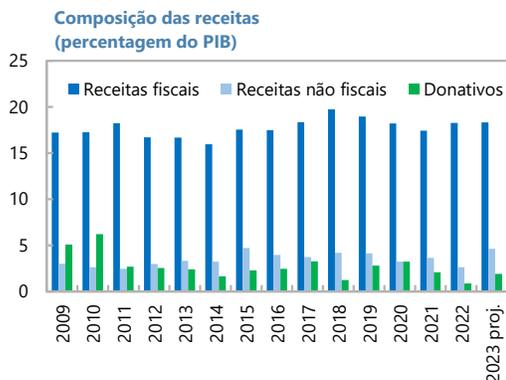
Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

**Figura 3. Cabo Verde: Desenvolvimentos do setor orçamental**

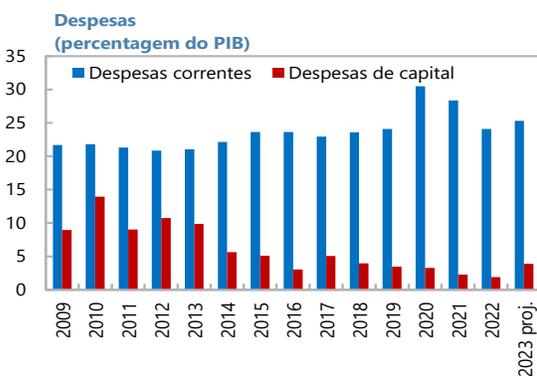
O desempenho orçamental deverá manter-se estável em 2023...



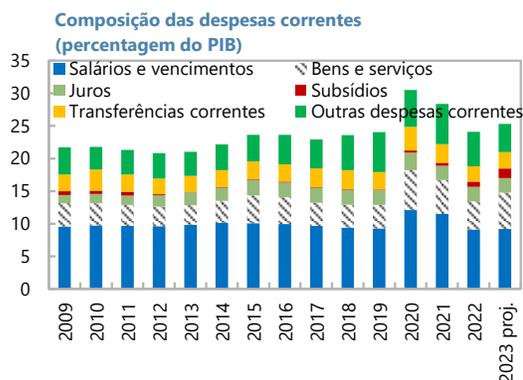
...esperando-se que as receitas fiscais permaneçam robustas, apoiadas por um crescimento económico positivo.



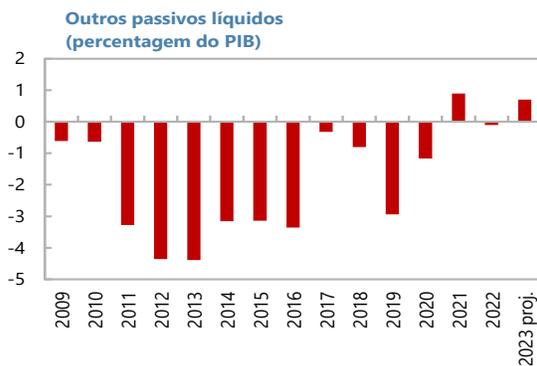
As despesas deverão aumentar devido a maiores despesas correntes e de capital.



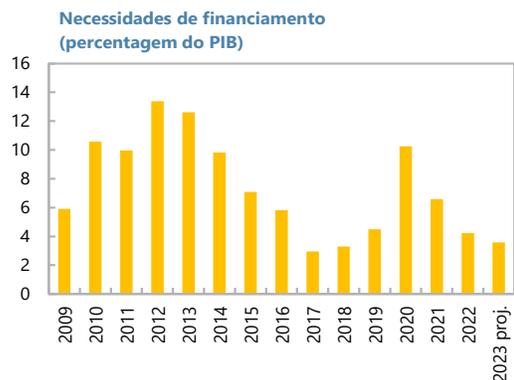
As despesas correntes deverão aumentar devido à expansão da rubrica bens e serviços.



Os outros passivos líquidos deverão diminuir em 2023, refletindo um menor apoio da administração pública às empresas públicas.



Como resultado, as necessidades de financiamento deverão diminuir.

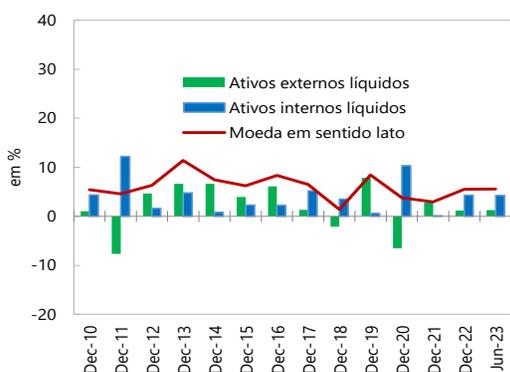


Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

**Figura 4. Cabo Verde: Desenvolvimentos do setor monetário e financeiro**

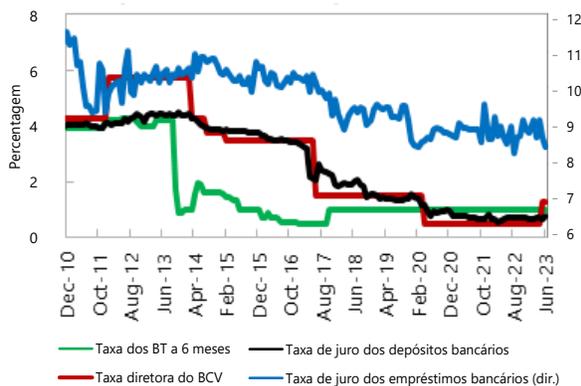
No final de junho de 2023, a moeda em sentido lato aumentou ligeiramente devido ao crescimento dos ativos internos...

**Moeda em sentido lato e contrapartes**  
(variação anual em percentagem da moeda em sentido)



O banco central começou a ajustar a sua taxa de juro diretora, reduzindo o diferencial para com as taxas do BCE.

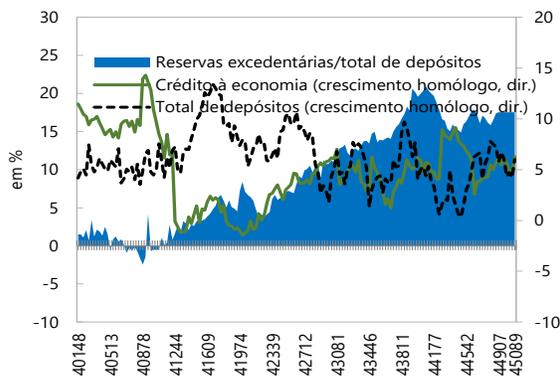
**Taxa de juro diretora e outras taxas do mercado monetário**



Fontes: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

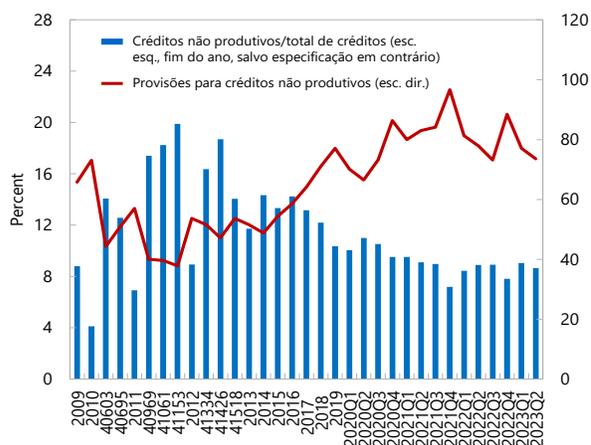
...e o crédito à economia aumentou, não obstante a supressão gradual das medidas de alívio à COVID-19.

**Crédito à economia e depósitos**



O crédito malparado aumentou no segundo trimestre de 2023, refletindo, em parte, a supressão gradual das moratórias de crédito.

**Créditos não produtivos e provisões**



Quadro 1. Cabo Verde: Indicadores económicos seleccionados, 2020–28

	2020	2021	2022		2023		2024	2025	2026	2027	2028
			2. <sup>a</sup> avaliação da ECF	Efe.	2. <sup>a</sup> avaliação da	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
(Variação percentual anual)											
<b>Contas nacionais e preços 1/</b>											
PIB real	-20.8	5.6	17.7	17.1	4.4	4.5	4.7	4.7	4.6	4.6	4.5
Deflator do PIB	0.7	-0.3	6.4	7.7	4.5	4.7	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0
Índice de preços no consumidor (média anual)	0.6	1.9	7.9	7.9	5.2	4.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0
Índice de preços no consumidor (fim do período)	-0.9	5.4	7.6	7.6	5.2	3.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0
<b>Setor externo</b>											
Exportações de bens e serviços	-58.7	-7.5	120.6	120.6	3.7	3.2	8.7	9.5	9.4	8.7	8.1
D/q: turismo	-69.1	-16.4	225.4	225.4	7.7	6.5	10.1	8.8	9.4	8.7	8.7
Importações de bens e serviços	-23.2	0.8	33.7	33.7	7.8	10.2	9.8	7.0	5.4	6.0	4.9
(Variação percentual da moeda em sentido lato em 12 meses)											
<b>Moeda e crédito</b>											
Ativos externos líquidos	-6.6	2.9	1.2	1.2	3.4	4.8	2.8	0.9	0.0	0.0	1.6
Ativos internos líquidos	10.3	0.1	4.6	4.6	4.9	4.6	4.3	4.5	4.8	4.9	3.6
Crédito líquido à administração central	-1.3	2.4	3.1	3.1	0.8	0.0	-0.1	-0.1	0.2	-0.4	-0.6
Crédito à economia	2.9	4.2	3.9	3.9	3.9	4.5	4.4	4.5	4.5	5.2	4.2
Moeda em sentido lato (M2)	3.8	3.0	5.8	5.8	8.3	9.4	7.2	5.4	4.8	4.9	5.3
(Em % do PIB, salvo indicação em contrário)											
<b>Poupança e investimento</b>											
Poupança interna	8.8	28.3	41.7	34.7	18.7	21.4	18.1	17.5	13.7	10.3	12.4
Administrações públicas	-7.6	-5.3	-0.4	0.8	0.5	0.2	1.1	2.4	2.5	3.1	3.1
Privados	16.4	33.6	42.1	33.9	18.2	21.2	17.0	15.1	11.2	7.2	9.3
Investimento nacional	24.1	40.5	45.3	38.4	24.3	27.3	24.2	23.8	19.5	15.7	17.0
Administrações públicas	3.4	2.3	1.9	1.9	4.2	3.2	3.9	4.0	3.2	3.5	3.6
Privados	20.7	38.2	43.4	36.4	20.0	24.1	20.2	19.8	16.3	12.2	13.4
Saldo poupança-investimento	-15.3	-12.2	-3.6	-3.7	-5.6	-5.9	-6.1	-6.3	-5.8	-5.4	-4.6
Administrações públicas	-11.0	-7.6	-2.2	-1.1	-3.8	-3.1	-2.8	-1.6	-0.7	-0.4	-0.5
Privados	-4.4	-4.6	-1.3	-2.6	-1.8	-2.9	-3.3	-4.6	-5.1	-5.0	-4.1
<b>Setor externo</b>											
Conta corrente externa (incl. transferências oficiais)	-15.3	-12.2	-3.6	-3.7	-5.6	-5.9	-6.1	-6.3	-5.8	-5.4	-4.6
Conta corrente externa (excl. transferências oficiais)	-18.0	-14.7	-4.9	-5.1	-5.9	-6.2	-6.9	-6.9	-6.4	-6.0	-5.1
Balança de pagamentos global	-4.7	0.6	1.1	1.1	3.0	4.4	2.7	0.9	0.1	0.1	1.5
Reservas internacionais brutas (meses de importações prospetivas bens e serviços)	7.8	6.0	5.9	5.7	6.1	6.1	6.2	6.0	5.7	5.5	5.5
<b>Finanças públicas</b>											
Receitas	25.2	23.9	21.6	22.4	24.6	25.5	27.6	26.0	25.3	25.9	25.8
Receitas fiscais e não fiscais	21.9	21.8	20.7	21.5	22.7	23.6	25.2	24.6	24.5	24.7	24.7
Donativos	3.3	2.1	0.9	0.9	1.9	1.9	2.3	1.5	0.7	1.2	1.1
Despesas	34.5	31.6	25.7	26.7	29.0	28.9	30.9	28.2	26.4	26.3	26.4
Saldo primário	-6.6	-5.4	-1.9	-2.0	-2.2	-1.1	-1.1	0.0	1.0	1.0	1.0
Saldo global (incl. donativos)	-9.3	-7.7	-4.1	-4.3	-4.4	-3.4	-3.4	-2.1	-1.2	-0.4	-0.5
Outros passivos líquidos (incl. retrocessão)	-1.2	0.9	-0.1	-0.1	0.7	-0.5	-0.2	-0.1	-0.1	0.0	0.0
Financiamento total (incl. retrocessão e capitalização)	9.8	6.8	4.2	4.3	3.7	4.0	3.6	2.3	1.3	0.4	0.5
Crédito interno líquido	3.1	1.7	2.3	2.4	1.4	-0.1	-0.2	-0.2	0.3	-0.7	-1.0
Financiamento externo líquido	6.7	5.1	1.9	2.0	2.3	4.0	3.8	2.4	0.9	1.0	1.5
<b>Volume e serviço da dívida pública</b>											
Total da dívida pública nominal	142.6	152.0	121.2	127.1	112.6	119.9	116.2	111.2	105.4	99.4	93.9
Dívida pública externa	105.1	108.2	84.0	88.0	79.8	82.7	81.9	79.4	75.1	71.3	68.8
Dívida pública interna	37.5	43.8	37.1	39.1	32.8	37.2	34.3	31.8	30.3	28.1	25.1
Serviço da dívida externa (% das exportações de bens e serviços)	14.8	20.2	11.5	15.2	12.4	12.3	11.9	10.9	10.5	9.8	9.1
Valor atual da dívida externa PGP											
Percentagem do PIB (limiar de risco: 55%)	70.3	57.2	53.5	53.5	50.9	54.2	53.3	52.0	49.5	47.4	46.1
Percentagem das exportações (limiar de risco: 240%)	335.9	197.4	159.1	163.8	156.6	161.4	156.1	148.6	137.8	129.5	124.1
Valor atual do total da dívida											
Percentagem do PIB (referência: 70%)	92.4	104.3	91.3	97.1	84.0	90.8	87.5	83.7	79.9	75.6	71.2
<b>Por memória:</b>											
PIB nominal (mil milhões de escudos cabo-verdianos)	176.8	186.2	244.3	235.0	266.6	257.1	274.7	293.4	313.1	333.9	356.0
Reservas internacionais brutas (em milhões de euros, fim de	582	595	626	626	699	728	794	819	823	827	875

Fontes: Autoridades cabo verdianas; estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ O escudo cabo-verdiano está indexado ao euro desde 1999, à taxa de 110,265 CVE/EUR.

**Quadro 2. Cabo Verde: Balança de pagamentos, 2020–28**  
(milhões de EUR, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
			Efe.	2. <sup>a</sup> avaliação da ECF	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
<b>Conta corrente</b>	-246	-206	-79	-136	-138	-152	-166	-164	-148
Balança comercial	-579	-602	-744	-806	-822	-883	-918	-955	-1035
Exportações, FOB	113	151	269	260	261	283	324	363	436
Importações, FOB	692	753	1013	1066	1082	1167	1241	1318	1471
Bens de consumo	256	232	297	329	329	357	382	408	449
Bens intermediários	159	128	166	169	164	179	188	186	167
Bens de capital	93	70	83	93	91	104	113	139	161
Outros (incl. combustíveis)	185	322	468	476	498	527	558	586	623
Combustível	62	74	123	124	128	127	133	134	144
Serviços (líquido)	66	55	311	308	292	293	308	350	385
Receitas	258	193	490	526	522	568	609	657	706
D/q: turismo	133	112	363	391	387	425	463	506	550
Pagamentos	192	139	178	218	230	274	301	307	321
Rendimento primário (líquido)	-36	-24	-27	-16	14	26	11	-4	-16
D/q: juros sobre a dívida pública	-15	-30	-77	-20	-14	-13	-12	-13	-14
Rendimento secundário (líquido)	303	365	381	378	378	412	433	446	488
Administrações públicas	43	42	29	7	7	20	17	18	18
Outros setores	260	324	352	371	371	392	416	428	470
D/q: remessas	178	232	263	270	270	279	287	299	316
<b>Conta de capital</b>	22	23	21	54	51	41	41	40	25
Incl.: Donativos	10	7	9	42	39	28	29	27	13
<b>Conta de operações financeiras 1/</b>	-23	-37	-25	-84	-88	-90	-81	-73	-118
Investimento direto estrangeiro	-55	-78	-105	-100	-100	-102	-104	-107	-121
Investimento de carteira	0	1	1	1	1	1	1	1	1
Outros investimentos	-100	-85	-5	-55	-90	-77	-47	-22	-50
Aquisição líquida de ativos financeiros	-18	54	32	4	4	4	5	5	5
Aumento líquido de passivos	-49	14	-46	60	-7	-23	-20	-28	-17
Autoridade monetária	-1	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração central	101	93	44	73	108	95	65	21	32
Desembolsos	141	133	82	152	191	183	154	116	126
Incluindo a RCF	29	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortização	-41	-39	-38	-78	-83	-88	-89	-94	-94
Financiamento excepcional 2/	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bancos comerciais	4	49	15	7	7	7	8	8	8
Fluxos não bancários	-21	-4	-21	-21	-21	-21	-3	-3	-3
<b>Erros e omissões 3/</b>	-5	31	-28	0	0	0	0	0	0
<b>Saldo global</b>	-206	-115	-60	3	1	-21	-45	-51	-5
<b>Financiamento</b>	206	115	45	-28	-26	10	39	51	5
Ativos de reservas, excl. RSF (-:=acumulação)	75	-10	-25	-104	-102	-46	-15	-4	-48
Empréstimos (multilaterais, excl. FMI)	131	124	70	76	76	57	54	54	54
<b>Déficit de financiamento</b>	0	0	-14	-25	-25	-11	-6	0	0
Uso da ECF	0	0	14	25	25	11	6	0	0
<b>Déficit residual</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Uso do crédito do FMI: RSF	0	0	0	0	0	19	10	0	0
Variação nas reservas incl. RSF (-:= acumulação)	75	-10	-39	-129	-127	-77	-31	-4	-48
<b>Por memória:</b>									
Conta corrente (incl. transferências oficiais, % do PIB)	-15.3	-12.2	-3.7	-5.6	-5.9	-6.1	-6.3	-5.8	-4.6
Conta corrente (excl. transferências oficiais, % do PIB)	-18.0	-14.7	-5.1	-5.9	-6.2	-6.9	-6.9	-6.4	-5.1
Saldo global (percentagem do PIB)	-4.7	0.6	1.1	3.0	4.4	2.7	0.9	0.1	1.5
Reservas internacionais brutas	582	595	626	699	728	794	819	823	827
Meses de importações de bens e serviços do ano corrente	7.9	8.0	6.3	6.5	6.7	6.6	6.4	6.1	5.8
Meses de importações de bens e serviços do próximo ano	7.8	6.0	5.7	6.1	6.1	6.2	6.0	5.7	5.5
Reservas internacionais brutas, excl. RSF	582	595	626	699	728	775	810	823	827
Meses de importações de bens e serviços do ano corrente	7.5	6.2	6.3	6.5	6.7	6.5	6.3	6.1	5.8
Meses de importações de bens e serviços do próximo ano	7.8	6.0	5.7	6.1	6.1	6.0	6.0	5.7	5.5
Dívida pública externa	1,998	2,192	2,260	2,338	2,335	2,472	2,568	2,593	2,625
Ajuda externa (donativos e empréstimos, % do PIB)	12.1	10.7	5.6	8.3	10.1	9.3	7.6	5.7	5.2
PIB nominal	1,604	1,689	2,131	2,418	2,331	2,491	2,661	2,839	3,028

Fontes: Banco de Cabo Verde e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Incluindo reservas internacionais e financiamento excepcional.

2/ Suspensão do serviço da dívida ao abrigo da iniciativa do G-20.

3/ Incluindo os atrasos dos bancos em reportar os créditos comerciais.

### Quadro 3a. Cabo Verde: Demonstração das operações da administração central, 2022–28<sup>1</sup> (milhões de CVE)

	2022		2023		2024		2025		2026		2027		2028	
	2.ª aval.	Efe.	2.ª aval.	Proj.	2.ª aval.	Projeto de orçamento	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
<b>Receitas</b>	52,661	52,660	65,590	65,562	69,245	76,994	75,720	76,414	79,078	86,513	91,968			
Impostos	44,146	44,146	48,206	48,537	53,006	55,282	53,974	60,200	65,228	70,166	74,808			
Impostos sobre rendimentos e lucros	10,174	10,174	12,317	12,346	12,635	12,834	12,693	13,966	15,794	18,022	19,215			
Impostos sobre bens e serviços	23,136	23,136	24,084	24,140	27,685	28,592	27,818	30,601	32,894	35,080	37,602			
Impostos sobre transações internacionais	10,025	10,025	10,955	11,199	11,780	12,914	12,353	14,647	15,436	15,886	16,736			
Outros impostos	811	811	850	852	906	941	1,110	986	1,104	1,178	1,256			
Donativos	2,131	2,131	5,163	4,798	3,504	6,409	6,409	4,308	2,330	4,061	4,061			
Outras receitas	6,384	6,383	12,222	12,227	12,735	15,303	15,337	11,905	11,520	12,285	13,099			
<b>Despesas</b>	62,676	62,676	77,359	74,388	78,684	85,227	85,001	82,665	82,679	87,823	93,828			
Despesas correntes	58,141	58,141	66,029	66,055	69,305	74,439	74,231	70,859	72,662	76,138	81,014			
Remuneração dos empregados	21,984	21,984	24,431	24,581	26,141	27,099	27,099	27,244	27,612	29,447	30,768			
Uso de bens e serviços	10,420	10,420	14,692	14,727	13,359	17,050	16,850	13,792	14,314	15,291	16,330			
Juros	5,376	5,376	5,878	5,878	6,635	6,238	6,217	6,275	6,755	4,746	5,406			
Subsídios	1,964	1,964	2,016	2,364	2,057	1,885	1,885	1,865	1,845	1,825	1,806			
Transferências correntes	5,646	5,646	6,659	6,674	7,099	7,587	7,400	7,219	7,551	8,053	8,586			
Prestações sociais	9,010	9,010	9,146	9,167	9,750	10,740	10,740	10,780	11,055	12,195	13,226			
Outras despesas (incl. transferências de capital)	3,742	3,742	3,207	2,665	4,263	3,840	4,040	3,686	3,530	4,580	4,892			
Aquisição líquida de ativos não financeiros	4,535	4,535	11,330	8,333	9,380	10,788	10,770	11,806	10,018	11,685	12,814			
<b>Saldo primário</b>	-4,639	-4,641	-5,891	-2,948	-2,804	-1,994	-3,064	23	3,154	3,436	3,546			
<b>Saldo global</b>	-10,015	-10,016	-11,769	-8,826	-9,439	-8,233	-9,281	-6,251	-3,601	-1,310	-1,860			
<b>Outros passivos líquidos</b>	-173	-173	1,940	-1,368	-2,274	657	-558	-401	-376	0	0			
Empréstimos de retrocessão ao SEE para fins de investimento	-1,075	-1,075	-1,851	-1,851	-543	-441	-441	-628	-590	0	0			
Outros empréstimos de retrocessão (líquidos)	197	197	197	198	144	-441	172	227	215	0	0			
Capitalização	-2,716	-2,716	-2,200	-2,200	-2,200	-2,600	-2,600	0	0	0	0			
Outros	3,059	3,059	5,794	2,485	325	3,527	2,312	0	0	0	0			
<b>Necessidades de financiamento</b>	10,188	10,189	9,828	10,194	11,713	7,576	9,839	6,653	3,977	1,310	1,860			
<b>Financiamento total</b>	10,188	10,189	9,828	10,194	11,713	7,576	9,839	6,653	3,977	1,310	1,860			
Financiamento interno líquido	5,592	5,593	3,772	-214	8,277	3,864	-636	-513	1,020	-2,187	-3,605			
Financiamento externo líquido	4,596	4,596	6,057	10,408	3,436	3,712	10,475	7,165	2,957	3,497	5,465			
<b>Erros e omissões líquidos (+ excesso de financiamento)</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
<b>Por memória:</b>														
Saldo global contrafactual sem RSF 4/							-9,669	-6,819	-4,149	-1,837	-2,366			
Estimativa de poupança acumuladas com a RSF decorrentes da substituição de financiamento interno mais dispendioso 4/							388	956	1,504	2,031	2,537			
Gastos sociais	15,800	15,800	17,304	17,304	18,448	18,490	19,752	21,073	22,473	23,960				
Total do investimento público	6,970	6,970	13,928	10,931	10,627	11,916	12,905	11,079	11,685	12,814				
d/q: investimento público feito pelas empresas públicas	2,339	2,339	1,851	1,851	543	441	628	590	0	0				

Fontes: Autoridades cabo verdianas; estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui a administração central orçamental e a administração central extraorçamental, mas exclui os fundos de previdência social.

2/ O aumento das despesas relacionadas com a remuneração dos trabalhadores e dos bens e serviços para 2020 reflete, em parte, o alargamento da cobertura orçamental.

3/ Concedidos a título de retrocessão às empresas públicas para a execução de investimentos públicos.

4/ Assumindo um diferencial de taxa de juro nominal de 4% e um diferencial de prazo médio de vencimento de 13 anos entre a RSF e o financiamento interno

**Quadro 3b. Cabo Verde: Demonstração das operações da administração central, 2022–28<sup>1</sup>**  
(% do PIB)

	2022		2023		2024		2025	2026	2027	2028	
	2. <sup>a</sup> avaliação	Efe.	2. <sup>a</sup> avaliação	Proj.	2. <sup>a</sup> avaliação	Projeto de orçamento	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	
<b>Receitas</b>	21.6	22.4	24.6	25.5	24.4	26.9	27.6	26.0	25.3	25.9	25.8
Impostos	18.1	18.8	18.1	18.9	18.6	19.3	19.6	20.5	20.8	21.0	21.0
Impostos sobre rendimentos e lucros	4.2	4.3	4.6	4.8	4.4	4.5	4.6	4.8	5.0	5.4	5.4
Impostos sobre bens e serviços	9.5	9.8	9.0	9.4	9.7	10.0	10.1	10.4	10.5	10.5	10.6
Impostos sobre transações internacionais	4.1	4.3	4.1	4.4	4.1	4.5	4.5	5.0	4.9	4.8	4.7
Outros impostos	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.3	0.4	0.3	0.4	0.4	0.4
Donativos	0.9	0.9	1.9	1.9	1.0	2.2	2.3	1.5	0.7	1.2	1.1
Outras receitas	2.6	2.7	4.6	4.8	4.5	5.3	5.6	4.1	3.7	3.7	3.7
<b>Despesas</b>	25.7	26.7	29.0	28.9	27.7	29.8	30.9	28.2	26.4	26.3	26.4
Despesas correntes	23.8	24.7	24.8	25.7	24.4	26.0	27.0	24.1	23.2	22.8	22.8
Remuneração dos empregados	9.0	9.4	9.2	9.6	9.2	9.5	9.9	9.3	8.8	8.8	8.6
Uso de bens e serviços	4.3	4.4	5.5	5.7	4.7	6.0	6.1	4.7	4.6	4.6	4.6
Juros	2.2	2.3	2.2	2.3	2.3	2.2	2.3	2.1	2.2	1.4	1.5
Subsídios	0.8	0.8	0.8	0.9	0.7	0.7	0.7	0.6	0.6	0.5	0.5
Transferências correntes	2.3	2.4	2.5	2.6	2.5	2.6	2.7	2.5	2.4	2.4	2.4
Prestações sociais	3.7	3.8	3.4	3.6	3.4	3.8	3.9	3.7	3.5	3.7	3.7
Outras despesas (incl. transferências de capital)	1.5	1.6	1.2	1.0	1.5	1.3	1.5	1.3	1.1	1.4	1.4
Aquisição líquida de ativos não financeiros	1.9	1.9	4.2	3.2	3.3	3.8	3.9	4.0	3.2	3.5	3.6
<b>Saldo primário</b>	-1.9	-2.0	-2.2	-1.1	-1.0	-0.4	-1.1	0.0	1.0	1.0	1.0
<b>Saldo global</b>	-4.1	-4.3	-4.4	-3.4	-3.3	-2.9	-3.4	-2.1	-1.2	-0.4	-0.5
<b>Outros passivos líquidos</b>	-0.1	-0.1	0.7	-0.5	-0.8	0.2	-0.2	-0.1	-0.1	0.0	0.0
Empréstimos de retrocessão ao SEE para fins de investimento	-0.4	-0.5	-0.7	-0.7	-0.2	-0.2	-0.2	-0.2	-0.2	0.0	0.0
Outros empréstimos de retrocessão (líquidos)	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	-0.2	0.1	0.1	0.1	0.0	0.0
Capitalização	-1.1	-1.2	-0.8	-0.9	-0.8	-0.9	-0.9	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros	1.3	1.3	2.2	1.0	0.1	1.2	0.8	0.0	0.0	0.0	0.0
<b>Necessidades de financiamento</b>	4.2	4.3	3.7	4.0	4.1	2.6	3.6	2.3	1.3	0.4	0.5
<b>Financiamento total</b>	4.2	4.3	3.7	4.0	4.1	2.6	3.6	2.3	1.3	0.4	0.5
Financiamento interno líquido	2.3	2.4	1.4	-0.1	2.9	1.3	-0.2	-0.2	0.3	-0.7	-1.0
Financiamento externo líquido	1.9	2.0	2.3	4.0	1.5	1.3	3.8	2.4	0.9	1.0	1.5
<b>Erros e omissões líquidos (+ excesso de financiamento)</b>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<b>Por memória:</b>											
Saldo global contrafactual sem RSF 4/							-3.5	-2.3	-1.3	-0.6	-0.7
Estimativa de poupança acumuladas com a RSF decorrentes da substituição de financiamento interno mais dispendioso 4/							0.1	0.3	0.5	0.6	0.7
Dívida/PIB (3. <sup>a</sup> aval.)		127.1		119.9			116.2	111.2	105.4	99.4	93.9
Variação no rácio dívida/PIB (3. <sup>a</sup> aval.)				-7.3			-3.6	-5.1	-5.8	-6.0	-5.6
d/q: contributo do défice primário				1.1			1.1	0.0	-1.0	-1.0	-1.0
d/q: contributo do crescimento do PIB real				-5.5			-5.4	-4.9	-4.3	-4.0	-3.8
d/q: contributo da taxa de juro real média				-3.2			-0.8	0.0	-0.3	-0.3	-0.2
d/q: contributo de outros fluxos geradores de dívida 1/				0.3			1.5	-0.2	-0.1	-0.7	-0.5
Gastos sociais	6.5	6.7	6.5	6.7			6.7	6.7	6.7	6.7	6.7
Total do investimento público	2.9	3.0	5.2	4.3			4.3	4.4	3.5	3.5	3.6
d/q: investimento público feito pelas empresas públicas	1.0	1.0	0.7	0.7			0.2	0.2	0.2	0.0	0.0
PIB a preços correntes de mercado (mil milhões de escudos cabo-verdês)	244.3	235.0	266.6	257.1	284.2	286.4	274.7	293.4	313.1	333.9	356.0

Fontes: Autoridades cabo-verdianas; estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui outros passivos líquidos e outros fluxos geradores de dívida

2/ O aumento das despesas relacionadas com a remuneração dos trabalhadores e dos bens e serviços para 2020 reflete, em parte, o alargamento da cobertura orçamental.

3/ Concedidos a título de retrocessão às empresas públicas para a execução de investimentos públicos.

4/ Assumindo um diferencial de taxa de juro nominal de 4% e um diferencial de prazo médio de vencimento de 13 anos entre a RSF e o financiamento interno

**Quadro 4. Cabo Verde: Síntese das sociedades depositárias, 2020–28**  
(milhões de CVE, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
			Efe.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
<b>Ativos externos líquidos</b>	57,716	63,718	66,329	77,232	84,240	86,665	86,729	86,779	91,724
Ativos externos	91,373	99,880	106,860	118,557	126,377	129,634	130,549	131,471	137,309
D/q: reservas internacionais brutas	64,213	65,636	69,036	80,243	87,568	90,323	90,730	91,136	96,452
Passivos externos	-33,658	-36,162	-40,531	-41,325	-42,137	-42,969	-43,821	-44,692	-45,585
<b>Ativos internos líquidos</b>	148,917	149,183	158,957	169,250	179,922	191,839	205,094	219,299	230,465
Crédito interno líquido	146,433	170,936	185,609	195,902	206,574	218,491	231,746	245,951	257,117
Crédito à administração central (líquido)	20,036	35,916	42,273	42,430	42,323	42,291	43,035	42,191	40,653
Investimento em TCMF 1/	6,433	6,433	6,433	6,433	6,433	6,433	6,433	6,433	6,433
Crédito líquido à administração central	21,380	26,322	33,029	32,922	32,604	32,348	32,858	31,764	29,962
Crédito à administração central	44,681	52,916	63,182	63,075	62,757	62,501	63,011	61,918	60,115
Depósitos da administração central	-23,300	-26,593	-30,153	-30,153	-30,153	-30,153	-30,153	-30,153	-30,153
D/q: depósitos para projetos	-80	-92	-104	-104	-104	-104	-104	-104	-104
Crédito líquido aos governos locais e outros órgãos 2/	-7,777	3,161	2,811	3,075	3,286	3,510	3,744	3,993	4,258
Crédito à economia	126,396	135,019	143,336	153,472	164,251	176,200	188,711	203,760	216,464
d/q crédito ao setor privado	120,703	129,224	136,470	148,351	156,532	167,903	179,809	194,130	206,220
d/q crédito a sociedades públicas não financeiras	5,681	5,783	6,857	5,112	7,710	8,288	8,893	9,621	10,235
Outras rubricas (líquido)	2,484	-21,752	-26,652	-26,652	-26,652	-26,652	-26,652	-26,652	-26,652
<b>Moeda em sentido lato (M2)</b>	206,632	212,902	225,286	246,482	264,162	278,504	291,823	306,077	322,188
Moeda em sentido estrito (M1)	108,321	105,352	120,585	131,930	141,393	149,070	156,199	163,829	172,452
Moeda em circulação	11,115	11,416	12,236	13,388	14,348	15,127	15,850	16,624	17,500
Depósitos à ordem	97,207	93,936	108,349	118,542	127,045	133,943	140,349	147,204	154,953
Quase-moeda	97,565	99,673	98,824	108,122	115,877	122,169	128,011	134,264	141,331
Depósitos em moeda estrangeira	4,599	4,606	5,877	6,430	6,891	7,266	7,613	7,985	8,405
<b>(Variação percentual da moeda em sentido lato em 12 meses)</b>									
Ativos externos líquidos	-6.6	2.9	1.2	4.8	2.8	0.9	0.0	0.0	1.6
Ativos internos líquidos	10.3	0.1	4.6	4.6	4.3	4.5	4.8	4.9	3.6
Crédito interno líquido	-3.1	11.9	6.9	4.6	4.3	4.5	4.8	4.9	3.6
Crédito líquido à administração central	-1.3	2.4	3.1	0.0	-0.1	-0.1	0.2	-0.4	-0.6
Crédito à economia	2.9	4.2	3.9	4.5	4.4	4.5	4.5	5.2	4.2
d/q crédito ao setor privado	3.1	4.1	3.4	5.3	3.3	4.3	4.3	4.9	3.9
d/q crédito a sociedades públicas não financeiras	-0.2	0.0	0.5	-0.8	1.1	0.2	0.2	0.2	0.2
Outras rubricas (líquido)	13.4	-11.7	-2.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Moeda em sentido lato (M2)	3.8	3.0	5.8	9.4	7.2	5.4	4.8	4.9	5.3
<b>Por memória:</b>									
Depósitos de emigrantes	66,422	67,592	69,143	75,550	80,969	85,365	89,448	93,817	98,755
Depósitos de emigrantes/total de depósitos (%)	34.0	33.5	32.5	32.4	32.4	32.4	32.4	32.4	32.4
Reservas excedentárias/total de depósitos (%)	19.7	15.6	13.9	20.6	14.1	14.2	14.0	15.0	15.6
Multiplicador monetário (M2/M0)	2.9	3.2	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1	3.1
Velocidade da moeda (PIB nominal/M2)	0.9	0.9	1.0	1.0	1.0	1.1	1.1	1.1	1.1
Crédito à economia (variação percentual) 3/	4.8	6.8	6.2	7.1	7.0	7.3	7.1	8.0	6.2
d/q crédito ao setor privado	5.4	7.1	5.6	8.7	5.5	7.3	7.1	8.0	6.2
d/q crédito a sociedades públicas não financeiras	-5.5	1.8	18.6	-25.4	50.8	7.5	7.3	8.2	6.4
Moeda em sentido lato (M2 em % do PIB)	116.9	114.3	95.9	95.9	96.2	94.9	93.2	91.7	90.5

Fontes: Banco de Cabo Verde e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF) são obrigações em CVE que são garantidas por uma conta *offshore* gerida pelo Banco de Portugal. Venceram-se no final de 2018 e em 2019 as autoridades decidiram resgatar uma parte das obrigações e substituir o saldo por novos títulos.

2/ Inclui o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) de Cabo Verde.

3/ Variação percentual homóloga.

### Quadro 5. Cabo Verde: Indicadores de solidez financeira do setor bancário, 2018–2T2023

(final do ano; em %, salvo indicação em contrário)

	2018	2019	2020Q1	2020Q2	2020Q3	2020Q4	2021Q1	2021Q2	2021Q3	2021Q4	2022Q1	2022Q2	2022Q3	2022Q4	2023Q1	2023Q2
<b>Adequação dos fundos próprios</b>																
Fundos próprios regulamentares/ativos ponderados pelo risco	16.2	17.7	18.1	18.3	18.6	19.4	19.6	20.0	20.9	21.4	22.0	21.4	21.9	22.2	22.7	21.4
Capital regulamentar de nível 1/ ativos ponderados pelo risco	16.1	18.2	18.6	18.8	19.0	19.8	20.1	20.5	20.9	21.1	21.6	21.1	21.5	22.6	23.2	22.1
<b>Qualidade dos activos 1/</b>																
Créditos não produtivos/total de empréstimos	12.2	10.4	10.1	11.0	10.5	9.5	9.5	9.1	9.0	8.1	8.2	8.8	8.9	7.8	9.1	8.7
Créditos não produtivos líquidos de provisões/fundos próprios	26.0	15.0	20.4	23.9	16.6	7.1	10.9	8.5	7.6	1.6	7.4	9.4	11.6	3.9	8.6	10.8
Provisões para créditos não produtivos	71.0	77.0	70.1	66.5	73.3	86.4	80.0	83.0	84.1	95.5	81.3	77.9	73.2	88.4	77.1	73.5
<b>Lucros e rentabilidade</b>																
Rentabilidade dos ativos	0.3	1.3	0.4	0.6	1.0	1.3	0.4	0.8	1.2	1.4	0.4	0.8	1.3	1.5	0.4	0.9
Rentabilidade dos capitais próprios	4.8	17.8	5.3	7.9	12.7	15.4	4.9	9.1	12.7	14.9	4.4	8.7	13.6	16.0	4.4	9.2
Margem financeira/rendimento bruto	79.6	81.1	78.2	85.8	86.7	85.7	84.8	83.1	83.5	80.8	83.9	82.0	78.6	80.0	83.6	82.7
Despesas não financeiras/rendimento bruto	69.6	49.4	46.4	49.3	48.9	48.9	45.5	45.3	45.4	46.0	46.5	45.6	44.2	46.2	45.7	45.4
<b>Liquidez 2/</b>																
Ativos líquidos/total do ativo	21.4	24.3	23.8	25.4	25.9	25.1	23.0	21.7	22.6	24.3	24.1	22.8	23.2	24.6	24.8	25.2
Ativos líquidos/passivos de curto prazo	25.5	28.3	27.8	30.0	30.8	29.9	27.5	26.1	28.0	30.5	30.1	28.5	29.1	31.5	31.6	32.3
<b>Indicadores adicionais</b>																
Depósitos do governo/total de depósitos	18.3	19.1	19.6	19.1	19.7	19.6	19.0	18.0	17.7	16.0	15.7	15.8	17.1	17.0	17.3	17.6
Depósitos à ordem/ total de depósitos	50.5	50.9	51.8	51.6	51.7	51.1	51.6	51.4	50.9	51.8	52.6	51.8	52.9	53.3	53.8	54.3
Total do crédito/ total de depósitos	55.2	52.9	52.9	53.2	53.6	54.7	55.5	56.1	57.8	56.9	55.5	56.3	56.1	57.4	56.7	56.9
Despesas com pessoal/custos de operações	66.6	56.6	59.2	57.8	57.7	58.0	60.4	59.7	58.4	58.0	58.0	57.4	56.5	55.6	58.1	57.5

Fonte: Banco de Cabo Verde.

1/ Com base na definição das IS/IFRS.

2/ Os ativos líquidos incluem notas e valores em caixa e títulos negociáveis. Os passivos de curto prazo incluem depósitos à ordem.

## Quadro 6. Cabo Verde: Critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas ao abrigo da ECF, março de 2023–dezembro de 2024<sup>1</sup>

(milhões de CVE, salvo indicação em contrário)

	2023						2024									
	Final de mar.		Final de jun.		Final de set.		Final de dez.		Final de mar.		Final de jun.		Final de set.		Final de dez.	
	Metas indicativas (M)	Efetivo	Situação	Crítérios desempenho (CD)	Efetivo	Situação	Metas indicativas (M)	Crítérios desempenho (CD)	Crítérios desempenho revistos (CD)	Metas indicativas (M)	Meta indicativa revista	Crítérios desempenho (CD)	Crítérios desempenho revistos (CD)	Metas indicativas (M)	Crítérios desempenho (CD)	
<b>Critérios de desempenho quantitativos</b>																
Saldo primário, piso <sup>2</sup>	-2,612.0	608.1	Cumprido	-4,141.0	2,759.2	Cumprido	-5,564.2	-6,298.0		-1,849		-2,417		-2,740.6		-3,063.9
Receitas fiscais, piso	9,550.1	13,228.8	Cumprido	19,095.0	24,669.9	Cumprido	31,483.0	45,849.0		8,088		21,029		37,501.4		53,973.7
Outros passivos líquidos, piso <sup>3</sup>	-501.5	2,327.7	Cumprido	-625.3	593.2	Cumprido	-1,150.2	1,940.3	-1,368.2	-1,099	-418	-1,259	-446.3	-502.12		-557.9
Financiamento interno líquido, teto	5,651	820	Cumprido	5,886	1,728	Cumprido	4,920.5	4,179		3,093		4,021		2,241.25		462
Não acumulação de atrasados internos <sup>4</sup>	0	0	Cumprido	0	0	Cumprido	0	0		0		0		0		0
Não acumulação de atrasados de pagamentos externos <sup>4</sup>	0	0	Cumprido	0	0	Cumprido	0	0		0		0		0		0
Valor atual da nova dívida externa, teto (em milhões de USD)	46	11.93	Cumprido	60	24	Cumprido	75	98.7	108.8	24		37		95.4		125.5
Valor nominal da nova dívida externa da administração central em termos não concess:	0	0	Cumprido	0	0	Cumprido	0	0		0		0		0		0
Reservas internacionais brutas (em milhões de euros), piso <sup>2</sup>	554	653.9	Cumprido	572	626.0	Cumprido	592	622		671		693		743.58		794
<b>Metas indicativas</b>																
Gastos sociais, piso	2,923	3,135	Cumprido	6,180	6,982	Cumprido	10,009.0	17,304.0		3,690		7,379		12,934.5		18,490.1
<b>Critérios de desempenho contínuos não quantitativos</b>																
Não imposição ou intensificação de restrições relativas à realização de pagamentos e transferências de transações internacionais correntes																
Não introdução ou modificação de práticas de taxas de câmbio múltiplas																
Não imposição ou intensificação de restrições à importação por razões de balança de pagamentos																
Não conclusão de acordos de pagamentos bilaterais que sejam incompatíveis com o Artigo VIII																
<i>Por memória:</i>																
Empréstimos de retrocessão líquidos	413.3	15.6		827	47		1,286	1,653		116.6		136		165.209		194
Capitalização	300.0	1,955.1		765.3	1,366.4		880.1	2,200.4		1,100		1,600		2,100.2		2,600
<b>Pressupostos do programa</b>																
Donativos de apoio a projetos e ao orçamento	522.5	479.0		623.3	1,206.1		2,090.0	5,225.0		526		1,121		3,765.34		6,409.3
Serviço da dívida externa	3,664.8	2,557.5		6,445.4	3,420.2		10,664.6	12,921.0		2,409		4,818		8,424.69		12,031.9
Vendas de ativos	142.2	12.2		516.6	97.0		612.0	747.0		106		226		465.3		705.0
Empréstimos de apoio a projetos e ao orçamento	913.9	2,758.1		5,887.7	5,590.6		13,523.5	16,663.0		1,816		4,238		11,995.3		19,752.2

Fontes: Autoridades cabo verdianas; estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Os montantes em moeda estrangeira serão convertidos às taxas de câmbio correntes.

<sup>2</sup> Volume de reservas em milhões de euros. O limite mínimo (piso) ou máximo (teto) será ajustado conforme

<sup>3</sup> Outros passivos líquidos incluem empréstimos de retrocessão líquidos, capitalização e outros ativos.

<sup>4</sup> Contínuo.

### Quadro 7. Cabo Verde: Indicadores de referência estruturais ao abrigo da ECF, 2022-24

Ações	Data-limite	Objetivo	Situação
<b>Reformas orçamentais</b>			
1) Fatura eletrónica de, pelo menos, 50% dos contribuintes para efeitos de IVA.	Final de dez. de 2022	Melhorar a arrecadação de receitas	Cumprido
2) Apresentar à Assembleia Nacional o orçamento para 2023 que esteja em conformidade com os compromissos assumidos ao abrigo do programa.	Final de dez. de 2022	Apoiar a sustentabilidade orçamental e da dívida	Cumprido
3) Compilar e publicar séries históricas de estatísticas financeiras das administrações públicas.	Final de mar. de 2023	Melhorar a transparência orçamental	Cumprido
4) Publicar relatórios de execução orçamental anuais das administrações públicas.	Final de set. de 2023	Melhorar a transparência orçamental	Cumprido
5) Elaborar um sistema de gestão do risco de cumprimento para permitir a otimização da arrecadação de receitas fiscais até ao final de dezembro de 2023.	Final de dez. de 2023	Apoiar a sustentabilidade orçamental e da dívida	
6) Apresentar à Assembleia Nacional o orçamento para 2024 que esteja em conformidade com o compromisso assumido em termos de saldo primário ao abrigo do programa.	Final de dez. de 2023	Apoiar a sustentabilidade orçamental e da dívida	
7) Desenvolver e publicar um plano de ação para reduzir as despesas fiscais em 1% do PIB e incluir estimativas publicadas das despesas fiscais anuais no orçamento para melhorar a transparência.	Final de set. de 2024	Apoiar a sustentabilidade orçamental e da dívida	
8) Implementar o plano de ação que visa reduzir as despesas no orçamento de 2025	Final de dez. de 2024	Apoiar a sustentabilidade orçamental e da dívida	
9) Alargar a cobertura da análise e do relato dos riscos orçamentais a fim de incluir as PPP ( <b>novos IRE propostos</b> ).	Final de set. de 2024	Melhorar a transparência orçamental e a análise dos riscos	
<b>Reformas das empresas públicas</b>			
10) Conduzir uma análise trimestral da avaliação do risco orçamental utilizando a ferramenta do FMI de verificação da situação das empresas públicas.	Final de set. de 2022	Melhorar a comunicação de dados orçamentais e reduzir os riscos orçamentais	Cumprido
11) Introduzir um relatório trimestral de acompanhamento da execução orçamental das empresas públicas.	Final de set. de 2022	Melhorar a comunicação de dados orçamentais e reduzir os riscos orçamentais	Cumprido
12) Melhorar o relatório anual das empresas públicas de modo a incluir a comparação da execução em relação à projeção orçamental inicial, a avaliação do desempenho face aos planos de médio prazo e dados sobre as relações com o governo (transferências e passivos).	Final de jul. de 2023	Melhorar a comunicação de dados orçamentais e reduzir os riscos orçamentais	Cumprido
13) Com base no indicador de referência estrutural de julho de 2023, publicar no relatório anual sobre as empresas públicas as metas acordadas entre o Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial e as seis maiores empresas públicas relativas à melhoria do desempenho financeiro e à redução da necessidade de apoio da administração central.	Final de jun. de 2024	Melhorar a comunicação de dados orçamentais e reduzir os riscos orçamentais	
<b>Reformas da política monetária</b>			
14) Anunciar com antecedência um calendário para a realização de leilões de títulos de intervenção monetária e títulos de regularização monetária.	Final de jun. de 2022	Apoiar o desenvolvimento do mercado monetário	Cumprido
15) Introduzir indicadores compostos da atividade económica.	Final de jun. de 2023	Apoiar a análise da política monetária	Cumprido
<b>Reformas do setor financeiro</b>			
16) Apresentar ao Ministério das Finanças projetos de alteração da Lei do BCV, em conformidade com as recomendações do FMI, com vista a i) estabelecer um processo de supervisão independente e separado da direção executiva; ii) reforçar a autonomia individual e financeira do BCV; e iii) melhorar os mecanismos de transparência e a prestação de contas.	Final de dez. de 2022	Reforçar o quadro institucional do BCV	Cumprido
17) Realizar um estudo exaustivo sobre as perdas e provisões relativas aos empréstimos no termo da moratória de crédito.	Final de dez. de 2022	Reforçar a estabilidade financeira	Cumprido
18) Desenvolver um quadro comum para a resolução dos créditos não produtivos relacionados com a crise.	Final de dez. de 2022	Reforçar a estabilidade financeira	Cumprido
19) Aumentar a frequência dos testes de esforço para duas vezes por ano (junho de 2023 e dezembro de 2023) para garantir a eficácia do processo de supervisão e reformular a metodologia dos testes de esforço de modo a incluir dados bancários pormenorizados e uma avaliação do risco de cibersegurança.	Final de dez. de 2023	Reforçar a estabilidade financeira	
20) Remeter ao Parlamento os projetos de alteração da Lei do BCV, em conformidade com as recomendações do FMI, com vista a: i) estabelecer um processo de supervisão independente e separado da direção executiva; ii) reforçar a autonomia individual e financeira do BCV; e iii) melhorar os mecanismos de transparência e prestação de contas ( <b>novos IRE propostos</b> ).	Final de jul. de 2024	Reforçar o quadro institucional do BCV	

## Quadro 8. Cabo Verde: Indicadores da capacidade de reembolso ao FMI, 2023–43

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043
<b>Obrigações com o FMI com base no crédito existente (em milhões de DSE)</b>																					
Capital da dívida	0.00	0.00	2.37	4.74	5.87	8.57	10.14	7.77	5.40	4.28	1.58	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Encargos e juros	0.00	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33
Total	0.00	1.33	3.70	6.07	7.20	9.90	11.47	9.10	6.73	5.61	2.91	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33
<b>Obrigações com o FMI com base no crédito existente e previsto (em milhões de DSE)</b>																					
Capital da dívida	0.00	0.00	2.37	4.74	5.87	8.57	11.49	10.93	9.01	7.88	5.18	2.65	2.43	2.37	2.37	2.37	2.37	2.37	2.37	2.37	2.37
d/q PRGT	0.00	0.00	2.37	4.74	5.87	8.57	11.49	10.93	9.01	7.88	5.18	2.25	0.45	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
d/q RST	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.40	1.98	2.37	2.37	2.37	2.37	2.37	2.37	2.37	2.37
Encargos e juros	0.00	1.42	1.80	1.86	1.86	1.87	1.86	1.86	1.86	1.87	1.86	1.86	1.85	1.80	1.74	1.69	1.64	1.58	1.53	1.48	1.42
d/q PRGT	0.00	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33
d/q RST	0.00	0.09	0.47	0.53	0.53	0.53	0.53	0.53	0.53	0.53	0.53	0.53	0.51	0.46	0.41	0.36	0.30	0.25	0.20	0.14	0.09
Total	0.00	1.42	6.54	11.34	13.60	19.01	24.84	23.72	19.88	17.63	12.22	7.16	6.71	6.54	6.48	6.43	6.38	6.32	6.27	6.22	6.16
<b>Obrigações totais com base no crédito existente e previsto</b>																					
Em milhões de DSE	0.00	1.42	4.17	6.60	7.73	10.44	13.35	12.79	10.87	9.75	7.04	4.51	4.28	4.17	4.11	4.06	4.01	3.95	3.90	3.85	3.79
d/q PRGT	0.00	1.33	3.70	6.07	7.20	9.90	12.82	12.26	10.34	9.21	6.51	3.58	1.78	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33	1.33
d/q RST	0.00	0.09	0.47	0.53	0.53	0.53	0.53	0.53	0.53	0.53	0.93	2.49	2.83	2.78	2.73	2.67	2.62	2.57	2.51	2.46	2.46
Em milhões de USD	0.00	1.91	5.65	8.98	10.53	14.27	18.24	17.48	14.86	13.32	9.62	6.16	5.85	5.70	5.62	5.55	5.48	5.40	5.33	5.26	5.18
d/q PRGT	0.00	1.79	5.01	8.26	9.81	13.53	17.52	16.76	14.13	12.59	8.90	4.89	2.43	1.82	1.82	1.82	1.82	1.82	1.82	1.82	1.82
d/q RST	0.00	0.12	0.64	0.72	0.72	0.72	0.72	0.72	0.72	0.72	1.27	3.40	3.87	3.80	3.73	3.65	3.58	3.51	3.43	3.36	3.36
Porcentagem de exportações de bens e serviços	0.00	0.20	0.55	0.79	0.86	1.08	1.26	1.11	0.87	0.72	0.48	0.28	0.24	0.22	0.20	0.18	0.16	0.14	0.12	0.11	0.10
Porcentagem do serviço da dívida	0.00	1.20	3.47	5.19	6.91	9.05	10.72	10.04	8.30	6.83	4.57	2.79	2.51	2.30	2.14	2.03	1.95	1.84	1.79	1.77	1.78
Porcentagem da quota	0.00	5.99	17.59	27.85	32.62	44.05	56.33	53.97	45.86	41.14	29.70	19.03	18.06	17.59	17.24	17.13	16.92	16.67	16.46	16.24	15.99
Porcentagem das reservas internacionais brutas	0.00	0.22	0.62	0.98	1.15	1.48	1.78	1.58	1.21	1.00	0.67	0.39	0.33	0.30	0.27	0.24	0.21	0.19	0.17	0.15	0.13
Porcentagem do PIB	0.00	0.07	0.19	0.28	0.31	0.40	0.48	0.43	0.34	0.29	0.20	0.12	0.11	0.10	0.09	0.08	0.08	0.07	0.07	0.06	0.06
<b>Saldo em dívida com o FMI</b>																					
Em milhões de DSE	55.2	80.0	90.1	85.3	79.5	70.9	59.4	48.5	39.5	31.6	26.4	23.9	21.5	19.1	16.7	14.4	12.0	9.6	7.2	4.9	2.5
Em milhões de USD	74.2	107.8	122.0	116.1	108.2	96.9	81.2	66.2	53.9	43.2	36.1	32.6	29.3	26.1	22.9	19.6	16.4	13.1	9.9	6.7	3.4
Porcentagem de exportações de bens e serviços	8.7	11.448	11.778	10.2	8.8	7.3	5.6	4.2	3.2	2.3	1.8	1.5	1.2	1.0	0.8	0.6	0.5	0.3	0.2	0.1	0.1
Porcentagem do serviço da dívida	45.4	67.4	75.0	67.0	71.0	61.4	47.7	38.0	30.1	22.1	17.1	14.8	12.6	10.5	8.7	7.2	5.8	4.5	3.3	2.2	1.2
Porcentagem da quota	233	338	380	360	335	299	251	205	166	133	111	101	91	81	71	61	51	41	31	21	11
Porcentagem das reservas internacionais brutas	9.3	12.3	13.4	12.7	11.8	10.0	7.9	6.0	4.4	3.3	2.5	2.1	1.7	1.4	1.1	0.9	0.6	0.5	0.3	0.2	0.1
Porcentagem do PIB	2.9	3.9	4.1	3.7	3.2	2.7	2.1	1.6	1.2	0.9	0.7	0.6	0.5	0.4	0.4	0.3	0.2	0.2	0.1	0.1	0.0
<b>Uso líquido do crédito do FMI (em milhões de DSE)</b>																					
Desembolsos	20.3	24.8	10.1	-4.7	-5.9	-8.6	-11.5	-10.9	-9.0	-7.9	-5.2	-2.5	-2.4	-2.4	-2.4	-2.4	-2.4	-2.4	-2.4	-2.4	-2.4
Amortização	0.0	0.0	2.4	4.7	5.9	8.6	11.5	10.9	9.0	7.9	5.2	2.5	2.4	2.4	2.4	2.4	2.4	2.4	2.4	2.4	2.4
<b>Por memória:</b>																					
Exportações de bens e serviços (em milhões de USD)	856.1	941.9	1036.0	1135.9	1229.9	1324.2	1465.1	1580.1	1706.0	1840.3	2006.7	2197.0	2420.7	2600.2	2844.0	3142.3	3510.0	3874.2	4300.1	4722.4	5240.3
Serviço da dívida (em milhões de USD)	163.5	160.0	162.7	173.1	152.4	157.7	170.2	174.2	178.9	195.1	210.6	220.8	233.4	247.3	262.0	273.2	281.0	294.2	298.0	297.2	291.4
Quota (em milhões de DSE)	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7	23.7
Reservas internacionais brutas	795.9	879.0	910.5	916.8	917.4	967.0	1024.1	1107.3	1230.1	1327.4	1429.4	1587.4	1746.7	1878.5	2077.8	2295.2	2553.5	2840.9	3138.6	3443.9	4123.8
PIB (em milhões de USD)	2549.7	2757.4	2958.0	3163.3	3360.6	3568.9	3801.3	4051.2	4317.3	4601.0	4903.2	5224.7	5566.8	5931.4	6319.3	6732.0	7171.9	7639.3	8133.5	8657.9	9219.1

Fontes: Estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

## Quadro 9. Cabo Verde: Calendário proposto de avaliações ao abrigo da ECF, 2022-25

Data disponível	Montante (em milhões de DSE)	% da quota	Condições necessárias para a compra
15-Jun-22	11.26	47.5	Aprovação da ECF pelo Conselho de Administração
15-Oct-22	11.26	47.5	Cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de junho de 2022 e conclusão da primeira avaliação ao abrigo do acordo
15-Mar-23	4.50	19.0	Cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de dezembro de 2022 e conclusão da segunda avaliação ao abrigo do acordo
15-Oct-23	4.50	19.0	Cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de junho de 2023 e conclusão da terceira avaliação ao abrigo do acordo
15-Mar-24	4.50	19.0	Cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de dezembro de 2023 e conclusão da quarta avaliação ao abrigo do acordo
15-Oct-24	4.50	19.0	Cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de junho de 2024 e conclusão da quinta avaliação ao abrigo do acordo
15-Mar-25	4.51	19.0	Cumprimento dos critérios de desempenho definidos para o final de dezembro de 2024 e conclusão da sexta avaliação ao abrigo do acordo
Total	45.03	190.0	

Fonte: estimativas do corpo técnico do FMI.

Nota: A quota é de 23,70 milhões de DSE

<b>Quadro 10. Cabo Verde: Acesso e faseamento ao abrigo do acordo da RSF</b>				
<b>Data de disponibilidade</b>	<b>Milhões de DSE</b>	<b>Em percentagem da quota</b>	<b>Total de desembolsos</b>	<b>Condições para o desembolso</b>
15-Mar-24	2.632	11.11	5.264	Avaliação da implementação da Medida de Reforma 1
15-Mar-24	2.632	11.11		Avaliação da implementação da Medida de Reforma 3
15-Oct-24	2.632	11.11	10.528	Avaliação da implementação da Medida de Reforma 2
15-Oct-24	2.632	11.11		Avaliação da implementação da Medida de Reforma 7
15-Oct-24	2.632	11.11		Avaliação da implementação da Medida de Reforma 8
15-Oct-24	2.632	11.11		Avaliação da implementação da Medida de Reforma 9
15-Mar-25	2.632	11.11	7.908	Avaliação da implementação da Medida de Reforma 4
15-Mar-25	2.632	11.11		Avaliação da implementação da Medida de Reforma 5
15-Mar-25	2.644	11.16		Avaliação da implementação da Medida de Reforma 6
<b>Acesso total</b>	<b>23.7</b>	<b>100.0</b>		

Fonte: estimativas do corpo técnico do FMI.  
Nota: A quota é de 23,7 milhões de DSE

Quadro 11. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF						
DESAFIO PRINCIPAL	MEDIDA DE REFORMA	REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO	ATIVIDADE DE DC DO FMI	RESULTADO ESPERADO DA MR	PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO	DATA PROVISÓRIA
<b>A coordenação nacional e a gestão das alterações climáticas estão sob a tutela do MAA que não é capaz de assegurar a coordenação intersetorial</b>	<b>MR1.</b> O Governo irá instituir um conselho/órgão de coordenação do planeamento e da estratégia de políticas em matéria de alterações climáticas e de GRC sob a responsabilidade do Chefe de Governo, com tarefas, responsabilidades e procedimentos claros, incluindo mecanismos para: (i) responsabilizar as entidades por assegurarem a coerência dos planos setoriais com a estratégia nacional para o desenvolvimento (PEDS II) e os compromissos internacionais (NDC); e (ii) proceder à supervisão estratégica da GRC definida nos TdR, com a implementação refletida nos protocolos das reuniões regulares. O MAA atua como secretariado.	Diagnóstico de Política Climática (DPC)		Coordenação integrada e efetiva das atividades relativas às alterações climáticas na administração pública, assegurando a coerência intersetorial dos principais planos de reforma, incluindo para a eletricidade e a água (para consumo humano e irrigação), e na GRC.	A LuxDev está a prestar apoio ao MAA para a função de gestão climática	Final de abril de 2024; 4ª Revisão da ECF

**Quadro 11. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (contínuo)**

<b>DESAFIO PRINCIPAL</b>	<b>MEDIDA DE REFORMA</b>	<b>REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO</b>	<b>ATIVIDADE DE DC DO FMI</b>	<b>RESULTADO ESPERADO DA MR</b>	<b>PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>DATA PROVISÓRIA</b>
<b>Os riscos de catástrofes naturais e climáticos não estão devidamente contemplados no planeamento orçamental</b>	<b>MR2.</b> Tendo em vista a melhoria da gestão do risco orçamental, o Ministério das Finanças irá realizar e publicar na Declaração Anual dos Riscos Orçamentais análises quantitativas dos riscos orçamentais decorrentes das alterações climáticas.	C-PIMA; DPC	Apoio de acompanhamento do FADM2 sobre o relato do risco orçamental	Melhorar a sensibilização para as matérias relacionadas com o clima nos processos de planeamento e programação orçamental.	O Banco Mundial tem ações prévias e indicadores de ativação no mais recente DPF que apoiam um quadro de GIP mais robusto e que estão alinhados com as recomendações da C-PIMA.	Final de setembro de 2024; 5ª Revisão da ECF
<b>Os investimentos não refletem a necessária resiliência física às alterações climáticas</b>	<b>MR3.</b> O Ministério das Finanças irá preparar alterações ao regime legal das PPP e, em seguida, irá remetê-las ao Parlamento a fim de garantir que os requisitos climáticos estão refletidos nos contratos das PPP. O Ministério das Finanças irá publicar um manual que integra estes requisitos ao longo do ciclo de vida dos projetos de capital das PPP, desde a fase de identificação dos projetos até à fase de gestão dos contratos.	C-PIMA	Apoio do FAD	Um regime legal das PPP mais robusto; menores riscos orçamentais decorrentes das PPP; processos de planeamento e orçamentação de investimentos públicos mais sensíveis ao clima.		Final de abril 2024; 4ª Revisão da ECF

Quadro 11. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (contínuo)

DESAFIO PRINCIPAL	MEDIDA DE REFORMA	REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO	ATIVIDADE DE DC DO FMI	RESULTADO ESPERADO DA MR	PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO	DATA PROVISÓRIA
	<b>MR4.</b> Para expandir e sistematizar o financiamento climático, o Ministério das Finanças irá: (i) adotar uma estratégia nacional de mobilização de financiamento climático que identifica, de forma exaustiva, os instrumentos de financiamento para mobilizar fontes de financiamento climático; e (ii) desenvolver e publicar uma carteira de projetos de investimento público avaliados, incluindo projetos relacionados com o clima, no âmbito do processo orçamental.	C-PIMA	Luxemburgo e apoio de acompanhamento do FADM2	Gerar uma carteira robusta de projetos e expandir os investimentos climáticos.		Final de abril de 2025; 6ª Revisão da ECF

**Quadro 11. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (contínua)**

<b>DESAFIO PRINCIPAL</b>	<b>MEDIDA DE REFORMA</b>	<b>REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO</b>	<b>ATIVIDADE DE DC DO FMI</b>	<b>RESULTADO ESPERADO DA MR</b>	<b>PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>DATA PROVISÓRIA</b>
<b>A ineficiência energética e os obstáculos à transição energética bloqueiam a mitigação, a adaptação e a resiliência no setor energético</b>	<b>MR5.</b> Para apoiar os planos de transição energética, que irão exigir investimentos consideráveis em infraestruturas, o Governo irá: (i) determinar a taxa de recuperação dos custos para o fornecimento de eletricidade (refletindo na íntegra os custos operacionais e de capital); (ii) identificar as eventuais discrepâncias entre a tarifa atual e a taxa de recuperação dos custos ora definida; (iii) levar a cabo uma avaliação do impacto distributivo; e (iv) publicar e adotar regulamentos que instituem uma metodologia para ajustar as tarifas de eletricidade à taxa de recuperação dos custos identificada, que serão aplicados pelo regulador (assim alcançando uma recuperação total dos custos) até à data de teste, com ajustamentos periódicos transparentes. (Ministério da Indústria, Comércio e Energia e MdF)	DPC	Apoio da FADEP ao nível do estudo analítico e do impacto distributivo – por confirmar	Eficiência energética e promoção de energias mais renováveis por via do desenvolvimento de condições de mercado adequadas e garantindo os fundos para os investimentos necessários em infraestruturas. Assegurar a solidez financeira do operador do setor da eletricidade com vista a criar um ambiente propício ao investimento do setor privado na produção de energias renováveis.	Os projetos de energia do Banco Mundial estão a prestar apoio em termos de separação das atividades da empresa energética estatal	Final de abril de 2025; 6ª Revisão da ECF

Quadro 11. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (contínuo)

DESAFIO PRINCIPAL	MEDIDA DE REFORMA	REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO	ATIVIDADE DE DC DO FMI	RESULTADO ESPERADO DA MR	PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO	DATA PROVISÓRIA
<b>O acesso a recursos hídricos e a sustentabilidade orçamental encontram-se vulneráveis a impactos climáticos a longo prazo devido à falta de investimento e à utilização não ecológica</b>	<b>MR6</b> Para apoiar as iniciativas de reforma, que irão exigir investimentos consideráveis em infraestruturas, o Governo irá: (i) determinar a taxa de recuperação dos custos para o fornecimento de água (refletindo na íntegra os custos operacionais e de capital); (ii) identificar as eventuais discrepâncias entre a tarifa atual e a taxa de recuperação dos custos ora definida; (iii) levar a cabo uma avaliação do impacto distributivo; e (iv) publicar e adotar regulamentos que instituem uma metodologia para ajustar as tarifas de água à taxa de recuperação dos custos identificada, que serão aplicados pelo regulador (assim alcançando uma recuperação total dos custos) até à data de teste, com ajustamentos periódicos transparentes e/ou financiando investimentos em infraestruturas de forma transparente a partir do orçamento, tendo em vista a sustentabilidade do setor da água. (Agência Nacional de Água e Saneamento e MdF)	DPC	Apoio do FAD em matéria de revisão tarifária e impacto distributivo – por confirmar	Utilização sustentável dos recursos hídricos para melhorar a adaptação aos efeitos das alterações climáticas, clarificando a fonte de financiamento para os investimentos necessários em infraestruturas, assegurando a solidez financeira dos operadores do setor da água a fim de criar um ambiente propício para o investimento do setor privado nos serviços de fornecimento de água e saneamento.	[A LuxDev está a prestar apoio no setor da água] por confirmar.	Final de abril de 2025; 6ª Revisão da ECF

**Quadro 11. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (contínuo)**

<b>DESAFIO PRINCIPAL</b>	<b>MEDIDA DE REFORMA</b>	<b>REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO</b>	<b>ATIVIDADE DE DC DO FMI</b>	<b>RESULTADO ESPERADO DA MR</b>	<b>PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>DATA PROVISÓRIA</b>
	<p><b>MR7.</b> O Cadastro Social Único (CSU) será alargado de modo a constituir a base para um sistema de apoio social que pode atenuar, de forma eficiente, as consequências da transição climática e os fenómenos perigosos relacionados com o clima. Neste sentido, o Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e o MdF irão alargar a cobertura do CSU a todas as famílias pobres e vulneráveis (incluindo nas zonas rurais) conforme identificadas com base no último inquérito ao orçamento familiar e irão oferecer a inclusão no CSU a todas as famílias que vivem em zonas vulneráveis ao clima.</p>	DPC		<p>Reforçar a rede de segurança social para apoiar eficientemente as populações vulneráveis e pobres conforme necessário (i) em caso de fenómenos relacionados com as alterações climáticas e (ii) ao longo da transição climática.</p>	Banco Mundial	<p>Final de novembro de 2024; 5ª Revisão da ECF</p>

Quadro 11. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (contínuo)

DESAFIO PRINCIPAL	MEDIDA DE REFORMA	REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO	ATIVIDADE DE DC DO FMI	RESULTADO ESPERADO DA MR	PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO	DATA PROVISÓRIA
	<b>MR8</b> O INGT ou a nova unidade/conselho para a gestão das alterações climáticas e da GRC irá desenvolver e divulgar mapas de vulnerabilidade e riscos de catástrofes naturais, incluindo informações sobre como e onde os perigos climáticos poderão afetar as zonas e regiões, a fim de avaliar os riscos e as vulnerabilidades da população, infraestruturas, setores e economia/negócios. Os regulamentos sobre o ordenamento territorial e os requisitos do código de edificação serão alterados para ter em conta os riscos de catástrofes e as vulnerabilidades no planeamento do desenvolvimento urbano e rural e na conceção e construção de infraestruturas e edifícios.			Decisões de investimento que são resilientes aos impactos das alterações climáticas, como a subida do nível do mar, cheias e deslizamentos de terras.		Final de novembro de 2024; 5ª Revisão da ECF

**Quadro 11. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (concluído)**

<b>DESAFIO PRINCIPAL</b>	<b>MEDIDA DE REFORMA</b>	<b>REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO</b>	<b>ATIVIDADE DE DC DO FMI</b>	<b>RESULTADO ESPERADO DA MR</b>	<b>PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>DATA PROVISÓRIA</b>
<b>Financiamento verde/Financiamento climático</b>	<b>MR9.</b> O BCV irá conceber uma arquitetura de informações climáticas para os bancos, composta: (i) pela adoção de taxonomia sobre a mitigação e a adaptação às alterações climáticas; e (ii) pela publicação de riscos e oportunidades climáticas e diretrizes de divulgação, para que os bancos apresentem os seus roteiros internos no prazo de seis meses a partir da data de entrada em vigor da diretriz e, a partir daí, apresentem relatórios de acompanhamento a cada seis meses.		DC do MCM (por confirmar)	Transparência sobre o impacto das alterações climáticas e os riscos de catástrofe no setor financeiro.	Por confirmar	Final de novembro de 2024; 6ª Revisão da ECF

### Quadro 12. Cabo Verde: Domínios de reforma/prioridades e medidas de reforma da RSF

3º aval. ECF Dec-23	4º aval. ECF Jun-24	5º aval. ECF Dec-24	6º aval. ECF Jun-25
Aprovação da RSF	1ª aval. RSF	2ª aval. RSF	3ª aval. RSF
<p><b>Domínio de reforma 1:</b> Reforço da governação da política relativa às alterações climáticas</p>	<p><b>MR1.</b> O Governo irá instituir um conselho/órgão de coordenação do planeamento e da estratégia de políticas em matéria de alterações climáticas e de GRC sob a responsabilidade do Chefe de Governo, com tarefas, responsabilidades e procedimentos claros, incluindo mecanismos para: (i) responsabilizar as entidades por assegurarem a coerência dos planos setoriais com a estratégia nacional para o desenvolvimento (PEDS II) e os compromissos internacionais (NDC); e (ii) proceder à supervisão estratégica da GRC definida nos TdR, com a implementação refletida nos protocolos das reuniões regulares. O MAA atua como secretariado.</p>		
<p><b>Domínio de reforma 2:</b> Melhoria da resiliência orçamental e física às alterações climáticas</p>	<p><b>MR3.</b> O Ministério das Finanças irá adotar as alterações ao regime legal das PPP, a fim de garantir que os requisitos climáticos estão refletidos nos contratos das PPP. O Ministério das Finanças irá publicar um manual que integra estes requisitos ao longo do ciclo de vida dos projetos de capital das PPP, desde a fase de identificação dos projetos até à fase de gestão dos contratos.</p>	<p><b>MR2.</b> Tendo em vista a melhoria da gestão do risco orçamental, o Ministério das Finanças irá realizar e publicar na Declaração Anual dos Riscos Orçamentais análises quantitativas dos riscos orçamentais decorrentes das alterações climáticas.</p>	<p><b>MR4.</b> Para expandir e sistematizar o financiamento climático, o Ministério das Finanças irá: (i) adotar uma estratégia nacional de mobilização de financiamento climático que identifica, de forma exaustiva, os instrumentos de financiamento para mobilizar fontes de financiamento climático; e (ii) desenvolver e publicar uma carteira de projetos de investimento público avaliados, incluindo projetos relacionados com o clima, no âmbito do processo orçamental.</p>
<p><b>Domínio de reforma 3:</b> Reforço da mitigação e da resiliência através da eficiência e transição energéticas</p>			<p><b>MR5.</b> Para apoiar os planos de transição energética, que irão exigir investimentos consideráveis em infraestruturas, o Governo irá: (i) determinar a taxa de recuperação dos custos para o fornecimento de eletricidade (refletindo na íntegra os custos operacionais e de capital); (ii) identificar as eventuais discrepâncias entre a tarifa atual e a taxa de recuperação dos custos ora definida; (iii) levar a cabo uma avaliação do impacto distributivo; e (iv) publicar e adotar regulamentos que instituem uma metodologia para ajustar as tarifas de eletricidade à taxa de recuperação dos custos identificada, que serão aplicados pelo regulador (assim alcançando uma recuperação total dos custos) até à data de teste, com ajustamentos periódicos transparentes. (Ministério da Indústria, Comércio e Energia e MdF)</p>

## Quadro 12. Cabo Verde: Domínios de reforma/prioridades e medidas de reforma da RSF (concluído)

3º aval. ECF Dec-23	4º aval. ECF Jun-24	5º aval. ECF Dec-24	6º aval. ECF Jun-25
Aprovação da RSF	1º aval. RSF	2º aval. RSF	3º aval. RSF
<p><b>Domínio de reforma 4:</b> Promoção da adaptação garantindo a sustentabilidade ecológica e económica dos recursos hídricos e planeando para os impactos climáticos a longo prazo</p>		<p><b>MR8</b> O INGT ou a nova unidade/conselho para a gestão das alterações climáticas e da GRC irá desenvolver e divulgar mapas de vulnerabilidade e riscos de catástrofes naturais, incluindo informações sobre como e onde os perigos climáticos poderão afetar as zonas e regiões, a fim de avaliar os riscos e as vulnerabilidades da população, infraestruturas, setores e economia/negócios. Os regulamentos sobre o ordenamento territorial e os requisitos do código de edificação serão alterados para ter em conta os riscos de catástrofes e as vulnerabilidades no planeamento do desenvolvimento urbano e rural e na conceção e construção de infraestruturas e edifícios.</p>	<p><b>MR6</b> Para apoiar as iniciativas de reforma, que irão exigir investimentos consideráveis em infraestruturas, o Governo irá: (i) determinar a taxa de recuperação dos custos para o fornecimento de água (refletindo na íntegra os custos operacionais e de capital); (ii) identificar as eventuais discrepâncias entre a tarifa atual e a taxa de recuperação dos custos ora definida; (iii) levar a cabo uma avaliação do impacto distributivo; e (iv) publicar e adotar regulamentos que instituem uma metodologia para ajustar as tarifas de água à taxa de recuperação dos custos identificada, que serão aplicados pelo regulador (assim alcançando uma recuperação total dos custos) até à data de teste, com ajustamentos periódicos transparentes e/ou financiando investimentos em infraestruturas de forma transparente a partir do orçamento, tendo em vista a sustentabilidade do setor da água. (Agência Nacional de Água e Saneamento e MdF)</p>
		<p><b>MR7.</b> O Cadastro Social Único (CSU) será alargado de modo a constituir a base para um sistema de apoio social que pode atenuar, de forma eficiente, as consequências da transição climática e os fenómenos perigosos relacionados com o clima. Neste sentido, o Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e o MdF irão alargar a cobertura do CSU a todas as famílias pobres e vulneráveis (incluindo nas zonas rurais) conforme identificadas com base no último inquérito ao orçamento familiar e irão oferecer a inclusão no CSU a todas as famílias que vivem em zonas vulneráveis ao clima.</p>	
<p><b>Domínio de reforma 5:</b> Resiliência do setor financeiro às alterações climáticas</p>		<p><b>MR9.</b> O BCV irá conceber uma arquitetura de informações climáticas para os bancos, composta: (i) pela adoção de taxonomia sobre a mitigação e a adaptação às alterações climáticas; e (ii) pela publicação de riscos e oportunidades climáticas e diretrizes de divulgação, para que os bancos apresentem os seus roteiros internos no prazo de seis meses a partir da data de entrada em vigor da diretriz e, a partir daí, apresentem relatórios de acompanhamento a cada seis meses.</p>	

## Anexo I. Matriz de Avaliação de Riscos<sup>1</sup>

(Escala – alto, médio ou baixo)

Fonte de riscos	Probabilidade relativa	Impacto em caso de materialização	Resposta de políticas
<b>Riscos conjunturais</b>			
<b>Intensificação do(s) conflito(s) regional(ais)</b>	<p style="text-align: center;"><b>Alto</b></p> <p>A escalada da guerra da Rússia na Ucrânia ou outros conflitos regionais e as sanções económicas daí resultantes perturbam o comércio (por exemplo, nos domínios da energia, produtos alimentares, turismo e/ou componentes críticos da cadeia de abastecimento), as remessas, o IDE e os fluxos financeiros, bem como resultam em fluxos de refugiados.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Alto</b></p> <p>A economia será afetada por perturbações na cadeia de abastecimento, bem como pela deterioração dos termos de troca e do setor do turismo, o que resultará em problemas da balança de pagamentos e num IDE inferior, bem como no aumento da inflação, conduzindo à insegurança alimentar e à pobreza.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abrandar a supressão planeada do apoio de políticas, assegurando simultaneamente que a recuperação está bem enraizada.</li> <li>• Criar espaço orçamental através da revisão da despesa e da mobilização fiscal para novas políticas destinadas a mitigar os choques da oferta na economia.</li> </ul>
<b>Abrandamento repentino ou recessão à escala mundial</b>	<p style="text-align: center;"><b>Médio</b></p> <p>A combinação de fatores de risco globais e idiossincráticos causa um abrandamento do crescimento acentuado e sincronizado, com recessões em alguns países, repercussões adversas por via dos canais comerciais e financeiros e a fragmentação dos mercados. Uma nova fase de contração financeira a nível global, possivelmente combinada com a volatilidade dos preços das matérias-primas, conduz a um aumento dos prémios de risco, a sobre-endividamento, ao agravamento dos desequilíbrios externos, a pressões orçamentais e a interrupções súbitas.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Médio</b></p> <p>A recessão nos principais mercados turísticos reduzirá as chegadas de turistas e abrandará a recuperação económica e as receitas.</p> <p>O aumento das taxas dos rendimentos básicos e dos prémios de risco aumentará o custo da nova dívida e adicionará pressão sobre as reservas externas e a conta financeira devido a um efeito de “fuga para a qualidade”. O aumento dos rendimentos também poderá reduzir o fluxo dos depósitos dos migrantes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter reservas adequadas e a consolidação orçamental e recorrer a financiamento concessional junto de credores bilaterais e/ou multilaterais.</li> <li>• Elaborar planos de contingência para reduzir o impacto de uma recuperação mais lenta.</li> <li>• Estar preparado para tornar a política monetária mais restritiva.</li> </ul>

<sup>1</sup> A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma material a trajetória de base – o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico. A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base (“baixa” = probabilidade abaixo dos 10%; “média” = probabilidade entre os 10% e 30% e “alta” = probabilidade entre os 30% e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. Os choques e os cenários conjunturais destacam riscos que se poderão materializar num horizonte temporal mais próximo (entre 12 a 18 meses) tendo em conta o atual cenário de base. Os riscos estruturais são os que provavelmente continuarão a ser significativos num horizonte mais alargado.

Fonte de riscos	Probabilidade relativa	Impacto em caso de materialização	Resposta de políticas
<b>Volatilidade dos preços das matérias-primas</b>	<b>Alto</b> Uma sucessão de perturbações do lado da oferta (por exemplo, devido a conflitos, incerteza e restrições às exportações) e de flutuações da procura provoca uma volatilidade recorrente dos preços das matérias-primas, pressões externas e orçamentais, efeitos de contágio e instabilidade social e económica.	<b>Alto</b> Agravamento da conta corrente, o que gera problemas da balança de pagamentos. O aumento dos preços das matérias-primas, especialmente do petróleo e dos produtos alimentares, em conjunto com perturbações do abastecimento, conduz a uma inflação mais elevada e afeta os consumidores vulneráveis.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar reservas externa e resiliência aos choques.</li> <li>• Diversificar a utilização da energia (transição para energias renováveis), a fim de mitigar os choques dos preços do petróleo.</li> <li>• Melhorar a eficácia dos apoios específicos do governo aos grupos vulneráveis.</li> </ul>
<b>Riscos estruturais</b>			
<b>Agravamento da fragmentação geoeconómica</b>	<b>Alto</b> O alargamento e agravamento dos conflitos e o enfraquecimento da cooperação internacional resultam numa reconfiguração mais rápida do comércio e do IDE e conduzem a perturbações do lado da oferta, ao protecionismo, à fragmentação dos sistemas tecnológicos e de pagamentos, ao aumento dos custos dos fatores de produção, à instabilidade financeira, à rutura dos sistemas monetários e financeiros internacionais e a um menor crescimento potencial.	<b>Alto</b> Cabo Verde possui uma economia aberta que depende bastante do comércio (produtos alimentares, produtos intermédios e combustíveis), remessas e turismo. Logo, qualquer perturbação em cada um destes domínios está destinada a afetar profundamente a atividade económica. Contudo, o impacto poderá ser atenuado pelos fortes laços comerciais internacionais que o país tem.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir prioridades para a utilização dos recursos orçamentais, sendo que estes devem ser canalizados para investimentos que aumentem a diversificação dos mercados de origem de turistas.</li> <li>• Elaborar planos de contingência para antecipar eventuais perturbações operacionais ou financeiras.</li> <li>• Acelerar a implementação de reformas estruturais para promover a competitividade e a produtividade a nível internacional.</li> </ul>
<b>Ameaças cibernéticas</b>	<b>Médio</b> Ataques cibernéticos a infraestruturas físicas ou digitais (incluindo ecossistemas de moedas digitais ou ativos cripto) ou a utilização indevida de tecnologias de IA geram instabilidade financeira e económica.	<b>Médio</b> Os ataques cibernéticos podem gerar um enfraquecimento da confiança, causar instabilidade no sistema financeiro e perturbar a atividade interna.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a segurança da informação, em especial no setor público. Melhorar a regulamentação e a supervisão financeiras para reforçar a resiliência do sistema financeiro.</li> </ul>
<b>Fenómenos climáticos extremos</b>	<b>Médio</b> Fenómenos climáticos extremos decorrentes da subida das temperaturas provocam a perda de vidas humanas, danos graves em infraestruturas, perturbações do lado da oferta, menor crescimento e instabilidade financeira.	<b>Médio/Alto</b> A seca prolongada ou outros choques relacionados com o clima prejudicarão a produção agrícola, com um impacto negativo no crescimento do PIB e na inflação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a resiliência aos choques relacionados com o clima e acelerar as reformas favoráveis ao crescimento.</li> <li>• Dar prioridade aos projetos de investimento público resilientes às alterações climáticas, melhorar a gestão dos riscos e os códigos de edificação.</li> </ul>

Fonte de riscos	Probabilidade relativa	Impacto em caso de materialização	Resposta de políticas
<b>Interna</b>			
<b>Ausência de esforços de consolidação orçamental</b>	<b>Médio/Alto</b> Esforços de consolidação orçamental menos ambiciosos e mais lentos e atrasos nas reformas das empresas públicas à medida que a economia recupera.	<b>Alto</b> O adiamento dos esforços de consolidação orçamental e das reformas das empresas públicas comprometerá a estabilidade macroeconómica e prejudicará o regresso à trajetória orçamental e de sustentabilidade da dívida de médio prazo anterior à COVID-19.	Suprimir as medidas temporárias, avançar com as reformas destinadas a aumentar as receitas, melhorar a gestão das despesas de capital, reduzir os riscos orçamentais, nomeadamente os associados às empresas públicas, e conter as despesas não prioritárias.
<b>Atrasos na implementação de medidas para aumentar a produtividade e reestruturar as empresas públicas</b>	<b>Médio</b> Atrasos na implementação das reformas estruturais, em especial no setor empresarial do Estado.	<b>Médio</b> Os atrasos no avanço da agenda de reformas estruturais após a COVID-19 prejudicarão a competitividade, o potencial de crescimento do PIB e o emprego.	Levar a cabo os planos de reforma das empresas públicas e acelerar outras reformas estruturais logo que a epidemia abrande, com vista a melhorar o ambiente de negócios, a reduzir o papel do Estado nas atividades produtivas e a reforçar o potencial de crescimento.

## Anexo II. Estratégia de desenvolvimento de capacidades

**1. A assistência técnica (AT) do FMI irá apoiar os objetivos dos acordos ao abrigo da ECF e da RSF.** As áreas prioritárias de desenvolvimento de capacidades estão alinhadas com a agenda de reformas das autoridades no âmbito da sua estratégia de desenvolvimento a médio prazo (PEDS II). Consequentemente, as principais atividades de desenvolvimento de capacidades centram-se no reforço da mobilização das receitas, na melhoria da gestão do investimento público, na redução dos riscos orçamentais, no reforço do mecanismo de transmissão da política monetária e na melhoria da compilação e divulgação de estatísticas macroeconómicas e financeiras. Relativamente aos objetivos do programa apoiado pela RSF, o FMI irá prestar AT para identificar as questões relacionadas com o clima no planeamento e na programação orçamental e no investimento público, nas avaliações de impacto distributivo e no financiamento climático.

**2. O empenho das autoridades na implementação das recomendações em matéria de desenvolvimento de capacidades é bom, embora dificultado por limitações em termos de capacidade administrativa e de pessoal.** Cabo Verde é um utilizador de desenvolvimento de capacidades de elevada intensidade e dispõe de uma capacidade institucional relativamente apropriada e um bom historial de implementação das recomendações da AT. A estratégia de desenvolvimento de capacidades visa assegurar uma integração adequada das recomendações relativas ao desenvolvimento de capacidades com o aconselhamento de política no contexto da supervisão e da conceção do programa. O desenvolvimento de capacidades será também utilizado, se for caso disso, para ajudar a apoiar medidas de reforma relacionadas com o clima. Procura igualmente apoiar a eficácia, compreender a economia política das reformas e evitar a sobreposição de atividades de desenvolvimento de capacidades através de uma coordenação reforçada com os departamentos de desenvolvimento de capacidades do FMI, o AFRITAC Ocidental 2 e outros fornecedores de desenvolvimento de capacidades. A intensificação da formação prática e da aprendizagem entre pares poderão ser formas de aumentar a tração e fazer avançar as reformas. As principais prioridades e objetivos do desenvolvimento de capacidades são resumidos no quadro abaixo.

Prioridades	Objetivos	Desafios
Administração de receitas	Melhorar as funções essenciais da administração aduaneira, reforçar as disposições em matéria de gestão e governação nas alfândegas, melhorar o cumprimento das obrigações fiscais, melhorar a qualidade das auditorias e inspeções fiscais na administração tributária, manter a agenda de modernização da digitalização na DNRE, reforçar as estratégias de gestão dos riscos de cumprimento e reformular o atual regime de isenções fiscais.	Pessoal, falta de coordenação estruturada entre as áreas fiscal e aduaneira.

<b>Prioridades</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Desafios</b>
Política fiscal	Racionalizar os incentivos fiscais; identificar novas fontes potenciais de receitas; assegurar a eficácia, a eficiência e a equidade dos incentivos na prática para o desenvolvimento socioeconómico do país; proceder à reforma institucional apoiada pela criação de uma Unidade de Política Tributária no seio do Ministério das Finanças.	Limitações institucionais e de pessoal.
Gestão das finanças públicas	Melhorar a integração do quadro de gestão de ativos e passivos; melhorar a cobertura, a qualidade e o acesso ao relato fiscal; melhorar a execução e o controlo orçamentais; reforçar a identificação, a monitorização e a gestão dos riscos orçamentais; aumentar a eficiência da gestão do investimento público (GIP) e o acompanhamento do desenvolvimento de capacidades para implementar as recomendações da C-PIMA; reforçar a gestão das despesas públicas (GFP); auxiliar a introdução da dimensão climática na orçamentação e no investimento público; avaliações de impacto distributivo.	Limitações em termos de pessoal.
Estatísticas do setor real	Reforçar a compilação e divulgação de dados macroeconómicos e financeiros, melhorando e alargando os indicadores das contas nacionais, atualizando o IPC e reforçando a capacidade dos técnicos. Indicadores mensais de alta frequência.	Limitações em termos de pessoal.
Gestão da dívida	Melhorar a análise e a gestão da dívida pública.	Limitações em termos de pessoal.
Operações do banco central	Melhorar a análise económica e a capacidade de previsão; melhorar a gestão das reservas; reforçar a eficácia da implementação da política monetária; e das estruturas de governação do banco central.	Limitações em termos de pessoal.
Supervisão bancária e estabilidade financeira	Reforçar os processos de supervisão bancária e não bancária e implementar a supervisão baseada no risco, o acompanhamento do roteiro e das recomendações da RESF de 2022, a implementação das IFRS e o financiamento climático	Limitações em termos de pessoal.

## Anexo III. Relação entre energia, água e clima em Cabo Verde

### Exposição de Cabo Verde às alterações climáticas

**1. Cabo Verde enfrenta importantes desafios ao desenvolvimento decorrentes de fatores estruturais.** Cabo Verde é uma economia pequena composta por um grupo de ilhas, com ecossistemas frágeis, suscetíveis tanto a inundações quanto a secas. O Banco Mundial estima que os prejuízos económicos médios provocados pelas catástrofes naturais, em especial as cheias, custem quase 1% do PIB ao ano, causando danos no capital e perturbando a atividade económica. A economia sofre de uma pobre base de recursos naturais, incluindo grave escassez de água exacerbada por ciclos de secas de longa duração que têm consequências negativas para a agricultura e o turismo, duas atividades principais em Cabo Verde. Daí resulta a dependência do fornecimento externo de recursos essenciais, incluindo produtos alimentares e energia, o que expõe o país às flutuações do mercado mundial, que afetam sobretudo as famílias vulneráveis e pobres.

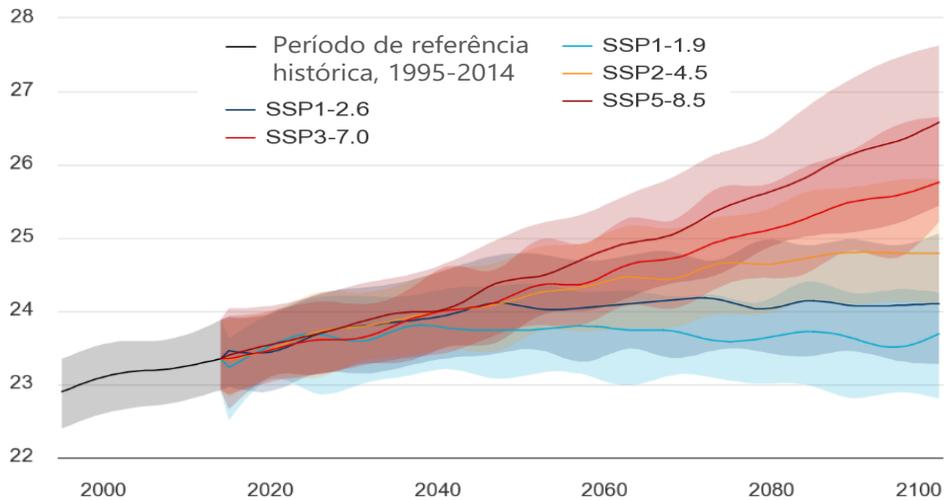
**2. Além disso, Cabo Verde está vulnerável a uma série de riscos relacionados com as alterações climáticas.** As projeções climáticas indicam que a temperatura em Cabo Verde poderá aumentar entre 0,5 °C e 4 °C até ao final do século (Figura 1a), o que afeta os ecossistemas. As tendências decrescentes ao nível da precipitação anual, com uma volatilidade sazonal potencialmente maior (Figura 1b), exacerbam ainda mais os ciclos de secas de longa duração e os riscos de cheias (Figura 1c), que têm repercussões negativas para a agricultura e o turismo, isto é, os meios de subsistência e a economia. Sendo um Estado insular, o país está vulnerável à subida do nível do mar; as comunidades costeiras (que representam 80% da população), as atividades económicas (sobretudo o turismo) e as infraestruturas estão especialmente expostas a este tipo de risco relacionado com o clima.

**3. As vulnerabilidades às alterações climáticas estão a exacerbar os desafios em termos de desenvolvimento criando uma relação entre clima, energia e água.**

- A mudança dos padrões de precipitação está a agravar o problema da escassez de água, aumentando a necessidade de fornecimento de água para fins de consumo humano e irrigação.
- A escassez de água está a ser resolvida através de esforços de dessalinização que consomem muita energia.
- Cabo Verde depende bastante de petróleo importado para 80% da sua energia, o que resulta em elevados custos energéticos e torna a produção de água doce num bem dispendioso.
- A grande dependência de bens alimentares e energia importados tornam Cabo Verde vulnerável às flutuações do mercado mundial, o que afeta de forma desproporcional as populações vulneráveis.
- O turismo, um dos setores essenciais para o PIB do país, está dependente da água e das importações; além disso, as flutuações dos preços a nível internacional agudizam a desigualdades de rendimento e a insegurança alimentar.

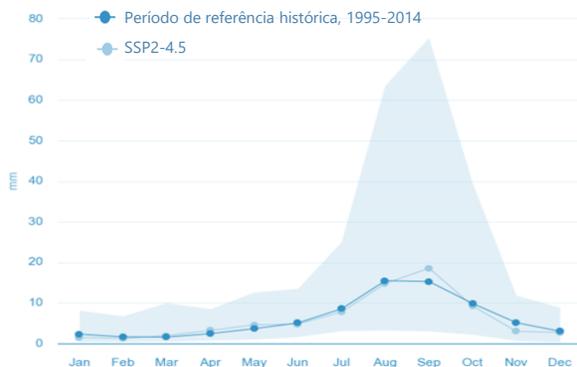
**Figura 1. Cabo Verde: Vulnerabilidades às alterações climáticas em Cabo Verde**

**a. Temperatura média projetada com base no sistema multi-modelos (período de referência 1995-2014)**

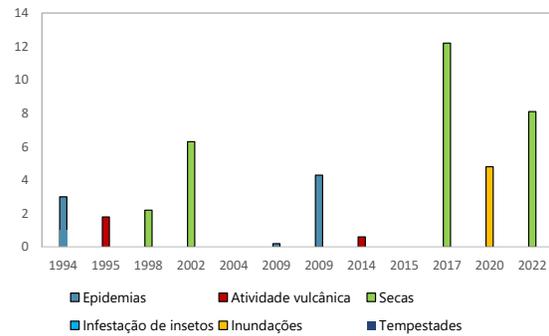


Fonte: Portal de conhecimento sobre alterações climáticas do [Banco Mundial](#).

**b. Precipitação projetada, SSP2-4.5**



**c. Catástrofe por tipo (% da população afetada)<sup>1</sup>**



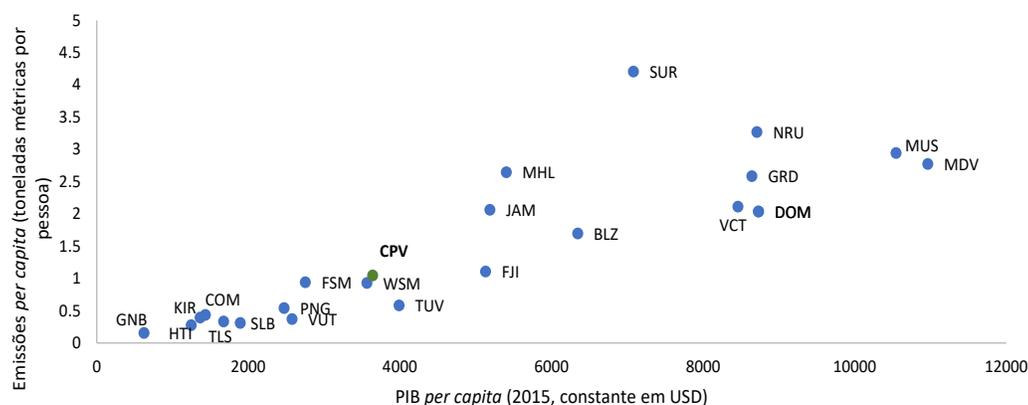
Fontes: EM-DAT; Estimativas do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> O corpo técnico reconhece que a EM-DAT não divulga o impacto económico efetivo de um fenómeno, fornecendo apenas estimativas. O custo de seguro ou resseguro, se disponível, daria uma melhor indicação do impacto económico de uma catástrofe.

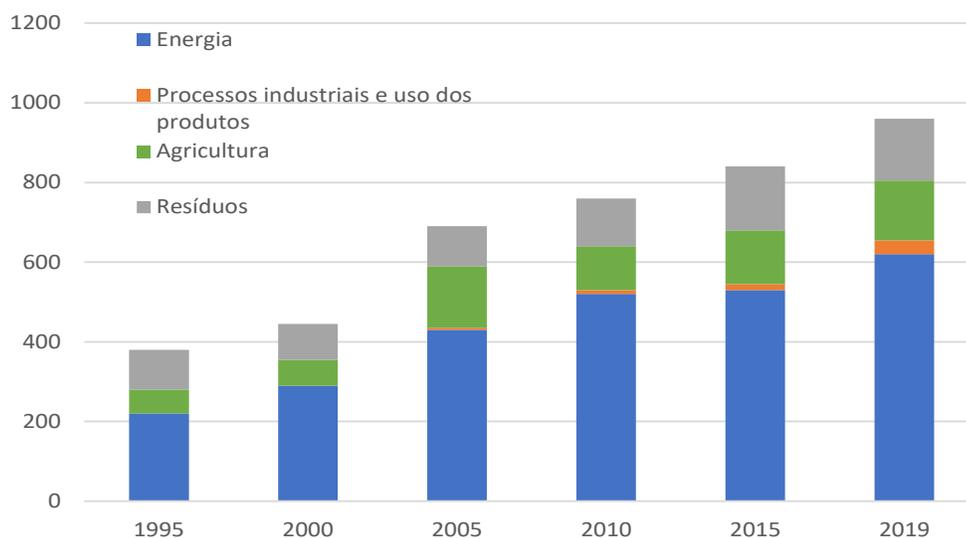
**4. Cabo Verde contribui muito pouco para as emissões à escala mundial, sendo que a maioria das emissões tem origem no setor energético.** A nível mundial, Cabo Verde é o 189.º maior emissor, representando 0,0018% do total de emissões. As emissões *per capita* estão ao nível das emissões de outros pequenos Estados insulares em desenvolvimento (PEID) com um nível de rendimento similar (Figura 2). O desempenho de Cabo Verde está alinhado com vários pares PEID. O setor energético representa a maior parte das emissões e foi o que mais contribuiu para o crescimento histórico das emissões, com as emissões a quase que triplicarem desde 1995, com a expansão da capacidade de produção de energia térmica para atender à crescente procura da eletricidade e o aumento da procura de combustível para o transporte rodoviário (Figura 3). No

mesmo período, as emissões da agricultura e dos resíduos aumentaram 120% e 60%, respetivamente. Tendo em conta o facto de a economia cabo-verdiana estar orientada para os serviços, o setor industrial constitui uma proporção relativamente pequena das emissões totais.

**Figura 2. Cabo Verde: Emissões *per capita* em pequenos Estados Insulares em desenvolvimento (toneladas métricas)**



**Figura 3. Cabo Verde: Emissões de GEE históricas em Cabo Verde (em equivalente de CO<sub>2</sub>, excluindo uso do solo, alterações do uso do solo e exploração florestal – USAUSF)**



Fonte: Inventário Nacional de Emissões Preliminar, 2023.

## Políticas para melhorar a adaptação e mitigação

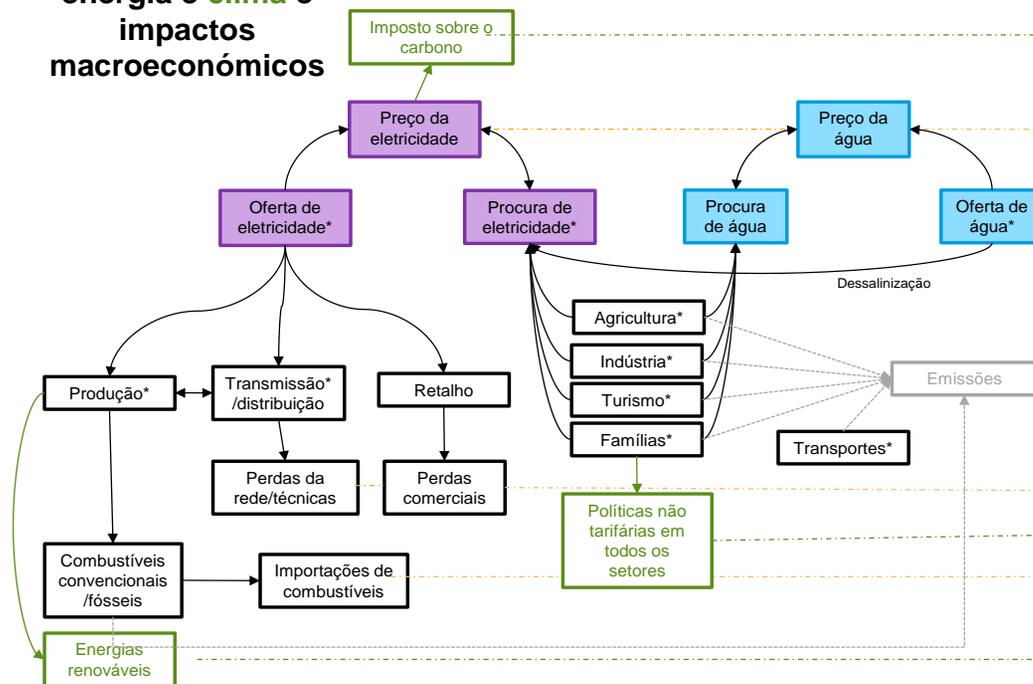
**5. É expectável que expansão do abastecimento de água continue a depender da dessalinização, o que irá aumentar a procura energética, exigindo uma estreita coordenação entre os dois setores.** O Plano Nacional Estratégico de Água e Saneamento (PLENAS) de 2015 sugere que a procura de água (para consumo humano e irrigação) poderá ser cinco vezes maior em 2030 do que em 2022. Independentemente dos números exatos, o aumento previsto da procura associado ao crescente número de turistas, assim como ao ambicioso programa de irrigação, é considerável. As centrais de dessalinização poderão ser construídas com o seu próprio fornecimento de energia solar, mas terão de depender, em parte ou na totalidade, da rede de eletricidade para o fornecimento de energia, a não ser que também sejam construídas soluções de armazenamento de energia. Para garantir a estabilidade constante da rede elétrica, esta deve estar preparada para o padrão extremamente volátil de fornecimento de energia com base em fontes renováveis, para que consiga satisfazer a procura constante necessária ao funcionamento contínuo das centrais de dessalinização.

**6. A inseparabilidade da energia e da água, isto é, da mitigação e da adaptação comporta desafios significativos, mas, se forem bem geridos, também apresenta oportunidades relevantes.** A complexidade dos desafios do setor da energia e da água, as necessidades de reforma e a interligação entre estes serviços e outros setores principais, incluindo a agricultura e o turismo, exige uma liderança e coordenação fortes a partir do governo e dentro do mesmo (Figura 4). A transição energética, substituindo a energia térmica dispendiosa e que produz muitas emissões por fontes renováveis de menor custo, irá melhorar a disponibilidade e acessibilidade de água e energia, reduzindo, ao mesmo tempo, as emissões.

**7. Cabo Verde possui um plano ambicioso relativamente ao contributo das energias renováveis para a produção de eletricidade (CDN, 2021).** O objetivo é aumentar o peso das energias renováveis de menos de 20% em 2021 para 30% em 2025, 54% em 2030, acabando por chegar a 100% em 2050. Tal implica duplicar a capacidade atual de energias renováveis até 2030. Cabo Verde possui um enorme potencial inexplorado de energias renováveis conforme identificado no Plano Diretor do Setor Elétrico 2018–2023. A energia solar representa 80% deste potencial, seguida das fontes eólicas com 12% e os recursos da energia marinha com 5% (Figura 5). Este abundante potencial de energias renováveis coloca Cabo Verde numa posição favorável para atingir os seus objetivos em matéria de sustentabilidade e clima.

Figura 4. Cabo Verde: Relação entre clima, energia e água

**Relação entre água, energia e clima e impactos macroeconómicos**



**Impactos macroeconómicos/canais de transmissão**

Maiores receitas orçamentais, mesmo tendo em contas as quebras de consumo, para aumentar o investimento público e promover a transição energética; menores emissões; o aumento das renováveis diminuirá os preços da eletricidade a médio prazo.

Dois impactos:

- 1) Os subsídios existentes representam um encargo orçamental
- 2) Os elevados preços da eletricidade poderão representar uma restrição vinculativa ao aumento do crescimento económico

Maiores níveis de emissões:

- 1) Aumentam a probabilidade de ocorrência de fenómenos meteorológicos extremos
- 2) Aumentam a magnitude e as perdas esperadas por ocorrência
- 3) Aumentam os efeitos das alterações climáticas de ritmo lento (subida do nível do mar, erosão, etc.)
- 4) Afetam as infraestruturas e criam ativos ociosos em todos os setores marcados com \*

Risco orçamental – restrição orçamental atenuada  
Prejuízos das empresas públicas.

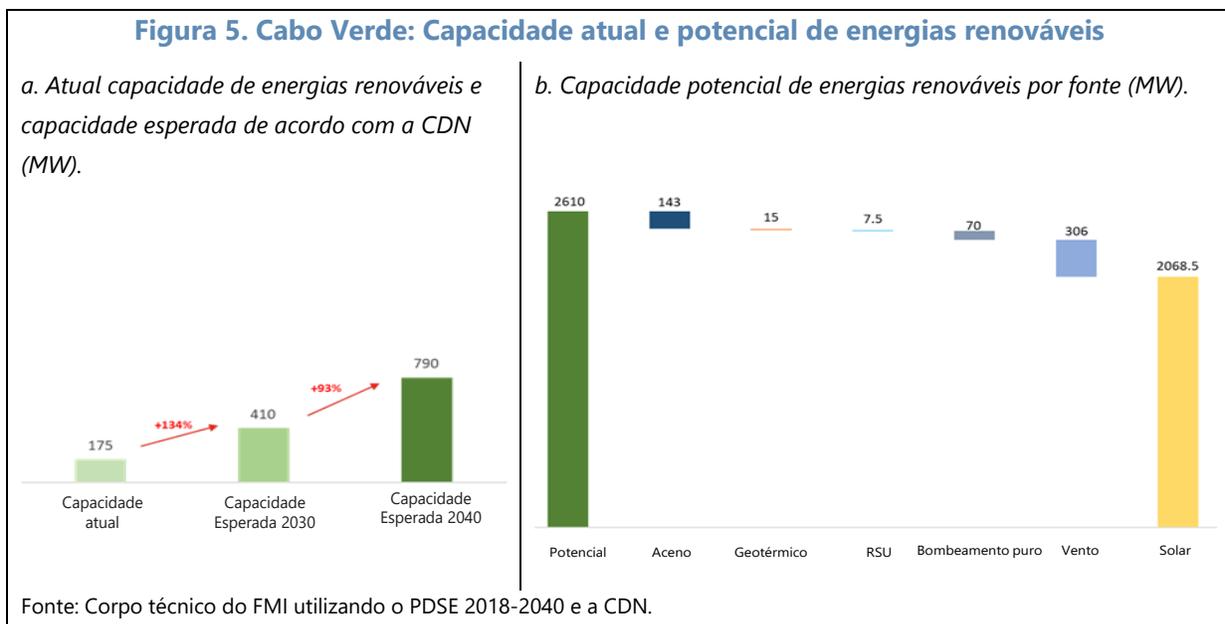
Menor procura energética

Impacto na balança de pagamentos através da conta corrente

Três impactos:

- 1) Redução das importações de combustíveis
- 2) São mais intensivas em termos de mão-de-obra do que o setor dos combustíveis fósseis, estimulando a procura agregada
- 3) Novas vantagens comparativas potenciais e áreas para a diversificação económica a médio e longo prazo

Fonte: Corpo técnico do FMI.



**8. Os operadores dos setores da eletricidade e água enfrentam importantes desafios financeiros.** Ainda que o setor energético seja gerido a nível nacional e o setor da água a nível municipal, ambos os setores se deparam com desafios estruturais semelhantes. As tarifas da energia e da água não cobrem o custo do serviço e as empresas públicas têm vindo a acumular prejuízos. Tal resultou numa situação insustentável do ponto de vista financeiro para várias entidades, incluindo a empresa elétrica nacional e várias empresas municipais da água, redundando num ciclo de baixa qualidade e baixas tarifas. Estão em curso reformas importantes em ambos os setores para endereçar estes desafios.

- Eletricidade.** Para aumentar a viabilidade e o desempenho do setor energético, a ELECTRA (*Empresa de Electricidade e Água*) segregou os negócios da eletricidade e da água e começou a separar os serviços de eletricidade. Este último aspeto, apoiado pelo Banco Mundial, constituirá um passo importante rumo à criação de um ambiente transparente e competitivo favorável ao investimento do setor privado na produção de energia. Neste sentido, será importante melhorar a gestão e o desempenho financeiro das empresas estatais de transmissão e distribuição para que sejam um parceiro fiável para investidores privados, que terão de depender da entidade pública como o único adquirente e "off-taker". Sem mais investimentos, Cabo Verde apenas conseguirá que as energias renováveis tenham um peso de 35% na sua matriz energética, um valor bem aquém do objetivo de 54% traçado para 2030. Serão necessários investimentos consideráveis em infraestruturas públicas, incluindo em termos de armazenamento, a fim de superar a meta de 35% de renováveis na matriz energética. A coordenação necessária para sincronizar o reforço da rede e a expansão da capacidade baseada em energias renováveis é tanto maior em virtude da segregação das redes, que precisam de ser geridas numa base ilha a ilha.
- Água.** As operações do setor da água foram consolidadas, passando de uma abordagem município a município para uma abordagem ilha a ilha intermunicipal. São designados operadores para cada ilha responsáveis pela exploração do sistema de distribuição. Vários

operadores importantes, incluindo o maior operador na ilha de Santiago, registam avultadas perdas técnicas e comerciais, perdendo na distribuição até 60% da água gerada. Conjuntamente com uma estrutura tarifária que não cobre todos os custos da prestação do serviço, estas perdas deixam os operadores numa situação insustentável do ponto de vista financeiro. Será necessário um investimento significativo na infraestrutura de distribuição a fim de resolver as perdas técnicas. Para incentivar estes investimentos e potenciais aumentos nas tarifas da água, é necessário identificar e clarificar o custo das perdas e as respetivas fontes.

**9. A adaptação irá exigir uma utilização ecológica e sustentável dos recursos hídricos, assim como uma maior eficiência energética.** E isto depende de um ambiente propício à mobilização de investimento privado destinado a aumentar a resiliência às alterações climáticas. A fim de promover este processo, é necessário compensar os operadores em ambos os setores pelo custo do fornecimento do serviço seja através da tarifa, o que poderá implicar um aumento das tarifas da eletricidade e/ou da água, seja através da tarifa e de transferências do orçamento de Estado, caso o governo administre a tarifa, por exemplo, definindo uma tarifa social. A colocação do setor numa situação sólida do ponto de vista económico e a possibilidade de os operadores gerirem as suas organizações em condições comerciais podem aumentar a eficiência e promove a transparência e a concorrência.

**10. Os impactos negativos nas populações vulneráveis ou pobres decorrentes de quaisquer reformas de adaptação e mitigação das alterações climáticas devem ser compensados por via de transferências direcionadas oriundas da rede de segurança social.** A fiabilidade da rede de segurança social poderia ser melhorada por via da expansão do cadastro social com vista a alcançar a cobertura universal. O custo para o governo da introdução de tarifas mais altas e da compensação da população vulnerável e pobre poderá ser neutro, melhorando, ao mesmo tempo, a situação das famílias que recebem a compensação. Também podem ser formuladas medidas compensatórias para compensar as populações vulneráveis e pobres pelo impacto do aumento das tarifas, ao mesmo tempo que geram receitas extra para a administração pública. Uma definição cuidadosa de tal reforma e a execução de uma estratégia de comunicação bem formulada são essenciais para assegurar todos os benefícios, evitando, em simultâneo, a oposição social e política à reforma.

**11. As iniciativas relacionadas com a energia, com ênfase nos setores da energia e dos transportes, são de suma importância para Cabo Verde concretizar os seus objetivos em matéria de mitigação.** Neste sentido, o governo está atualmente focado na separação das atividades da empresa estatal Electra. Além disso, os esforços concentram-se na diminuição da intensidade energética e na promoção da eficiência energética, aumentando a implantação de energias renováveis e reduzindo a intensidade carbónica da mobilidade. O governo está igualmente a trabalhar para passar para o turismo responsável e a economia circular, assim como para promover a função de sumidouro natural dos seus ecossistemas.

**12. O reforço da resiliência às alterações climáticas irá exigir um investimento significativo nas infraestruturas nos domínios da energia e da água.** As infraestruturas constituem um entrave ao funcionamento eficiente dos setores da eletricidade e da água e à aceleração da transição energética. A atual infraestrutura elétrica possui pouca capacidade para integrar as energias

renováveis. A capacidade de Cabo Verde beneficiar da transição para uma matriz de produção de eletricidade limpa e menos dispendiosa é limitada porque tem de manter uma capacidade térmica significativa a fim de satisfazer a procura quando as energias renováveis não estão disponíveis. No que toca ao setor energético, o investimento deve centrar-se na capacidade eólica e solar, em soluções de armazenamento de energia e no reforço da rede, mobilidade elétrica e eficiência energética. As infraestruturas do setor da água estão, em parte, obsoletas e desgastadas, gerando perdas técnicas substanciais e tornando a prestação do serviço dispendiosa e ineficiente. Para o setor da água e do saneamento, os investimentos prioritários incluem energia sustentável para a dessalinização e distribuição da água destinada a consumo humano e irrigação, infraestruturas de rede, capacidade de dessalinização e capacidade de tratamento e reutilização de águas residuais.

**13. De acordo com as estimativas, as medidas de adaptação e mitigação, incluindo para os setores da energia e água, irão exigir cerca de 2 mil milhões de USD de investimento público e privado ao longo da próxima década.** Tal equivale a quase 6,1% do PIB ao ano, em comparação com um orçamento anual total de investimento público projetado de 3,8% do PIB. Para implementar estas ações e manter, ao mesmo tempo, a sustentabilidade da dívida seriam necessários mais recursos concessionais para fins de investimento público, assim como um maior nível de investimento privado. A RSF visa contribuir para estes esforços fornecendo financiamento e lançando as bases para mais investimentos sensíveis ao clima.

### **Governança e coordenação da política relativa às alterações climáticas**

**14. Cabo Verde fez do combate às alterações climáticas uma parte fundamental da sua estratégia nacional, mas a questão essencial é a efetiva implementação e monitorização deste roteiro.** As ações climáticas constituem uma parte essencial das prioridades/pilares do PEDS II. A CDN e o PNA apresentam ambições de alto nível em matéria de mitigação e adaptação para setores e domínios de política fundamentais, colocando a tónica em infraestruturas resilientes nos seis domínios seguintes: i) água, ii) agricultura, iii) oceanos e zonas costeiras, iv) transportes, v) redução do risco de catástrofes e vi) saúde. As autoridades estão centradas em objetivos de mitigação das alterações climáticas orientados para reduzir a intensidade energética, aumentar a eficiência energética, mudar para uma economia hipocarbónica e expandir as zonas florestais. Neste contexto, Cabo Verde pretende reduzir as emissões internas de GEE em 18% de forma não condicional (24% condicional) até 2030 por comparação com o cenário habitual de 2019 e alcançar a neutralidade carbónica até 2050.

**15. A coordenação geral das políticas relacionadas com as alterações climáticas e a gestão do risco de catástrofes deve ser melhorada.** O governo deu passos importantes no que toca ao planeamento setorial. Contudo, é necessário fazer mais para garantir que as implicações das alterações climáticas são totalmente incorporadas e para fomentar a coerência intersetorial das medidas de política. Por exemplo, enquanto a atualização de 2020 à Contribuição Determinada Nacionalmente (CDN) e o Plano Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (PNA) descrevem objetivos de política gerais, setores específicos, como a energia e a água, são responsáveis por definir objetivos e medidas de política pormenorizadas nos respetivos planos. Ambos os setores estão a empreender reformas para superar estes problemas, que visam melhorar a sua sustentabilidade

financeira e a qualidade do serviço, endereçando, ao mesmo tempo, os desafios climáticos. Porém, a melhoria da coordenação entre estes setores interdependentes permanece um desafio significativo. As práticas de gestão do risco de catástrofes devem ser reforçadas. O impacto económico das catástrofes e das alterações climáticas nas infraestruturas precisa de ser mais bem compreendido, incluindo os riscos orçamentais associados aos ativos públicos. Ainda que tenham sido criados mecanismos de financiamento *ex ante* para o risco de catástrofes naturais, é importante assegurar a adequação dos atuais instrumentos de financiamento em matéria de catástrofes.

**16. De igual forma, há ainda trabalho a fazer no que toca à gestão do investimento público a fim de aumentar a sensibilização para as questões climáticas e a resiliência climática.** Registaram-se progressos no desenvolvimento de um quadro abrangente de políticas para as alterações climáticas, ordenamento territorial, coordenação com os municípios e planeamento de financiamento para o risco de catástrofes. Contudo, a coordenação ao nível da administração central é fraca, carecendo de um líder estratégico para investimentos em matéria de adaptação ou mitigação.

**17. Uma instituição pública de alto nível deve assegurar uma liderança forte, a coordenação intersetorial e promover a sensibilização para as implicações das alterações climáticas.** Tal contribuiria para apoiar melhor o reforço da resiliência e a gestão dos desafios relacionados com as alterações climáticas. Há pouca consciência das implicações das alterações climáticas no seio das entidades públicas e há pouca capacidade para avaliar as potenciais consequências. O governo começou a trabalhar no sentido de suprir lacunas importantes em termos de informações, por exemplo, relacionadas com cenários climáticos e o mapeamento das vulnerabilidades a riscos, mas estes esforços ainda estão numa fase inicial. Setores que dependem principalmente do investimento privado, entre os quais o turismo, carecem de orientações sobre o impacto a longo prazo dos cenários das alterações climáticas e não têm regulamentação para atenuar esses riscos. A produção e divulgação de informações coerentes sobre as consequências previstas das alterações climáticas será um passo importante para promover a sensibilização e orientar a formulação de políticas sensíveis ao clima.

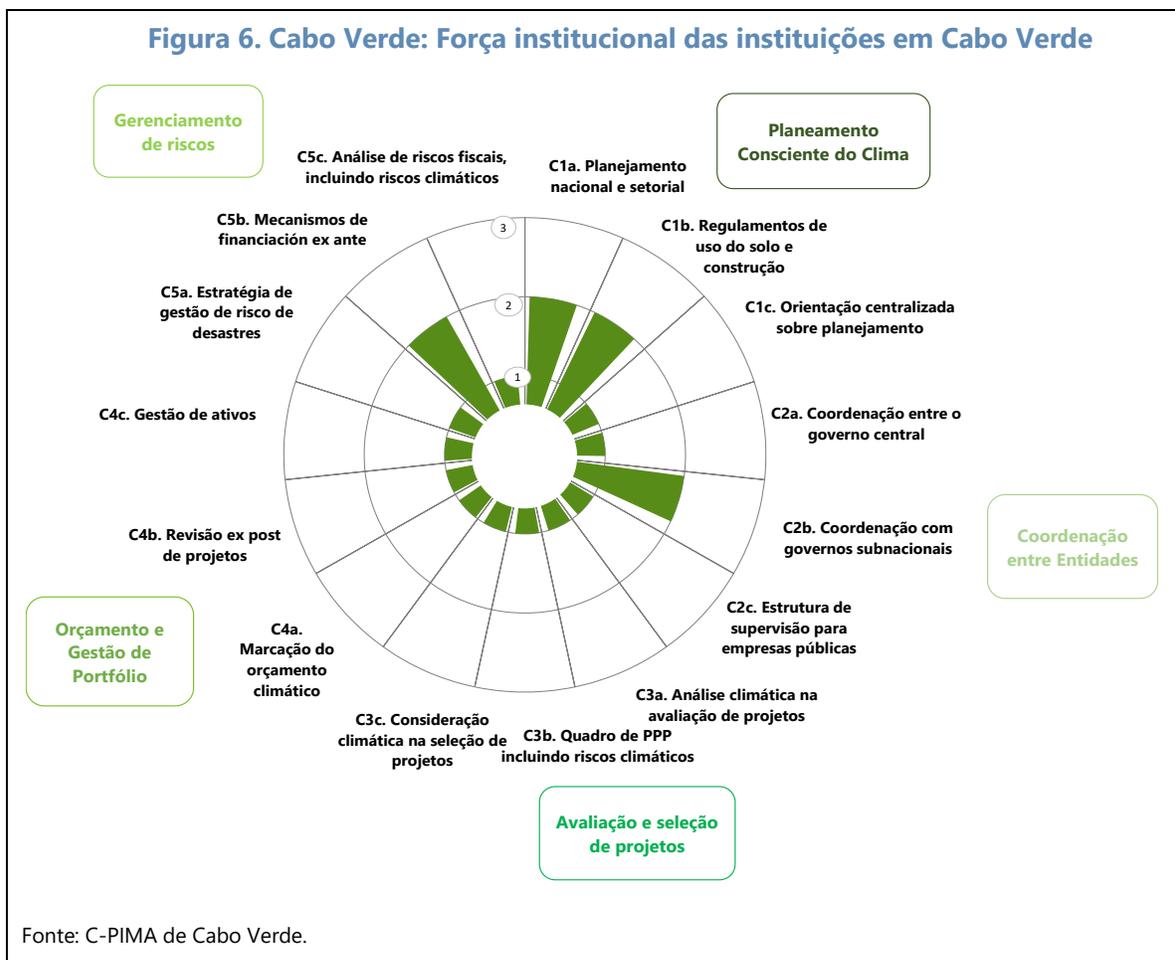
### **Políticas para melhorar a resiliência orçamental e física às alterações climáticas**

**18. A C-PIMA revelou que as considerações relativas às alterações climáticas não são devidamente integradas no processo de planeamento dos investimentos públicos.** É necessário aumentar a sensibilização para a necessidade de integrar os riscos relacionados com o clima no planeamento orçamental. O empréstimo do Banco Mundial para um Financiamento a Políticas de Desenvolvimento (DPF, na sigla em inglês) tem condições que contribuem para uma gestão do investimento público (GIP) e a RSF será um complemento a fim de garantir a aplicação também às parcerias público-privadas (PPP) de uma melhor análise dos riscos e planeamento dos investimentos, assim desempenhando um papel de catalisador do financiamento climático.

**19. Os investimentos públicos de Cabo Verde encontram-se especialmente vulneráveis aos impactos das alterações climáticas devido às especificidades socioeconómicas e geográficas do país.** As alterações climáticas deverão afetar a população e os ativos de Cabo

Verde que estão principalmente localizados em cidades costeiras por via da esperada subida do nível do mar, que poderá aumentar a submersão das zonas costeiras, a erosão, as terras inundadas e a salinidade de pequenos estuários, riachos e águas costeiras. Também há o incremento da exposição dos ativos e das pessoas a fenómenos naturais adversos devido ao desenvolvimento urbano para zonas propensas a riscos.

**20. Os principais motores de investimento fora da administração central não estão a incorporar, adequadamente, as considerações sobre as alterações climáticas.** O regime regulamentar relativo às empresas públicas não está alinhado com as políticas nacionais sobre o clima, pese embora as empresas públicas realizem investimentos públicos. As PPP carecem de diretrizes claras em matéria de alocação dos riscos climáticos, apesar da crescente utilização desta modalidade de investimento. Não existem práticas de avaliação e seleção dos projetos de investimento. As despesas sensíveis ao clima em infraestruturas estão numa fase de desenvolvimento conceptual. Não são conduzidas avaliações *ex post* nem auditorias externas aos projetos sobre os resultados climáticos, ao passo que o impacto climático não é integrado na gestão dos ativos públicos.



**21. As principais recomendações da C-PIMA foram incluídas no empréstimo DPF do Banco Mundial para promover uma gestão sensível ao clima e eficiente dos investimentos públicos.** O DPF prevê o desenvolvimento e a aprovação de um regime legal para a GIP que rege todo o ciclo dos projetos de investimento (planeamento, avaliação, seleção, gestão da carteira de projetos de capital, etc.) e inclui considerações climáticas. Outra condição do DPF do Banco Mundial refere-se à inclusão da avaliação dos riscos climáticos e de catástrofes na preparação dos projetos de investimento público. O empréstimo do Banco Mundial para o DPF também prevê a marcação do orçamento climático para aumentar a visibilidade e o acompanhamento dos investimentos climáticos.

**22. As autoridades tencionam aumentar a resiliência da postura macro-orçamental do país às alterações climáticas, integrando os riscos climáticos no planeamento orçamental.** Tal está em linha com a avaliação C-PIMA e complementa o envolvimento do Banco Mundial. Existe um quadro institucional para a avaliação e a análise dos riscos orçamentais.<sup>1</sup> A Declaração dos Riscos Orçamentais de 2023 identifica riscos de catástrofes (como pluviosidade, cheias e secas) e as autoridades planeiam melhorar esta análise realizando mais avaliações quantitativas dos riscos aferindo a sustentabilidade a longo prazo em diferentes cenários de alterações climáticas.

**23. Cabo Verde tenciona adicionar requisitos de alterações climáticas ao regime legal das PPP, uma vez que as PPP podem ser uma boa fonte de fluxos financeiros relacionados com o clima e podem promover práticas sustentáveis e a inovação tecnológica.** Comparando com outros países africanos, Cabo Verde tem estado ativo no desenvolvimento das PPP. O peso das PPP em Cabo Verde cifrou-se em 3% do PIB em 2019, um valor próximo das Maurícias (3,3% do PIB) e da África do Sul (4,6% do PIB). Contudo, o setor privado não apoia a mobilização de recursos para a ação climática e o seu envolvimento em considerações climáticas tem sido fraco. Entre outros obstáculos, o setor privado tem sido condicionado pelas fragilidades do regime legal das PPP. Este regime existe há quase uma década, mas não inclui aspetos relacionados com o clima. As autoridades pretendem alterar o quadro político e regulamentar atual de modo a incluir requisitos climáticos nos contratos de PPP, desde a identificação do projeto até à gestão do contrato, incluindo políticas abrangentes de seguro a fim de partilhar entre os parceiros da PPP o fardo dos passivos contingentes relacionados com as catástrofes naturais. A reforma das PPP complementa as condicionalidades do empréstimo do Banco Mundial para um DPF, que trata de aspetos diferentes e distintos da GIP, como o quadro jurídico e regulamentar geral da GIP (não aplicável às PPP), a marcação do orçamento climático e as considerações climáticas na avaliação dos projetos.

**24. De acordo com a CDN de 2021 de Cabo Verde, as autoridades tencionam adotar uma estratégia nacional de mobilização de financiamento climático.** Tal irá incluir diferentes instrumentos de financiamento e procurará desenvolver uma carteira robusta de projetos de investimento climático. O financiamento das ações de adaptação e mitigação irá exigir recursos

<sup>1</sup> Em julho de 2018, foi criado um Serviço de Gestão do Risco na Direção Geral do Tesouro do Ministério das Finanças (MdF) incumbido de gerir os riscos orçamentais operacionais. Em 2022, o governo criou um comité de alto nível para a coordenação dos riscos orçamentais, explicitamente encarregue de gerir os riscos orçamentais associados aos riscos climáticos e de catástrofes.

financeiros consideráveis – calcula-se que cerca de 2 mil milhões de USD ao longo da próxima década, metade para medidas de mitigação e outra metade para adaptação. Cabo Verde dispõe de uma série de mecanismos de financiamento público aos quais recorrer para atender aos custos climáticos: (i) um fundo ambiental específico que gera cerca de 7 milhões de USD por ano, sobretudo através de impostos sobre os plásticos; (ii) um Fundo Soberano de Emergência (FSE) criado com o objetivo de financiar, entre outras coisas, o restabelecimento e a reconstrução de infraestruturas públicas na sequência de catástrofes; e (iii) Cabo Verde lançou as suas primeiras obrigações azuis na plataforma de financiamento sustentável Blu-X em janeiro de 2023.<sup>2</sup> As autoridades também estão a explorar a eventual criação de um novo Fundo Climático e Ambiental com assistência técnica do Banco Mundial. Contudo, ainda persiste um grande défice de financiamento climático o que concorre para a lenta implementação de algumas iniciativas climáticas. Além disso, a escolha dos instrumentos financeiros em Cabo Verde parece basear-se mais nas oportunidades do que numa avaliação robusta dos instrumentos mais eficazes em termos de custos. O governo também não dispõe de uma carteira de projetos de capital avaliados. Conforme assinalado na C-PIMA, a maioria dos projetos incluídos no Programa de Investimento Público (PIP) são financiados com recursos externos e a sua inclusão no PIP resulta de negociações com os parceiros de desenvolvimento. Do PIP não constam projetos que tenham sido incluídos com base em critérios de avaliação e seleção explícitos. Além disso, a distinção entre um projeto de capital e um projeto de desenvolvimento não está claramente incorporada no PIP.

**25. As reformas previstas no domínio das alterações climáticas também irão ajudar a mobilizar financiamento privado.** O setor do turismo tem mostrado a capacidade de Cabo Verde atrair investimento internacional. A melhoria da gestão e do desempenho financeiro dos operadores nos setores da energia e da água, assim como o desenvolvimento de uma lista de projetos elegíveis para a obtenção de crédito, tem potencial para catalisar financiamento adicional em novos setores. Uma maior clareza sobre os riscos das alterações climáticas, utilizando cenários climáticos e mapas de vulnerabilidade, irá permitir que os investidores privados compreendam e giram melhor estes riscos, assim podendo reduzir os prémios de risco e facilitar o investimento.

### **Colaboração com outros parceiros**

**26. Cabo Verde tem trabalhado de perto com parceiros bilaterais e multilaterais no que concerne a sua agenda de alterações climáticas.** Em termos de apoio bilateral, Portugal e o Luxemburgo, dois dos principais parceiros bilaterais de Cabo Verde em termos de montante de ajuda e financiamento concedidos, possuem grandes componentes climáticas nos seus programas.

- a. No caso de Portugal, o recente acordo de conversão da dívida em financiamento irá providenciar o capital de arranque para o Fundo Climático e Ambiental e irá possibilitar o financiamento de projetos no domínio das alterações climáticas, embora a adjudicação

<sup>2</sup> Trata-se da primeira oferta pública inicial (OPI) cotada na Blu-X e a obrigação poderá gerar 3,5 milhões de USD de financiamento privado. A obrigação visa aumentar o investimento na economia do mar de Cabo Verde e, ao mesmo tempo, desinvestir nas indústrias poluentes. As receitas apoiarão os microempresários, as empresas em fase de arranque e as pequenas e médias empresas nas comunidades costeiras.

desses projetos se cinja somente a empresas portuguesas. Trata-se de uma operação que tem sido apresentada como um modelo que pode ser reproduzido por outros credores bilaterais.

- b. No caso do Luxemburgo, um dos temas prioritários é o acesso a água, saneamento e eletricidade, com ênfase na qualidade do acesso a estes serviços básicos. Além disso, coloca a tônica nas energias renováveis. A vantagem deste apoio é que é avultado, plurianual, integralmente sob a forma de donativo e sem restrições no que toca os seus fins (pode ser utilizado para apoio orçamental).
- c. A Arábia Saudita é outro parceiro bilateral centrado em matérias relacionadas com as alterações climáticas, que se encontra a financiar um projeto sobre a gestão da água através do BADEA e do Fundo Saudita para o Desenvolvimento.

**27. Os parceiros multilaterais também estão a apoiar a agenda para as alterações climáticas através de financiamento e atividades de desenvolvimento de capacidades.** O Banco Mundial está a preparar um DPF com uma maior tônica no reforço das capacidades de GIP e está a prestar assistência técnica ao governo na separação das atividades da empresa elétrica. Já iniciou o seu Relatório sobre Clima e Desenvolvimento para o País (CCDR, na sigla em inglês) referente a Cabo Verde. O trabalho no âmbito da RSF é coordenado com a equipa do Banco Mundial. O BAfD já trabalhou na eletrificação juntamente com a JICA e pode voltar a envolver-se, caso o risco global de sobre-endividamento desça para moderado. A mais recente tecnologia utilizada na eletrificação em Cabo Verde possibilitou reduções significativas das perdas técnicas.



## Anexo IV. Decomposição da dívida e capacidade de reembolso

**Quadro 1. Cabo Verde: Decomposição da dívida pública e do serviço da dívida por credor, 2022-24<sup>1</sup>**

	Volume da dívida (fim do período)			Serviço da dívida						
	2022		#	2022	2023	2024	#	2022	2023	2024
	(Em USD)	m % do total da dívida	(Em % do PIB)		(Em USD)			(Em % do PIB)		
<b>Total</b>	2855.4	100.0	127.1	195.0	250.9	254.7	8.7	9.7	9.2	
<b>Externa</b>	2048.0	71.7	91.2	98.3	102.3	108.3	4.4	4.0	3.9	
Credores multilaterais <sup>2</sup>	1115.6	39.1	49.7	44.0	44.5	48.5	2.0	1.7	1.8	
FMI	65.4	2.3	2.9	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Banco Mundial	541.3	19.0	24.1	14.3	11.6	12.5	0.6	0.5	0.5	
Banco Africano de Desenvolvimento	279.0	9.8	12.4	16.6	18.9	21.9	0.7	0.7	0.8	
Banco Europeu de Investimento (incl. CEE)	32.1	1.1	1.4	3.8	3.9	3.9	0.2	0.2	0.1	
Outros credores multilaterais	202.8	7.1	9.0	8.8	10.2	10.2	0.4	0.4	0.4	
BADEA	39.9	1.4	1.8	0.4	0.4	0.6	0.0	0.0	0.0	
CEDEAO	7.9	0.3	0.4	0.9	0.7	0.8	0.0	0.0	0.0	
FAD	102.7	3.6	4.6	4.1	4.9	5.2	0.2	0.2	0.2	
Credores bilaterais	399.5	14.0	17.8	24.0	26.7	29.0	1.1	1.0	1.0	
Clube de Paris	202.5	7.1	9.0	13.8	18.2	18.4	0.6	0.7	0.7	
França	52.0	1.8	2.3	5.0	5.5	5.9	0.2	0.2	0.2	
Japão	73.2	2.6	3.3	1.8	3.2	3.3	0.1	0.1	0.1	
Outros (Espanha, Bélgica, Áustria, Suécia)	72.6	2.5	3.2	7.0	9.6	9.1	0.3	0.4	0.3	
Fora do Clube de Paris	197.0	6.9	8.8	10.2	8.4	10.6	0.5	0.3	0.4	
Portugal	154.5	5.4	6.9	5.1	3.3	5.6	0.2	0.1	0.2	
China	29.1	1.0	1.3	3.3	3.6	3.6	0.1	0.1	0.1	
Kuwait	13.4	0.5	0.6	1.7	1.4	1.4	0.1	0.1	0.1	
Obrigações	0.0	0.0	0.0	-1.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Credores comerciais	411.4	14.4	18.3	40.4	38.6	38.4	1.8	1.5	1.4	
BPI	0.0	0.0	0.0	10.6	6.0	5.9	0.5	0.2	0.2	
Caixa Geral de Depósitos (CGD)	407.7	14.3	18.1	29.7	32.7	32.4	1.3	1.3	1.2	
Outros credores internacionais	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
<b>Interna</b>	870.7	30.5	38.8	131.9	148.6	146.4	5.9	5.8	5.3	
Bilhetes do Tesouro	26.2	0.9	1.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Obrigações	838.0	29.3	37.3	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Empréstimos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
<b>Por memória:</b>	202.0	7.1	9.0							
Dívida garantida <sup>3</sup>	0.0	0.0	0.0							
Passivos contingentes <sup>4</sup>	202.0	7.1	8.6							
d/q: Garantias públicas	202.0	7.1	9.0							

1/ Conforme reportado pelas autoridades nacionais de acordo com a sua classificação dos credores, que inclui credores oficiais e comerciais. A cobertura da dívida é a mesma que na ASD.

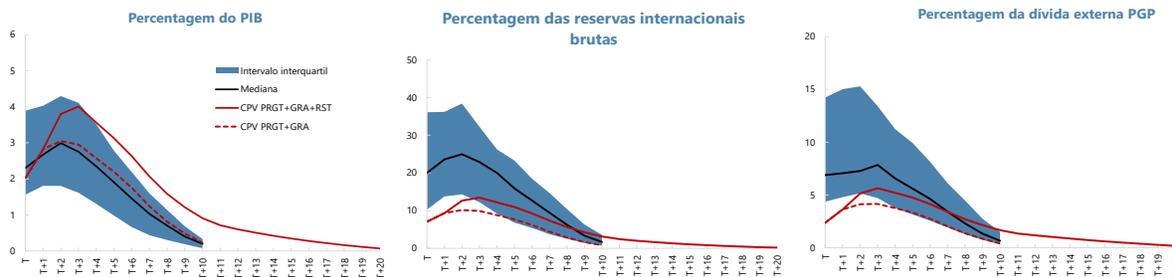
2/ Por "credores multilaterais" entende-se instituições com mais de um acionista oficial, mas tal designação não está necessariamente alinhada com a classificação dos credores no âmbito de outras políticas do FMI (por exemplo, para assegurar o reembolso da dívida. Um empréstimo é garantido quando o mutuário concede ao mutuante um direito real de garantia sobre determinados ativos existentes ou créditos futuros a receber como forma

"não relacionada" ocorre quando não tem relação com um projeto financiado pelo empréstimo. Um exemplo seria um empréstimo para financiar o défice orçamental, garantido por receitas petrolíferas. Ver a nota conjunta do FMI e Banco Mundial para o G20 "Collateralized Transactions: Key Considerations for Public Lenders and Borrowers" contém uma análise das questões ligadas ao uso de garantias.

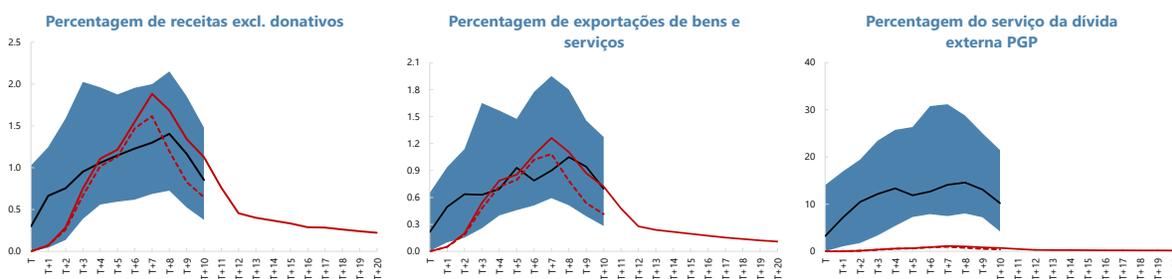
4/ Abrange outras garantias pontuais não incluídas na dívida com garantia pública (por ex., linhas de crédito) e outros passivos contingentes explícitos não classificados noutras categorias (por ex., possíveis direitos legais, pagamentos resultantes de acordos de PPP).

**Figura 1. Cabo Verde: Indicadores da capacidade de reembolso comparados com os acordos nas parcelas superiores de crédito para os países elegíveis para o PRGT**  
(em % da variável indicada)

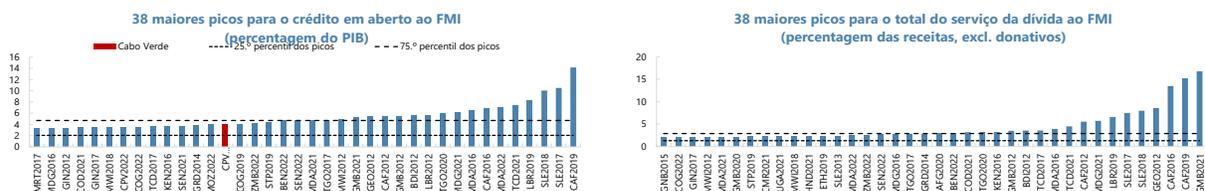
**A. Total do crédito em dívida ao FMI**



**B. Total do serviço da dívida ao FMI**



**C. Maiores picos**



- Notas:
- 1) T = data de aprovação do acordo. PGP = pública e com garantia pública.
  - 2) As linhas e barras vermelhas representam o indicador de capacidade de reembolso para o acordo em causa.
  - 3) As barras da mediana, do intervalo interquartil e do comparador refletem todos os acordos nas parcelas superiores de crédito (incluindo financiamentos mistos) aprovados para países elegíveis para o PRGT entre 2012 e 2022.
  - 4) Os países elegíveis para o PRGT que fazem parte do grupo de controlo e que beneficiam de múltiplos acordos são registados individualmente na base de dados.
  - 5) A série de comparação é apenas para os acordos PRGT e corre até T+10.
  - 6) As obrigações de serviço da dívida ao FMI refletem os pagamentos futuros, incluindo para o ano corrente.
  - 7) Em caso de financiamentos mistos, as linhas/barras vermelhas referem-se ao PRGT+GRA. Em caso de RST, as linhas/barras vermelhas referem-se ao PRGT+GRA+RST.

## Anexo I. Carta de Intenções

Praia

22 Novembro de 2023

Diretora-Geral  
Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C., 20431  
EUA

Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Diretora-Geral,

Gostaríamos de lhe agradecer e ao FMI pelo apoio contínuo prestado à República de Cabo Verde ao abrigo do atual programa no âmbito da Linha de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês). Os nossos esforços para satisfazer as necessidades da balança de pagamentos, sustentar as reservas cambiais e restabelecer as condições para um crescimento mais resiliente desempenharam um papel vital na forte recuperação atual, apesar do ambiente global desafiador. Com o apoio do FMI ao abrigo da ECF trienal, o Governo de Cabo Verde continua a implementar o seu programa económico e financeiro, que está alinhado com o novo Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II) e visa apoiar a recuperação económica, constituir reservas e dar resposta aos desafios climáticos.

O desempenho macroeconómico do nosso país ao abrigo do acordo de três anos da ECF tem sido notável. Cumprimos todos os critérios quantitativos (CQ) para o final de junho de 2023. As metas indicativas para final de março e final de junho de 2023 foram cumpridas. Os indicadores de referência estruturais para final de junho, final de julho e final de setembro de 2023 também foram cumpridos. Tendo em conta as realizações do programa até à data, solicitamos um desembolso equivalente a 4,5 milhões de DSE (19% da nossa quota). Solicitamos a modificação do CQ sobre o VA da nova dívida externa para o final de dezembro de 2023. Solicitamos também um esclarecimento da definição de depósitos sob outros passivos líquidos no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) (de stock para fluxo), e uma modificação de o CQ sobre outros passivos líquidos em dezembro de 2023 e junho de 2024 para refletir o atraso nas receitas de privatização de 2023 de empresas públicas nos setores farmacêutico e bancário.

Os riscos relacionados com as alterações climáticas representam uma ameaça crescente ao crescimento favorável e às perspetivas de desenvolvimento do nosso país. O nosso país é, de facto, um dos mais vulneráveis do mundo aos efeitos das alterações climáticas, devido à preponderância da agricultura de sequeiro e ao aumento da frequência e gravidade das secas e inundações, resultando numa acentuada volatilidade na atividade económica. Os esforços para combater as alterações climáticas são, portanto, uma prioridade máxima na agenda do governo, e estratégias

nacionais e sectoriais foram desenvolvidas em conformidade para abordar as vulnerabilidades do país. No entanto, dados os desafios que enfrentamos, precisaremos do apoio de parceiros financeiros externos para implementar as reformas e os investimentos planeados no contexto das nossas políticas de adaptação às alterações climáticas e de mitigação de riscos.

O governo está empenhado em reforçar a resiliência às alterações climáticas. Para o efeito, o Governo solicita o acesso ao Mecanismo de Resiliência e Sustentabilidade (RSF, na sigla em inglês) por um montante de DSE 23,7 milhões (100 por cento da quota) para implementar medidas de reforma (MR), conforme apresentadas na Tabela 3 anexa ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF), com cinco pilares articulados: (i) reforço da governação da política em matéria de alterações climáticas; (ii) melhorar a resiliência física e fiscal; (iii) reforçar a mitigação e a resiliência através da eficiência energética e da transição; (iv) promover a adaptação, garantindo a sustentabilidade ecológica e económica dos recursos hídricos e planeando os impactos climáticos a longo prazo; e (v) resiliência do sector financeiro às alterações climáticas. Os recursos do RSF ajudarão a apoiar os esforços contínuos do governo para responder aos desafios prementes das alterações climáticas e fortalecer a resiliência da economia e das populações. Em particular, apoiará a implementação de novas reformas destinadas a dotar o governo de ferramentas modernas de coordenação, monitorização, avaliação e gestão dos riscos climáticos.

O MPEF em anexo, que complementa o memorando assinado em 6 de junho de 2023, descreve os desenvolvimentos económicos e financeiros recentes, apresenta as políticas económicas e financeiras que o governo tenciona implementar no período de 2023-25 e define os critérios quantitativos, as metas indicativas e os indicadores de referência estruturais até final de dezembro de 2024. Os desembolsos ao abrigo do acordo estarão sujeitos ao cumprimento dos critérios de desempenho e dos indicadores de referência estruturais indicados nos Quadros 1 e 2 do MPEF em anexo. As políticas económicas e financeiras descritas no MPEF continuam a proporcionar um quadro macroeconómico sólido que promove a mobilização de financiamento dos parceiros de desenvolvimento, reforça as instituições públicas e a boa governação e aumenta os recursos atribuídos à proteção dos segmentos mais vulneráveis da população, nomeadamente para enfrentar melhor a crise alimentar e energética. Por último, forneceremos ao pessoal do Fundo todos os dados e informações necessários para avaliar as políticas e medidas apresentadas no MTE.

Durante a implementação do acordo RSF, manteremos um diálogo estreito com o FMI e iremos consultá-lo antes de quaisquer revisões dos MR contidos no MPEF, de acordo com as políticas do Fundo sobre tais consultas. Além disso, forneceremos ao FMI informações relacionadas com o nosso progresso na implementação destas medidas e na consecução dos seus objetivos, o que está ligado ao calendário de desembolsos no âmbito do RSF.

O governo compromete-se a fornecer ao FMI informação sobre a implementação das medidas acordadas e a execução do programa, tal como previsto no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) em anexo. Além disso, o governo autoriza o FMI a publicar a presente carta e os seus anexos,

bem como o relatório do corpo técnico, logo que a avaliação tenha sido aprovada pelo Conselho de Administração do FMI. Iremos também publicar estes documentos, incluindo as suas versões em português, na página oficial do governo na Internet.

Com os melhores cumprimentos,

\_\_\_\_\_/s/\_\_\_\_\_  
Olavo Correia  
Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Finanças  
e do Fomento Empresarial

\_\_\_\_\_/s/\_\_\_\_\_  
Óscar Santos  
Governador do Banco de Cabo Verde

Anexos:       Memorando de Políticas Económicas e Financeiras  
              Memorando Técnico de Entendimento

## Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2023-2025

*O presente memorando descreve os desenvolvimentos económicos recentes, as perspetivas a médio prazo, bem como os objetivos do programa e as políticas e medidas para os alcançar. Os principais objetivos do programa incluem: (i) reforço das finanças públicas para aumentar o espaço orçamental com vista à promoção do investimento em setores catalíticos, assim como a inclusão social; (ii) redução dos riscos orçamentais das empresas públicas; (iii) modernização do quadro de política monetária e reforço do sistema financeiro; e (iv) aumento do potencial de crescimento e reforço da resiliência a choques, incluindo os relacionados com as alterações climáticas.*

### ENQUADRAMENTO, DESENVOLVIMENTOS ECONÓMICOS RECENTES E PERSPECTIVAS

**1. A economia cabo-verdiana continua o seu forte desempenho macroeconómico em 2023 e as perspetivas de curto prazo são favoráveis, apesar de alguns riscos descendentes.**

A economia de Cabo Verde recuperou fortemente em 2021 e 2022 e o forte desempenho macroeconómico continua com um crescimento projetado de 4,5 por cento em 2023. As chegadas de turismo ultrapassaram os níveis pré-pandemia, com impactos positivos nos sectores relacionados com o turismo, e as perspetivas de curto prazo são favoráveis, apesar de alguns riscos negativos. A inflação está a desacelerar e o défice da balança corrente diminuiu no primeiro semestre de 2023. As reservas também foram reforçadas pelos desembolsos da ECF, pelo Banco Mundial e pelo Banco Africano de Desenvolvimento. Como resultado, as reservas internacionais brutas permaneceram estáveis em cerca de 626 milhões de euros até ao final de junho de 2023, e espera-se que atinjam 6,1 meses de importações futuras até ao final do ano. A economia continua vulnerável aos choques externos que afetam a atividade turística, bem como aos riscos das alterações climáticas.

**2. A posição orçamental registou um desempenho superior no primeiro semestre de 2023.** A atividade económica apoiou as medidas políticas que tomámos para aumentar as receitas fiscais (22,6 por cento no 1S2023/1S2022). A despesa primária cresceu apenas 6,1 por cento (1S2023/1S2022). Do lado das despesas, o crescimento mais lento da massa salarial e a queda de outras despesas correntes permitiram uma expansão temporária dos subsídios, para apoio às famílias pobres e para a aquisição de bens e serviços. Os gastos de capital foram mais lentos do que o esperado devido à fase inicial de novos projetos. Como resultado, o saldo primário do 1S2023 registou um excedente de 2.759 milhões de escudos, face à meta de -4.141 milhões de escudos do programa.

**3. Estamos no bom caminho para reduzir o rácio dívida/PIB em 2023.** O rácio dívida pública/PIB diminuiu de 127,1% em 2022 para 119,9% em 2023, principalmente devido ao maior

crescimento nominal e ajudado pelo desempenho orçamental. Continuamos empenhados em manter a dívida numa trajetória descendente.

**4. O Comité de Política Monetária (CPM) apertou a política monetária para salvaguardar a paridade.** O CPM aumentou a taxa diretora de 0,25 para 1,0 por cento no início de maio de 2023 e novamente para 1,25 por cento em 27 de outubro para reduzir o diferencial com a taxa diretora do BCE e proteger as reservas. Estamos a avançar com cautela no ciclo de aperto, à medida que reduzimos o diferencial de juros e monitorizamos cuidadosamente quaisquer sinais de abrandamento por parte do BCE. A orientação monetária também considera o impacto restritivo da reversão da moratória de crédito relacionada com a COVID e do Programa de Financiamento de Longo Prazo. Consideramos que a cobertura de reservas projetada de 6,1 meses de importações futuras é adequada para proteger a paridade cambial. No final de Setembro de 2023, o M2 cresceu 5,2 por cento (a/a), os depósitos totais 5,5 por cento e o crédito à economia 2,9 por cento.

**5. Em 2024, projetamos que o crescimento continue em torno de 4,7, refletindo uma revisão em baixa do crescimento global e um regresso aos níveis de exportações anteriores à pandemia.** A inflação está projetada em 2% no final de dezembro de 2024. O défice da balança corrente deverá aumentar para cerca de 5,9% do PIB em 2023, à medida que as exportações de bens e serviços, turismo, remessas e IDE se estabilizarem face aos níveis registados em 2022.

**6. A nossa Estratégia de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II) fornece a base para o crescimento no âmbito de uma gestão macroeconómica sólida apoiada pelo programa ECF.** Prevê-se que o crescimento real anual do PIB seja, em média, de 4,6 por cento durante 2024–28, impulsionado pelo crescimento contínuo do sector do turismo e pelo aumento das despesas de investimento do sector público. O PEDS II apoiará o crescimento, proporcionando um quadro para reformas estruturais. Estas incluem o desenvolvimento do turismo inclusivo, beneficiando todas as ilhas; transformar Cabo Verde num centro de transporte aéreo e centro de negócios internacional; construir uma administração pública moderna; criação de uma plataforma financeira internacional; desenvolver uma plataforma digital para inovação tecnológica; estabelecimento de uma zona económica especial para a economia marítima (economia azul); apoiar o desenvolvimento de tecnologias de energia das ondas e de dessalinização e facilitar oportunidades de investimento desenvolvidas localmente ou pela diáspora. O PEDS II é apoiado pelas medidas de políticas acordadas no âmbito da ECF, que incluem a sustentação das reformas da administração fiscal em curso, a melhoria do cumprimento e medidas para reduzir as despesas fiscais, que serão incluídas na proposta orçamental para 2025.

**7. As perspetivas são incertas e sujeitas a riscos descendentes (geopolíticos e climáticos).** Vemos riscos descendentes resultantes do enfraquecimento da procura nos principais mercados turísticos e de choques externos nos preços. Os riscos fiscais também podem resultar de dificuldades no avanço das reformas das empresas estatais (SOE) ou de pressões sobre o orçamento. Os efeitos das alterações climáticas – um risco fundamental a médio prazo – são

evidenciados nos últimos anos de seca. O elevado risco de sobre-endividamento geral do país continua a ser uma preocupação e, portanto, o financiamento concessional para limitar o custo do serviço da dívida é importante. Do lado positivo, um crescimento mais forte do turismo poderá levar a uma atividade económica global mais elevada. Assim, estamos cientes da necessidade de acelerar a implementação de medidas de adaptação climática para mitigar este risco. Estamos a trabalhar para equilibrar a necessidade de consolidação fiscal para reduzir os níveis de dívida com despesas de capital para acelerar os investimentos na ação climática e estamos a procurar o apoio de parceiros (incluindo o Fundo) para aceder ao financiamento verde. Do lado positivo, um crescimento mais forte do turismo poderá levar a uma atividade económica global mais elevada. No entanto, se as perspetivas macroeconómicas se deteriorarem, comprometemo-nos a tomar medidas adicionais em consulta com o corpo técnico do FMI.

## REFORMAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA APOIADO PELA ECF E DO RSF

### A. Reforçar as finanças públicas para preservar a sustentabilidade da dívida pública

**8. O nosso programa orçamental assenta num esforço de consolidação sustentado no médio prazo.** Isto será fundamental para colocar a dívida pública numa trajetória descendente sustentada, preservar a sustentabilidade da dívida e reduzir o risco de sobre-endividamento. Outras componentes da estratégia incluem o reforço do quadro fiscal e a aceleração das reformas no sector das empresas públicas. Globalmente, estas políticas resultariam numa melhoria do saldo orçamental primário, de um défice de 1,9 por cento do PIB em 2022 para um saldo próximo de zero no final do programa e um excedente de perto de 1 por cento do PIB em 2028; o défice orçamental global diminuiria de 4,1 por cento do PIB em 2022 para um pequeno défice de cerca de 0,7 por cento da posição equilibrada do PIB no mesmo período. As receitas a médio prazo são apoiadas pela implementação do imposto sobre o tabaco e o álcool, o aumento da taxa do imposto sobre o turismo e a cobrança de direitos de importação sobre bens anteriormente isentos. Este ambicioso plano de consolidação orçamental levará a uma redução dos níveis da dívida pública, com o rácio dívida/PIB a diminuir de 127,1 por cento em 2022 para 93,9 por cento em 2028.

**9. A performance orçamental de 2023 provavelmente superará o orçamento e as metas do programa no âmbito da ECF.** Os dados relativos ao final de Agosto de 2023 sugerem uma forte melhoria no desempenho das receitas, uma vez que as receitas fiscais totais aumentaram 19,3 por cento e estão projetadas acima da meta indicativa definida no âmbito do programa. Esperamos que o crescimento das receitas permaneça dinâmico durante o resto do ano, impulsionado por melhorias contínuas no sector do turismo e apoiado pelas medidas de receitas implementadas no âmbito do programa. Recebemos os rendimentos de propriedade associados à concessão do aeroporto em agosto. As despesas permaneceram contidas em conformidade com os objetivos do nosso programa. As despesas de capital, orçamentadas em 4,8% do PIB, progrediram

mais lentamente do que o planeado. Como resultado, esperamos um déficit primário de 1,1 por cento do PIB.

**10. Consequentemente, prevê-se agora que as necessidades de financiamento em 2023 sejam inferiores às no momento da primeira avaliação.** As necessidades de financiamento estão projetadas em 3,4% do PIB, em comparação com 4% na primeira avaliação. O financiamento interno (-0,6 por cento do PIB) também é inferior ao projetado na primeira avaliação e deverá permanecer abaixo da regra legal de 3 por cento do PIB. O financiamento externo será preenchido principalmente com empréstimos concessionais e parcialmente concessionais, principalmente de instituições multilaterais, incluindo o Banco Mundial (2,4 por cento do PIB), o Banco Africano de Desenvolvimento (0,8 por cento do PIB), os recursos fornecidos ao abrigo do programa ECF e credores oficiais.

**11. O projecto de orçamento para 2024 apresentado ao parlamento está em linha com o programa apoiado pela ECF.** O projecto de orçamento baseia-se nas nossas previsões de crescimento e pressupõe uma arrecadação fiscal superior a 1,3 mil milhões de escudos do que as projeções do corpo técnico do FMI. As despesas primárias orçamentadas revertem o aumento dos subsídios à energia de 2023 e incluem despesas de capital adicionais de mil milhões de escudos em relação à última revisão. Como resultado, o saldo primário do projeto de orçamento para 2024 é 1 mil milhões de escudos superior às projeções anteriores. Embora o déficit primário no âmbito do projecto de orçamento seja de 0,7% do PIB, o programa ECF prevê um déficit primário de 1,1% do PIB. Os investimentos mais elevados (em relação à 2ª avaliação) são financiados através de uma combinação de donativos mais elevados, taxas de concessão, receitas fiscais e um ligeiro aumento do déficit primário. O rendimento adicional permite um maior investimento ao longo de 2024 e 2025, antes que as despesas de capital regressem à trajetória de referência em 2026, o que implica mais ajustamentos nesse ano do que na 2.ª avaliação. Espera-se que as reformas das empresas públicas reduzam a capitalização e os acordos de retrocessão a partir de 2025, ajudando a melhorar a posição orçamental.

**12. Estamos a tomar medidas práticas e institucionais para impulsionar a mobilização de receitas internas.** Com o apoio da assistência técnica (AT) do FMI, planeamos desenvolver e publicar um plano de ação para reduzir os incentivos fiscais, incluindo estimativas publicadas dos incentivos fiscais anuais no orçamento, e empreender a implementação faseada da tarifa da CEDEAO, para aumentar as receitas em 1 por cento do PIB (**Indicador the Referência Estrutural (IRE), final de Setembro de 2024**). Além disso, espera-se que as melhorias na administração de receitas produzam receitas adicionais, principalmente através da cobrança de impostos atrasados e de uma supervisão reforçada. Centraremos os nossos esforços na cobrança do IVA, bem como nos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares e coletivas em atraso. Estes esforços basear-se-ão na digitalização completa de todos os processos de administração e cobrança de receitas e poderão resultar em ganhos de eficiência muito significativos.

**13. A médio prazo, racionalizaremos as despesas correntes e melhoraremos a execução das despesas de investimento com prioridades claras.** No curto prazo, prevê-se que os salários cresçam ligeiramente acima da inflação para recuperar parcialmente o poder de compra perdido durante os últimos dois anos. Aumentarão os gastos em programas sociais e subsídios para proteger os vulneráveis do impacto do custo mais elevado dos produtos alimentares básicos. No médio prazo, continuaremos a procurar ganhos de eficiência, reduzindo simultaneamente as despesas com salários e pagamentos de juros, resultando num declínio gradual das despesas correntes em percentagem do PIB. Para apoiar a recuperação e as necessidades de desenvolvimento de Cabo Verde, prevê-se que o programa de investimento público aumente em percentagem do PIB. As despesas de capital serão estritamente priorizadas. Também analisaremos os programas de bem-estar social para garantir uma cobertura adequada, especialmente no contexto do aumento dos preços e dos riscos climáticos que afetam desproporcionalmente os mais vulneráveis. Reconhecemos que, para alcançar os nossos objetivos fiscais de médio prazo, serão necessárias medidas políticas adicionais. Portanto, o Governo continuará a implementar medidas para melhorar a mobilização de receitas e a gestão das despesas públicas, bem como a continuação das reformas das empresas públicas para manter a sustentabilidade da dívida a médio prazo.

**14. O Governo está empenhado em melhorar a eficiência do quadro de investimento público.** O investimento público é uma componente fundamental do nosso plano de desenvolvimento e desempenhará um papel fundamental no apoio à recuperação. Em linha com as recentes recomendações da AT do FMI (C-PIMA), melhoraremos os projetos a curto e médio prazo. Isto envolveria as seguintes quatro etapas: (i) redefinir os limiares existentes para reduzir o número de projetos elegíveis para uma avaliação mais detalhada de acordo com a capacidade disponível; (ii) desenvolver e implementar um sistema aprimorado de pré-seleção (pré-seleção+), um ponto de entrada único para todas as ideias de projetos, independentemente do tamanho ou fonte de financiamento; (iii) desenvolver e implementar técnicas e matrizes de análise multicritério (MCA) para priorização e seleção; e (iv) desenvolver e implementar uma lista de verificação de pré-implementação.

**15. Aproveitaremos as recentes melhorias na gestão do fluxo de caixa que ajudaram o Ministério das Finanças a gerir os desafios colocados pela COVID-19.** Nos últimos anos, desenvolvemos uma Conta Única do Tesouro (CUT) alinhada com boas práticas internacionais, que beneficiou da adoção precoce e bem-sucedida de um moderno sistema de informação de gestão financeira (SIGOF). Apesar dos ganhos alcançados, serão tomadas outras medidas para melhorar a gestão dos fluxos de tesouraria, incluindo a continuação do processo de integração de todas as contas do governo central na CUT; e instituir um comitê de coordenação de tesouraria para analisar sistematicamente as previsões.

**16. Uma cobertura orçamental mais ampla permitirá a preparação de contas ao nível da administração pública, bem como a sua transparência.** Isto inclui a publicação de relatórios anuais de execução orçamental para a administração pública (IRE, final de Setembro de 2023). Além disso,

planeamos alargar a cobertura da análise e reporte do risco fiscal para incluir PPP (**Novo IRE, final de Setembro de 2024**).

**17. Continuaremos com outros esforços para aliviar o peso da dívida pública de Cabo Verde.** Já chegámos a um acordo de princípio com Portugal para explorar a dívida para iniciativas de troca climática. A legislação da dívida foi atualizada em conformidade com a revisão de 2018. Pretende-se implementar a estratégia de gestão da dívida para a realização de análises internas de sustentabilidade da dívida (ASD). Para o efeito, é necessária a formação de especialistas do FAD, dirigida aos funcionários do Ministério das Finanças, durante o primeiro semestre de 2024, que será importante como base para a preparação das orientações orçamentais para 2025. Além disso, o Governo procedeu a uma revisão das leis que regulam as garantias. A lei de garantias prevê a criação de um fundo a ser financiado pelos beneficiários das garantias, o que proporcionará uma reserva em caso de incumprimento dos termos da garantia.

## **B. Reduzir os riscos orçamentais das EP e melhorar a sua gestão financeira**

**18. As reformas para reduzir os riscos orçamentais relacionados com as empresas públicas continuarão.** A este respeito, foi dada especial atenção à melhoria do quadro de monitorização do desempenho financeiro das empresas públicas para reduzir os riscos fiscais e, assim, apoiar a sustentabilidade da dívida a médio prazo. A análise trimestral das avaliações de risco fiscal utilizando as ferramentas de verificação de saúde do FMI e o relatório trimestral de monitoramento da execução orçamental das empresas públicas estão sendo preparados desde 2022. Em outubro de 2023, lançamos a plataforma SOE Manager, onde os dados financeiros da maioria das empresas públicas estão disponíveis em tempo real. As reformas em curso incluirão a publicação de transações trimestrais consolidadas e fluxos financeiros entre o governo e as empresas públicas, numa base individual e agregada, para ajudar a identificar o apoio indireto do governo às empresas públicas. Além disso, o relatório anual das empresas públicas foi melhorado para incluir a comparação da execução em relação à projeção orçamental inicial, a avaliação do desempenho em relação aos planos de médio prazo e dados sobre as relações governamentais (**IRE, final de Julho de 2023**). No futuro, publicaremos no relatório anual sobre as empresas públicas as metas futuras acordadas entre o Ministério das Finanças e do Desenvolvimento Empresarial e as seis maiores empresas públicas, sobre a melhoria do desempenho financeiro e a redução da necessidade de apoio do governo central (**IRE, final de junho de 2024**). Estamos a analisar o crédito malparado apurado pelo recente estudo do BCV sobre as perdas de crédito e as provisões com empréstimos no final da moratória de crédito, e as implicações para as garantias públicas e outros riscos orçamentais relacionados.

**19. A Cabo Verde Airlines (TACV) é uma prioridade fundamental e o governo tenciona concluir a reorganização da TACV e retomar os seus esforços de privatização.** O Governo está em processo de reorganização da companhia aérea e em negociações com potenciais parceiros. No âmbito do novo plano, que foi adiado, a TACV iniciou operações com uma aeronave em 2022 com voos para Lisboa. Uma segunda aeronave começou a operar em Agosto de 2023 e a TACV está a trabalhar num plano provisório e de médio prazo para aumentar o número de aeronaves e o número

de voos para a Europa, EUA, Brasil e África para atingir o ponto de equilíbrio. O Governo está a fornecer financiamento durante o processo de reorganização para cobrir a lacuna projetada no montante de 30 milhões de euros (cerca de 1,6 por cento do PIB) durante um período de três anos. Procuraremos as melhores opções de reestruturação com base na conceção de um plano de negócios adequado que cubra pelo menos cinco anos.

### C. Modernizar o quadro de política monetária e aumentar a resiliência do sistema financeiro

**20. O regime convencional de paridade cambial fixa continua a proporcionar uma âncora estável para a política monetária.** A política monetária continua a centrar-se na salvaguarda da paridade e no reforço do mecanismo de transmissão da política monetária. Apesar do ambiente externo incerto, as reservas internacionais deverão aumentar em 100 milhões de euros em 2023, atingindo um nível equivalente a 6,1 meses de importações de bens e serviços. Os principais impulsionadores incluem o crescimento do turismo e o impacto dos donativos, dos desembolsos da ECF e das remessas. Em Outubro de 2023, restringimos as taxas para reduzir o diferencial com o BCE e acompanharemos de perto a evolução económica na área do euro e estaremos prontos para tomar novas medidas, caso as pressões sobre as reservas se tornem aparentes. A economia continua a recuperar e apresenta excesso de liquidez no sistema bancário. Contudo, o choque geopolítico justifica uma abordagem cautelosa da política monetária. No médio prazo, para apoiar a paridade cambial, continuaremos a visar reservas internacionais no intervalo de 5,5 a 6 meses de importações programadas.

**21. O reforço do mecanismo de transmissão da política monetária e da nossa capacidade analítica para acompanhar a evolução da economia continua a ser uma prioridade.** Tomamos medidas para apoiar o desenvolvimento do mercado monetário, incluindo o pré-anúncio de um cronograma para leilões de Títulos de Intervenção Monetária (TIMs) e Títulos de Regularização Monetária (TRMs). Ao mesmo tempo, continuamos a analisar o impacto da gestão da liquidez e do custo da política monetária. A análise política foi reforçada, através da introdução de indicadores compostos da atividade económica e do reforço das previsões de curto prazo (**IRE, final de junho de 2023**), embora tenhamos de atualizar novamente o índice após a publicação da série do PIB reformulada. Desenvolveremos também um quadro para orientar a prestação de assistência de liquidez de emergência e estamos atualmente a trabalhar no restante quadro jurídico. O BCV e o Ministério das Finanças procuraram a AT do Banco Mundial para realizar uma avaliação da economia digital e formular uma estratégia nacional de *fintech*, que estabelecerá os pilares necessários para a utilização de tecnologias financeiras que abracem a inovação e a concorrência e reduzam os custos de transação.

**22. O BCV acompanhará de perto os riscos emergentes para o setor bancário.** Os indicadores disponíveis mostram que o sector bancário está bem colocado para resistir ao fim da moratória de crédito. Concluimos um estudo sobre perdas e provisões com empréstimos no final da moratória de

crédito que abrange a maior parte do setor bancário e alargámo-lo ainda mais este ano. Também estamos monitorando os riscos do setor empresarial do estado. Continuamos a incentivar e a facilitar a reestruturação prudente dos empréstimos, a fornecer orientações sobre o tratamento prudencial das moratórias e estratégias de gestão dos créditos não produtivos (NPL) e a desenvolver um quadro comum para a resolução bancária. Além disso, incentivaremos o desenvolvimento de modelos de relatórios detalhados para empréstimos reestruturados e reescalonados e para monitorizar o impacto das medidas relacionadas com a COVID-19 na qualidade dos ativos dos bancos. Em apoio a estes esforços, efetuámos uma análise interna de um quadro comum para a resolução de NPL relacionados com crises e, em conjunto com outras medidas estruturais refletidas no FSAP realizado pelo Banco Mundial, iremos aprofundar este assunto num quadro mais abrangente.

**23. Tencionamos continuar a melhorar a eficácia em matéria de CBC/FT e conformidade técnica, em consonância com as recomendações formuladas no relatório de avaliação mútua do GIABA de 2019.** As melhorias recentes no quadro CBC/FT incluem a criação de um comité nacional CBC/FT e a saída de Cabo Verde da Lista Cinzenta da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais em 2020, o que ajudou a preservar as relações de correspondentes bancários. Outras melhorias incluíram a aprovação em 2023 da Estratégia Nacional para 2023-2027 com sete grandes objetivos prioritários, incluindo o quadro jurídico e propostas de alterações, estatísticas e fortalecimento das instituições orientadas para uma abordagem mais abrangente. Além disso, o BCV iniciou um processo contínuo (recursos humanos e capacidade institucional) de supervisão eficaz baseada no risco para as instituições financeiras. Relativamente ao tema e à responsabilidade do quadro CBC/FT do BCV para incluir ativos virtuais, e em linha com as recomendações do GAFI, em particular a Recomendação 15, um projecto de lei foi aprovado pelo parlamento em Junho deste ano. Esta lei regula a prestação de serviços com ativos virtuais e atribui ao BCV a responsabilidade pela regulação e supervisão em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo às entidades que desenvolvem atividades com ativos virtuais. Além disso, a lei estipula que a criação de bancos digitais depende de autorização do BCV e que os mesmos estão sujeitos ao cumprimento dos mesmos deveres aplicáveis aos bancos convencionais. Quanto às APNFD, a mudança nesta matéria ainda está em curso com um processo de desenvolvimento de capacidades.

**24. No âmbito do Plano de Desenvolvimento do Sector Financeiro, os nossos esforços centrar-se-ão na modernização contínua do sistema financeiro.** Melhoraremos os quadros regulamentares e de supervisão com o objetivo de aprofundar o setor financeiro, nomeadamente para apoiar o crescimento inclusivo e sustentável, preservando simultaneamente a estabilidade financeira. Continuamos empenhados em garantir um sistema bancário estável e bem capitalizado que possa continuar a apoiar a recuperação, monitorizando e supervisionando eficazmente a saúde do sistema financeiro. Para garantir a eficácia do processo de supervisão, aumentaremos a frequência dos testes de esforço para pelo menos duas vezes por ano a partir de 2023 (**IRE, final de dezembro de 2023**). Além disso, a metodologia dos testes de esforço será reformulada para incluir dados bancários pormenorizados e uma avaliação de riscos de segurança cibernética. Submeteremos ao Parlamento a legislação que altera a Lei Orgânica do BCV para, entre outras coisas, fortalecer a

estrutura de tomada de decisão do BCV, a autonomia, a prestação de contas e a transparência do banco central, em linha com a avaliação de salvaguardas do FMI, e apoiada pela AT do FMI (**Novo IRE, final de julho de 2024**).

**25. Aceleraremos os trabalhos no sentido da adoção do Pilar 1 de Basileia II.** Durante a última parte de 2023, será realizada uma avaliação sobre a implementação dos princípios de Basileia através da autoavaliação dos planos de continuidade do negócio.

**26. Continuamos a melhorar o rigor das nossas estatísticas do setor monetário e financeiro.** Ao longo do último ano, eliminámos as discrepâncias entre o inquérito ao sector monetário e financeiro divulgado pelo BCV nas suas publicações e os dados enviados ao FMI, adotando a metodologia do inquérito ao banco central compilado para o FMI, que se baseia em normas estatísticas internacionais (Manual e Guia de Compilação de Estatísticas Monetárias e Financeiras de 2016 do FMI (MFSMCG)). Este novo sistema de compilação permite corrigir discrepâncias entre o inquérito às outras sociedades de depósito (OSD) divulgado pelo BCV nas suas publicações e os dados enviados ao FMI. Outras melhorias continuarão este ano com a melhoria dos dados sobre o crédito por atividade económica usando a classificação de atividade económica do INE.

#### **D. Reformas estruturais abrangentes: apoiar o crescimento impulsionado pelo setor privado e a resiliência a choques**

**27. As reformas e políticas estruturais deverão ajudar a criar resiliência a diferentes choques prolongados, incluindo as alterações climáticas.** As principais áreas prioritárias da nova estratégia de desenvolvimento quinquenal incluem: (i) concluir as reformas das empresas públicas; (ii) facilitar o acesso ao financiamento; e (iii) melhorar o ambiente de negócios. Estamos a avançar num conjunto de reformas para melhorar o ambiente de negócios, dirigidas principalmente às PME. As reformas centram-se em planos para promover a diversificação económica liderada pelo sector privado, com o objetivo de apoiar investimentos de qualidade, emprego e maior produtividade. Os esforços para reduzir os elevados custos financeiros, de eletricidade, de água e de transportes, que constituem grandes obstáculos ao crescimento do sector privado, continuarão.

**28. A diversificação da atividade continua a ser crucial para a nossa economia.** Os esforços de diversificação estão a ser prosseguidos através de dois canais. Em primeiro lugar, no importante setor do turismo, estamos a avançar ativamente para projetos de empreendimentos turísticos mais integrados, marcados pela presença e surgimento de cadeias hoteleiras de topo. Em segundo lugar, estamos a promover ativamente setores alternativos, como a economia azul, a economia digital, a indústria integrada nas cadeias de valor regionais e mundiais e a modernização do setor agrícola utilizando água dessalinizada.

**29. Os procedimentos legais para as empresas serão facilitados através de uma redução do tempo de espera, melhorando a ligação entre as empresas e os processos judiciais.** Uma

das áreas de destaque será o registo de direitos de propriedade, onde muitas vezes surgem problemas, devido à falta de clareza sobre a propriedade decorrente de informações incompletas, que podem provocar atrasos nas decisões de investimento. A este respeito, o governo digitalizará as informações relevantes para simplificar o acesso a todas as partes, o que facilitará a resolução mais atempada de litígios.

**30. O apoio financeiro às famílias vulneráveis continua a ser uma prioridade fundamental.**

As despesas sociais serão apoiadas pelo financiamento do fundo de proteção social financiado pela taxa de turismo e receitas alfandegária das pequenas encomendas. Embora Cabo Verde tenha um desempenho muito bom nos indicadores sociais, a pobreza e o desemprego continuam um desafio, especialmente nas zonas rurais. As redes de segurança social serão reforçadas através de uma melhor orientação da despesa social. Em parceria com os nossos parceiros externos (Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento), continuaremos a trabalhar para um melhor direcionamento dos programas sociais e assinaremos um pacto para a redução da pobreza, com o objetivo de eliminar a pobreza extrema até 2026. Pretendemos reformar o sistema nacional de segurança social para garantir que evolui em alinhamento com as melhores práticas e as necessidades em constante mudança do país.

**31. A este respeito, as políticas no âmbito do programa ajudarão a salvaguardar a despesa com redes de proteção social e a aumentar a nossa capacidade para expandir estas intervenções.**

Realizámos investimentos importantes nos sistemas de prestação de serviços de proteção social, em especial no registo social e no programa de transferências sociais (RSI). Estes ganhos serão protegidos durante o programa ao abrigo da ECF, uma vez que o apoio aos mais vulneráveis e a ajuda para retirar as famílias da pobreza são objetivos fundamentais da nossa estratégia. Através de um programa de inclusão produtiva, o governo garante a capacitação das famílias mais vulneráveis, bem como a transferência de fundos para algumas das famílias mais vulneráveis em Cabo Verde. O nosso método de apoiar os mais vulneráveis através de transferências sociais é uma forma importante e eficiente de investir nas pessoas; de contribuir para reforçar a sua resiliência e melhorar o seu capital humano de várias formas, nomeadamente garantindo a segurança alimentar e possibilitando as despesas relacionadas com a educação e a saúde das crianças nestas famílias, bem como a formação para a inclusão no mercado de trabalho.

## **E. Políticas e medidas para enfrentar os desafios das alterações climáticas**

**32. O desenvolvimento socioeconómico sustentável dependerá da nossa capacidade de enfrentar as implicações das alterações climáticas, que estão a amplificar os nossos desafios de desenvolvimento.**

A escassez de recursos naturais, nomeadamente água e terras aráveis, tornam o nosso país suscetível às implicações das alterações climáticas. A forte dependência da energia importada baseada no carbono está a atrasar o desenvolvimento económico e representa um obstáculo aos nossos planos de redução das emissões de GEE e de resolução da escassez de água através da dessalinização. As interligações entre as alterações climáticas, a energia e a água fornecem

o contexto para a nossa reforma. Em cooperação com os nossos parceiros de desenvolvimento, estamos a trabalhar no sentido da transição energética, melhorando simultaneamente a qualidade e o acesso dos serviços, bem como alcançando a sustentabilidade dos sectores da energia e da água. Embora as nossas contribuições para as emissões globais sejam mínimas em termos absolutos, no âmbito da nossa NDC comprometemo-nos a reduzir as emissões de GEE até 2030 em 18% (24% condicionais) em comparação com o BAU e pretendemos atingir zero emissões líquidas até 2050. Ao mesmo tempo, pretendemos trabalhar para permitir a gestão eficiente e consciente do clima dos nossos recursos públicos, apoiando simultaneamente o desenvolvimento resiliente às alterações climáticas liderado pelo sector privado, nomeadamente através de investimentos conscientes no clima em sectores-chave como o turismo e as energias renováveis.

**33. O RSF apoiará o nosso esforço para implementar reformas climáticas macrocríticas e catalisar o financiamento privado para a adaptação climática e a transição com vista a alcançar os objetivos que estabelecemos no PEDS II e no NDC.** Reconhecendo a magnitude do desafio de desenvolvimento e a sua exacerbação decorrente das alterações climáticas, utilizaremos o RSF para nos apoiar na aceleração da transição climática, concentrando-nos em: (i) reforçar a governação da política em matéria de alterações climáticas; (ii) melhorar a resiliência física e fiscal; (iii) reforçar a mitigação e a resiliência através da eficiência energética e da transição; (iv) promover a adaptação, garantindo a sustentabilidade ecológica e económica dos recursos hídricos e planeando os impactos climáticos a longo prazo; e (v) resiliência do sector financeiro às alterações climáticas (Quadro 3). O RSF apoia o nosso PEDS II e o NDC e reflete as recomendações do C-PIMA, o Diagnóstico da Política Climática, e foi informado pelo Memorando Económico do País do BM e pelo próximo DPF. Cada área de reforma tem medidas de reforma (MRs, especificadas abaixo) a serem alcançadas em datas-alvo específicas no âmbito desta facilidade. Além disso, o financiamento do RSF proporcionará apoio orçamental e substituirá financiamentos mais caros. Estas poupanças ajudar-nos-ão a criar espaço fiscal para apoiar investimentos críticos relacionados com o clima.

### ***Área de Reforma 1. Reforçar a governação da política em matéria de alterações climáticas***

**34. Melhoraremos a coordenação de ambas as políticas relacionadas com as alterações climáticas e a gestão do risco de catástrofes.** O Diagnóstico da Política Climática (CPD) observou que estas funções requerem uma liderança forte e uma coordenação intergovernamental, que forneceremos através de um mecanismo de coordenação ao nível da Chefia do Governo (**MR1, final de Abril de 2024**). Isto permitir-nos-á promover a sensibilização para as implicações das alterações climáticas, assegurar a coerência intersectorial das políticas relacionadas com as alterações climáticas e fornecer liderança estratégica para a coordenação da gestão do risco de catástrofes (GRC), tudo com vista a criar resiliência e a gerir eficazmente os desafios relacionados com as alterações climáticas. Demos passos importantes no planeamento sectorial e na criação de capacidade técnica para a gestão das alterações climáticas e dos desastres naturais, nomeadamente no Ministério da Agricultura e Ambiente e através do Serviço Nacional de Protecção Civil e Bombeiros. No entanto, sentimos que é necessário fazer mais para incentivar a participação consistente de todas as partes do

nosso sector público no planeamento coordenado e execução de medidas políticas relacionadas com as alterações climáticas, e na mitigação eficaz e na recuperação dos perigos relacionados com o clima.

## ***Área de Reforma 2. Melhorar a resiliência fiscal e física às alterações climáticas***

**35. Para avaliar proactivamente as implicações macro-fiscais da nossa estratégia em matéria de alterações climáticas, estamos a integrar os riscos climáticos no nosso planeamento orçamental.** Com o apoio do Luxemburgo, estamos a desenvolver uma metodologia para identificar as despesas relacionadas com o clima nos relatórios orçamentais e financeiros. Em 2022, criámos um comité de coordenação de risco fiscal de alto nível, explicitamente encarregado de gerir os riscos fiscais associados ao risco climático e de catástrofes e planeamos rever a sua composição e integrar permanentemente contrapartes nacionais críticas - como o Ministério da Agricultura e Ambiente, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica e o Serviço Nacional de Proteção Cívica — para melhor avaliar, analisar e quantificar os riscos relacionados com o clima. Como resultado, a Declaração de Riscos Orçamentais (DRO) de 2023 identifica os principais riscos, nomeadamente, o risco macroeconómico, o risco associado ao setor empresarial do Estado e o risco associado à dívida pública. Para reforçar ainda mais a gestão dos riscos fiscais decorrentes de catástrofes e choques relacionados com o clima e garantir que estas ações informam de forma eficiente a formulação de políticas fiscais, com o apoio do BM, realizaremos e publicaremos no DRO a análise quantitativa dos riscos fiscais gerados por alterações climáticas (**MR2, final de Setembro de 2024, e apresentado com a proposta orçamental em 1 de Outubro de 2024**). Estamos também empenhados em incorporar estes riscos em documentos de política fiscal de médio prazo, tais como os quadros fiscais de médio prazo (QFMP), a estratégia da dívida de médio prazo (EDMP) e a Análise de Sustentabilidade da Dívida (ASD).

**36. Para construir resiliência económica às alterações climáticas, estamos a promover infraestruturas resistentes às alterações climáticas e a gestão do investimento público.** Já fizemos progressos num quadro político abrangente em matéria de alterações climáticas, no planeamento espacial, na coordenação com os municípios e no planeamento do financiamento do risco de catástrofes. O PEDS II e algumas estratégias sectoriais estão bem alinhadas com os objetivos e prioridades da NDC 2021. A política e os regulamentos de gestão do território e planeamento territorial introduzem a resiliência e as alterações climáticas como um dos princípios orientadores para o planeamento do uso do solo e a urbanização. O Código da Construção de 2012 foi revisto para dar resposta às preocupações relacionadas com a mitigação energética através da melhoria da eficiência energética nos edifícios públicos. Também fornecemos orientações aos municípios para prepararem planos estratégicos, incluindo investimentos alinhados com o PEDS e investimentos climáticos verdes e resilientes coordenados a nível local através do Fundo Ambiental. Neste contexto, estamos empenhados em reforçar a nossa capacidade institucional para planear e gerir de forma eficiente projetos de investimento verdes e resilientes, com base nas recomendações do C-PIMA. Para este fim, e como parte do nosso envolvimento planeado com o BM no âmbito do novo DPF,

emitiremos um quadro jurídico do PIM que incorporará considerações verdes e resilientes nas diferentes fases do ciclo do projecto de capital (planeamento, avaliação, seleção, etc.). Com o apoio do AFRITAC West 2, desenvolvemos uma metodologia de triagem de avaliação. Como próximo passo na avaliação de projetos e como parte do novo DPF do Banco Mundial, atualizaremos a metodologia de triagem para lidar com a exposição e resiliência das obras públicas a desastres naturais. Dado o aumento do uso de PPPs, estamos decididos a alterar o quadro jurídico existente das PPPs para garantir que os requisitos climáticos sejam refletidos nos acordos de PPP e a desenvolver um manual que integre esses requisitos ao longo de todo o ciclo de vida do projeto de capital da PPP, desde a identificação do projeto até as fases de gestão do contrato (**MR3, final de abril de 2024**). Com base nas iniciativas empreendidas pelas Infraestruturas de Cabo Verde (ICV) pretendemos georreferenciar os ativos públicos e ter uma abordagem mais eficiente e proactiva à manutenção de capital.

**37. Procuramos melhorar o investimento público verde e resiliente num ambiente orçamental limitado e estamos a explorar oportunidades de financiamento verde provenientes de fontes oficiais e privadas.** Implementámos um quadro de financiamento climático para fornecer liquidez durante catástrofes naturais e para apoiar os nossos esforços de adaptação e mitigação climática. Uma combinação de instrumentos orçamentais, fundos e linhas de crédito contingentes de Instituições Financeiras Internacionais (IFI) fornece recursos para responder aos desafios das alterações climáticas: (i) o orçamento anual tem uma dotação provisória para despesas “imprevistas e inevitáveis” (dotação provisória), fixado num máximo de 2 por cento das receitas fiscais ordinárias; (ii) o Fundo Soberano de Emergência (FSE) para financiar —entre outros— a reabilitação pós-catástrofe e a reconstrução de infraestruturas públicas; (iii) o Fundo Nacional de Emergência (FNE) para cobrir despesas recorrentes de emergência e recuperação; (iv) o Fundo de Ambiente e; (v) títulos azuis lançados recentemente em janeiro de 2023. Através do financiamento da política de desenvolvimento de gestão de risco de desastres do Banco Mundial (BM) de 2019, também acedemos à opção de saque diferido catastrófico (Cat-DDO). Com o apoio do BM, estamos a conceber um Fundo para o Clima e a Natureza. No entanto, tendo em conta que o défice de financiamento climático continua a ser grande e, num esforço para racionalizar os instrumentos de financiamento com base numa avaliação mais robusta dos passivos contingentes explícitos e implícitos, com o apoio do Luxemburgo, estamos empenhados em adotar uma estratégia nacional de mobilização de financiamento climático que compreenda de forma abrangente identificar os instrumentos de financiamento para desbloquear fontes de financiamento climático. Uma vez adotada a estratégia, procederemos à revisão ou validação dos instrumentos existentes e à adoção dos recentemente identificados. Também desenvolveremos e publicaremos um conjunto de projetos de capital público avaliados, incluindo projetos relacionados com o clima, como parte do processo orçamental (**MR4, final de abril de 2025**).

### ***Área de Reforma 3. Reforçar a mitigação e a resiliência através da eficiência energética e da transição***

**38. A eficiência energética e a transição apoiarão os nossos objetivos de mitigação, resiliência e, através da ligação à água, adaptação.** Mais de 80 por cento da nossa produção de eletricidade depende de produtos importados de combustíveis fósseis e a maioria das emissões de GEE provém do sector da energia. Isto tem implicações fiscais, uma vez que protegemos as famílias do efeito dos custos de repercussão. No entanto, Cabo Verde tem um vasto potencial proveniente de fontes de energia renováveis (FER). A transição energética irá (i) contribuir para a redução das emissões e para a consecução dos nossos objetivos NDC; (ii) permitir uma resposta eficiente em termos de custos à crescente procura de energia, nomeadamente por parte do setor da água dependente da dessalinização; e (iii) produzir impactos favoráveis a longo prazo na nossa balança de pagamentos à medida que as importações de combustíveis fósseis diminuem. A transição energética exigirá (i) investimento público substancial em infraestruturas de rede elétrica para criar capacidade para maiores FER no cabaz elétrico, e (ii) condições de mercado que incentivem o investimento privado na produção de energia. O nosso RSF (i) ao garantir que a tarifa reflete o custo total da prestação do serviço apoiará a eficiência energética, (ii) ao garantir a disponibilidade de recursos financeiros facilitará a modernização da infraestrutura de rede, e (iii) ao promover a estabilidade técnica de o sistema e a sustentabilidade financeira da compra, promove o desenvolvimento de condições de mercado adequadas (**MR5, final de abril de 2025**). Com o apoio do BM, estamos a tomar medidas importantes para desagregar o sector da energia. Solicitamos o apoio do FAD CD na conceção de reformas tarifárias, incluindo a avaliação do impacto distributivo das medidas políticas neste domínio.

### ***Área de Reforma 4. Promoção da adaptação, garantindo a sustentabilidade ecológica e económica dos recursos hídricos e planeando os impactos climáticos a longo prazo***

**39. Cabo Verde enfrenta escassez de água e as ameaças relacionadas com o clima amplificam a escassez de água e representam um desafio e um risco para a disponibilidade e qualidade da água.** O nosso RSF apoiará os nossos esforços para melhorar a eficiência do uso e fornecimento de água e para expandir o abastecimento de água. Temos uma longa história de utilização da dessalinização para a produção de água doce e estamos a utilizar esta tecnologia para dar resposta à crescente procura de água face ao declínio dos recursos de água doce. Precisamos de investimento para fazer face às perdas técnicas e comerciais, que representam, em média, cerca de 50 por cento do total de água doce que entra no sistema. Vários dos nossos operadores públicos de água estão a registar perdas operacionais e/ou têm capitais próprios negativos. O RSF apoia os nossos planos para promover a utilização eficiente dos recursos hídricos, introduzindo sinais de preços eficientes e para reforçar a resiliência às alterações climáticas, criando as condições prévias para o financiamento de investimentos críticos necessários para melhorar a sustentabilidade operacional e financeira a longo prazo de um sector crítico para a adaptação às alterações climáticas (**MR6, final de abril de 2025**). O nosso RSF também reforçará a rede de segurança social (SSN) para

permitir a prestação eficiente de apoio no contexto de choques relacionados com o clima e em caso de implicações adversas, por exemplo, da transição energética para os pobres e vulneráveis (**MR7, final de Novembro de 2024**). O BM está a ajudar-nos no fortalecimento do SSN e solicitamos o apoio do FAD CD na conceção das reformas tarifárias, incluindo a avaliação da análise do impacto distributivo das medidas políticas neste domínio.<sup>1</sup>

**40. Effective preparation for climate change implications also requires generating information regarding what to expect. A preparação eficaz para as implicações das alterações climáticas também requer a geração de informações sobre o que esperar.** O nosso RSF permitirá decisões de investimento baseadas em informações fiáveis sobre os riscos relacionados com as alterações climáticas, como a subida do nível do mar. Para o efeito, desenvolveremos e partilharemos cenários climáticos relevantes para Cabo Verde e mapas de vulnerabilidade a riscos que incluam potenciais perigos relacionados com o clima, consistentes com os cenários climáticos (**MR8, final de Novembro de 2024**).<sup>2</sup> A compreensão dos riscos relacionados com o clima reduzirá a incerteza da informação, reduzindo potencialmente o prémio de risco exigido pelos investidores e ajudando a evitar o subinvestimento em sectores como o turismo. A incorporação de informações sobre os riscos climáticos no nosso planeamento do uso do solo e da construção ajudar-nos-á a mitigar as implicações dos riscos de catástrofes, reduzindo os custos privados e públicos dos desastres relacionados com o clima. Ao mesmo tempo, estamos a implementar sistemas de alerta prévio que nos permitirão identificar antecipadamente os riscos e informar a nossa população para proteger vidas e meios de subsistência em caso de desastre natural.

#### ***Área de Reforma 5. Resiliência do setor financeiro às alterações climáticas***

**41. O RSF visa apoiar a orientação do financiamento privado para uma economia hipocarbónica e resiliente às alterações climáticas, reforçando simultaneamente a resiliência do setor financeiro aos riscos relacionados com o clima.** Dado o forte papel do sector bancário em Cabo Verde, isto incluirá a adoção pelo BCV de diretrizes para monitorizar os bancos e divulgação de riscos e oportunidades relacionados com o clima (**MR9, final de Novembro de 2024**). Reforçar a capacidade do sector financeiro para gerir os riscos das alterações climáticas é crucial para Cabo Verde, dado que é um pequeno estado insular dependente do turismo, onde os eventos climáticos podem facilmente aumentar. As reformas propostas incluem a conceção de uma arquitetura de informação climática para os bancos (taxonomia e divulgações climáticas) e promovem a resiliência

<sup>1</sup> As reformas tarifárias podem por si só melhorar a equidade, e uma avaliação do impacto distributivo será feita utilizando o actual inquérito aos orçamentos familiares (não disponível para a avaliação CPAT)

<sup>2</sup> O trabalho sobre cenários e mapas climáticos está em curso e, assim que o conselho estiver instalado, cobrirá oficialmente o assunto. <sup>2</sup> As reformas tarifárias podem por si só melhorar a equidade, e uma avaliação do impacto distributivo será feita utilizando o actual inquérito aos orçamentos familiares (não disponível para a avaliação CPAT)

<sup>2</sup> O trabalho sobre cenários e mapas climáticos está em curso e, assim que o conselho estiver instalado, cobrirá oficialmente o assunto.

climática entre as instituições financeiras. Estas poderiam ser a base para desbloquear o financiamento climático do setor privado.

## F. Financiamento e acompanhamento do programa

### **42. O programa será acompanhado de perto através de critérios de desempenho quantitativos, metas indicativas e indicadores de referência estruturais (Quadros 1 e 2).**

O Memorando Técnico de Entendimento descreve as definições e os requisitos em matéria de fornecimento de dados. A quarta, quinta e sexta avaliações do programa deverão estar concluídas até março de 2024, outubro de 2024 e março de 2025 (com base, respetivamente, nas datas de teste de final de dezembro de 2023, final de junho de 2024 e final de dezembro de 2024). Solicitámos um esclarecimento da definição de depósitos sob outros passivos líquidos no MTE (de stock para fluxo) e uma modificação do CQ sobre outros passivos líquidos em dezembro de 2023 e junho de 2024 para refletir o atraso nas receitas de privatização de 2023. Posteriormente, o programa continuará a ser acompanhado semestralmente pelo Conselho de Administração do FMI. No âmbito do RSF, a monitorização será feita através de medidas de reforma. Estes estão detalhados na Quadro 3 do MPEF.

## Quadro 1. Cabo Verde: Critérios quantitativos de desempenho e metas indicativas ao abrigo da ECF, junho de 2022-dezembro de 2024<sup>1</sup>

(em milhões de Escudos, salvo indicação em contrário)

	2023								2024							
	Final de mar.		Final de jun.		Final de set.		Final de dez.		Final de mar.		Final de jun.		Final de set.		Final de dez.	
	Metas indicativas (MI)	Efetivo	Situação	Crítérios desempenho (CD)	Efetivo	Situação	Metas indicativas (MI)	Crítérios desempenho (CD)	Crítérios desempenho revistos (CD)	Metas indicativas (MI)	Meta indicativa revista	Crítérios desempenho (CD)	Crítérios desempenho revistos (CD)	Metas indicativas (MI)	Crítérios desempenho (CD)	
<b>Crítérios de desempenho quantitativos</b>																
Saldo primário, piso <sup>2</sup>	-2.612,0	608,1	Cumprido	-4.141,0	2.759,2	Cumprido	-5.564,2	-6.298,0	-1,849		-2417		-2740,6		-3.063,9	
Receitas fiscais, piso	9.550,1	13.238,8	Cumprido	19.095,0	24.669,9	Cumprido	31.483,0	45.849,0	8,088		21029		37501,4		53.973,7	
Outros passivos líquidos, piso <sup>3</sup>	-501,5	2.327,7	Cumprido	-625,3	593,2	Cumprido	-1.150,2	1.940,3	-1,099	-418	-1259	-446,3	-502,12		-557,9	
Financiamento interno líquido, teto	5,651	820	Cumprido	5,886	1,728	Cumprido	4,920,5	4,179	3,093		4021		2241,25		462	
Não acumulação de atrasados internos <sup>4</sup>	0	0	Cumprido	0	0	Cumprido	0	0	0		0		0		0	
Não acumulação de atrasados de pagamentos externos <sup>4</sup>	0	0	Cumprido	0	0	Cumprido	0	0	0		0		0		0	
Valor atual da nova dívida externa, teto (em milhões de USD)	46	11,93	Cumprido	60	24	Cumprido	75	98,7	108,8	24	37		95,4		125,5	
Valor nominal da nova dívida externa da administração central em termos não concess.	0	0	Cumprido	0	0	Cumprido	0	0	0	0	0		0		0	
Reservas internacionais brutas (em milhões de euros), piso <sup>2</sup>	554	653,9	Cumprido	572	626,0	Cumprido	592	622	671		693		743,58		794	
<b>Metas indicativas</b>																
Gastos sociais, piso	2,923	3,135	Cumprido	6,180	6,982	Cumprido	10,009,0	17,304,0	3,690		7379		12934,5		18,490,1	
<b>Crítérios de desempenho contínuos não quantitativos</b>																
Não imposição ou intensificação de restrições relativas à realização de pagamentos e transferências de transações internacionais correntes																
Não introdução ou modificação de práticas de taxas de câmbio múltiplas																
Não imposição ou intensificação de restrições à importação por razões de balança de pagamentos																
Não conclusão de acordos de pagamentos bilaterais que sejam incompatíveis com o Artigo VIII																
<i>Por memória:</i>																
Empréstimos de retrocessão líquidos	413,3	15,6		827	47		1,286	1,653	116,6		136		165,209		194	
Capitalização	300,0	1,955,1		765,3	1,366,4		880,1	2,200,4	1,100		1600		2100,2		2,600	
<b>Pressupostos do programa</b>																
Donativos de apoio a projetos e ao orçamento	522,5	479,0		623,3	1,206,1		2,090,0	5,225,0	526		1121		3765,34		6,409,3	
Serviço de dívida externa	3,664,8	2,557,5		6,445,4	3,420,2		10,664,6	12,921,0	2,409		4818		8424,69		12,031,9	
Vendas de ativos	142,2	12,2		516,6	97,0		612,0	747,0	106		226		465,3		705,0	
Empréstimos de apoio a projetos e ao orçamento	913,9	2,758,1		5,887,7	5,590,6		13,523,5	16,663,0	1,816		4238		11995,3		19,752,2	

Fontes: Autoridades cabo verdianas; estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>1</sup> Os montantes em moeda estrangeira serão convertidos às taxas de câmbio correntes.

<sup>2</sup> Volume de reservas em milhões de euros. O limite mínimo (piso) ou máximo (teto) será ajustado conforme

<sup>3</sup> Outros passivos líquidos incluem empréstimos de retrocessão líquidos, capitalização e outros ativos.

<sup>4</sup> Contínuo.

## Quadro 2. Cabo Verde: Indicadores de referência estruturais ao abrigo do ECF, 2022-24

Ações	Data-limite	Objetivo	Situação
<b>Reformas orçamentais</b>			
1) Fatura eletrónica de, pelo menos, 50% dos contribuintes para efeitos de IVA.	Final de dez. de 2022	Melhorar a cobrança de receitas	Cumprido
Conceber um plano faseado para integrar a conta de projetos financiados por doadores com o objetivo de incluir essa conta na CUT até 2024.	Final de dez. de 2022	Melhorar o gestão de tesouraria	
2) Apresentar à Assembleia Nacional o orçamento para 2023 que esteja em conformidade com os compromissos assumidos ao abrigo do programa.	Final de dez. de 2022	Apoiar a sustentabilidade orçamental e da dívida	Cumprido
3) Compilar e publicar séries históricas de estatísticas financeiras das administrações públicas.	Final de mar. de 2023	Melhorar a transparência orçamental	Cumprido
4) Publicar relatórios de execução orçamental anuais das administrações públicas.	Final de set. de 2023	Melhorar a transparência orçamental	Cumprido
5) Elaborar um sistema de gestão do risco de cumprimento para permitir a otimização da cobrança de receitas fiscais.	Final de dez. de 2023	Apoiar a sustentabilidade orçamental e da dívida	
6) Apresentar à Assembleia Nacional o orçamento para 2024 que esteja em conformidade com o compromisso assumido em termos de saldo primário ao abrigo do programa.	Final de dez. de 2023	Apoiar a sustentabilidade orçamental e da dívida	
7) Desenvolver e publicar um plano de ação para reduzir as despesas fiscais, incluindo estimativas publicadas de todas as despesas fiscais anuais no orçamento para melhorar a transparência e realizar a implementação faseada da tarifa da CEDEAO para aumentar a receita em 1% do PIB	Final de set. de 2024	Apoiar a sustentabilidade orçamental e da dívida	
8) Implementar o plano de ação que visa reduzir as despesas fiscais no orçamento de 2025	Final de dez. de 2024	Apoiar a sustentabilidade orçamental e da dívida	
9) Ampliar a cobertura da análise e reporte de risco fiscal para incluir PPPs ( <b>Novo indicador de referência estrutural</b> )	Final de set. de 2024	Melhorar a transparência fiscal e a análise de risco	
<b>Reformas das empresas públicas</b>			
10) Conduzir uma análise trimestral da avaliação do risco orçamental utilizando a ferramenta do FMI para avaliar a solidez das empresas públicas.	Final de set. de 2022	Melhorar a comunicação de dados orçamentais e reduzir os riscos orçamentais	Cumprido
11) Introduzir um relatório trimestral de acompanhamento da execução orçamental das empresas públicas.	Final de set. de 2022	Melhorar a comunicação de dados orçamentais e reduzir os riscos orçamentais	Cumprido
12) Melhorar o relatório anual das empresas públicas de modo a incluir a comparação da execução em relação à projeção orçamental inicial, a avaliação do desempenho face aos planos de médio prazo e dados sobre as relações com o governo (transferências e passivos).	Final de jul. de 2023	Melhorar a comunicação de dados orçamentais e reduzir os riscos orçamentais	Cumprido
13) Com base no indicador de referência estrutural de julho de 2023, publicar no relatório anual sobre empresas públicas as metas prospectivas acordadas entre o Ministério das Finanças e Desenvolvimento Empresarial e as seis maiores empresas públicas, para melhorar o desempenho financeiro e reduzir a necessidade de apoio do governo central	Final de jun. de 2024	Melhorar a comunicação de dados orçamentais e reduzir os riscos orçamentais	
<b>Reformas da política monetária</b>			
14) Anunciar com antecedência um calendário para a realização de leilões de títulos de intervenção monetária e títulos de regularização monetária.	Final de jun. de 2022	Apoiar o desenvolvimento do mercado monetário	Cumprido
15) Introduzir um indicador composto da atividade económica.	Final de jun. de 2023	Apoiar a análise da política monetária	Cumprido
<b>Reformas do setor financeiro</b>			
16) Apresentar ao Ministério das Finanças projetos de alteração da Lei do BCV, em conformidade com as recomendações do FMI, com vista a i) estabelecer um processo de supervisão independente e separado da direção executiva; ii) reforçar a autonomia individual e financeira do BCV; e iii) melhorar os mecanismos de transparência e a prestação de contas.	Final de dez. de 2022	Reforçar o quadro institucional do BCV	Cumprido
17) Realizar um estudo exaustivo sobre as perdas e provisões relativas aos empréstimos no termo da moratória de crédito.	Final de dez. de 2022	Reforçar a estabilidade financeira	Cumprido
18) Desenvolver um quadro comum para a resolução dos créditos não produtivos relacionados com a crise.	Final de dez. de 2022	Reforçar a estabilidade financeira	Cumprido
19) Aumentar a frequência dos testes de esforço para duas vezes por ano (junho de 2023 e dezembro de 2023) para garantir a eficácia do processo de supervisão e reformular a metodologia dos testes de esforço de modo a incluir dados bancários pormenorizados e uma avaliação do risco de cibersegurança.	Final de dez. de 2023	Reforçar a estabilidade financeira	
20) Submeter ao parlamento o projecto de alterações à Lei do BCV, em linha com as recomendações do FMI, com vista a (i) estabelecer um processo de supervisão independente e separado da gestão executiva, (ii) fortalecer a autonomia individual e financeira do BCV, e (iii) melhorar os mecanismos de transparência e prestação de contas ( <b>Novo indicador de referência estrutural</b> )	Final de jul. de 2024	Reforçar o quadro institucional do BCV	

Quadro 3. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF

DESAFIO PRINCIPAL	MEDIDA DE REFORMA	REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO	ATIVIDADE DE DC DO FMI	RESULTADO ESPERADO DA MR	PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO	DATA PROVISÓRIA
<b>A coordenação nacional e a gestão das alterações climáticas estão sob a tutela do MAA que não é capaz de assegurar a coordenação intersetorial</b>	<b>MR1.</b> O Governo irá instituir um conselho/órgão de coordenação do planeamento e da estratégia de políticas em matéria de alterações climáticas e de GRC sob a responsabilidade do Chefe de Governo, com tarefas, responsabilidades e procedimentos claros, incluindo mecanismos para: (i) responsabilizar as entidades por assegurarem a coerência dos planos setoriais com a estratégia nacional para o desenvolvimento (PEDS II) e os compromissos internacionais (NDC); e (ii) proceder à supervisão estratégica da GRC definida nos TdR, com a implementação refletida nos protocolos das reuniões regulares. O MAA atua como secretariado.	Diagnóstico de Política Climática (DPC)		Coordenação integrada e efetiva das atividades relativas às alterações climáticas na administração pública, assegurando a coerência intersetorial dos principais planos de reforma, incluindo para a eletricidade e a água (para consumo humano e irrigação), e na GRC.	A LuxDev está a prestar apoio ao MAA para a função de gestão climática	Final de abril de 2024; 4ª Revisão da ECF

**Quadro 3. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF** (contínuo)

DESAFIO PRINCIPAL	MEDIDA DE REFORMA	REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO	ATIVIDADE DE DC DO FMI	RESULTADO ESPERADO DA MR	PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO	DATA PROVISÓRIA
<b>Os riscos de catástrofes naturais e climáticos não estão devidamente contemplados no planeamento orçamental</b>	<b>MR2.</b> Tendo em vista a melhoria da gestão do risco orçamental, o Ministério das Finanças irá realizar e publicar na Declaração Anual dos Riscos Orçamentais análises quantitativas dos riscos orçamentais decorrentes das alterações climáticas.	C-PIMA; DPC	Apoio de acompanhamento do FADM2 sobre o relato do risco orçamental	Melhorar a sensibilização para as matérias relacionadas com o clima nos processos de planeamento e programação orçamental.	O Banco Mundial tem ações prévias e indicadores de ativação no mais recente DPF que apoiam um quadro de GIP mais robusto e que estão alinhados com as recomendações da C-PIMA.	Final de setembro de 2024; 5ª Revisão da ECF
<b>Os investimentos não refletem a necessária resiliência física às alterações climáticas</b>	<b>MR3.</b> O Ministério das Finanças irá preparar alterações ao regime legal das PPP e, em seguida, irá remetê-las ao Parlamento a fim de garantir que os requisitos climáticos estão refletidos nos contratos das PPP. O Ministério das Finanças irá publicar um manual que integra estes requisitos ao longo do ciclo de vida dos projetos de capital das PPP, desde a fase de identificação dos projetos até à fase de gestão dos contratos.	C-PIMA	Apoio do FAD	Um regime legal das PPP mais robusto; menores riscos orçamentais decorrentes das PPP; processos de planeamento e orçamentação de investimentos públicos mais sensíveis ao clima.		Final de abril 2024; 4ª Revisão da ECF

Quadro 3. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (contínuo)

DESAFIO PRINCIPAL	MEDIDA DE REFORMA	REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO	ATIVIDADE DE DC DO FMI	RESULTADO ESPERADO DA MR	PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO	DATA PROVISÓRIA
	<b>MR4.</b> Para expandir e sistematizar o financiamento climático, o Ministério das Finanças irá: (i) adotar uma estratégia nacional de mobilização de financiamento climático que identifica, de forma exaustiva, os instrumentos de financiamento para mobilizar fontes de financiamento climático; e (ii) desenvolver e publicar uma carteira de projetos de investimento público avaliados, incluindo projetos relacionados com o clima, no âmbito do processo orçamental.	C-PIMA	Luxemburgo e apoio de acompanhamento do FADM2	Gerar uma carteira robusta de projetos e expandir os investimentos climáticos.		Final de abril de 2025; 6ª Revisão da ECF

**Quadro 3. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (contínuo)**

<b>DESAFIO PRINCIPAL</b>	<b>MEDIDA DE REFORMA</b>	<b>REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO</b>	<b>ATIVIDADE DE DC DO FMI</b>	<b>RESULTADO ESPERADO DA MR</b>	<b>PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>DATA PROVISÓRIA</b>
<b>A ineficiência energética e os obstáculos à transição energética bloqueiam a mitigação, a adaptação e a resiliência no setor energético</b>	<b>MR5.</b> Para apoiar os planos de transição energética, que irão exigir investimentos consideráveis em infraestruturas, o Governo irá: (i) determinar a taxa de recuperação dos custos para o fornecimento de eletricidade (refletindo na íntegra os custos operacionais e de capital); (ii) identificar as eventuais discrepâncias entre a tarifa atual e a taxa de recuperação dos custos ora definida; (iii) levar a cabo uma avaliação do impacto distributivo; e (iv) publicar e adotar regulamentos que instituem uma metodologia para ajustar as tarifas de eletricidade à taxa de recuperação dos custos identificada, que serão aplicados pelo regulador (assim alcançando uma recuperação total dos custos) até à data de teste, com ajustamentos periódicos transparentes. (Ministério da Indústria, Comércio e Energia e MdF)	DPC	Apoio da FADEP ao nível do estudo analítico e do impacto distributivo – por confirmar	Eficiência energética e promoção de energias mais renováveis por via do desenvolvimento de condições de mercado adequadas e garantindo os fundos para os investimentos necessários em infraestruturas. Assegurar a solidez financeira do operador do setor da eletricidade com vista a criar um ambiente propício ao investimento do setor privado na produção de energias renováveis.	Os projetos de energia do Banco Mundial estão a prestar apoio em termos de separação das atividades da empresa energética estatal	Final de abril de 2025; 6ª Revisão da ECF

Quadro 3. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (contínuo)

DESAFIO PRINCIPAL	MEDIDA DE REFORMA	REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO	ATIVIDADE DE DC DO FMI	RESULTADO ESPERADO DA MR	PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO	DATA PROVISÓRIA
<b>O acesso a recursos hídricos e a sustentabilidade orçamental encontram-se vulneráveis a impactos climáticos a longo prazo devido à falta de investimento e à utilização não ecológica</b>	<b>MR6.</b> Para apoiar as iniciativas de reforma, que irão exigir investimentos consideráveis em infraestruturas, o Governo irá: (i) determinar a taxa de recuperação dos custos para o fornecimento de água (refletindo na íntegra os custos operacionais e de capital); (ii) identificar as eventuais discrepâncias entre a tarifa atual e a taxa de recuperação dos custos ora definida; (iii) levar a cabo uma avaliação do impacto distributivo; e (iv) publicar e adotar regulamentos que instituem uma metodologia para ajustar as tarifas de água à taxa de recuperação dos custos identificada, que serão aplicados pelo regulador (assim alcançando uma recuperação total dos custos) até à data de teste, com ajustamentos periódicos transparentes e/ou financiando investimentos em infraestruturas de forma transparente a partir do orçamento, tendo em vista a sustentabilidade do setor da água. (Agência Nacional de Água e Saneamento e MdF)	DPC	Apoio do FAD em matéria de revisão tarifária e impacto distributivo – por confirmar	Utilização sustentável dos recursos hídricos para melhorar a adaptação aos efeitos das alterações climáticas, clarificando a fonte de financiamento para os investimentos necessários em infraestruturas, assegurando a solidez financeira dos operadores do setor da água a fim de criar um ambiente propício para o investimento do setor privado nos serviços de fornecimento de água e saneamento.	[A LuxDev está a prestar apoio no setor da água] por confirmar.	Final de abril de 2025; 6ª Revisão da ECF

**Quadro 3. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (contínuo)**

<b>DESAFIO PRINCIPAL</b>	<b>MEDIDA DE REFORMA</b>	<b>REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO</b>	<b>ATIVIDADE DE DC DO FMI</b>	<b>RESULTADO ESPERADO DA MR</b>	<b>PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>DATA PROVISÓRIA</b>
	<p><b>MR7.</b> O Cadastro Social Único (CSU) será alargado de modo a constituir a base para um sistema de apoio social que pode atenuar, de forma eficiente, as consequências da transição climática e os fenómenos perigosos relacionados com o clima. Neste sentido, o Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e o MdF irão alargar a cobertura do CSU a todas as famílias pobres e vulneráveis (incluindo nas zonas rurais) conforme identificadas com base no último inquérito ao orçamento familiar e irão oferecer a inclusão no CSU a todas as famílias que vivem em zonas vulneráveis ao clima.</p>	DPC		<p>Reforçar a rede de segurança social para apoiar eficientemente as populações vulneráveis e pobres conforme necessário (i) em caso de fenómenos relacionados com as alterações climáticas e (ii) ao longo da transição climática.</p>	Banco Mundial	Final de novembro de 2024; 5ª Revisão da ECF

Quadro 3. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (contínuo)

DESAFIO PRINCIPAL	MEDIDA DE REFORMA	REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO	ATIVIDADE DE DC DO FMI	RESULTADO ESPERADO DA MR	PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO	DATA PROVISÓRIA
	<b>MR8.</b> O INGT ou a nova unidade/conselho para a gestão das alterações climáticas e da GRC irá desenvolver e divulgar mapas de vulnerabilidade e riscos de catástrofes naturais, incluindo informações sobre como e onde os perigos climáticos poderão afetar as zonas e regiões, a fim de avaliar os riscos e as vulnerabilidades da população, infraestruturas, setores e economia/negócios. Os regulamentos sobre o ordenamento territorial e os requisitos do código de edificação serão alterados para ter em conta os riscos de catástrofes e as vulnerabilidades no planeamento do desenvolvimento urbano e rural e na conceção e construção de infraestruturas e edifícios.			Decisões de investimento que são resilientes aos impactos das alterações climáticas, como a subida do nível do mar, cheias e deslizamentos de terras.		Final de novembro de 2024; 5ª Revisão da ECF

**Quadro 3. Cabo Verde: Matriz de Medidas de Reforma da RSF (concluído)**

<b>DESAFIO PRINCIPAL</b>	<b>MEDIDA DE REFORMA</b>	<b>REFERÊNCIA DE DIAGNÓSTICO</b>	<b>ATIVIDADE DE DC DO FMI</b>	<b>RESULTADO ESPERADO DA MR</b>	<b>PAPEL DO PARCEIRO DE DESENVOLVIMENTO</b>	<b>DATA PROVISÓRIA</b>
<b>Financiamento verde/Financiamento climático</b>	<b>MR9.</b> O BCV irá conceber uma arquitetura de informações climáticas para os bancos, composta: (i) pela adoção de taxonomia sobre a mitigação e a adaptação às alterações climáticas; e (ii) pela publicação de riscos e oportunidades climáticas e diretrizes de divulgação, para que os bancos apresentem os seus roteiros internos no prazo de seis meses a partir da data de entrada em vigor da diretriz e, a partir daí, apresentem relatórios de acompanhamento a cada seis meses.		DC do MCM (por confirmar)	Transparência sobre o impacto das alterações climáticas e os riscos de catástrofe no setor financeiro.	Por confirmar	Final de novembro de 2024; 5ª Revisão da ECF

## Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) define os critérios de entendimento entre as autoridades cabo-verdianas e o FMI com respeito à definição das variáveis incluídas nas metas quantitativas e metas contínuas fixadas no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF), os principais pressupostos e os requisitos de declaração de dados do Governo e do Banco de Cabo Verde ao longo dos três anos de vigência do acordo ao abrigo da Facilidade Alargada de Crédito (ECF).

### TAXAS DE CÂMBIO DO PROGRAMA

1. **As taxas de câmbio do programa são utilizadas para formular e acompanhar os critérios quantitativos de desempenho.** Todos os ativos e passivos denominados em USD serão convertidos em escudos a uma taxa de câmbio do programa de CVE 98,8 por cada USD. Os ativos e passivos denominados em DES e em moedas estrangeiras que não em USD serão convertidos em USD às taxas de câmbio indicadas na Quadro 1:

**Quadro 1. Cabo Verde: Taxas de câmbio do programa**

Moeda	Taxas de câmbio do programa
CVE/USD	98.8
CVE/EUR	110.3
USD/GBP	1.34
USD/EUR	1.11
USD/JPY	0.01
DSE/USD	0.72

Fonte: Taxas de câmbio médias do WEO de abril

### METAS QUANTITATIVAS E CONTÍNUAS

#### A. Limite mínimo do saldo primário do governo central

2. **O governo central engloba todas as unidades do governo central orçamental.** Ele não engloba as autarquias locais (municípios) unidades extra-orçamentais, fundos de segurança social e empresas públicas.

3. **O saldo primário do governo central é definido como o total de receitas tributárias e não tributárias e donativos menos as despesas primárias,** e abrange as atividades governamentais não financeiras conforme especificado no orçamento. O saldo primário do governo central será medido como o fluxo acumulado no ano civil.

- As receitas são registadas quando os fundos são transferidos para uma conta de receitas do governo. As receitas fiscais são registadas líquidas das restituições de impostos.
- A despesa primária do governo central é registada em base de caixa e abrange as despesas correntes e de investimento.

**4. O limite mínimo (piso) do saldo primário será ajustado para mais (para menos) pelo excedente (insuficiência) de desembolsos de donativos em relação à projeção de base.**

**Quadro 2. Cabo Verde: Donativos projetados ao abrigo do programa (reservas internacionais brutas)**

Data	Donativos projetados no âmbito do programa e montantes acumulados desde o início do ano (em milhões de CVE)
30-Jun-23	623
31-Dec-23	5,225
30-Jun-24	1,121
31-Dec-24	6,409

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

**5. Para fins de acompanhamento do programa, a Direção Nacional de Planeamento (DNP) do Ministério das Finanças irá transmitir dados ao FMI mensalmente, com um desfasamento não superior a seis semanas em relação ao fim do período.**

## **B. Limite mínimo acumulado das receitas fiscais do governo central**

**6. As receitas fiscais se referem à arrecadação de impostos. Excluem todas as receitas da venda de ativos, os donativos e as receitas não fiscais.** A fim de dimensionar o impacto das reformas de política fiscal e as melhorias na administração fiscal, o programa terá um limite mínimo para as receitas fiscais do governo central. A meta de receitas é calculada como o fluxo acumulado a partir do início do ano civil.

**7. Para fins de acompanhamento do programa, a DNP irá transmitir dados ao FMI mensalmente, com um desfasamento não superior a seis semanas em relação ao fim do período.**

## **C. Limite mínimo sobre outros passivos líquidos**

**8. Define-se os outros passivos líquidos como a soma dos depósitos do central governo, dos empréstimos às empresas públicas (EP) e autarquias locais (empréstimos de retrocessão), capitalização, outros ativos, e receitas de privatização.** O limite mínimo dos outros passivos

líquidos do governo central será medido como o montante acumulado no ano civil. Os depósitos captam as alterações em todos os créditos, representados por comprovantes de depósito, em instituições depositárias (inclusivamente o banco central). Os empréstimos de retrocessão são definidos como os empréstimos internos e externos contraídos pelo governo central junto a outra instituição, cujo produto é retrocedido às empresas públicas. Os empréstimos de retrocessão líquidos são definidos como desembolso destes empréstimos menos reembolso de empréstimos anteriores das empresas públicas ao governo central. A capitalização é definida como a injeção de capital ou a participação acionária pelo governo central em empresas, quando é prestado algum apoio financeiro para capitalizar ou recapitalizar estas empresas. Outros ativos incluem outras contas a receber/a pagar, como o crédito comercial e adiantamentos e outros itens diversos devidos a pagar ou a receber. As receitas de privatização refere-se ao rendimento da venda de ativos do governo central ao sector privado.

**9.** O limite mínimo de outros passivos líquidos será ajustado para baixo (para cima) pelo défice (excedente) nas receitas de privatização em relação às projeções do programa.

**10.** Para fins de acompanhamento do programa, a DNP do Ministério das Finanças irá transmitir dados ao FMI trimestralmente, com um desfasamento não superior a seis semanas em relação ao fim do período.

**Quadro 3. Cabo Verde: Receita de privatização projetada no âmbito do programa**

Data	Receitas de privatização projetadas no âmbito do programa, acumulado desde o início do ano
31-Dec-23	0
30-Jun-24	1,156
31-Dec-24	2,312

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

#### D. Limite máximo do Financiamento Interno Líquido do Governo Central

**11.** O financiamento interno líquido do governo central (CLG) é definido como a soma de (i) a posição líquida (diferença entre os créditos e a dívida do governo) em relação ao banco central e aos bancos comerciais e (ii) o financiamento do governo por meio da emissão (líquida de resgates) de títulos para pessoas físicas ou jurídicas fora do sistema bancário. O CLG no final de dezembro de 2023, final de junho de 2024 e final de dezembro de 2024 (MQ) deve ser igual ou inferior aos valores indicados na Quadro 1 (de critérios quantitativas de desempenho) anexa ao MPEF.

**12. O apoio orçamental externo** é definido como empréstimos orçamentários, doações e operações de alívio da dívida não vinculadas (excluindo empréstimos relacionados a projetos e alívio da dívida sob as Iniciativas dos Países Pobres Muito Endividados (HIPC) e Alívio da Dívida Multilateral (MDRI)). Incluiria empréstimos de apoio ao orçamento do FMI, Banco Mundial, AfDB, União Europeia e outros.

**13. O limite máximo do CLG do governo será ajustado em baixa** (em alta) se a assistência orçamentária externa líquida exceder (ou ficar aquém) das projeções do programa na Quadro 4 da assistência orçamentária externa:

**Quadro 4. Cabo Verde: Empréstimos e donativos de apoio ao orçamento**  
(milhões de escudos cabo-verdianos)

Data	Empréstimos e donativos de apoio ao orçamento (milhões de CVE)
30-Jun-23	3,575
31-Dec-23	12,351
30-Jun-24	3,613
31-Dec-24	11,468

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

- Se, ao final de um trimestre, a assistência orçamentária externa superar as projeções do programa (acumulado desde 1º de janeiro do mesmo ano), o teto da CLG será ajustado para baixo.
- Se ao final de um trimestre a assistência orçamentária externa ficar aquém dos valores projetados (acumulado desde 1º de janeiro do mesmo ano), o teto da CLG será elevado respeitando os limites estabelecidos pela Lei Orçamentária (incluindo eventuais renúncias).

**14. Para fins de acompanhamento do programa**, os dados serão fornecidos ao Fundo pela DNP do Ministério das Finanças e BCV (para a posição líquida do governo para o sistema bancário) mensalmente com um atraso não superior a seis semanas a partir do final do período.

## E. Não acumulação de atrasados de pagamentos internos

**15. Como parte do programa, o governo não acumulará novos atrasados de pagamentos internos.** Essa meta será monitorizada por intermédio da execução mensal do plano de tesouraria e a respetiva liberação das dotações orçamentais. Para fins programáticos, considera-se que uma obrigação de pagamento interna junto a fornecedores esteja em atraso caso não tenha sido paga dentro do prazo normal de carência de 60 dias (30 dias no caso dos salários e do serviço da dívida) ou do prazo que tenha sido especificado na lei do orçamento ou no acordo firmado com o

fornecedor, após a comprovação da entrega do bem ou serviço, salvo se o montante ou a data de pagamento sejam objeto de negociações de boa-fé entre o Governo e o credor.

**16. Para fins de acompanhamento do programa.** A DNP do Ministério das Finanças apresentará trimestralmente um mapa detalhado do stock dos atrasados de pagamento internos, que também conterà dados sobre a acumulação, o pagamento, o reescalonamento e a baixa dos atrasados de pagamentos internos durante o trimestre. Os dados serão fornecidos o mais tardar seis semanas após o fim do trimestre.

## **F. Limite máximo do VA da nova dívida externa em condições concessionais do governo**

**17. De acordo com o programa, aplica-se um teto ao VA da nova dívida externa contraída ou garantida pelo setor público com vencimentos originais de um ano ou mais.** O plafond aplica-se à dívida contraída ou garantida cujo valor ainda não foi recebido, incluindo a dívida privada para a qual tenham sido concedidas garantias oficiais. A esse teto aplica-se um ajustador de até 5% do teto da dívida externa estabelecido em termos de VA, caso desvios do critério de desempenho do VA da nova dívida externa sejam motivados por uma mudança nas condições de financiamento (juros, vencimento, carência período, cronograma de pagamento, comissões iniciais, taxas de administração) de uma dívida ou dívidas. O ajustamento não pode ser aplicado quando os desvios são motivados por um aumento do valor nominal da dívida total contraída ou garantida.

**18. A dívida externa pública (de curto, médio e longo prazo) é definida como a dívida para com não residentes contraída ou garantida pelo governo central.** A dívida pública externa abrange a dívida externa do governo central e a dívida externa contraída pelas entidades do setor público oficial e empresas públicas e garantida pelo governo central.

**19. A definição dívida é feita em conformidade com a alínea (a) do parágrafo 8 das Diretrizes sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do FMI, anexas à Decisão n.º 16919-(20/103) do Conselho de Administração do FMI, adotada em 5 de outubro de 2020.**

(a) Para fins destas diretrizes,—se por “dívida” entende—se um passivo corrente, ou seja, não contingente, criado em virtude de um acordo contratual mediante a provisão de valor na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, e que requer que o devedor realize um ou mais pagamentos na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, em data(s) futura(s); tais pagamentos serão de liquidação do capital e juros decorrentes da obrigação contratual. As dívidas podem assumir várias formas, sendo as principais:

- (i) Empréstimos, ou seja, adiantamentos de dinheiro concedido ao devedor pelo credor com base num compromisso segundo o qual o devedor reembolsará tais fundos no futuro (incluindo depósitos, títulos, obrigações, empréstimos comerciais e créditos ao comprador) bem como permutas temporárias de ativos equiparadas a empréstimos totalmente garantidos, ao abrigo das quais se requer que o devedor reembolsa tais fundos e, normalmente, pague

juros, readquirindo a garantia ao comprador em data futura (como, por exemplo, em acordos de recompra e acordos oficiais de troca – *swaps*);

(ii) Créditos de fornecedor, ou seja, contratos através dos quais o fornecedor permite ao devedor diferir os pagamentos até uma data posterior à entrega dos bens ou à prestação dos serviços; e

(iii) Arrendamentos, ou seja, acordos ao abrigo dos quais um locatário adquire o direito de uso de um imóvel por um ou mais períodos especificados, em geral inferiores à vida útil esperada do imóvel, retendo o locador o título de propriedade do imóvel. Para efeitos específicos dessas diretrizes, a dívida é o valor atualizado (na data de início do arrendamento) de todos os pagamentos que devem ser feitos durante a vigência do acordo, excluídos os pagamentos referentes à operação, reparação ou manutenção do imóvel.

(b) A definição de dívida apresentada neste parágrafo abrange também os juros de mora, multas e pagamentos de perdas e danos impostos por decisão judicial em razão do não cumprimento de obrigações contratuais que constituem dívida. O não pagamento de uma obrigação que não constitui dívida segundo a definição utilizada (por exemplo, pagamento contra entrega) não gera uma dívida.

**20. Nos termos do programa, os limites máximos da dívida externa de médio e longo prazo, bem como da dívida externa de curto prazo em condições concessionais, constituem metas quantitativas.** A cobertura do teto da dívida externa concessional inclui empréstimos orçamentários, projetos e empréstimos para programas, e empréstimos repassados a empresas estatais em linha com o programa fiscal. Para efeitos do programa, uma dívida é considerada concessional caso inclua um elemento donativo igual ou superior a 35% calculado da seguinte forma: o elemento concessional ou donativo de uma dívida é a diferença entre o valor atual (VA) da dívida e o seu valor nominal expresso como percentagem do valor nominal da dívida. O VA da dívida no momento da sua contratação é calculado descontando o fluxo futuro de pagamentos do serviço da dívida.<sup>1</sup> No caso de dívidas com um elemento donativo igual ou inferior a zero, o VA será definido como equivalente ao valor nominal da dívida. A taxa de desconto aplicada para este efeito é a taxa de desconto unificada de 5% definida na Decisão n.º 15248-(13/97) do Conselho de Administração. O reescalamento e a reestruturação da dívida são excluídos dos limites à dívida externa concessional. A definição da nova dívida externa concessional exclui o financiamento normal de curto prazo (inferior a um ano) relacionado à importação.

**21. Para a dívida sujeita a uma taxa de juro variável na forma de uma taxa de juro de referência acrescida de um diferencial (spread) fixo, o VA da dívida será calculado com base numa taxa de referência do programa acrescida de um diferencial fixo (em pontos-base) especificado no contrato de dívida.** A taxa de referência do programa para a LIBOR USD a seis

<sup>1</sup> O cálculo da concessionalidade leva em conta todos os aspetos do acordo de dívida, nomeadamente: vencimento, prazo de carência, prazo de amortização, comissão inicial e taxas administrativas.

meses é de 2,699% e permanecerá fixa pela duração do programa. O diferencial entre a Euro LIBOR a seis meses e a LIBOR USD é de -168 pontos-base. O diferencial entre a LIBOR GBP e a LIBOR USD a seis meses é de -80 pontos-base. Para as taxas de juro sobre as moedas que não o EUR, JPY e GBP, o diferencial em relação à LIBOR USD é de 100 pontos-base. Quando a taxa variável está indexada a uma taxa de juro de referência que não a LIBOR USD a seis meses, será acrescido um diferencial que reflete a diferença entre a taxa de referência e a LIBOR USD (arredondado para os 50 pontos base mais próximos). Tendo em conta a transição mundial prevista para o abandono da LIBOR, este MTE pode ser atualizado de modo a refletir as substituições relevantes do índice de referência (taxa de financiamento *overnight* garantida do USD – SOFR, média do índice *overnight* da libra esterlina – SONIA, EURIBOR e taxa média *overnight* do iene – TONAR) antes da eliminação completa, uma vez viável em termos operacionais.

**22. Para fins de acompanhamento do programa,** o Governo de Cabo Verde consultará o corpo técnico do FMI antes de assumir quaisquer novas obrigações em circunstâncias em que haja incerteza sobre se o instrumento em questão se enquadra na meta quantitativa. Informações detalhadas sobre toda a dívida externa nova (inclusive as garantias públicas), com indicação das condições e credores respetivos, serão transmitidas trimestralmente, no mais tardar seis semanas após o fim do trimestre.

## G. Dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central

**23. Nos termos do programa, os limites máximos da dívida externa de médio e longo prazo, bem como a curto prazo; da dívida externa em condições não concessionais, constituem metas quantitativas.** O limite zero à dívida externa não concessional é avaliado em base contínua. Para efeitos do programa, uma dívida é considerada não concessional caso inclua um elemento donativo inferior a 35% calculado da seguinte forma: o elemento concessional ou donativo de uma dívida é a diferença entre o valor atual (VA) da dívida e o seu valor nominal expresso como percentagem do valor nominal da dívida. O VA da dívida no momento da sua contratação é calculado descontando o fluxo futuro de pagamentos do serviço da dívida. No caso de dívidas com um elemento donativo igual ou inferior a zero, o VA será definido como equivalente ao valor nominal da dívida. A taxa de desconto aplicada para este efeito é a taxa de desconto unificada de 5% definida na Decisão n.º 15248-(13/97) do Conselho de Administração. O reescalamento e a reestruturação da dívida são excluídos dos limites à dívida externa não concessional. O critério de avaliação da nova dívida externa não concessional contratada ou garantida pelo governo central exclui os empréstimos do FMI. A definição da dívida externa não concessional exclui o financiamento normal de curto prazo (inferior a um ano) relacionado à importação. A linha de crédito preventiva do governo português (a “linha de crédito portuguesa”) em apoio à paridade cambial também é excluída da definição da dívida externa não concessional.

**24. Para fins de acompanhamento do programa,** o Governo de Cabo Verde consultará o corpo técnico do FMI antes de assumir quaisquer novas obrigações em circunstâncias em que haja incerteza sobre se o instrumento em questão se enquadra nas metas quantitativas. Informações detalhadas sobre toda a dívida externa nova (inclusive as garantias públicas), com indicação das condições e credores respetivos, serão transmitidas trimestralmente, no mais tardar seis semanas após o fim do trimestre.

## H. Reservas internacionais brutas do banco central

**25. O limite mínimo do stock de reservas internacionais brutas (RIB) do BCV é uma meta quantitativa no âmbito do programa.** As RIB do BCV são definidas como as reservas internacionais brutas do BCV que incluem os ativos que estão prontamente disponíveis (ou seja, líquidas e comercializáveis, e livres de penhoras ou ónus) e são controladas e detidas pelo BCV para fins de atendimento das necessidades da balança de pagamentos e intervenção nos mercados cambiais. Incluem o ouro, detenções de DES, a posição de reserva no FMI, detenções de divisas e em cheques de viagem, depósitos à ordem e de curto prazo em bancos estrangeiros no estrangeiro, depósitos a prazo fixo no estrangeiro que podem ser liquidados sem penalização, e as detenções de títulos com grau de investimento. Os limites mínimos do programa para as RIB serão ajustados para menos:

- Pelos desvios acumulados para mais no serviço da dívida externa relativamente aos pressupostos do programa.
- Pelo desvio acumulado para menos da assistência financeira externa e dos empréstimos a projetos e em apoio ao orçamento em relação aos pressupostos do programa. Para fins de cálculo dos fatores de correção do programa, esses fluxos serão avaliados às taxas de câmbio correntes.

**26. Para fins de acompanhamento do programa,** o BCV transmitirá mensalmente um quadro sobre as RIB, com um desfasamento máximo de quatro semanas.

## I. Não acumulação de atrasados de pagamentos externos

**27. Como parte do programa, o governo não acumulará novos atrasados de pagamentos externos.** Este será uma meta contínua no âmbito do programa. Essa meta será monitorizada por intermédio da execução mensal do plano de tesouraria e a respetiva liberação das dotações orçamentais.

**28. Os atrasados de pagamentos externos para fins de monitoramento do programa são definidos como o valor do serviço da dívida externa devida e não pago dentro do prazo contratualmente acordado,** sujeito a qualquer período de carência aplicável, incluindo juros contratuais e atrasados. Os atrasos resultantes do não pagamento do serviço da dívida para os quais tenha sido acordado um quadro de apuramento ou um acordo de reescalonamento são excluídos desta definição.

**Quadro 5. Cabo Verde: Serviço da dívida externa projetado ao abrigo do programa (reservas internacionais brutas)**

Data	Serviço da dívida externa projetado no âmbito do programa e cumulativos desde o início do ano (em milhões de CVE)
30-Jun-23	6,445
31-Dec-23	12,921
30-Jun-24	4,818
31-Dec-24	11,195

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

**Quadro 6. Cabo Verde: Assistência financeira externa e empréstimos de apoio a projetos e ao orçamento ao abrigo do programa**

Data	Assistência financeira externa e empréstimos a projetos e em apoio ao orçamento projetados no âmbito do programa e cumulativos desde o início do ano (em milhões de CVE)
30-Jun-23	6,511
31-Dec-23	21,888
30-Jun-24	5,360
31-Dec-24	26,162

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

**29. Para fins de acompanhamento do programa**, a DNP do Ministério das Finanças transmitirá trimestralmente dados sobre: i) os pagamentos do serviço da dívida e ii) a acumulação e o pagamento de atrasados externos, no mais tardar seis semanas após o fim do trimestre. Além disso, o governo informará o FMI imediatamente da nova acumulação de atrasados externos.

## J. Por memória: limite mínimo dos gastos sociais do governo

**30. O limite mínimo indicativo dos gastos sociais do governo central aplica-se apenas às despesas por ele incorridas com os planos e projetos descritos a seguir**, cujo objetivo é gerar um impacto positivo sobre a educação, saúde e proteção social, excluindo a componente ordenados e salários.

**31. Para fins de acompanhamento do programa, os dados serão apurados em bases cumulativas ao longo do exercício** e serão transmitidos trimestralmente pela DNP, com um desfasamento não superior a seis semanas em relação ao fim do período.

## **K. Medidas de reforma da RSF**

**32. A tarifa de recuperação de custos ao abrigo das RM 5 e 6 deve reflectir o custo de capital da infra-estrutura e o custo operacional.** O custo da infra-estrutura cobrirá o investimento necessário durante a transição, bem como a manutenção e substituição com base na vida útil de tal infra-estrutura. O custo operacional refletirá o mix energético atual e alvo.

**33. As informações sobre vulnerabilidade climática no âmbito do RM8 abrangerão:** (i) mapas de vulnerabilidade à projeção do aumento do nível do mar com base em cenários climáticos identificados com cobertura total do território; (ii) mapas de vulnerabilidade climática para os sete (sete de 22) municípios mais populosos e/ou mais vulneráveis ao clima; e (iii) mapas incluindo informações sobre a ocorrência de perigos climáticos passados com informações adicionais sobre as implicações esperadas das alterações climáticas, conforme implícito nos cenários climáticos identificados. Esses mapas serão disponibilizados online. Os requisitos para a utilização da informação dos mapas de vulnerabilidade no planeamento do uso do solo e da construção devem estar refletidos no Regulamento Nacional de Gestão do Território e Planeamento Urbano (Decreto-Lei 61/2018) ou nos regulamentos relacionados, e no Código Técnico da Construção (Despacho 4/2012).

## **OUTROS REQUISITOS DE DADOS E AVALIAÇÃO DO ALCANCE DAS METAS DA REFORMA**

**34. Os dados sobre os volumes e preços das exportações e importações, compilados pela Direção das Alfândegas e pelo BCV,** serão transmitidos em base trimestral, no mais tardar cinco semanas após o fim de cada trimestre. Uma balança de pagamentos preliminar trimestral, compilada pelo BCV, será transmitida no mais tardar seis semanas após o fim de cada trimestre.

**35. Os ganhos/perdas de detenção obtidos durante o exercício anterior com a ASA, Electra, EMPROFAC, ENAPOR e IFH** e registados no Demonstrativo de Outros Fluxos Económicos, conforme definido nas edições de 2001 ou de 2014 do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas do FMI, serão reportados anualmente, no mais tardar três meses após o fim do ano seguinte (15 meses após a data de encerramento).

**36. O balanço consolidado da ASA, Electra, EMPROFAC, ENAPOR e IFH** em relação ao exercício anterior será transmitido anualmente no mais tardar três meses após o final do ano seguinte (15 meses após a data de encerramento).

- 37. Anunciar um cronograma para os leilões da TIM e TRM.** Esta meta de reforma será avaliada como alcançada quando os pré-anúncios forem publicados no site do banco central.
- 38. Introduzir um indicador composto da atividade económica.** Essa meta de reforma será avaliada como alcançada quando o banco central divulgar o indicador composto.
- 39. Realizar um estudo abrangente sobre perdas e provisões com empréstimos ao término da moratória do crédito de junho de 2022.** Esta meta de reforma será avaliada como alcançada quando o estudo for concluído e divulgado.
- 40. Desenvolver um quadro comum para a resolução dos NPLs relacionados com a crise.** Esta meta de reforma será avaliada como alcançada quando o quadro comum estiver completo e divulgado. O quadro comum está sendo desenvolvido em conjunto pelo BCV e o Banco Mundial.
- 41. Implementar uma Gestão de Risco de Conformidade (CCRM) sistemática e Integral para permitir a otimização da arrecadação de receitas fiscais.** Esta meta de reforma será avaliada como alcançada quando o MF publicar o CCRM.
- 42. Aumentar a frequência dos testes de stress para duas vezes por ano:** essa meta de reforma será avaliada como alcançada quando o banco central fornecer as conclusões do segundo teste de stress anual.
- 43. Desenvolver e publicar um plano de ação para reduzir as despesas fiscais.** Esta meta de reforma será avaliada como alcançada quando o MF fornecer ao corpo técnico do FMI uma cópia do plano de ação aprovado.
- 44. Implementar o plano de ação sobre despesas fiscais no orçamento de 2025.** Esta meta de reforma será avaliada como alcançada quando o MF fornecer ao corpo técnico do FMI uma cópia do orçamento aprovado para 2025 com a especificação das ações e impactos.
- 45. Publicar no relatório da SOE métricas mensuráveis entre o MF e as 6 maiores EPs sobre desempenho financeiro.** Esta meta de reforma será avaliada como alcançada quando o relatório for publicado na página do MF.



# CABO VERDE

22 de novembro de  
2023

## TERCEIRA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E PEDIDO DE ACORDO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE — ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

Aprovada por  
**Costas Christou (Departamento de África), Peter Dohlman (Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação), e Manuela Francisco e Abebe Adugna (Associação Internacional de Desenvolvimento)**

Elaborada pelos corpos técnicos do Fundo Monetário Internacional e da Associação Internacional de Desenvolvimento

<b>Cabo Verde: Análise Conjunta da Sustentabilidade da Dívida Banco Mundial-FMI</b>	
<b>Risco de sobre-endividamento externo</b>	Moderado
<b>Risco global de sobre-endividamento</b>	Alto
<b>Granularidade na notação do risco</b>	Margem limitada para absorver choques
<b>Aplicação de julgamento</b>	Não

*O risco global de sobre-endividamento de Cabo Verde continua a ser elevado, o que é coerente com a última análise conjunta do Banco Mundial/FMI de sustentabilidade da dívida, de junho de 2023<sup>1</sup>, e o risco da dívida externa continua a ser moderado. A classificação detalhada do risco de sobre-endividamento externo indica que há pouca margem para absorver choques. O valor presentel (VP) do rácio de dívida externa pública e com garantia pública (PGP) em relação ao PIB está abaixo do limiar durante o horizonte de projeção e viola o limiar do cenário do teste de esforço das exportações, o que está em consonância com a trajetória da dívida constatada na mais recente análise de sustentabilidade da dívida (ASD). Os indicadores de liquidez (os rácios serviço da dívida/receitas e serviço da*

<sup>1</sup> A capacidade de endividamento de Cabo Verde é avaliada como "forte", tal como em anteriores análises da sustentabilidade da dívida, com um índice composto de 3,24 pontos, baseado no WEO de outubro de 2023 e na Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais de 2022.

*dívida/exportações) continuam abaixo dos respetivos limiares no cenário de base, sobretudo devido à natureza altamente concessional da dívida externa de Cabo Verde. Prevê-se que o valor atual do rácio dívida pública total/PIB ultrapasse o limiar durante o período 2023-2027 no cenário de base e que ultrapasse o limiar dos testes de esforço durante o horizonte de projeção. As perspetivas da dívida externa e global são julgadas sustentáveis, desde que sejam cumpridos vários pressupostos, entre os quais, um crescimento económico constante, a um nível próximo do potencial, uma consolidação orçamental consistente, em consonância com o programa da Facilidade de Crédito Alargado, e reformas estruturais significativas, especialmente relativas às empresas públicas. Melhorar o desempenho das empresas públicas ajudará a reduzir riscos orçamentais importantes e a promover um melhor ambiente de negócios. Políticas de empréstimo prudentes, que passem sobretudo pela obtenção de empréstimos externos em condições concessionais e pela gestão reforçada da dívida, bem como medidas para melhorar o funcionamento do mercado dos títulos do governo, são essenciais para gerar dinâmicas de dívida sustentáveis a longo prazo. Dada a vulnerabilidade de Cabo Verde a choques exógenos, a sustentabilidade da dívida a longo prazo requer também progressos contínuos na diversificação das exportações e da produção.*

## COBERTURA DA DÍVIDA PÚBLICA

**1. A cobertura da dívida na presente análise da sustentabilidade da dívida abrange a dívida devida pela administração central e certas garantias do Estado.** A cobertura do setor público está em consonância com a ASD de junho de 2023 (Tabela 1). As garantias do Estado associadas a empréstimos externos às empresas públicas estão incluídas no stock da dívida no cenário de base (0,9% do PIB no final de 2022), mas a dívida interna com garantia pública (8,2% do PIB no final de 2022) e a dívida interna sem garantia das empresas públicas não estão incluídas. De forma coerente com as contas orçamentais, os fundos de segurança social e as administrações locais<sup>2</sup> estão excluídos da análise da sustentabilidade da dívida. A cobertura dos fundos extraorçamentais centra-se no apoio estatal às empresas públicas, através de reempréstimos e de capitalização. As autoridades estão a envidar esforços para alargar a cobertura e a comunicação de dados da dívida do setor público, nomeadamente através de apoio do Banco Mundial.<sup>3</sup> A dívida externa é definida com base no princípio de residência.

**2. O teste de esforço adaptado sobre o passivo contingente é alterado por forma a refletir as lacunas da cobertura da dívida acima referidas (Tabela 1).** Em primeiro lugar, o choque padrão de 0% do PIB para as componentes da administração pública não captadas no

<sup>2</sup> Os empréstimos internos garantidos pelo Estado contraídos pelos municípios junto do sistema bancário ascendiam a 465 milhões de escudos cabo-verdianos (CVE) no final de dezembro de 2022 (ver a Tabela 2 do texto para mais pormenores) e não estão incluídos no choque dos passivos contingentes devido ao seu reduzido risco orçamental.

<sup>3</sup> O Banco Mundial, através de medidas de desempenho e políticas ao abrigo da Política de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável, tem apoiado os esforços para expandir a cobertura da dívida. Mais especificamente, a cobertura do boletim trimestral sobre a dívida pública foi alargada a fim de incluir a dívida das empresas públicas, o fundo de previdência social e a dívida garantida dos municípios.

stock da dívida do cenário de base é mantido no nível padrão, de forma consistente com a dimensão da dívida interna das administrações locais com garantia pública.<sup>4</sup> A posição financeira do fundo de previdência social (INPS) é forte e o risco orçamental é mínimo. Como tal, o teste de esforço do passivo contingente não é ajustado por forma a excluir este fator. Em segundo lugar, o choque padrão de 2% do PIB para a dívida das empresas públicas sobe para 28,2% do PIB para refletir as vulnerabilidades associadas ao financiamento interno com garantia pública de todas as empresas públicas, que se cifra em cerca de 20 mil milhões de CVE no final de 2022 (8,5% do PIB), e à dívida interna sem garantia de um subconjunto de empresas públicas classificadas como estando em "risco muito elevado" de insolvência, que totaliza cerca de 48 mil milhões de CVE (cerca de 19,9% do PIB).<sup>5</sup> Em terceiro lugar, o choque padrão de 1,1% do PIB mantém-se para as parcerias público-privadas (PPP). Em quarto lugar, como o setor financeiro de Cabo Verde é composto sobretudo por bancos de propriedade estrangeira bem capitalizados, este setor parece robusto, e o valor mínimo padrão de 5% do PIB para o choque do mercado financeiro parece ser adequado.

### **3. A continuação das melhorias na avaliação de riscos das empresas públicas e uma maior transparência na gestão financeira são passos importantes na direção certa.**

A informação financeira e a governação das empresas públicas melhoraram. As principais medidas de reforma incluem: i) a adoção da ferramenta do FMI de verificação da situação de empresas públicas para reforçar a análise e a avaliação dos riscos orçamentais das empresas públicas pela unidade de empresas públicas (*Unidade de Acompanhamento do Sector Empresarial do Estado – UASE*) (T1-2022); ii) a disponibilização de informação consolidada sobre as transações financeiras entre o governo, as empresas públicas individuais e o setor em geral, a fim de reforçar a transparência e facilitar a análise dos riscos orçamentais, iii) a melhoria dos atuais relatórios anuais sobre os passivos contingentes, o desempenho anual das empresas públicas e a divulgação de relatórios trimestrais sobre o desempenho das empresas públicas; iv) a adoção e publicação de uma política de propriedade abrangente para ajudar a melhorar a propriedade e a supervisão da carteira de empresas públicas; e v) a constituição da PARPÚBLICA como sociedade gestora dos investimentos do Estado em empresas e da IMOPÚBLICA, enquanto sociedade gestora dos bens imóveis do Estado. Além disso, são bem-vindas as medidas destinadas a melhorar o conjunto da informação de domínio público, como a Iniciativa *Portal da Transparência* e a *SOE Manager*.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> Segundo as autoridades, o stock de dívida das administrações locais é garantido diretamente pelo governo central, ou indiretamente, usando como garantia uma futura transferência do governo central.

<sup>5</sup> O relatório trimestral sobre as empresas públicas, publicado pelo Ministro das Finanças, divulga a avaliação de riscos das empresas públicas seguindo a metodologia da ferramenta do FMI de verificação da situação de empresas públicas. O relatório avalia o risco de pressão sobre a solvabilidade através de dois rácios de passivos. As seguintes empresas públicas foram classificadas como tendo um risco muito elevado no relatório sobre empresas públicas do quarto trimestre de 2022, e foram incluídas no choque dos passivos contingentes: ADR, ADS, AEB, CVFF, ELECTRA, INFORPRESS, NEWCO, TICV e TACV.

<sup>6</sup> A plataforma "SOE Manager" é uma ferramenta informática e base de dados digitalizada que visa captar sistematicamente, de forma direta e imediata, dados das empresas públicas. Com base nas informações indicadas pelas empresas públicas, gera automaticamente informação agregada sobre o desempenho e painéis informativos (*dashboards*) para a entidade que tutela as empresas públicas (a UASE) Tal facilitará a elaboração da carteira anual agregada de empresas públicas e dos relatórios de desempenho trimestrais, que a UASE tem elaborado nos últimos

(continued)

Figura 1. Cabo Verde: Mapa dos riscos das empresas públicas, T4-2022<sup>1</sup>

Empresas	4T2022					
	Rentabilidade		Liquidez		Solvabilidade	
	ROA	ROE	Geral	Reduzida	Pas./AT.	Pas./C.P.
AdR	Moderate Risk	Very High Risk			Very High Risk	Very High Risk
AdS	Moderate Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk
AEB	High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk
APN	Moderate Risk	Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	High Risk	Very High Risk
ASA	Moderate Risk	Moderate Risk	Very High Risk	Moderate Risk	Moderate Risk	Moderate Risk
BVC	Low Risk	Moderate Risk	Very Low Risk		Very Low Risk	Very Low Risk
CABEOLICA	Low Risk	Low Risk	Low Risk		Moderate Risk	High Risk
CABNAVE	Moderate Risk	Moderate Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Low Risk	Low Risk
CCV	Moderate Risk	Moderate Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk
CERMI	Moderate Risk	Moderate Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk
CVB	Moderate Risk	Moderate Risk	Very High Risk	Very High Risk	Low Risk	Low Risk
CVFF	Moderate Risk	Very High Risk	Very High Risk		Very High Risk	Very High Risk
CVT	Moderate Risk	Moderate Risk	Very High Risk	High Risk	Moderate Risk	High Risk
ECV	Very Low Risk	Very Low Risk	Moderate Risk		Moderate Risk	High Risk
EHTCV	High Risk	High Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk
ELECTRA	Moderate Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk
EMPROFAC	Moderate Risk	Moderate Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Low Risk	Low Risk
ENAPOR	Moderate Risk	Moderate Risk	Very High Risk	Very High Risk	Moderate Risk	Moderate Risk
FIC	Very Low Risk	Very Low Risk	Low Risk	Very Low Risk	Low Risk	Low Risk
ICV	Moderate Risk	Low Risk	High Risk		High Risk	Very High Risk
IFH	High Risk	High Risk	Very Low Risk	Very High Risk	High Risk	Very High Risk
INCV	Moderate Risk	Moderate Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Moderate Risk	Very High Risk
INFORPRESS	Moderate Risk	Very High Risk	Very High Risk		Very High Risk	Very High Risk
LEC	High Risk	High Risk	Very Low Risk		Very Low Risk	Very Low Risk
NEWCO	Moderate Risk	Moderate Risk	Very Low Risk		Very High Risk	Very High Risk
NOSI	Very Low Risk	Very Low Risk	Low Risk		Moderate Risk	Very High Risk
RTC	High Risk	Very High Risk	Very High Risk		High Risk	Very High Risk
SCS	Low Risk	Very High Risk	Very High Risk	High Risk	Moderate Risk	High Risk
SDTIBM	High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk	Moderate Risk	Very High Risk
SISP	Very Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Very Low Risk	Low Risk	Very Low Risk
TACV	Very High Risk					
TECHPARK	Very High Risk	High Risk	Very Low Risk		Very Low Risk	Very Low Risk
TICV	Very High Risk	Very High Risk	Very High Risk		Very High Risk	Very High Risk

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

[1/ Consultar o manual de utilização da ferramenta de verificação para uma explicação detalhada da metodologia.](#)

anos. O SOE Manager poderá também ajudar a antever mais proativamente eventuais desafios ao desempenho das empresas públicas e prestar informações para a análise dos riscos orçamentais conexos.

### Caixa 1. Considerações sobre o alargamento da cobertura da ASD em Cabo Verde

**O quadro de sustentabilidade da dívida deve ser tão amplo quanto possível.** Segundo a Nota de Orientação do FMI e do Banco Mundial, de 2018, sobre o Quadro de Sustentabilidade da Dívida dos Países de Baixo Rendimento<sup>1</sup>, o perímetro da dívida deve abranger a quase totalidade da dívida do setor público, incluindo a dívida do setor privado garantida pelo setor público, à exceção das sociedades financeiras públicas. O número de países da Associação Internacional de Desenvolvimento que tem melhorado a transparência nas suas práticas de comunicação de informações sobre a dívida está a aumentar lentamente. O mapa de tensão do Banco Mundial relativo à comunicação de informações sobre a dívida<sup>2</sup> indica que, em 2021, 13 países divulgavam informação sobre as garantias do Estado (incluindo os nomes dos beneficiários), contas a pagar, detalhes sobre a constituição de garantias e passivos contingentes relacionados com dívidas. Empregar uma definição reduzida de dívida pública na análise de sustentabilidade da dívida pode contribuir para aumentos inesperados no nível de dívida, que se explicam por fontes situadas fora do perímetro definido.

**Se a cobertura da análise de sustentabilidade da dívida do setor público for diferente das contas orçamentais, serão necessários ajustes adicionais das contas orçamentais, a fim de garantir a coerência.** O rácio serviço da dívida/receitas, que constitui um importante indicador da liquidez, requer que o numerador e o denominador sejam coerentes (nomeadamente em termos de abrangência). Se as empresas públicas, uma fonte importante de risco orçamental, forem contempladas na dívida pública, seja diretamente ou através de garantias, é essencial incluir no cálculo todo o rendimento líquido que geram, uma vez que esse rendimento pode ser usado para reembolsar a dívida. O FMI e o Banco Mundial estão a colaborar com as autoridades para alargar de forma coerente o âmbito da cobertura da dívida. O lançamento do painel informativo (*dashboard*) das empresas públicas, uma iniciativa apoiada pelo Banco Mundial, em outubro de 2023, deverá abrir caminho à inclusão da dívida das empresas públicas garantida pelo Estado. O SOE Manager indica os dados necessários para alargar o perímetro da análise de sustentabilidade da dívida. O corpo técnico do Banco Mundial e do FMI colaborará com as autoridades para preparar o alargamento da cobertura da dívida pública, por forma a incluir a dívida das empresas públicas garantida pelo Estado no próximo ciclo de análise de sustentabilidade da dívida, identificando separadamente os custos de serviço da dívida garantida.

---

<sup>1</sup> Para uma explicação detalhada, consultar o ponto 21 e o Apêndice III da Nota de Orientação do FMI, de 2018, sobre o Quadro de Sustentabilidade da Dívida para Países de Baixo Rendimento.

<sup>2</sup> [Transparência da Dívida: Mapa de Tensão relativo à Comunicação de Informações sobre a Dívida \(worldbank.org\)](https://www.worldbank.org).

## Caixa 2. São necessárias mais reformas para reduzir o apoio orçamental prestado pelo Estado às empresas públicas

**Os subsídios explícitos às empresas públicas aumentaram desde a pandemia.** No final de 2022, os subsídios explícitos às empresas públicas atingiram 0,2% do PIB, prevendo-se que aumentem para 0,4% do PIB em 2023, segundo o orçamento. Este aumento em comparação com o período anterior à pandemia explica-se pela criação de uma compensação i) à empresa de transportes entre ilhas, e ii) às empresas públicas de energia/água para que implementem uma tarifa social para a energia e a água, dirigida aos agregados familiares pobres.

**O apoio orçamental total prestado através de reempréstimos e de capitalização cifrou-se, em média, em cerca de 2,4% do PIB entre 2015 e 2022.** Durante este período, os reempréstimos concedidos às empresas públicas totalizaram, em média, cerca de 1,4% do PIB e foram sobretudo dirigidos à Electra e à TACV. Por seu lado, os fluxos de capitalização ascenderam a cerca de 1% do PIB e dirigiram-se sobretudo a apoiar a TACV.

**Os riscos orçamentais decorrentes da dívida das empresas públicas garantidas pelo Estado aumentaram com o tempo.** Antes do surto de COVID-19, em 2020, o stock de dívida das empresas públicas garantida pelo Estado mantinha-se estável, mas procedeu-se a significativas transações parafiscais, ao abrigo de rubricas extraordinárias, em benefício de empresas públicas, através de reempréstimos e de capitalização. Após a pandemia, o stock de dívida das empresas públicas garantida pelo Estado aumentou para 8% do PIB, ao passo que os fluxos parafiscais diminuíram. A análise de sustentabilidade da dívida de Cabo Verde abrange os fluxos decorrentes de operações parafiscais, mas não o stock de dívida das empresas públicas garantida pelo Estado.

**As recentes melhorias na disponibilidade de dados são um avanço importante no sentido de melhorar a avaliação dos riscos das empresas públicas e a definição de políticas.** Em outubro de 2023, o Ministério das Finanças lançou o *SOE Manager*, uma plataforma informática desenvolvida com o apoio do Banco Mundial e do FMI que permitirá acompanhar e avaliar o desempenho do setor das empresas públicas através da automatização da recolha, processamento, e análise de dados. O novo painel informativo (*dashboard*) das empresas públicas indica as condições necessárias em termos de dados para que as autoridades concebam as reformas adequadas destinadas a reduzir o apoio do Estado às empresas públicas através de subsídios explícitos, novas garantias, reempréstimos e capitalização (Quadro 1).

**São bem-vindas mais melhorias na estratégia global de redução do apoio orçamental às empresas públicas.** As autoridades iniciaram uma nova agenda de reformas das empresas públicas, adotada através da Resolução n.º 104/2022 do Conselho de Ministros. Essa agenda de reformas adota uma abordagem ascendente para a revisão do plano de negócios das principais empresas públicas, com vista a aumentar a sua rentabilidade. Por exemplo, as despesas de capitalização em apoio da TACV deverão terminar em 2025, o que reflete o atual plano de negócios da empresa, no qual se pretende aumentar as rotas. No entanto, são necessários mais esforços para acelerar a agenda de privatizações e melhorar o desempenho financeiro das empresas deficitárias, a fim de reduzir o apoio orçamental prestado às empresas públicas.

**Tabela 1. Cabo Verde: Apoio orçamental às empresas públicas**

Stock da dívida com garantia das empresas públicas (% do PIB)									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Dívida interna (A)	5.4	5.5	5.7	5.5	6.3	8.5	9.8	8.5	
Dívida externa (B)	0.4	0.3	0.9	0.8	0.2	0.9	1.2	0.9	
<b>Total da dívida com garantia das empresas públicas (A+B)</b>	<b>5.8</b>	<b>5.8</b>	<b>6.6</b>	<b>6.3</b>	<b>6.4</b>	<b>9.4</b>	<b>11.0</b>	<b>9.4</b>	
Fluxo de apoio orçamental às empresas públicas (% do PIB)									
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
Subsídios explícitos (C)	0.1	0.1	0.0	0.1	0.0	0.1	0.1	0.2	
<b>Fluxo total acima da linha (C)</b>	<b>0.1</b>	<b>0.1</b>	<b>0.0</b>	<b>0.1</b>	<b>0.0</b>	<b>0.1</b>	<b>0.1</b>	<b>0.2</b>	
Aumento líquido das garantias internas (D)		0.1	0.2	-0.2	0.7	2.2	1.3	-1.3	
Aumento líquido das garantias externas (E)		0.0	0.6	-0.1	-0.6	0.8	0.3	-0.3	
Reempréstimos (F)	2.3	2.5	2.1	0.7	1.7	0.9	0.7	0.5	
Capitalização (G)	0.8	0.8	0.6	1.9	2.0	0.4	0.4	1.2	
<b>Fluxo total abaixo da linha (D+E+F+G)</b>	<b>3.1</b>	<b>3.3</b>	<b>3.5</b>	<b>2.4</b>	<b>3.8</b>	<b>4.3</b>	<b>2.7</b>	<b>0.0</b>	
<b>Fluxo total de apoio orçamental às empresas públicas (C+D+E+F+G)</b>	<b>3.2</b>	<b>3.4</b>	<b>3.5</b>	<b>2.4</b>	<b>3.9</b>	<b>4.4</b>	<b>2.7</b>	<b>0.2</b>	

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e cálculos do corpo técnico do FMI.

**Tabela 1. Cabo Verde: Cobertura da dívida do setor público e desenho do teste de esforço de passivos contingentes**

A. Marque com um "X" cada subsetor do setor público abaixo que esteja coberto pelos dados da sua dívida pública.

Subsetores do setor público	Caixa de seleção
1 Administração central	X
2 Governos estaduais, provinciais e locais	
3 Outros elementos do governo geral	
4 d/q: Fundo da segurança social	
5 d/q: Fundos extraorçamentais (FEO)	X
6 Garantias (a outras entidades nos setores público e privado, incl. a empresas públicas)	X
7 Banco Central (tomou emprestado em nome do governo)	X
8 Dívida não garantida das empresas públicas	

Cobertura da dívida pública e magnitude do teste de esforço adaptado ao passivo contingente

B. Personalize os elementos do teste personalizado de passivos contingentes, conforme apropriado.

1 A cobertura da dívida pública do país	O governo central (administração central) mais fundos extraorçamentais, banco central, dívida com garantia pública		
	Padrão	Usado para a análise	Razões para desvios das configurações padrão
2 Outros elementos do governo geral não capturados em 1.	0 % do PIB	0	Para refletir vulnerabilidades associadas à dívida interna garantida e não garantida.
3 Dívida das empresas públicas (garantida e não garantida pelo governo) 1/	2 % do PIB	28.2	
4 PPP	35 % do stock de PPP	1.2	
5 Mercado financeiro (o valor padrão de 5% do PIB é o valor mínimo)	5 % do PIB	5	
Total (2+3+4+5) (em percentagem do PIB)		34.4	

1/ O choque padrão de 2% do PIB será ativado para os países cuja dívida com garantia pública não seja totalmente capturada pela definição de dívida pública do país (1.). Se já estiver incluída na dívida do governo (1.) e os riscos associados à dívida das empresas públicas sem garantia pública forem avaliados como desprezíveis, uma equipa do país poderá reduzir este valor para 0%.

## CONTEXTO

### A. Evolução e composição da dívida pública

**4. Cabo Verde registou um crescimento robusto impulsionado pelo turismo no período anterior à pandemia, o qual foi apoiado por reformas estruturais, especialmente no setor das empresas públicas.** Entre 2016 e 2019, o crescimento anual foi, em média, de 5%, apoiado por condições mundiais favoráveis, assim como por reformas estruturais importantes, que tiveram efeitos, principalmente, no setor das empresas públicas. A dívida pública diminuiu, do seu valor mais elevado de 115,6% do PIB em 2015 para 109,4% em 2019.

**5. A pandemia de COVID-19 contribuiu para um aumento substancial dos níveis de dívida externa e global do setor público.** A dívida total do setor público atingiu os 152% do PIB no final de 2021, em comparação com 109,4% em 2019 (Figura de texto 1). O aumento no rácio da dívida deveu-se à contração significativa da produção, de 20,8%, e a um maior défice global do setor público, de 9,3% do PIB em 2020, o qual foi custeado essencialmente através de um aumento dos empréstimos concessionais externos, na sua maioria concedidos por instituições multilaterais com vista a atenuar o impacto do choque económico, especialmente sobre os grupos mais vulneráveis.

**6. A rápida retoma do crescimento económico em 2022, juntamente com a consolidação orçamental, resultou numa redução do rácio dívida/PIB.** A recuperação económica impulsionada pelo turismo, que permitiu ao país sair da recessão causada pela pandemia, foi robusta, com um crescimento económico de 17% em 2022. O défice primário registou uma redução acentuada, para 2% do PIB em 2022, em comparação com o défice primário de 5,4% do PIB em 2021, o que sugere um forte impulso de consolidação orçamental de 3,4% do PIB, explicado sobretudo por uma contração das despesas primárias. O efeito combinado da forte consolidação orçamental e da recuperação da produção provocou uma redução significativa do rácio dívida/PIB, para 127,1% do PIB no final de 2022.

**7. A dívida externa pública tem um carácter altamente concessional e as instituições multilaterais são as principais credoras (Tabela 1 do texto).**

O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento representam cerca de 43,8% da dívida externa pública. Os credores bilaterais representam cerca de 19,7% da dívida externa pública, sendo Portugal o maior credor. O custo do serviço da dívida é moderado, com uma taxa de juro média de cerca de 0,93% e um prazo de vencimento médio de 17,2 anos. O risco cambial é reduzido, devido ao regime de paridade cambial. A avaliação externa sugere uma subvalorização da taxa de câmbio, e as reservas internacionais estão a um nível confortável.

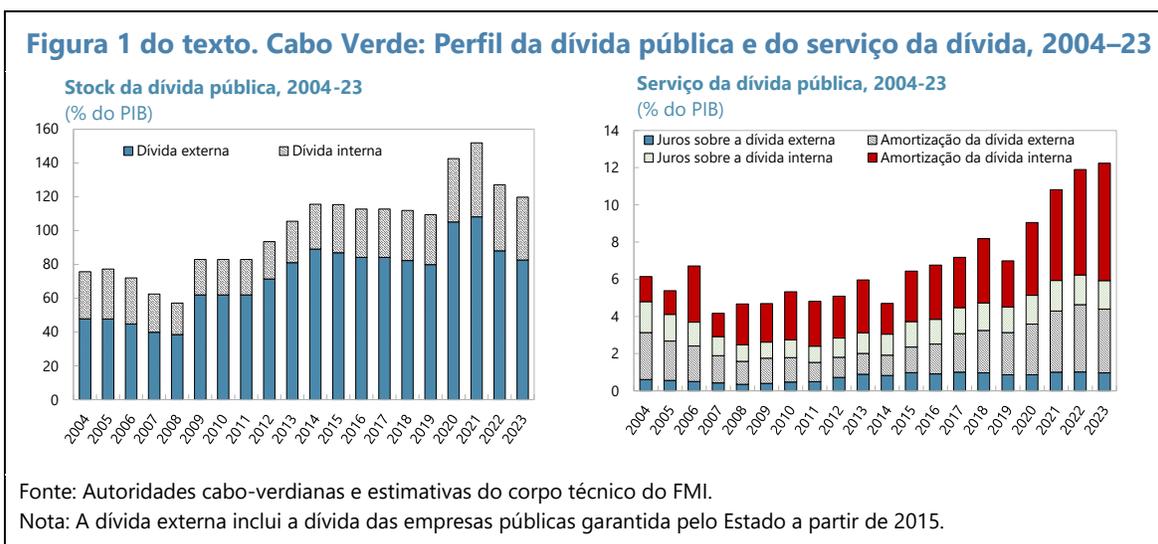
**Tabela 1 do texto. Cabo Verde: Perfil da dívida externa por tipo de credor, 2022**

	% do PIB	% da dívida externa	Vencimento médio (em anos)	Taxa de juro média
Multilateral	48.4	56.6	18.8	0.92%
Bilateral	16.8	19.7	11.2	0.85%
Comercial	20.3	23.8	11.4	1.59%
Total da dívida externa	85.6	100.0		

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

**8. Os credores comerciais detêm 23,8% da dívida externa pública, e a dívida comercial consiste principalmente em dívida devida à Caixa de Geral de Depósitos (CGD), banco com sede em Portugal.** A CGD representa 82,8% do total dos empréstimos comerciais, concedidos em condições favoráveis, com um prazo de vencimento médio de 11,4 anos e uma taxa de juro média de 1,6%.

**9. No final de 2022, a dívida interna representava 30,5% do total da dívida pública (Figura 1 do texto), um ligeiro aumento em relação aos 29% no final de 2021.** A dívida interna é detida principalmente pelo setor bancário, sob a forma de títulos do Tesouro de médio e longo prazo. As obrigações do Tesouro representavam 96,2%, com uma taxa de investimento de cerca de 3,8%. Os bancos comerciais detêm 64,2% dos títulos do governo do país, e as instituições financeiras não bancárias detêm 35,8%, estando a maioria dos quais no fundo nacional de previdência social. O acesso à dívida interna é apoiado pelo excesso de liquidez no sistema bancário e as taxas de juro aplicadas à dívida interna continuam moderadas. O recurso à dívida interna tem sido, em grande medida, constante ao longo da última década, mantendo-se em cerca de 30% do total da dívida pública, e o risco de refinanciamento é relativamente baixo, uma vez que o prazo de vencimento médio é de cerca de 7 anos. Além disso, os consideráveis depósitos do governo (cerca de 10% do PIB) constituem um importante fator de atenuação do risco, que pode ser usado em caso de pressão como fonte de financiamento da dívida interna.



**10. O serviço da dívida externa pública é moderado.** O rácio serviço da dívida externa pública/exportações diminuiu de 14,8% em 2021 para 6,3% em 2022, o que reflete a forte recuperação das exportações, a par com a recuperação do setor do turismo. Prevê-se que o rácio continue a diminuir de forma consistente a partir de 2024, à medida que a economia converge com o potencial e as exportações se mantêm em níveis robustos devido à expansão da capacidade no setor do turismo. O rácio serviço da dívida externa pública/receitas diminuiu para cerca de 10,4% em 2022, em comparação com 13,9% em 2021, e deverá atingir um valor máximo de 17% do PIB em 2023, com uma média de cerca de 14% a meio prazo (2025-2030), devendo baixar depois

desse período. O serviço da dívida externa pública total absorveu cerca de 31% das receitas e donativos em 2022 e prevê-se que chegue a 39% em 2026, decaindo consistentemente depois disso.

**11. A dívida com garantia pública cifrava-se em 26,4 mil milhões de CVE (11,2% do PIB) no final de 2022 (Tabela 2 do texto).** A garantia estatal é concedida principalmente para a dívida interna das empresas públicas.<sup>7</sup> Para 2022, o stock da dívida interna com garantia pública consiste sobretudo em passivos da ELECTRA, Águas de Santiago, TACV, Prog. Start-up/Ecosistema, NEWCO, ICV e AEB ao sistema bancário nacional; bem como de empréstimos contraídos por alguns municípios. A TACV, ELECTRA, NEWCO, e Prog. Start-up/Ecosistema foram beneficiárias das mais avultadas garantias em 2022.<sup>8</sup>

**Tabela 2 do texto. Cabo Verde: Dívida com garantida pública, 2019–2022**

	2019			2020			2021			2022		
	Milhões de CVE	% do PIB	% da dívida externa	Milhões de CVE	% do PIB	% da dívida externa	Milhões de CVE	% do PIB	% da dívida externa	Milhões de CVE	% do PIB	% da dívida externa
<b>Dívida externa (A)</b>	<b>395</b>	<b>0.2</b>	<b>100.0</b>	<b>1,655</b>	<b>0.9</b>	<b>100.0</b>	<b>2,243</b>	<b>1.2</b>	<b>100.0</b>	<b>2,121</b>	<b>0.9</b>	<b>100.0</b>
contraída por empresas públicas	395	0.2	100.0	1,655	0.9	100.0	2,243	1.2	100.0	2,121	0.9	100.0
contraída por entidades privadas	0	0.0	0.0	0	0.0	0.0	0	0	0.0	0	0.0	0.0
<b>Dívida interna (B)</b>	<b>14,231</b>	<b>6.4</b>	<b>100.0</b>	<b>15,618</b>	<b>8.8</b>	<b>100.0</b>	<b>22,157</b>	<b>11.9</b>	<b>100.0</b>	<b>24,255</b>	<b>10.3</b>	<b>100.0</b>
contraída pelas administrações locais	363	0.2	2.5	356	0.2	2.3	382	0.2	1.7	465	0.2	1.9
contraída por empresas públicas	13,858	6.3	97.4	14,972	8.5	95.9	18,175	9.8	82.0	19,865	8.5	81.9
contraída por entidades privadas	9	0.0	0.1	290	0.2	1.9	3,601	1.9	16.3	3,925	1.7	16.2
<b>Total da dívida com garantia pública (A+B)</b>	<b>14,626</b>	<b>6.6</b>		<b>17,273</b>	<b>9.8</b>		<b>24,401</b>	<b>13.1</b>		<b>26,375</b>	<b>11.2</b>	

Fonte: Autoridades cabo-verdianas e estimativas do corpo técnico do FMI.

**12. A dívida externa privada histórica derivada dos dados da posição de investimento internacional (PII) indica um stock de cerca de 18,1% do PIB no final de 2022.** A dívida privada inclui a dívida externa das instituições bancárias e não bancárias.

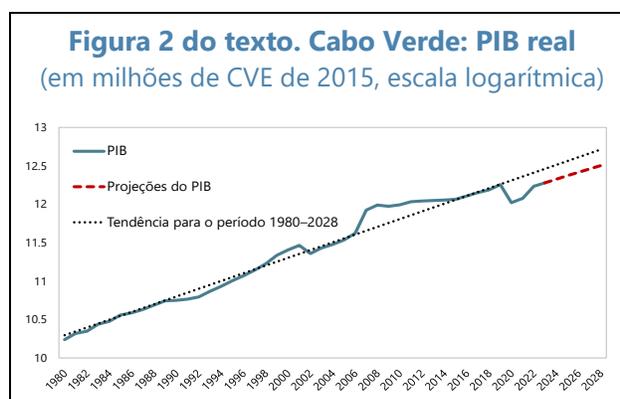
## B. Perspetivas e principais pressupostos macroeconómicos

**13. Em comparação com a última análise de sustentabilidade da dívida (junho de 2023), os pressupostos macroeconómicos subjacentes às projeções mantiveram-se mais ou menos estáveis.** Prevê-se que as pressões inflacionárias se mantenham elevadas em 2023, embora menores do que os valores elevados de 2022, à medida que as repercussões dos preços internacionais do petróleo e dos produtos alimentares continuam a afetar Cabo Verde, em que as importações representam cerca de 80% dos produtos de consumo.

<sup>7</sup> Embora estejam disponíveis informações sobre o stock de garantias internas concedidas às empresas públicas e sobre o serviço da dívida conexo, a falta de dados sobre as receitas e rendimento líquido das empresas públicas impede a sua inclusão no cenário de base da análise de sustentabilidade da dívida (Caixa 1). O Banco Mundial e o FMI colaborarão com as autoridades a fim de melhorar os dados, para incluir as garantias internas concedidas às empresas públicas na próxima análise de sustentabilidade da dívida.

<sup>8</sup> Calcula-se que as necessidades de financiamento anual da TACV, após a sua nacionalização em julho de 2021, sejam de 1% do PIB e têm sido supridas através de operações de capitalização direta e empréstimos internos com garantia do Estado.

**14. O nível do PIB entre 2019 e 2022 foi revisto no T1 2023 para afinar melhor a conclusão do rebaseamento das estatísticas sobre as contas nacionais, de 2007 para 2022.**<sup>9</sup> Os dados publicados indicam um PIB nominal em 2022 4,5% inferior ao da última análise de sustentabilidade da dívida, o que reflete uma medição mais exata do setor dos serviços, devida a uma nova revisão do rebaseamento do PIB, de 2007 para 2015.



**15. Prevê-se que o crescimento do PIB continue globalmente na mesma linha a médio prazo, em comparação com a última análise de sustentabilidade da dívida publicada (Relatório Nacional do FMI n.º 23/262).** O PIB real contraiu-se em 20,8% em 2020, devido ao impacto da pandemia de COVID-19. O crescimento económico recuperou em força nos dois anos seguintes, atingindo 5,6% em 2021 e 17% em 2022, tendo a produção ultrapassado os níveis anteriores à pandemia. Prevê-se que a taxa de crescimento real desacelere para 4,5% em 2023, vindo a situar-se em volta dos 4,7% a médio prazo e convergindo, depois disso, com o crescimento potencial de 4,5%. (Figura 2 do texto e Tabela 3 do texto).

**Tabela 3 do texto. Cabo Verde: Pressupostos para os principais indicadores económicos, 2022–43**

	2022	2023 Proj.	2024 Proj.	2025 Proj.	2026 Proj.	2027 Proj.	2028-32 Proj.	2033 - 43 Proj.
<b>Crescimento do PIB real</b>								
ASD atual	17.1	4.5	4.7	4.7	4.6	4.6	4.5	4.5
ASD de junho 2023	17.7	4.4	4.5	4.6	4.6	4.7	4.5	4.5
Pedido de ECF 2022	4.0	4.8	5.7	5.5	5.0	4.5	4.5	4.5
<b>Deflador do PIB</b>								
ASD atual	7.7	4.7	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0
ASD de junho 2023	6.4	4.5	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0
Pedido de ECF 2022	4.5	2.6	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0
<b>Saldo orçamental global, incl. donativos</b>								
ASD atual	-4.3	-3.4	-3.4	-2.1	-1.2	-0.4	-0.9	-1.5
ASD de junho 2023	-4.2	-4.4	-3.2	-2.4	-2.4	-0.6	-0.7	-2.1
Pedido de ECF 2022	-6.3	-5.6	-4.0	-2.1	-0.9	-0.8	-1.4	-2.9
<b>Necessidades globais de financiamento, incl. reempréstimos</b>								
ASD atual	-4.3	-4.0	-3.6	-2.3	-1.3	-0.4	-0.9	-1.5
ASD de junho 2023	-4.2	-3.7	-4.0	-2.4	-2.4	-0.6	-0.7	-2.1
Pedido de ECF 2022	-7.0	-6.2	-4.2	-2.3	-1.1	-0.8	-1.4	-2.9
<b>Saldo da conta corrente, incl. donativos</b>								
ASD atual	-3.7	-5.9	-6.1	-6.3	-5.8	-5.4	-3.7	-1.5
ASD de junho 2023	-3.6	-5.6	-4.6	-4.4	-4.4	-3.7	-3.2	-1.9
Pedido de ECF 2022	-14.1	-6.2	-5.9	-4.7	-4.6	-4.2	-3.6	-3.2
<b>Total do rácio dívida/PIB</b>								
ASD atual	127.1	119.9	116.2	111.2	105.4	99.4	83.5	58.3
ASD de junho 2023	121.2	112.8	109.7	106.0	102.2	96.6	81.4	59.0
Pedido de ECF 2022	145.9	139.7	132.5	124.0	116.2	109.5	94.2	73.9
<b>Taxa de câmbio CVE/USD (final do ano)</b>								
ASD atual	104.1	99.7	99.4	99.0	99.1	99.5	99.9	99.9
ASD de junho 2023	104.1	104.3	104.7	105.1	105.5	106.4	107.5	107.5
Pedido de ECF 2022	98.5	96.9	95.8	95.0	94.5	94.2	94.2	94.2

Fontes: Autoridades cabo verdianas; e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

<sup>9</sup> O rebaseamento consistiu na alteração do ano base de 2007 para 2015 e as contas atualizadas foram publicadas em março de 2023.

**16. O crescimento a médio e longo prazo será apoiado pela devida implementação de reformas estruturais destinadas a melhorar a eficiência do setor público e o ambiente de negócios, bem como a alargar o acesso ao financiamento.**

As autoridades concluíram recentemente uma nova estratégia de desenvolvimento a cinco anos (Plano Estratégico Para o Desenvolvimento Sustentável – PEDS II), com base no plano de desenvolvimento de longo prazo (Cabo Verde Ambição 2030). Os domínios prioritários incluem: i) a conclusão das reformas das empresas públicas, inclusive através da privatização e da melhoria da sua eficiência; ii) a promoção da diversificação económica, alavancando o potencial da economia azul; iii) a redução do nível de informalidade; e iv) a facilitação do acesso a financiamento, especialmente para as pequenas e médias empresas. A implementação das principais reformas será apoiada por assistência técnica e financiamento de projetos por parte do Banco Mundial, e também pelo acordo de Facilidade de Crédito Alargado em vigor. Os principais pressupostos macroeconómicos são os seguintes:

- *Crescimento do PIB real.* O PIB real de Cabo Verde cresceu 17% em 2022.<sup>10</sup> Prevê-se que o crescimento desça para 4,5% em 2023 e que convirja gradualmente para um crescimento de longo prazo de 4,5% (que será sustentado pelas reformas estruturais fulcrais descritas anteriormente, no ponto 16).<sup>11</sup>
- *Serviços turísticos.* O quadro pressupõe um crescimento continuado do setor do turismo, refletindo, em parte, um aumento da capacidade hoteleira, associado à abertura de novos hotéis, uma diversificação dos mercados e fluxos constantes de investimento direto estrangeiro. O quadro pressupõe a continuação de um impacto moderado da invasão da Ucrânia pela Rússia, uma vez que a procura acumulada de destinos de viagem e a reputação de Cabo Verde enquanto destino seguro continuarão a atrair visitantes. O Reino Unido, Portugal, a Alemanha e a Bélgica são os mais comuns países de origem dos turistas que chegam a Cabo Verde. O impacto do crescimento continuado do setor do turismo far-se-á sentir através do aumento das exportações de serviços e da receita fiscal, o que terá um impacto positivo na sustentabilidade da dívida.
- *Inflação.* A inflação aumentou para 7,9% e o deflator do PIB para 7,7% em 2022, em consonância com o aumento dos preços dos combustíveis e das matérias-primas decorrente do impacto da guerra russa contra a Ucrânia. Prevê-se que a inflação e o deflator do PIB desçam para 5% e para 4,5%, respetivamente, em 2023, e para 2% até 2024, em consonância com a previsão para a área do euro.
- *Utilização de recursos da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade e riscos relacionados com o clima.* Os desembolsos ao abrigo da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade aumentam o financiamento externo em cerca de 2,1 mil milhões de CVE em 2024 e de mil milhões de CVE em 2025. A Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade substitui o financiamento interno mais

<sup>10</sup> A taxa de crescimento de 2022 explica-se sobretudo pela recuperação da atividade económica, uma vez que o rebaseamento do PIB teve um impacto sobretudo no nível nominal do PIB, mas não na sua evolução.

<sup>11</sup> À luz da tendência histórica a longo prazo, a taxa de crescimento (1980-2019) é de 4,8%, e de 4,5% se tivermos em conta também o período após a pandemia de COVID (1980-2022).

dispendioso. A partir de 2026, o financiamento de substituição termina e o financiamento interno líquido regressará à sua anterior trajetória. Do ponto de vista da balança de pagamentos, os desembolsos ao abrigo da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade aumentam as reservas internacionais em 2,1 mil milhões de CVE em 2024 e em mil milhões de CVE em 2025. Estas reservas adicionais apoiam os investimentos e reformas das autoridades em aspetos relacionados com o clima e ajudam a catalisar financiamento para estratégias de atenuação e adaptação às alterações climáticas. A trajetória do investimento público é limitada pela necessidade de colocar as dinâmicas da dívida pública numa trajetória firmemente descendente. Por conseguinte, fica aquém da estimativa, apresentada no contributo determinado a nível nacional (CDN), do financiamento total necessário para apoiar as atividades de atenuação e adaptação às alterações climáticas. O CDN estima as necessidades de investimento anual (público e privado) entre o momento presente e 2030 em cerca de 6,1% do PIB. O quadro macro pressupõe que as reformas de melhoria da produtividade e as reformas relativas ao clima ajudarão a aumentar o crescimento potencial.

- *Défice do setor público.* O atual quadro baseia-se numa trajetória ambiciosa e resoluta de consolidação orçamental impulsionada pelas receitas. Do lado da despesa, a trajetória de despesa a médio prazo implica uma redução gradual das despesas primárias face ao PIB, tendo em conta a coerência com a agenda climática e as reformas necessárias para construir as bases para as políticas nessa matéria, com um aumento equilibrado das despesas de capital associado a custos salariais e a um uso de bens e serviços que terão um crescimento inferior à inflação, após o aumento de 2024 de ambos os itens, destinado a atenuar parcialmente o impacto do congelamento nominal nos últimos anos. O défice orçamental global melhorou, de 7,7% do PIB em 2021 para 4,3% do PIB em 2022, e deverá melhorar ainda mais a médio prazo, chegando aos 0,7% do PIB em 2027. Pressupõe-se que, no curto e médio prazo, o esforço orçamental seja sustentado pela melhoria da mobilização das receitas internas e pela atual contenção da despesa. Foram já implementadas várias medidas relativas à receita, como a faturação eletrónica do IVA de pelo menos 50% dos contribuintes, o aumento do imposto sobre o tabaco e a atribuição da concessão à empresa responsável pela gestão dos aeroportos. Além disso, as autoridades comprometeram-se a reanalisar despesas fiscais que corresponderiam a 1% líquido do PIB em 2025 e que ajudarão a colmatar a lacuna criada pelo atraso na tarifa externa comum da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental. A consolidação orçamental será implementada com salvaguardas destinadas a proteger e alargar o apoio aos mais vulneráveis. Espera-se que as reformas das empresas públicas resultem numa eliminação da capitalização e das despesas com empréstimos a partir de 2025 e 2027, respetivamente. Os rendimentos adicionais provenientes de donativos e outras receitas permitirão aumentar os investimentos em 2024 e 2025 antes de as despesas de capital regressarem à trajetória do cenário de base, em 2026, o que implica mais ajustes nesse ano do que ao abrigo da segunda revisão, devido à cobrança de receitas mais elevada do que o previsto em 2024. A melhoria projetada do equilíbrio orçamental, de um défice de -4,3% do PIB em 2022 para 0,4% do PIB até 2027, deverá

resultar numa redução do apoio financeiro do governo e reduziria as necessidades líquidas de financiamento orçamental<sup>12</sup> para cerca de 0,7% do PIB até 2027.

- *Défice da conta corrente.* Prevê-se que o défice da conta corrente a médio prazo seja globalmente igual ao da análise de sustentabilidade da dívida anterior, devendo permanecer acima dos 5,9% do PIB a partir do período 2024-26. O cenário de base pressupõe um défice da conta corrente de 5,5% em 2023 e de 6,1% em 2024. Tal reflete o impacto do crescimento moderado no turismo, impulsionado pelo aumento da capacidade, por preços mais caros dos combustíveis e das matérias-primas e pela continuação dos investimentos, no setor do turismo, em importações. Prevê-se que o défice da conta corrente baixe para cerca de 5,1% do PIB em 2027, apoiado pelas receitas do turismo e pelo crescimento estável das remessas. O forte desempenho das exportações e o aumento das remessas, juntamente com fluxos mais elevados de investimento direto estrangeiro e de financiamento do FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado e da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade ajudaria a manter as reservas internacionais num nível correspondente a cerca de 6 meses de futuras importações. Em comparação com a última análise de sustentabilidade da dívida, espera-se que a conta corrente piore, devido a um aumento das importações associado à implementação da agenda de reformas climáticas e à importação de tecnologias de baixo carbono, ao passo que o investimento direto estrangeiro deverá melhorar a médio prazo, em consonância com o impacto catalisador da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade e do crescimento no setor do turismo (que tem sido o principal beneficiário dos fluxos de investimento direto estrangeiro).

**17. A análise de sustentabilidade da dívida pressupõe uma combinação de financiamento coerente com uma estratégia de endividamento prudente, com ênfase no financiamento externo com condições concessionais, devendo a percentagem de dívida interna permanecer, a curto prazo, globalmente estável, em cerca de 30%.** O financiamento do orçamento de 2023 será completado, na maior parte, com empréstimos concessionais e semi-concessionais, sobretudo concedidos por instituições multilaterais, incluindo o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento, e por outros parceiros bilaterais. O financiamento multilateral e bilateral para apoiar o orçamento, de cerca de 95 milhões de dólares dos EUA, ou cerca de 3,6% do PIB, deverá ser concedido durante 2023. A análise de sustentabilidade da dívida pressupõe a continuação do apoio estrangeiro em condições concessionais a curto e médio prazos, mas presume que haverá uma passagem muito gradual para recursos mais reduzidos de caráter concessional a longo prazo, incluindo empréstimos semi-concessionais (com um elemento de donativo de menos de 35%) e empréstimos não concessionais limitados, em conformidade com o estatuto de Cabo Verde de país de rendimento médio. O perfil da dívida interna pressupõe a emissão de obrigações com prazos de vencimento de, pelo menos, 4 anos, em conformidade com o perfil da carteira de títulos da dívida interna do final de 2022. A taxa de juro média é fixada em 3% para bilhetes do Tesouro e em 4 e 5% para obrigações a curto prazo e a médio ou longo prazo, respetivamente. Estas projeções estão sujeitas aos riscos associados ao aumento da restritividade da política monetária destinado a conter

---

<sup>12</sup> As necessidades líquidas de financiamento levam em conta o impacto líquido de novos empréstimos e do refinanciamento dos pagamentos de capital, em consonância com as contas orçamentais das autoridades.

as pressões inflacionárias que poderiam afetar a curva de rendimentos. Por fim, as autoridades levantaram os 32 milhões de dólares dos EUA (1,2% do PIB) ao abrigo das recentes alocações dos direitos de saque especiais, para financiar os orçamentos de 2022 e 2023.

**18. As ferramentas usadas para avaliar o realismo do cenário de base assinalaram alguns desvios em relação à experiência do passado, que se explicam em seguida.**

- As ferramentas de realismo indicam que a trajetória de consolidação orçamental é ambiciosa, mas o corpo técnico entende que é exequível através de uma combinação de medidas, incluindo o reforço da mobilização das receitas internas e contenção das despesas, com o apoio de um crescimento médio próximo do potencial. A trajetória proposta de ajuste do saldo primário, de cerca de 2% do PIB entre 2023 e 2025, situa-se no limite inferior do quartil mais alto da distribuição histórica relativa aos países de baixo rendimento. No entanto, as autoridades identificaram e implementaram algumas das medidas de política que, segundo as suas estimativas, podem aumentar a cobrança de receitas em quase 1% do PIB. Nesse sentido, as autoridades aumentaram o valor da taxa turística, implementaram um imposto de 5% sobre importações anteriormente isentas e continuaram a progredir nos esforços de mobilização de receitas, incluindo através da faturação fiscal eletrónica. O ajuste será apoiado por um crescimento relativamente persistente e constante, de nível mais ou menos idêntico à média histórica. As ferramentas de realismo da análise de sustentabilidade da dívida não apontam para nenhum outro sinal de otimismo excessivo em termos de grandes mudanças nos investimentos ou de contributos para o crescimento muito diferentes de anteriores análises de sustentabilidade da dívida (Figura 5). As ferramentas usadas para avaliar o realismo do cenário de base não apontam para desvios significativos e sistemáticos em relação à experiência do passado.
- Fatores impulsionadores da dinâmica da dívida (Figura 4). Os contributos dos fluxos geradores de dívida anteriores e futuros para a dinâmica da dívida externa e total pública e com garantia pública diferem. Espera-se que as taxas de juro contribuam positivamente para a acumulação de dívida externa pública e com garantia pública, de forma coerente com a experiência passada, mas o impacto é menor, prevendo-se que as variações nos preços e taxas de juros exerçam uma maior pressão descendente na acumulação de dívida do que no passado. No que toca à dívida pública total, o contributo previsto do crescimento do PIB real para a redução da dívida pública é mais elevado, em comparação com a variação histórica a cinco anos, refletindo um regresso gradual ao crescimento potencial. A prossecução dos esforços de consolidação orçamental e a reestruturação das empresas públicas irão limitar o contributo do défice primário para a acumulação de dívida pública em relação à tendência observada nos últimos cinco anos. Alterações inesperadas no défice primário, na conta corrente/preços e as taxas de juro foram os principais fatores que impulsionaram os anteriores erros nas previsões da dinâmica da dívida.
- Coerência entre consolidação orçamental e crescimento (Figura 5). A trajetória de crescimento projetada para 2023 e 2024 não é coerente com as projeções baseadas em multiplicadores devido à excepcional recuperação no crescimento verificada em 2022. O realismo do ajuste esperado sustenta-se no empenho das autoridades em continuar a consolidação orçamental e reestruturar as empresas públicas. É sustentado também por um aumento constante da atividade

económica na sequência do regresso aos níveis de crescimento do período anterior à pandemia, devido à robusta atividade dos setores do turismo e dos transportes. Além disso, espera-se um ímpeto adicional para o crescimento, proveniente das reformas estruturais empreendidas ao abrigo do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS II).

- Coerência entre investimento público e crescimento (Figura 5). A ferramenta de realismo indica que, à semelhança dos dados históricos, o contributo do investimento público para o crescimento do PIB real permanece marginal em 2022 e na atual análise de sustentabilidade da dívida, refletindo sobretudo um baixo efeito multiplicador do investimento público, em consonância com a avultada quantidade das despesas de capital que é relativa a importações. Espera-se que o investimento público ascenda, em média, a 4,5% do PIB a médio prazo, um valor inferior ao da análise de sustentabilidade da dívida de 2022, esperando-se que o investimento privado ascenda, em média, a cerca de 30% do PIB no período 2023-27.

### C. Classificação do país e determinação dos cenários do teste de esforço

**19. A capacidade de endividamento de Cabo Verde é avaliada como "forte", como na análise de sustentabilidade da dívida de junho de 2022, para a segunda revisão do Instrumento de Coordenação das Políticas (Tabela 4 do texto).** A capacidade de endividamento é determinada pelo indicador composto (IC) que combina a Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA) do Banco Mundial, as condições externas captadas pelo crescimento económico mundial e fatores específicos do país. A metodologia baseia-se nos dados do relatório WEO de outubro de 2023 e na CPIA de 2022, a pontuação do indicador composto para Cabo Verde é 3,24, um valor ligeiramente acima do limiar de 3,05 aplicável a uma classificação "forte". A pontuação do IC reflete contributos positivos da CPIA (45%), reservas internacionais (31%), crescimento mundial (12%), remessas (7%) e taxa de crescimento real do país (5%) que estão, de uma forma geral, em linha com a última análise de sustentabilidade da dívida. Os limiares relativos à carga da dívida associados a uma capacidade de endividamento forte, ao abrigo do quadro, estão sintetizados na Tabela 5 do texto.

**Tabela 4 do texto. Cabo Verde: Quadro recapitulativo da classificação do IC**

Componentes	Coefficientes (A)	Valores médios de 10 anos (B)	Componentes da pontuação do IC (A * B) = (C)	Contribuição dos componentes
CPIA	0.385	3.807	1.47	45%
Taxa de crescimento real (em percentagem)	2.719	5.602	0.15	5%
Cobertura das importações pelas reservas (em percentagem)	4.052	56.081	2.27	-70%
Cobertura das importações pelas reservas^2 (em percentagem)	-3.990	31.450	-1.25	-36%
Remessas (em percentagem)	2.022	10.912	0.22	7%
Crescimento económico mundial (em percentagem)	13.520	2.856	0.39	12%
<b>Classificação do IC</b>			<b>3.24</b>	<b>100%</b>
<b>Notação do IC</b>			<b>Forte</b>	

**Tabela 5 do texto. Cabo Verde: Limiares de dívida ao abrigo da forte capacidade de endividamento**

Limiares da carga da dívida EXTERNA	Fraca	Média	Forte
VA da dívida em % do/das			
Exportações	140	180	240
PIB	30	40	55
Serviço da dívida em % de			
Exportações	10	15	21
Receitas	14	18	23

## ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

**20. A análise de sustentabilidade da dívida baseia-se, para além das projeções de base, nos seis testes de esforço padronizados e no teste de esforço do passivo contingente.** Ao passo que os primeiros utilizam as configurações padrão, o último é configurado à medida para contemplar potenciais vulnerabilidades decorrentes de uma cobertura incompleta da dívida do setor público, conforme se explica no ponto 2. Nenhum dos testes de esforço adaptados é ativado para Cabo Verde.

### A. Dívida pública externa

**21. No cenário de base, o rácio VP da dívida externa PGP/PIB continua abaixo do seu limiar em todo o período de projeção (Figura 2, Tabelas 2 e 4).** Tal constitui uma melhoria, impulsionada pelo crescimento robusto, em comparação com a análise de sustentabilidade da dívida de 2022, em que o limiar foi ultrapassado durante um ano, e está globalmente em consonância com a análise de sustentabilidade da dívida de junho de 2023. O risco da dívida externa é avaliado como moderado, tal como na última análise de sustentabilidade da dívida. Os restantes indicadores da carga da dívida externa permanecem bem abaixo dos respetivos limiares no cenário de base, em todo o horizonte da análise de sustentabilidade da dívida. Os rácios do VP da dívida externa PGP/ em relação ao PIB e às exportações deverão diminuir de forma constante ao longo do tempo. Tanto o rácio do serviço da dívida/exportações e do serviço da dívida/receitas apresentam padrões semelhantes, diminuindo constantemente ao longo do período de projeção.

**22. No entanto, o rácio VP da dívida externa PGP/PIB infringe o seu limiar por um período prolongado nos cenários de teste de esforço (Figura 2, Tabelas 2 e 4).** Em caso do choque mais extremo, com efeitos na depreciação, o rácio sobe para cerca de 75,1% em 2025, antes de baixar gradualmente para o limiar de 55% do PIB até 2030. O limiar também é infringido em quatro dos restantes seis testes-limite padronizados, embora em diferentes graus, sendo a infração mais prolongada no teste-limite relativo às exportações e no teste do passivo contingente combinado personalizado no período 2023-33.

**23. O rácio VP da dívida externa PGP/exportações e o rácio serviço da dívida/exportações excede os respetivos limiares no período 2023-33 no cenário do teste de esforço das**

**exportações.** As trajetórias projetadas dos indicadores da carga da dívida externa PGP parecem vulneráveis a choques nas exportações, realçando o potencial impacto adverso da exposição de Cabo Verde a choques negativos devido à elevada concentração da atividade económica e das exportações no setor do turismo.

**24. Cabo Verde enfrenta um risco moderado de sobre-endividamento externo e tem uma margem limitada para absorver choques (Figura 6).** Os indicadores de base da carga da dívida de Cabo Verde estão abaixo dos respetivos limiares, mas o rácio VP da dívida/PIB está bastante próximo do seu limiar no curto e médio prazo. Os cenários dos testes de esforço, em especial em relação às exportações, elevam três dos indicadores durante bastante tempo acima dos respetivos limiares (Tabela 4). Como resultado disso, Cabo Verde tem margem limitada para absorver choques.

## B. Total da dívida pública

**25. O rácio VP da dívida pública total/PIB também infringe o seu indicador de referência de 70% até 2027 no cenário de base (Figura 3, Tabelas 3 e 5), dando origem a um sinal mecânico de alto risco.** O indicador de referência é também infringido no contexto de cada um dos sete testes-limite padronizados e do teste combinado personalizado, sendo o choque dos passivos contingentes combinados associado à dívida das empresas públicas o mais grave, por infringir o respetivo limiar ao longo de todo o período de projeção. Além disso, as perspetivas da dívida, indicadas pelos restantes indicadores da análise de sustentabilidade da dívida pública, são particularmente vulneráveis às exportações, aos choques ao crescimento e aos choques das catástrofes climáticas.<sup>13</sup> O impacto dos choques, incluindo o choque de catástrofes climáticas, pode ser visto nas Tabelas 4 e 5.

## C. Classificação de risco e vulnerabilidades

**26. A análise de sustentabilidade da dívida de Cabo Verde classifica como "moderado" o risco de sobre-endividamento externo.** O rácio VP da dívida externa PGP/PIB continua abaixo do seu limiar para o período de projeção no cenário de base, assim sinalizando um risco moderado de sobre-endividamento externo, e é particularmente sensível a choques nas exportações e no crescimento.

**27. A dívida pública global de Cabo Verde é sustentável, mas continua em risco elevado de sobre-endividamento.** O valor atual da dívida pública em relação ao PIB continua acima do respetivo limiar ao abrigo do cenário de base até 2027, o que sugere um elevado risco de sobre-endividamento. Prevê-se que o serviço da dívida ascenda, em média, a 37% das receitas ao longo dos próximos cinco anos, o que representa uma proporção moderadamente grande das futuras receitas fiscais. Os testes de esforço indicam que Cabo Verde é muito vulnerável a um

---

<sup>13</sup> O choque padronizado de catástrofes climáticas pressupõe um aumento da dívida pública de 10% do PIB no segundo ano do horizonte de projeção.

choque dos passivos contingentes combinados associado à dívida das empresas públicas e a um choque de crescimento. Com estes choques, a dívida pública permaneceria acima do limiar por um período prolongado. O risco de sobre-endividamento é parcialmente atenuado por apoio de Portugal, o principal credor bilateral, graças a um acordo que consiste em trocar pagamentos do serviço da dívida relativos a alguma da dívida devida a Portugal (que vale, em média, 6,6 milhões de euros por ano) até 2025 por investimentos relacionados com o clima, e que foi acordado antes das negociações da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade.<sup>14</sup>

**28. A incerteza em torno das perspetivas económicas mundiais sugere a necessidade de uma abordagem prudente que coloque a tónica na estabilidade macroeconómica, em especial, na disciplina orçamental.** Os elevados níveis de dívida reduzem a margem para gastar fundos públicos em prol de uma recuperação económica robusta e inclusiva. As autoridades devem dar prioridade a esforços de mobilização de receitas adicionais, e devem continuar a estratégia de só contrair empréstimos em condições concessionais.

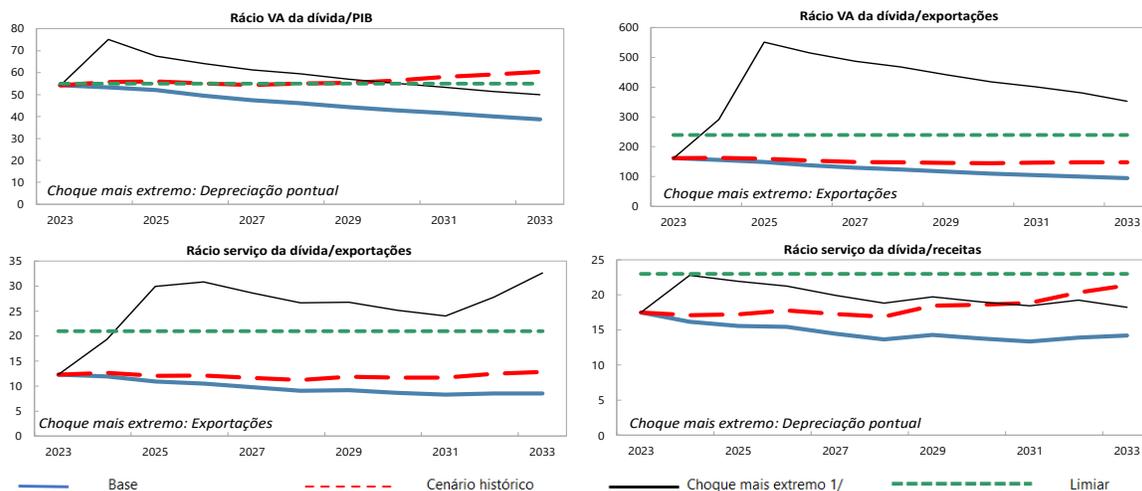
**29. A análise acarreta riscos significativos.** As perspetivas dependem essencialmente de um ambiente mundial globalmente estável, que continue a apoiar um setor do turismo vibrante. No entanto, os preços mais elevados dos combustíveis e das matérias-primas, bem como perspetivas económicas mais fracas do que o esperado em mercados importantes, podem abrandar o ritmo do crescimento económico. A sustentabilidade da dívida a médio e longo prazo deverá assentar na implementação firme de reformas estruturais geradoras de crescimento, em especial ações para reduzir o risco orçamental das empresas públicas e suprir as lacunas em termos de infraestruturas críticas. Serão também essenciais, no futuro, medidas para desenvolver o mercado dos títulos públicos e para baixar os custos dos empréstimos internos.

## D. Opinião das Autoridades

**30. As autoridades concordaram com a necessidade imediata de medidas de adaptação às alterações climáticas e de atenuação das mesmas.** Salientaram a necessidade de avançar com uma agenda de reformas transformadora, a fim de melhorar a política orçamental relacionada com o clima e de gerar resiliência no setor energético e dos recursos hídricos. Realçaram o seu objetivo de atrair financiamento privado e financiamento público em condições concessionais para investimentos que reforcem políticas focadas no clima, a fim de promover uma expansão económica generalizada, inclusiva e resiliente. Reiteraram também a importância de reduzir a pobreza e de investir no capital humano, como partes integrantes deste plano transformador. Além disso, indicaram o seu plano de definir domínios de reforma específicos e de alinhar os seus requisitos com o programa proposto da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade.

<sup>14</sup> [Portugal agrees to swap Cape Verde's debt for environmental investment | Reuters.](#)

**Figura 2. Cabo Verde: Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública em Cenários Alternativos, 2023–33**



Personalização da configuração padrão		
	Dimensão	Interações
<b>Testes padronizados</b>		Sim
<b>Esforço personalizado</b>		
PC combinados	Sim	
Catástrofe natural	Não	Não
Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.
Financiamento de mercado	n.a.	n.a.

Nota: "Sim" indica qualquer mudança na dimensão ou interações das configurações padrão dos testes de esforço. "n.a." indica que o teste de esforço não é aplicável.

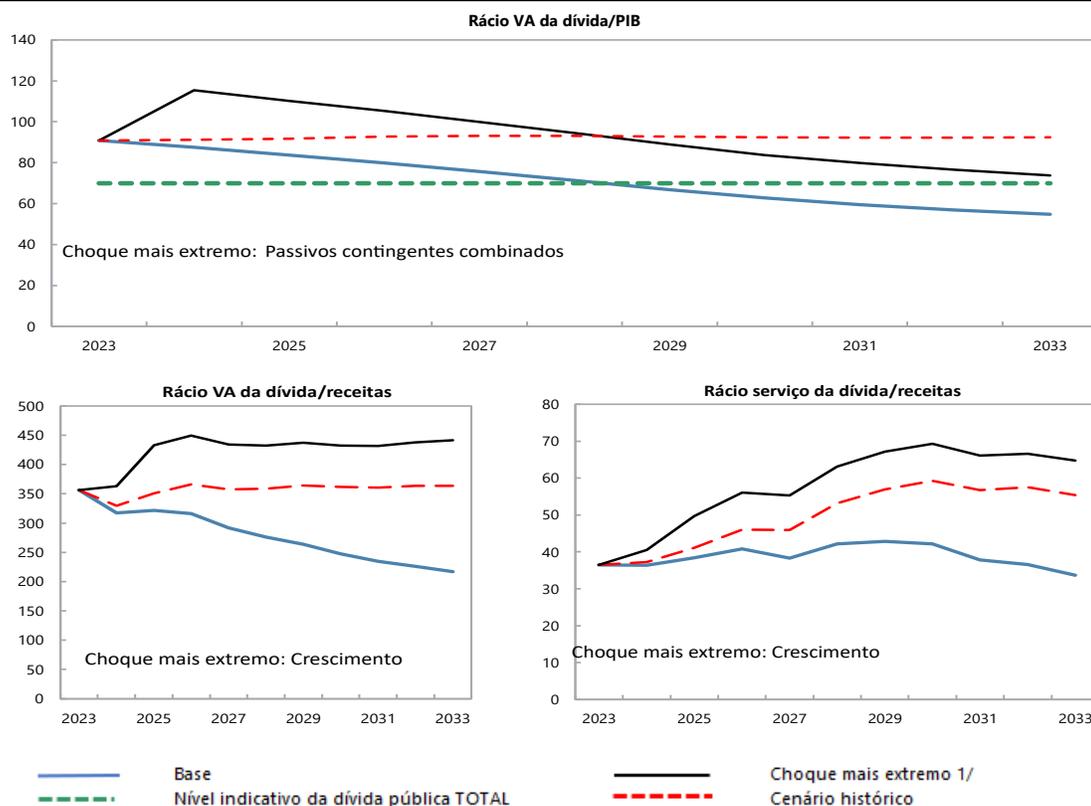
Pressupostos sobre as condições do financiamento adicional resultantes dos testes de esforço*		
	Padrão	Definidos pelo utilizador
<b>Participações da dívida marginal</b>		
Dívida externa PGP de MLP	100%	
<b>Termos da dívida marginal</b>		
Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1.4%	1.4%
Taxa de desconto em USD	5.0%	5.0%
Prazo de vencimento médio (incl. período de carência)	23	23
Período de carência médio	7	7

\* Nota: Presume-se que todas as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques dos testes de esforço são cobertas pela dívida externa PGP de MLP na ASD externa. Os termos padrão da dívida marginal baseiam-se em projeções de base de 10 anos.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de esforço mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em ou antes de 2033. E também apresentado o teste de esforço com ultrapassagens pontuais (se houver), embora a ultrapassagem pontual seja descartada como um sinal mecânico. Quando um teste de esforço com uma ultrapassagem pontual constitui o choque mais extremo, mesmo após desconsiderar a ultrapassagem pontual, será apresentado apenas este teste de esforço (com a ultrapassagem pontual).

Figura 3. Cabo Verde: Indicadores de dívida pública em cenários alternativos, 2023-33



Pressupostos sobre as condições do financiamento adicional resultantes dos testes de esforço*	Padrão	Definidos pelo utilizador
<b>Participações da dívida marginal</b>		
PGP externa, médio e longo prazo	50%	50%
Interna, médio e longo prazo	49%	49%
Interna, curto prazo	1%	1%
<b>Termos da dívida marginal</b>		
<b>Dívida externa MLP</b>		
Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1.4%	1.4%
Prazo de vencimento médio (incl. período de carência)	23	23
Período de carência médio	7	7
<b>Dívida interna MLP</b>		
Taxa de juro real média sobre novos empréstimos	2.9%	2.9%
Prazo de vencimento médio (incl. período de carência)	6	6
Período de carência médio	0	0
<b>Dívida interna de curto prazo</b>		
Taxa de juro real média	1.0%	1.0%

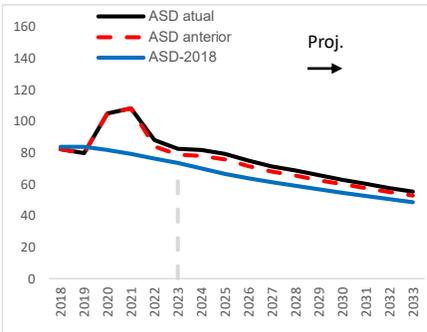
\* Nota: A ASD pública permite que o financiamento interno cubra a necessidade de financiamento adicional gerada pelos choques nos testes de stress na ASD pública. Os termos padrão da dívida marginal baseiam-se em projeções de base de 10 anos.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

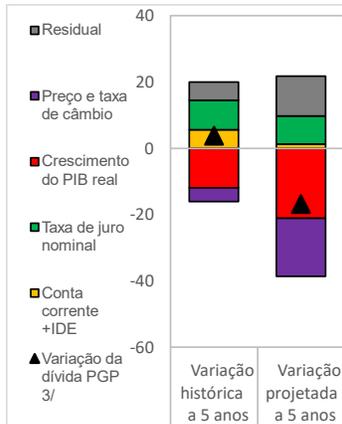
1/ O teste de esforço mais extremo é o que produz o rácio mais elevado em ou antes de 2033. É também apresentado o teste de esforço com ultrapassagens pontuais (se houver), embora a ultrapassagem pontual seja descartada como um sinal mecânico. Quando um teste de esforço com uma ultrapassagem pontual constitui o choque mais extremo, mesmo após descon siderar a ultrapassagem pontual, será apresentado apenas este teste de esforço (com a ultrapassagem pontual).

**Figura 4. Cabo Verde: Determinantes da dinâmica da dívida – Cenário de base**

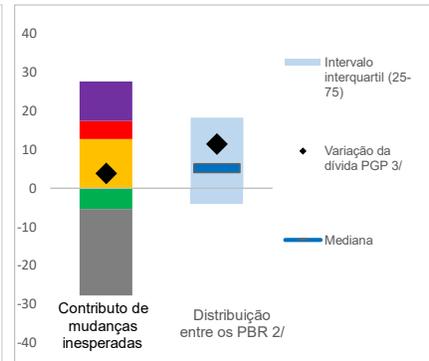
Dívida externa nominal bruta PGP  
(em percentagem do PIB; versões da ASD)



Fluxos geradores de dívida  
(em percentagem do PIB)

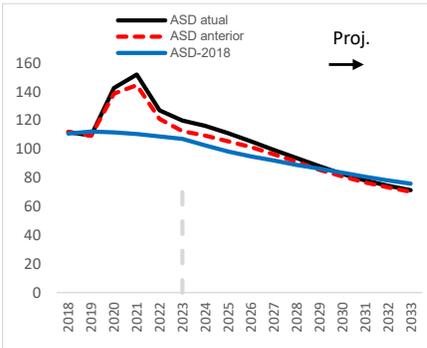


Variações inesperadas na dívida 1/  
(últimos 5 anos, em percentagem do PIB)

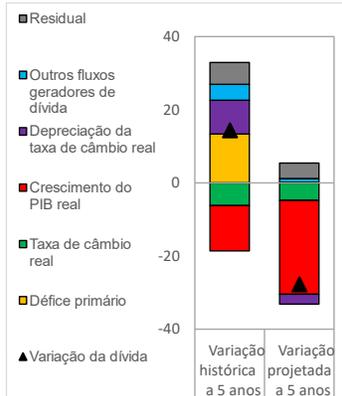


**Dívida pública**

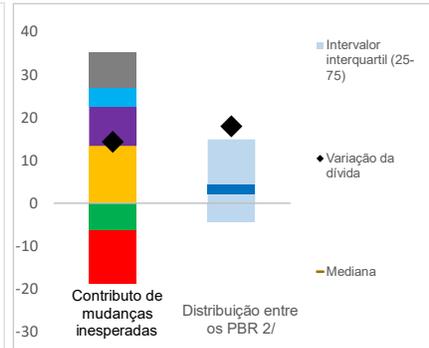
Dívida pública nominal bruta  
(em percentagem do PIB; versões da ASD)



Fluxos geradores de dívida  
(em percentagem do PIB)



Variações inesperadas na dívida 1/  
(últimos 5 anos, em percentagem do PIB)



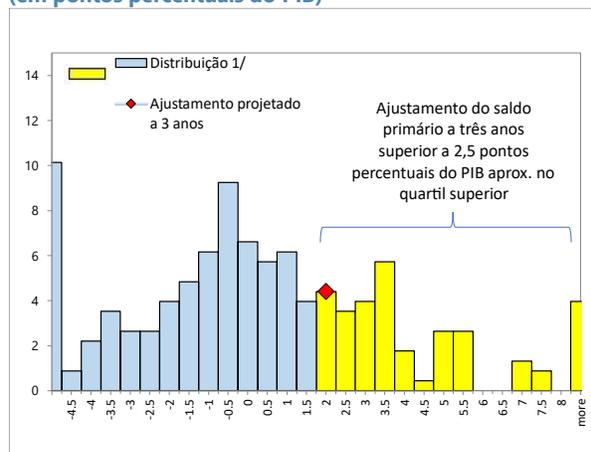
1/ Diferença entre contributos antecipados e reais nos rácios da dívida.

2/ A distribuição entre os PBR para os quais foram produzidas ASD PBR.

3/ Tendo em conta a dívida externa privada relativamente baixa nos países de baixos rendimentos, uma variação em pontos percentuais da dívida externa PGP deve ser, em grande medida, explicada pelos impulsionadores da equação da dinâmica da dívida externa.

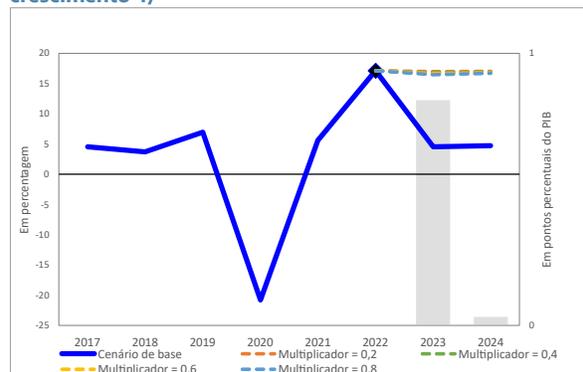
**Figura 5. Cabo Verde: Ferramentas de Realismo**

**Ajustamento do saldo primário de 3 anos (em pontos percentuais do PIB)**



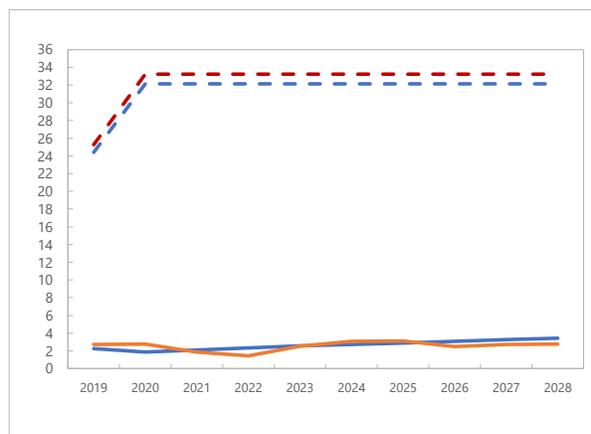
1/ Os dados abrangem programas apoiados pelo FMI para os PBR (excl. financiamento de emergência) aprovados desde 1990. A dimensão do ajustamento de 3 anos desde o início do programa encontra-se no eixo horizontal; a percentagem da amostra encontra-se no eixo vertical.

**Ajustamento orçamental e possíveis trajetórias de crescimento 1/**



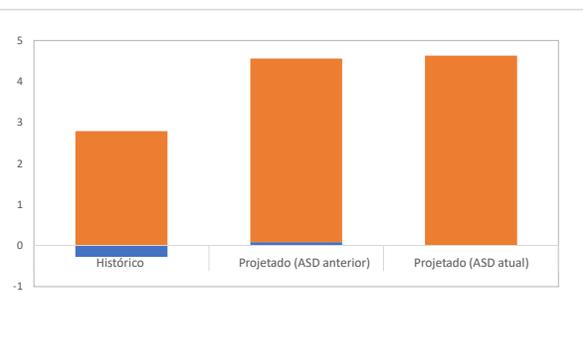
1/ As barras referem-se ao ajustamento orçamental projetado (escala à direita) e as linhas mostram possíveis trajetórias de crescimento do PIB real com diferentes multiplicadores orçamentais (escala à esquerda).

**Taxas de investimento público e privado (em percentagem do PIB)**

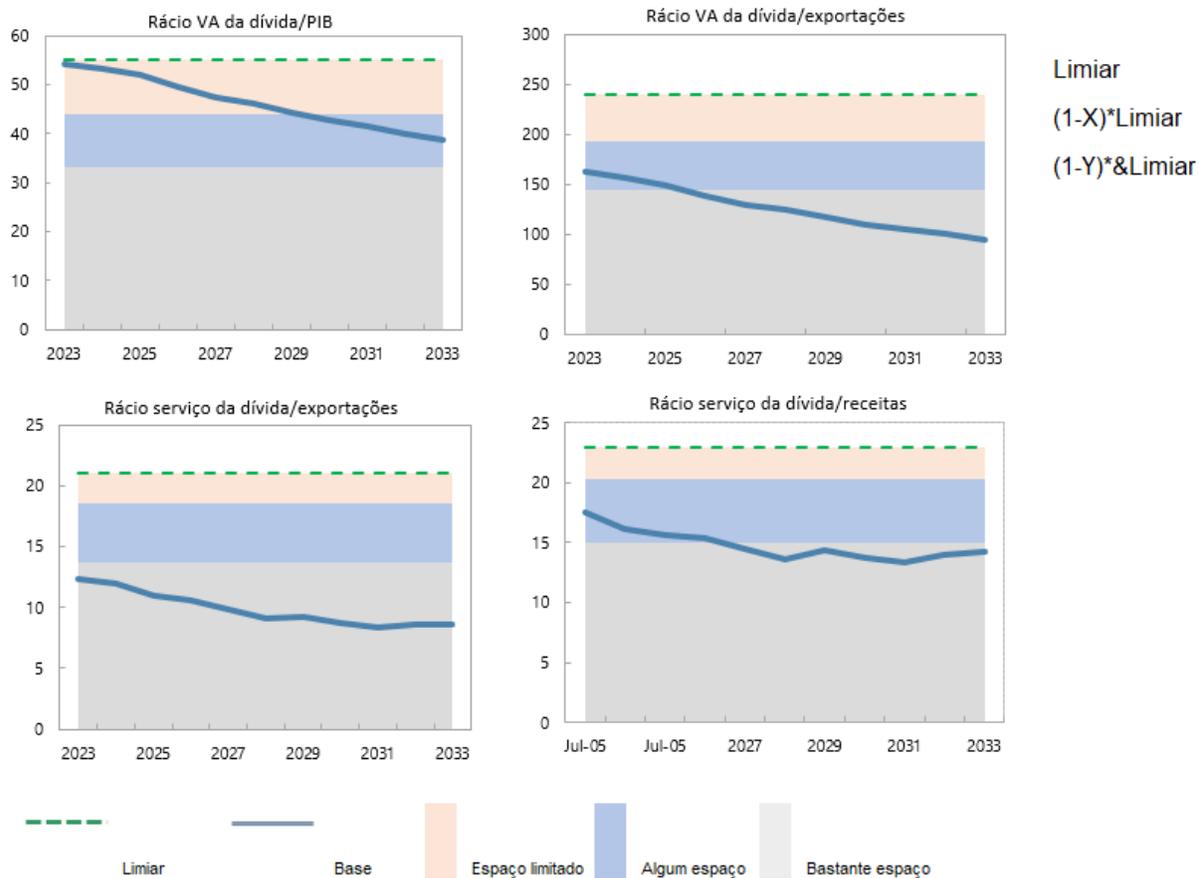


— Invest. público - ASD ant.      — Invest. público - ASD atual      ■ Contributo de outros fatores  
- - - Invest. priv. - ASD ant.      - - - Invest. priv. - ASD atual      ■ Contributo do capital do governo

**Contributo para o crescimento do PIB real (em percentagem, média de 5 anos)**



**Figura 6. Cabo Verde: Qualificação da categoria moderada, 2023-33**



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Para os limiares VA da dívida/PIB e VA da dívida/exportações, x é 20% e y é 40%. Para os limiares serviço da dívida/exportações e serviço da dívida/receitas, x é 12% e y é 35%.

**Tabela 2. Cabo Verde: Quadro de Sustentabilidade da Dívida Externa, Cenário de Base, 2020–43**  
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Projeções						2043	Histórico	Média 8/ Projeções
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028			
<b>Dívida externa (nominal) 1/</b>	125.9	118.8	106.1	100.4	89.3	86.8	81.3	86.7	81.4	36.8	101.7	83.8
<b>d/q pública e com garantia pública (PGP)</b>	105.1	108.2	88.0	82.7	81.9	79.4	75.1	71.3	68.8	36.9	87.6	69.2
<b>Variação da dívida externa</b>	32.2	2.9	-22.7	-5.8	-1.1	-2.7	-5.2	-4.6	-3.3	-2.5	0.3	-2.8
<b>Fluxos líquidos geradores de dívida identificados</b>	32.5	3.0	-15.4	-2.6	-2.4	-2.0	-2.1	-2.2	-2.9	6.3	0.3	-2.8
<b>Deficite da conta corrente excl. juros</b>	13.1	10.6	2.5	4.1	4.4	4.6	4.1	3.3	3.0	3.5	4.2	3.1
<b>Deficite da balança de bens e serviços</b>	32.0	32.4	20.3	22.7	23.7	22.9	21.3	20.3	18.8	7.1	19.4	19.1
<b>Exportações</b>	23.2	20.4	35.6	33.6	34.2	35.0	35.9	36.6	37.1	56.8		
<b>Importações</b>	55.2	52.8	55.9	56.3	57.8	57.9	57.2	56.9	55.9	64.0		
<b>Transferências correntes líquidas (negativo = ingresso)</b>	-18.9	-21.6	-17.9	-16.2	-16.5	-16.3	-15.7	-15.4	-15.1	-10.9	-15.8	-15.0
<b>d/q oficial</b>	-2.7	-2.5	-1.4	-0.3	-0.8	-0.7	-0.6	-0.6	-0.6	0.0	0.6	-1.0
<b>Outros fluxos de transações correntes (negativo = ing. líq.)</b>	0.0	-0.1	0.2	-2.4	-2.8	-2.0	-1.5	-1.1	-0.7	0.3	0.6	-1.0
<b>IDE líquido (negativo = ingresso)</b>	-3.4	-4.6	-4.9	-4.3	-4.1	-3.9	-3.8	-3.7	-3.7	-2.6	-4.8	-3.7
<b>Dinâmica endógena da dívida 2/</b>	22.8	9.1	-13.1	2.4	-2.6	-2.7	-2.5	-2.3	-2.1	0.2		
<b>Contributo da taxa de juro nominal</b>	2.2	1.6	1.1	1.8	1.8	1.6	1.6	1.6	1.6	1.4		
<b>Contributo do crescimento do PIB real</b>	23.8	-6.5	-19.6	-4.2	-4.4	-4.4	-4.2	-3.9	-3.7	-1.6		
<b>Contributo das variações cambiais e de preços</b>	-3.3	-4.2	5.5	—	—	7.5	5.6	—	—	—		
<b>Resíduo 3/</b>	-0.3	6.0	-7.3	3.2	1.3	-0.7	-3.1	-2.4	-0.4	3.9	3.3	-0.8
<b>d/q financiamento excepcional</b>	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		
<b>Indicadores de sustentabilidade</b>												
<b>VA da dívida externa PGP/PIB</b>	---	---	58.3	54.2	53.3	52.0	48.5	47.4	46.1	26.6		
<b>VA da dívida externa PGP/exportações</b>	---	---	163.8	161.4	156.1	148.6	137.8	129.5	124.1	46.7		
<b>Rácio serviço da dívida PGP/exportações</b>	18.2	14.8	6.3	12.3	11.9	10.9	10.5	9.8	9.1	4.8		
<b>Rácio serviço da dívida PGP/recostas</b>	19.3	13.9	10.4	17.48	16.2	15.6	15.4	14.5	13.7	10.6		
<b>Necessidade bruta de financiamento externo (em milhares de milhões de USD)</b>	696.0	530.9	308.2	474.6	517.1	563.0	591.3	614.0	618.7	1109.3		
<b>Principais pressupostos macroeconómicos</b>												
<b>Crescimento do PIB real (em percentagem)</b>	-20.8	5.6	17.1	4.5	4.7	4.7	4.6	4.6	4.5	4.4	2.4	4.6
<b>Deflator do PIB em USD (variação percentual)</b>	3.6	3.4	-4.1	8.6	3.3	2.4	2.2	1.6	1.6	2.0	0.1	2.7
<b>Taxa de juro efetiva (em percentagem) 4/</b>	2.0	1.3	1.0	1.9	1.9	1.8	1.8	1.9	2.0	3.8	2.1	2.0
<b>Crescimento das export. de bens e serviços (em termos de USD, %)</b>	-57.5	-4.0	96.5	7.1	10.0	10.0	9.6	8.3	7.7	11.0	6.6	8.7
<b>Crescimento das import. de bens e serviços (em termos de USD, %)</b>	-21.0	4.5	19.0	14.3	11.1	7.5	5.6	5.5	4.5	4.2	1.7	7.4
<b>Elemento de donativo do novo endividamento do setor público (%)</b>	---	---	---	42.9	42.7	42.4	44.7	44.6	43.1	33.2	---	41.0
<b>Recosta pública (excl. donativos, em percentagem do PIB)</b>	21.9	21.8	21.5	23.6	25.2	24.6	24.5	24.7	24.7	25.7	21.7	24.5
<b>Fluxos de ajuda financeira (em milhões de USD) 5/</b>	221.8	199.6	106.4	185.0	202.6	153.1	115.4	134.7	141.9	215.5		
<b>Financiamento equivalente aos donativos (em % do PIB) 6/</b>	---	---	---	5.2	5.9	4.2	2.5	2.9	3.1	2.0	---	3.2
<b>Financiamento equivalente aos donativos (em % do fin. externo) 6/</b>	---	---	---	54.0	55.3	53.1	53.6	58.3	54.6	42.8	---	51.7
<b>PIB nominal (em milhões de USD)</b>	1.830	1.999	2.246	2.550	2.757	2.958	3.163	3.361	3.569	9.219		
<b>Crescimento do PIB nominal em USD</b>	-18.0	9.2	12.4	13.5	8.1	7.3	6.9	6.2	6.2	6.5	2.1	7.4
<b>Por memória:</b>												
<b>VA da dívida externa 7/</b>	---	---	76.4	71.9	70.7	69.2	65.7	62.8	60.7	26.6		
<b>Em percentagem das exportações</b>	---	---	214.6	214.1	206.9	197.6	182.9	171.5	163.6	46.7		
<b>Rácio serviço da dívida externa/exportações</b>	122.3	100.8	45.1	56.0	54.1	52.3	51.0	49.6	48.6	32.0		
<b>VA da dívida externa PGP (em milhões de USD)</b>	---	---	1309.4	1382.0	1470.0	1539.6	1564.9	1592.3	1643.8	2449.8		
<b>(VA-VA(-1))/PIB(-1) (em percentagem)</b>	---	---	---	3.2	3.5	2.5	0.9	0.9	1.5	-0.1		
<b>Deficite da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívida</b>	-19.1	7.7	25.3	9.9	5.4	7.3	9.4	8.4	6.3	-1.0		

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida externa dos setores público e privado.

2/ Denada como  $[1 - g - p(1+g) + Ca(1+r)] / (1+g-p-g)$  multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, sendo r = taxa de juro nominal, g = taxa de crescimento do PIB real, p = taxa de crescimento do deflator do PIB em USD, E = valorização nominal da moeda local e a = proporção da dívida externa denominada em moeda local no total da dívida externa.

3/ Inclui o financiamento excepcional (ou seja, variação dos atrasados e alívio da dívida), variação dos ativos externos brutos e ajustes por reavaliação. Nas projeções, inclui também o contributo das variações cambial e de preços.

4/ Pagamentos de juros no ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

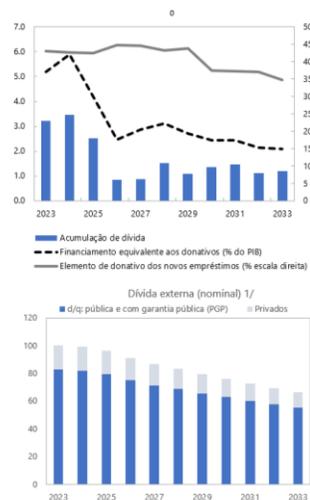
5/ Definidos como donativos, empréstimos concessivos e alívio da dívida.

6/ O financiamento equivalente aos donativos inclui os donativos concedidos ao governo por via direta e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

7/ Presume que o VA da dívida do setor privado seja equivalente ao seu valor facial.

8/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados.

Definição de dívida externa/interna	Baseado na residência
Existe alguma diferença material entre os dois critérios?	Sim



**Tabela 3. Cabo Verde: Quadro de Sustentabilidade da Dívida do Setor Público, Cenário de Base, 2020–43**  
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo			Projeções								Média 6†	
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2033	2043	Histórico	Projeções
<b>Dívida do setor público 1/</b>	142.6	152.0	127.1	119.9	116.2	111.2	105.4	99.4	93.9	71.3	44.5	118.6	94.6
d/q: expressa em moeda estrangeira	105.1	108.2	88.0	82.7	81.9	79.4	75.1	71.3	68.8	55.2	36.9	87.6	69.2
<b>Varição da dívida do setor público</b>	33.2	9.4	-24.9	-7.3	-3.6	-5.1	-5.8	-6.0	-5.6	-3.1	-4.1	4.5	-5.0
<b>Fluxos geradores de dívida identificados</b>	28.4	7.6	-21.7	-7.0	-4.9	-5.5	-5.8	-6.1	-5.6	-2.6	-2.1	2.7	-0.2
<b>Déficit primário</b>	3.6	5.4	2.0	1.1	1.1	0.0	-1.0	-1.0	-1.0	0.3	-0.2	24.0	25.7
Receita e donativos	25.2	23.9	22.4	25.5	27.6	26.0	25.3	25.9	25.9	25.3	26.4	26.7	25.5
d/q: donativos	3.3	2.1	0.9	1.9	2.3	1.5	0.7	1.2	1.1	0.7	0.7	26.7	25.5
Despesas primárias (exc. juros)	318	29.3	24.4	26.7	28.7	26.0	24.3	24.9	24.8	25.9	26.1	26.7	25.5
<b>Dinâmica automática da dívida</b>	20.6	3.1	-29.9	-8.7	-6.2	-5.6	-4.9	-5.1	-4.6	-3.2	-1.9	1.8	0.1
Contributo do diferencial taxa de juro/retrocesso	30.4	-9.2	-29.1	-8.7	-6.2	-5.6	-4.9	-5.1	-4.6	-3.2	-1.9	1.8	0.1
d/q: contributo da taxa de juro real/média	1.7	-1.7	-6.9	-3.2	-0.8	-0.4	0.0	-0.5	-0.3	0.0	0.1	1.8	0.1
d/q: contributo do crescimento do PIB real	28.7	-7.6	-22.2	-5.5	-5.4	-5.2	-4.9	-4.6	-4.3	-3.2	-2.1	1.8	0.1
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	-9.8	12.3	5.2	—	—	—	—	—	—	—	—	1.8	0.1
<b>Outros fluxos geradores de dívida identificados</b>	1.2	-0.3	0.2	0.5	0.2	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.1
Receita de privatizações (negativa)	0.0	0.0	0.0	0.0	-0.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Reconhecimento de passivos contingentes (p. ex. capitalização de bancos)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Alívio da dívida (HPC e outros)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outros fluxos geradores ou redutores de dívida (especificar)	1.2	-0.9	0.2	0.5	1.0	0.1	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
<b>Resíduo</b>	4.8	1.8	-3.2	-0.3	1.3	0.4	0.0	0.1	0.1	-0.5	-1.9	0.0	-0.1
<b>Indicadores de sustentabilidade</b>													
<b>VA da dívida do setor público 2/</b>	---	---	97.1	99.8	97.5	93.7	79.9	75.6	71.2	54.8	34.2	118.6	94.6
<b>Rácio VA da dívida do setor público/recostas e donativos (em %)</b>	---	---	433.3	356.0	317.6	321.5	216.3	291.8	275.8	217.1	129.8	87.6	69.2
<b>Rácio serviço da dívida/recostas e donativos (em %) 3/</b>	39.3	36.9	31.8	36.5	36.3	38.4	40.9	38.3	42.2	33.6	20.6	24.0	25.7
Necessidade bruta de financiamento 4/	17.7	13.4	9.3	11.0	11.3	10.1	9.4	8.9	8.9	8.1	5.2	4.5	-5.0
<b>Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais</b>													
Crescimento do PIB real (em percentagem)	-20.8	5.6	—	17.1	4.5	4.7	4.7	4.6	4.5	4.5	4.4	2.4	4.6
Taxa de juro nominal média sobre a dívida (em %)	1.4	0.8	—	0.5	0.7	0.7	0.6	0.6	0.7	0.7	1.0	1.1	0.7
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em %)	4.1	5.2	—	-3.4	-0.8	2.6	3.1	3.5	1.5	1.9	3.1	3.4	2.3
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, - indica depreciação)	-9.7	12.8	—	6.0	—	—	—	—	—	—	—	3.4	—
Taxa de inflação (deflador do PIB, em percentagem)	0.7	-0.3	—	7.7	4.7	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	2.0	1.6	2.2
Cresc. da desp. primária real (deflacionado pelo deflador do PIB, em %)	-0.3	-2.5	—	-2.7	14.2	12.7	-5.0	-2.6	7.3	4.4	6.2	0.0	5.3
Déficit primário que estabiliza o rácio dívida/PIB 5/	-26.6	-4.0	—	26.9	8.4	4.7	5.1	4.8	5.0	4.6	3.8	-1.2	4.9
VA dos passivos contingentes (não incl. na div. do setor público)	0.0	0.0	—	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

Definição de dívida externa/interna	Baseado na residência
Existe alguma diferença material entre os dois critérios?	Sim



Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Cobertura da dívida: O governo central (administração central) mais fundos extra-orçamentais, banco central, dívida com garantia pública. A definição da dívida externa é baseada na residência.

2/ O rácio subjacente ao VA da dívida externa/PIB na ASD pública direte da ASD externa; a magnitude da diferença depende das projeções das taxas de câmbio.

3/ O serviço da dívida é definido como a soma dos juros e amortizações da dívida de médio e longo prazo.

4/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o déficit primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período e outros fluxos geradores ou redutores de dívida anterior.

5/ Definido como o déficit primário menos uma variação no rácio dívida pública/PIB (-): um excedente primário) que estabilizaria o rácio da dívida apenas no ano em questão.

6/ As médias históricas e os desvios-padrão são em geral obtidos com base nos 10 anos anteriores, dependendo da disponibilidade de dados, ao passo que as médias das projeções são obtidas com base no primeiro ano da projeção e nos 10 anos seguintes.

**Tabela 4. Cabo Verde: Análise de Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Externa Pública e com Garantia Pública, 2023–33**  
(em percentagem)

	Projeções 1/										
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
<b>Rácio VA da dívida/PIB</b>											
<b>Base</b>	54	53	52	49	47	46	44	43	42	40	39
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	54	56	56	55	54	55	55	56	58	59	60
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	54	60	66	63	60	59	56	54	53	51	49
B2. Saldo primário	54	55	55	53	51	50	48	47	46	45	43
B3. Exportações	54	61	73	70	68	66	64	62	60	58	55
B4. Outros fluxos 3/	54	56	58	55	53	51	49	48	46	45	43
B5. Depreciação	54	75	68	64	61	59	57	55	53	51	50
B6. Combinação de B1-B5	54	65	69	66	63	61	59	57	56	53	51
<b>C. Testes personalizados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	54	64	63	62	60	60	59	58	57	56	54
C2. Catástrofe natural	54	57	56	54	52	51	50	49	48	46	45
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Limiar</b>	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55	55
<b>Rácio VA da dívida/exportações</b>											
<b>Base</b>	161	156	149	138	129	124	116	110	105	100	95
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	161	163	160	153	149	148	146	145	147	148	148
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	161	156	149	138	129	124	116	110	105	100	95
B2. Saldo primário	161	160	158	147	140	135	127	121	117	111	105
B3. Exportações	161	292	551	515	487	468	442	418	401	381	353
B4. Outros fluxos 3/	161	165	164	153	144	138	130	122	117	112	105
B5. Depreciação	161	156	137	127	119	114	106	100	96	91	87
B6. Combinação de B1-B5	161	222	171	252	238	228	215	203	194	184	172
<b>C. Testes personalizados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	161	187	181	172	165	161	155	149	144	139	133
C2. Catástrofe natural	161	171	164	153	146	141	134	128	123	118	113
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Limiar</b>	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240	240
<b>Rácio serviço da dívida/exportações</b>											
<b>Base</b>	12	12	11	11	10	9	9	9	8	9	9
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	12	13	12	12	12	11	12	12	12	12	13
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	12	12	11	11	10	9	9	9	8	9	9
B2. Saldo primário	12	12	11	11	10	9	9	9	8	9	9
B3. Exportações	12	19	30	31	29	27	27	25	24	28	33
B4. Outros fluxos 3/	12	12	11	11	10	9	9	9	9	9	10
B5. Depreciação	12	12	11	10	10	9	9	8	8	8	8
B6. Combinação de B1-B5	12	15	18	17	16	15	15	14	14	16	16
<b>C. Testes personalizados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	12	12	12	11	10	10	10	9	9	9	9
C2. Catástrofe natural	12	12	11	11	10	10	10	9	9	9	9
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Limiar</b>	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21	21
<b>Rácio serviço da dívida/receitas</b>											
<b>Base</b>	17	16	16	15	14	14	14	14	13	14	14
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	17	17	17	18	17	17	18	19	19	20	21
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	17	18	20	20	18	17	18	17	17	18	18
B2. Saldo primário	17	16	16	16	15	14	15	14	14	15	15
B3. Exportações	17	16	16	17	16	15	16	15	15	17	21
B4. Outros fluxos 3/	17	16	16	16	15	14	15	14	14	15	16
B5. Depreciação	17	23	22	21	20	19	20	19	18	19	18
B6. Combinação de B1-B5	17	17	19	18	17	17	17	16	16	18	19
<b>C. Testes personalizados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	17	16	16	16	15	15	15	15	14	15	15
C2. Catástrofe natural	17	16	16	16	15	14	15	14	14	14	15
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Limiar</b>	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23	23

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Um valor a negrito indica o incumprimento do limiar.

2/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o crescimento do deflator do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros em percentagem do PIB e os fluxos não geradores de dívida.

3/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

**Tabela 5. Cabo Verde: Análise da Sensibilidade dos Principais Indicadores da Dívida Pública, 2023–33**  
(em percentagem)

	Projeções 1/										
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
<b>Rácio VA da dívida/PIB</b>											
<b>Base</b>	<b>91</b>	<b>88</b>	<b>84</b>	<b>80</b>	<b>76</b>	<b>71</b>	<b>67</b>	<b>63</b>	<b>60</b>	<b>57</b>	<b>55</b>
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	91	91	92	93	93	93	93	92	92	92	92
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	91	101	114	114	114	113	112	111	111	111	112
B2. Saldo primário	91	91	92	87	83	78	73	69	65	63	60
B3. Exportações	91	96	105	101	96	91	87	82	78	75	71
B4. Outros fluxos 3/	91	90	89	85	81	76	72	68	64	62	59
B5. Depreciação	91	109	103	98	92	87	81	76	72	68	66
B6. Combinação de B1-B5	91	97	100	97	94	90	86	83	80	77	75
<b>C. Testes personalizados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	91	115	110	105	100	94	89	84	80	77	74
C2. Catástrofe natural	91	115	110	105	100	94	89	84	80	77	74
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Nível indicativo da dívida pública TOTAL</b>	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70	70
<b>Rácio VA da dívida/receitas</b>											
<b>Base</b>	<b>356</b>	<b>318</b>	<b>322</b>	<b>316</b>	<b>292</b>	<b>276</b>	<b>264</b>	<b>247</b>	<b>235</b>	<b>226</b>	<b>217</b>
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	356	330	351	366	358	358	364	362	361	364	364
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	356	363	433	450	434	432	437	432	432	438	441
B2. Saldo primário	356	330	352	346	319	302	289	271	257	248	238
B3. Exportações	356	347	404	399	371	354	342	323	309	297	282
B4. Outros fluxos 3/	356	328	343	338	312	296	284	267	254	244	234
B5. Depreciação	356	394	395	386	356	335	320	299	283	271	260
B6. Combinação de B1-B5	356	349	382	384	360	347	339	324	312	305	296
<b>C. Testes personalizados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	356	419	423	417	385	366	351	330	314	303	292
C2. Catástrofe natural	356	419	423	417	385	366	351	330	314	303	292
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
<b>Rácio serviço da dívida/receitas</b>											
<b>Base</b>	<b>37</b>	<b>36</b>	<b>38</b>	<b>41</b>	<b>38</b>	<b>42</b>	<b>43</b>	<b>42</b>	<b>38</b>	<b>37</b>	<b>34</b>
<b>A. Cenários alternativos</b>											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2023-2033 2/	37	37	41	46	46	53	57	59	57	57	55
<b>B. Testes-limite</b>											
B1. Crescimento do PIB real	37	41	50	56	55	63	67	69	66	67	65
B2. Saldo primário	37	36	40	45	43	47	47	47	42	39	37
B3. Exportações	37	36	39	43	40	44	44	44	39	40	40
B4. Outros fluxos 3/	37	36	39	41	39	43	43	43	38	38	35
B5. Depreciação	37	40	45	49	46	50	52	52	48	48	45
B6. Combinação de B1-B5	37	39	44	49	47	53	55	56	53	52	49
<b>C. Testes personalizados</b>											
C1. Passivos contingentes combinados	37	36	54	56	53	57	58	58	46	44	41
C2. Catástrofe natural	37	36	54	56	53	57	58	58	46	44	41
C3. Preços das matérias-primas	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
C4. Financiamento de mercado	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Um valor a negrito indica um incumprimento do limiar.

2/ As variáveis incluem o crescimento do PIB real, o crescimento do deflator do PIB e o défice primário em percentagem do PIB.

3/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.



# CABO VERDE

## TERCEIRA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO E PEDIDO DE ACORDO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

### CARTA DE AVALIAÇÃO DO BANCO MUNDIAL PARA A FACILIDADE DE RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE

#### A. Vulnerabilidade do país às alterações climáticas, incluindo os custos humanos, sociais e económicos

**1. Enquanto pequeno Estado insular em desenvolvimento, Cabo Verde está entre os países mais vulneráveis às alterações climáticas.** O país está exposto a ocorrências de seca prolongada, desertificação dos solos, erosão e acontecimentos de chuva extrema causadores de inundações, especialmente nas zonas urbanas. Além disso, a subida do nível do mar e a perda da biodiversidade e dos ecossistemas representam ameaças existenciais para o arquipélago. O país sofreu recentemente cinco anos consecutivos de seca, que provocaram uma degradação grave dos solos. Em termos de vulnerabilidade às alterações climáticas, a Notre Dame Global Adaptation Initiative (Iniciativa de Adaptação Mundial da Universidade de Notre Dame, ou ND-GAIN) classificou Cabo Verde na 77.<sup>a</sup> posição em 2021,<sup>1</sup> colocando o país bem abaixo dos países cujo nível Cabo Verde aspira alcançar, como a Maurícia, São Cristóvão e Nevis ou Santa Lúcia.<sup>2</sup>

**2. As perdas resultantes de acontecimentos naturais adversos já tiveram um impacto significativo e podem piorar, se não forem tomadas medidas climáticas.** As perdas médias anuais resultantes de acontecimentos naturais adversos têm um valor estimado de quase 1% do produto interno bruto (PIB),<sup>3</sup> e fizeram-se sentir rapidamente (CEM, 2023). Essas perdas devem-se sobretudo aos riscos de inundações, que representam

---

<sup>1</sup> O Índice de Países da ND-GAIN sintetiza a vulnerabilidade de um país às alterações climáticas e outros desafios mundiais, em combinação com a sua disponibilidade para melhorar a sua resiliência. Visa ajudar os governos, empresas e comunidades a estabelecer melhores prioridades para os seus investimentos, a fim de responder melhor aos desafios mundiais imediatos que temos pela frente. Quanto maior a classificação, melhor.

<sup>2</sup> A Maurícia, São Cristóvão e Nevis e Santa Lúcia ocupam, respetivamente, a 48.<sup>a</sup>, 58.<sup>a</sup> e 68.<sup>a</sup> posição no índice da Iniciativa de Adaptação Mundial da Universidade de Notre Dame.

<sup>3</sup> As perdas médias anuais correspondem às perdas diretas esperadas por ano, com base numa média dos valores entre 1980 e 2020. Abrangem inundações, secas, terramotos e erupções vulcânicas, tendo em conta apenas os padrões climáticos atuais.

quase 70% das perdas médias anuais agregadas, e baseiam-se nos padrões climáticos atuais. Há dois fatores estruturais que agravam os impactos negativos dos acontecimentos naturais adversos. O primeiro é a ausência de desenvolvimento urbano que tenha em conta as catástrofes naturais e o clima, o que resulta numa expansão constante das cidades e dos ativos físicos para zonas de risco e numa exposição constante dos ativos e das pessoas a acontecimentos naturais adversos. O segundo são as fracas capacidades das populações vulneráveis, em especial as que vivem em zonas rurais, de lidar com os acontecimentos. Sem esforços de adaptação, é de esperar que os impactos negativos e as perdas se agravem, à medida que as alterações climáticas se fazem sentir.

**3. Espera-se que as alterações climáticas tenham um impacto desproporcionado nos agregados familiares pobres de Cabo Verde, devido à maior exposição destes a riscos naturais, bem como à vulnerabilidade dos seus rendimentos.** Os dados de deteção remota e o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares de 2015 (IDRF-III) indicam que 67% da população vive numa zona passível de ser afetada por inundações pluviais capazes de provocar grandes danos. Os rendimentos dos agregados familiares pobres estão associados a setores que são muito afetados pelo impacto das alterações climáticas, aumentando assim a sua vulnerabilidade, como é o caso da agricultura. Prevê-se que as alterações climáticas reduzam o rendimento das culturas e do gado e provoquem *stress* térmico para os trabalhadores que trabalham sobretudo ao ar livre. Esta situação terá efeitos negativos na produtividade do trabalho, que poderão também reduzir a massa salarial dos trabalhadores agrícolas, gerando externalidades negativas que reduzem a procura local nas economias rurais, nas quais vivem 50% dos agregados familiares pobres.

**4. Assim, é essencial aumentar a resiliência do modelo de crescimento atual – e dos vetores de crescimento futuros.** O turismo é o motor do crescimento e continuará a ser o principal pilar da economia – com um Programa Operacional do Turismo (2022-2026) que apresenta políticas para uma oferta turística mais diversificada.<sup>4</sup> Além do turismo, conforme se refere no segundo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II), as autoridades estão a procurar uma diversificação económica gradual através de investimentos nos setores das tecnologias da informação e comunicação, da energia e da economia azul (incluindo as pescas).<sup>5</sup> As zonas costeiras – que são a espinha dorsal do setor do turismo e que albergam ecossistemas de pescas valiosos – estão cada vez mais expostas às alterações climáticas. Igualmente importante é a infraestrutura de transportes do país, que desempenha um papel vital no apoio à atividade económica. Embora as estimativas dos modelos do impacto das alterações climáticas no crescimento ainda estejam a ser elaboradas, a dependência da economia em relação a setores vulneráveis às alterações climáticas – e a exposição às mesmas dos vetores de crescimento potenciais – sugere que o impacto negativo na economia e nos meios de subsistência pode ser elevado, especialmente se não forem aplicadas rapidamente medidas de adaptação.

---

<sup>4</sup> O Programa Operacional do Turismo (2022-2026) visa catalisar mais fluxos turísticos para ilhas emergentes e para segmentos que não a oferta dominante de sol e praia, nomeadamente, os nichos cultural e de caminhadas/natureza.

<sup>5</sup> As intervenções na economia azul são norteadas pelo Plano Nacional de Investimento da Economia Azul, que enumera investimentos viabilizadores essenciais para aumentar o contributo económico sustentável das pescas e atividades conexas, com uma relação específica com o turismo.

## B. Políticas públicas e compromissos em termos de adaptação às alterações climáticas e dos domínios prioritários para o reforço da resiliência

**5. Cabo Verde dá provas de um forte empenho político para com o desenvolvimento sustentável e resiliente às alterações climáticas e fez avanços consideráveis no que toca a definir as suas prioridades.** O PEDS II, lançado em maio de 2023, dá grande atenção ao clima, através do seu pilar sobre descentralização, desenvolvimento regional e convergência territorial, incluindo a sustentabilidade ambiental, a resiliência climática, a biodiversidade e a geodiversidade. No seu contributo determinado a nível nacional (CDN) de abril de 2021, o Governo de Cabo Verde comprometeu-se a alcançar uma economia descarbonizada, com emissões líquidas zero, até 2050. Prevê-se que a ilha Brava funcione como piloto, visando concluir a descarbonização até 2040. Comprometeu-se também a reforçar a resiliência climática em seis setores prioritários: i) água; ii) agricultura; iii) oceanos e zonas costeiras; iv) ordenamento do território; v) redução do risco de catástrofes; e vi) saúde. No seu Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (NAP CV) 2022-2030, o Governo de Cabo Verde visa: i) criar um ambiente favorável para facilitar a integração da adaptação no planeamento e orçamentação; ii) melhorar a capacidade de gestão e de partilha de dados e de informação, de acesso à tecnologia e de financiamento para a adaptação; e iii) implementar ações de adaptação para uma maior resiliência dos mais vulneráveis. A Estratégia Nacional de Redução de Riscos de Desastres de Cabo Verde (ENRRD) 2018-2030 cria um quadro para a gestão de riscos, focado em prevenir desastres, minimizar os danos e perdas associados e evitar a criação de novos riscos. Com o CDN, o NAP CV e a ENRRD, o país criou o quadro necessário para gerar resiliência face a desastres e choques climáticos. O principal desafio no futuro é mobilizar financiamento para implementar as medidas e ações fulcrais às quais é dada prioridade nestes planos e compromissos.

**6. O Governo prevê investir na agrossilvicultura e na resiliência pastoral, com intervenções na reflorestação e na restauração de ecossistemas ambientais, dando prioridade à mobilização dos recursos hídricos associada a soluções de energia renovável descentralizada e reconhecendo ao mesmo tempo os desafios impostos pelo setor do turismo.** O Governo de Cabo Verde pretende reduzir a dependência da água da chuva (através da massificação da dessalinização da água do mar) e reforçar a economia hídrica circular (através da regeneração de águas utilizadas), sobretudo para utilização na agricultura, a fim de combater as adversidades climáticas e, desta forma, gerar estruturas resilientes. A rápida expansão do setor do turismo teve efeitos adversos nos recursos naturais e na biodiversidade marinha do país.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> O turismo é a espinha dorsal da economia cabo-verdiana, tendo sido esse o setor que mais impulsionou o crescimento económico ao longo das últimas três décadas.

**7. Os programas de gestão dos riscos de catástrofes e de proteção social adaptativa são ferramentas importantes para construir uma abordagem proativa para a gestão dos riscos e dos potenciais impactos dos choques relacionados com catástrofes e com as alterações climáticas na população.** O país passou progressivamente de um sistema de gestão dos riscos de catástrofes focado inicialmente na preparação para emergências e em atividades de resposta para uma abordagem mais abrangente à gestão dos riscos relacionados com catástrofes e com as alterações climáticas. Estas reformas melhoraram a capacidade institucional para desenvolver um sistema de planeamento territorial e setorial informado pelos riscos, com o objetivo de reduzir os riscos existentes e de evitar a criação de novos riscos. No mesmo sentido, o Ministério das Finanças assumiu um papel de liderança, aumentando proativamente a sua capacidade financeira para dar resposta a choques relacionados com catástrofes e com as alterações climáticas, através da criação do Fundo Nacional de Emergência (FNE), e reforçando a sua capacidade de gerir riscos orçamentais associados aos choques relacionados com catástrofes e com as alterações climáticas, ao abrigo do seu quadro mais alargado de gestão de riscos orçamentais, apoiado pelo primeiro e segundo financiamentos da política de desenvolvimento da gestão de riscos de catástrofes, mediante a criação de uma opção de saque diferido para catástrofes.

**8. O país depende em grande medida dos seus recursos oceânicos, especialmente nos setores do turismo e das pescas, com uma parte significativa da população dependente destes setores para a sua subsistência.** Embora o setor do turismo seja o principal pilar da economia cabo-verdiana, a sua rápida expansão afetou os recursos naturais e a biodiversidade marinha do país. O desenvolvimento concentrado resultou numa má gestão costeira e no aumento da pressão sobre o ambiente. Reconhecendo estes desafios, o Governo de Cabo Verde está agora a desenvolver ativamente um modelo de turismo mais diversificado, sustentável, inclusivo e resiliente, a fim de reduzir o impacto negativo no ambiente e, ao mesmo tempo, continuar a promover o crescimento económico.

**9. O setor das pescas desempenha um papel estratégico na economia de Cabo Verde. Trata-se de um setor crucial para as exportações do país, para a sua nutrição e para o bem-estar socioeconómico das comunidades piscatórias das zonas costeiras rurais.** Os produtos de peixe representam mais de 60% das exportações do país e são uma força dominante da indústria de transformação, contribuindo com 9% do PIB em 2021. Além disso, o peixe é a segunda mais importante fonte de micronutrientes e de proteína animal, após as aves de capoeira. O setor das pescas tem também um impacto substancial nas comunidades costeiras, especialmente nas mulheres, uma vez que 80% dos pescadores depende da pesca para a sua subsistência, sobretudo nas ilhas mais pequenas e menos abastadas. As alterações climáticas e o respetivo impacto nos ecossistemas haliêuticos representam uma ameaça às populações de peixes e desafiam a sustentabilidade do setor a longo prazo.

## C. Políticas públicas e compromissos relativos à atenuação das alterações climáticas e aos domínios prioritários para a redução das emissões de gases com efeito de estufa

**10. Embora Cabo Verde já tenha uma das taxas de emissão de gases com efeito de estufa *per capita* mais baixas do mundo,<sup>7</sup> assumiu um compromisso ambicioso de ação climática no seu CDN revisto.** A maioria das emissões de gases com efeito de estufa do país são geradas pelo setor da energia, especialmente nos transportes.<sup>8</sup> Prevendo-se que a crescente procura de energia atinja aproximadamente 364.000 toneladas de equivalente-petróleo até 2030, espera-se que as emissões associadas aumentem de 223 quilotoneladas em 2019 para 500 quilotoneladas de equivalente CO<sub>2</sub>, num cenário de base em que nada mude. Cabo Verde está a reagir, visando reduzir as emissões de gases com efeito de estufa até a um nível 18% inferior ao do cenário de base, ou até 24% se contar com apoio internacional adequado, para atingir o objetivo de uma economia descarbonizada e com emissões líquidas zero até 2050. Prevê-se que a ilha Brava funcione como piloto, visando concluir a descarbonização até 2040. Os esforços de atenuação focar-se-ão em aumentar a geração de energias renováveis, melhorar a eficiência energética, passar de transportes à base de combustíveis fósseis para transportes eletrificados e promover a restauração dos solos e o carbono azul.<sup>9</sup>

**11. O Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética foi lançado no âmbito do primeiro PEDS do país (2017-2021).** Visa concluir a transição para um setor energético seguro, eficiente e sustentável, reduzindo a dependência energética em relação aos combustíveis fósseis e assegurando o acesso universal e a segurança energética. Foca cinco domínios fulcrais: i) reforço das instituições e melhoria do ambiente de negócios; ii) reforma do mercado energético; iii) investimento em infraestruturas estratégicas; iv) desenvolvimento das energias renováveis; e v) promoção da eficiência energética. O plano é apoiado pelo Plano Diretor do Setor Elétrico (2018-2040), com o objetivo de que 54% da geração de eletricidade do país provenha de fontes de energia renovável variável até 2030. Atualmente, apenas 18% da geração de eletricidade provém destas fontes (31,1 MW, de um total atual de capacidade instalada de 176 MW). Os elevados riscos incorridos pelo comprador, o financiamento insuficiente e os incentivos destinados a atrair o setor privado, assim como projetos de energias renováveis de pequena dimensão, são alguns dos principais desafios que obstam ao desenvolvimento da energia renovável em grande escala. O Governo de Cabo Verde identificou investimentos de 518 milhões de euros para o período entre 2019 e 2030 para a integração de energias renováveis variáveis, o reforço e modernização da rede, um mecanismo de financiamento da atenuação de riscos, a geração descentralizada e a e-mobilidade. Espera-se que a maioria da capacidade de geração de energia renovável variável seja

<sup>7</sup> As emissões de gases com efeito de estufa *per capita* em Cabo Verde situavam-se pouco abaixo de 1 tonelada de equivalente de CO<sub>2</sub> em 2010.

<sup>8</sup> Prevê-se que o setor dos transportes gere a maior parte das emissões, com uma média de 373 quilotoneladas de equivalente de CO<sub>2</sub> por ano entre 2020 e 2030.

<sup>9</sup> Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis, 2015.

financiada pelo setor privado, sob a forma de produtores de energia independentes. Por conseguinte, reduzir o risco dos investimentos e agregar projetos pequenos para atrair o setor privado, assim como realizar investimentos na modernização e reforço da rede, no armazenamento e nos serviços complementares, são medidas essenciais para a transição energética de Cabo Verde.

## D. Outros desafios: financiamento, capacidade institucional e gestão de riscos

**12. Estão a ser envidados esforços para mobilizar financiamento, mas as necessidades são elevadas.** Cabo Verde tem sido pioneiro na região no que toca a uma série de instrumentos de financiamento da ação climática, como empréstimos de financiamento combinado, obrigações relativas a questões ambientais, sociais e de governação, obrigações azuis, obrigações sustentáveis e *swaps* de dívida por ações climáticas. Além disso, está a ponderar estruturas de monetização de créditos de carbono, bem como a criação de um Fundo de Investimento Climático.<sup>10</sup> Em 2019-20 foi investida uma média de 21 milhões de dólares dos EUA em atividades relacionadas com o clima pelo setor público, com um contributo marginal do setor privado (de apenas cerca de 2%). No entanto, isso continua a ser insuficiente, em comparação com os 213 milhões de dólares dos EUA necessários anualmente, conforme definido no mais recente CDN (cerca de 2 mil milhões de dólares dos EUA para o período 2020-2030). Dada a reduzida margem orçamental e o elevado nível de dívida pública, o investimento público terá de ser seletivo, pelo que o financiamento internacional e a participação do setor privado são cada vez mais importantes. Neste contexto, o reforço do papel do setor privado para impulsionar o investimento passa por aliviar importantes restrições transversais, nomeadamente: i) transportes e logística; ii) energia; e iii) ambiente de negócios, incluindo a concorrência.<sup>11</sup>

**13. Para que Cabo Verde atinja devidamente as suas metas em matéria de desenvolvimento e de clima, é necessário reforçar a capacidade institucional e alavancar novas fontes de financiamento, especialmente do setor privado.** Cabo Verde fez avanços importantes na promoção de um quadro para o financiamento climático, mas esse quadro ainda não foi plenamente implementado.<sup>12</sup> Além disso, os elevados custos de capital, devidos à perceção do risco e à dívida pública elevada, constituem um obstáculo à mobilização de investimentos do setor privado, pelo que será essencial proceder a reformas que deem resposta a esta situação. Para realizar as ambições de Cabo Verde em termos de desenvolvimento e de clima, poderá ser necessário fazer compromissos económicos e sociais. A mobilização de financiamento privado e público adequado e a geração de capacidades e

<sup>10</sup> *Country Focus Report 2023: Cabo Verde Mobilizing Private Sector Financing for Climate and Green Growth.*

<sup>11</sup> *Country Private Sector Diagnostic for Cabo Verde (2023).*

<sup>12</sup> Entre outras iniciativas, o Relatório de Diagnóstico Climático por País, que deverá ser publicado em breve, analisará se Cabo Verde dispõe de capacidades e de quadros institucionais e jurídicos suficientemente propícios para gerir a transição para vias de desenvolvimento resilientes e com baixas emissões de carbono.

conhecimentos técnicos locais para gerir uma transição justa podem reduzir os compromissos que seria necessário fazer e maximizar os resultados em termos de desenvolvimento.

**14. As interações entre a exclusão social e o impacto climático exigem que se visem as pessoas mais vulneráveis e que se mobilizem e melhorem as capacidades de adaptação das famílias e os sistemas e meios de subsistência resilientes.** A exclusão e a vulnerabilidade ao clima, em conjunto, agravam as pressões sobre o tecido social, gerando ciclos viciosos de pobreza, enfraquecendo a coesão social e agravando as tensões sociais e a volatilidade. Será essencial investir mais no capital humano do país, a fim de reforçar a resiliência face às alterações climáticas, bem como o grau de preparação da população para se adaptar e lidar com os desafios à medida que eles se colocam, bem como para aproveitar as oportunidades da transição. A criação de uma cultura de preparação para as alterações climáticas, especialmente através de reforços da educação e de programas de formação específicos, reforçaria as capacidades nacionais de resiliência climática. Para educar uma geração consciente das questões climáticas, é essencial começar cedo e inculcar valores de responsabilidade partilhada e de atenção ao ambiente. Num momento em que Cabo Verde prepara uma nova estratégia para o seu setor de desenvolvimento de competências, dar prioridade a programas que preparem os trabalhadores para carreiras em atividades de adaptação e tecnologias hipocarbónicas ("empregos verdes") constitui uma oportunidade para melhorar a futura competitividade do país.

**15. A disponibilidade de informações adequadas sobre catástrofes, perigos relacionados com o clima e riscos é essencial para a tomada de decisões que giram de forma eficaz os impactos das catástrofes naturais e das alterações climáticas.** Ter acesso a informação correta e atualizada sobre os potenciais perigos e riscos permite aos decisores fazer escolhas informadas e adotar medidas proativas que protejam as comunidades, as infraestruturas e o ambiente. A informação específica sobre perigos e riscos não só permite aos decisores estabelecer prioridades e afetar recursos de forma eficaz mas também, na medida em que permite compreender os potenciais impactos e vulnerabilidades associados aos diferentes perigos, permite identificar domínios e setores que requerem atenção e investimento urgentes. O acesso a informação exaustiva sobre perigos e riscos permite aos decisores desenvolverem estratégias de longo prazo para a resiliência e a adaptação. Este ponto é um desafio fulcral para o país, à medida que transita para um modelo de desenvolvimento e crescimento mais resiliente face às alterações climáticas.

## **E. Ação do Banco Mundial no domínio das alterações climáticas**

**16. A ação do Banco Mundial no domínio das alterações climáticas abrange tanto o financiamento como a assistência técnica.** Até à data, o Banco apoiou reformas para reforçar os quadros institucional e jurídico, a fim de assegurar um planeamento setorial e territorial que leve em conta os riscos e de aumentar a capacidade financeira de gerir os impactos de

catástrofes e de eventos climáticos.<sup>13</sup> O Banco está também a apoiar os atuais esforços das autoridades no sentido de reforçar a resiliência dos investimentos públicos face às alterações climáticas, o que passa por integrar considerações climáticas e de risco de catástrofes na avaliação de todos os novos projetos de investimento público.<sup>14</sup> A nível setorial, o Banco está a apoiar reformas destinadas a reforçar a resiliência climática de setores-chave, incluindo a energia, a economia azul e os transportes.<sup>15</sup> Desenvolve também atividade em setores importantes relacionados com as alterações climáticas, tendo prestado assistência técnica ao Governo de Cabo Verde sobre a opção de criar um fundo dedicado à natureza e ao clima, com vista a catalisar financiamento climático adicional de longo prazo e a baixo custo.

---

<sup>13</sup> Tal foi feito através da ação desenvolvida ao abrigo do [Empréstimo para políticas de desenvolvimento, com opção de saque diferido em caso de catástrofes, para financiamento de políticas de gestão de risco de catástrofes](#), bem como do [Segundo empréstimo para políticas de desenvolvimento para uma recuperação resiliente e equitativa, que inclui uma opção de saque diferido em caso de catástrofes](#) e que fornece fundos de contingência em caso de catástrofe.

<sup>14</sup> Esse apoio está a ser prestado através da *série de empréstimos para políticas de desenvolvimento para a margem orçamental e o crescimento sustentável*.

<sup>15</sup> Tal inclui o financiamento de projetos como o projeto *Energias Renováveis e Melhoria da Eficiência Energética nos Serviços Públicos* – com ênfase na promoção de energia fotovoltaica solar na rede – e o projeto *Turismo Resiliente e Desenvolvimento da Economia Azul* – destinado a lidar com a vulnerabilidade nos setores do turismo, das pescas e do meio urbano.

**Declaração de Afonso Bevilaqua, Administrador do FMI para Cabo Verde, de Bruno Saraiva, Administrador Suplente, e de Pedro Miranda, Conselheiro Sénior do Administrador**

**Reunião do Conselho de Administração  
11 de dezembro de 2023**

**Em nome das autoridades cabo-verdianas, agradecemos ao Senhor Tyson e à sua equipa pelo relatório exaustivo que elaboraram.** As autoridades apreciaram a estreita colaboração e o franco diálogo sobre políticas com os membros da equipa do FMI, nomeadamente através da missão de avaliação no âmbito da facilidade de crédito alargado, em outubro e novembro. Estes debates deram continuidade à cooperação proveitosa do FMI com as autoridades, que foi reforçada pela presença do recém-empossado Representante Residente do FMI em Praia, Rodrigo Garcia-Verdu, que não perdeu tempo a dar início às suas atividades.

Evolução económica recente e perspetivas

**Após a forte recuperação registada em 2021-22, o PIB continuou a crescer a um bom ritmo em 2023, antes de desacelerar, ao passo que a inflação baixou mais rapidamente do que o previsto.** No primeiro semestre de 2023, a taxa de crescimento homóloga registou uns robustos 5,8%, mas os indicadores disponíveis sugerem que a atividade económica abrandou no terceiro trimestre, devido sobretudo a um enfraquecimento da procura interna, em comparação com o trimestre anterior. O investimento baixou substancialmente devido a condições de financiamento mais restritivas e a preços elevados de construção e produção, ao passo que o consumo privado desacelerou, devido ao impacto da inflação no rendimento real. A conjuntura externa também foi menos benigna no terceiro trimestre, com uma desaceleração do crescimento na maioria dos parceiros comerciais. As condições orçamentais tornaram-se mais restritivas, tendo o saldo orçamental primário registado um excedente de 2,8 mil milhões de escudos cabo-verdianos (CVE) (1,1% do PIB) no primeiro semestre do ano, impulsionado por um crescimento robusto da receita. A inflação caiu significativamente, para 2,6% em setembro (variação homóloga), liderada pelo enfraquecimento da procura e a redução dos preços internacionais da energia e, em menor medida, dos produtos alimentares. Além disso, a inflação subjacente (excluindo os produtos alimentares e a energia) convergiu com os níveis internacionais. Dados preliminares indicam uma melhoria das contas externas no terceiro trimestre, com um aumento das reservas internacionais líquidas de 13 milhões de euros durante esse período.

**As perspetivas económicas continuam positivas, com um crescimento que está a convergir com o potencial, apesar de algumas incertezas e riscos associados, sobretudo, a choques exógenos.** A gestão macroeconómica eficaz e os progressos na agenda de reformas geraram condições favoráveis a um ritmo de desenvolvimento económico robusto e sustentável. Além disso, a agenda climática proporciona oportunidades para aumentar as taxas de crescimento do produto potencial. Todavia, por ser uma pequena economia insular, Cabo Verde é vulnerável a choques externos, incluindo os associados às alterações climáticas e à evolução das principais economias mundiais.

### Desempenho do programa

**A adesão ao programa e uma atitude resoluta estiveram na base de um desempenho notavelmente positivo.** Foram cumpridos todos os critérios de desempenho quantitativos, metas indicativas e indicadores de referência estruturais relativos a esta avaliação, alguns dos quais com margens muito substanciais. O desempenho mais forte do que o esperado no que toca às receitas e à contenção das despesas gerou um saldo orçamental primário no primeiro semestre do ano de quase 3 mil milhões de CVE acima da meta do programa. O forte desempenho orçamental continuou no terceiro trimestre, em que o setor público registou um excedente global de 2,6 mil milhões de CVE. O limite mínimo das reservas internacionais líquidas também foi excedido em quase 10%. A combinação de melhorias macroeconómicas e bom desempenho no programa comprova que o programa de Cabo Verde é um exemplo bem-sucedido de uma boa conceção, com uma condicionalidade bem direcionada, baseada nos planos do próprio governo e orientada para medidas essenciais para assegurar os resultados almejados. O pedido de modificação dos critérios de desempenho é puramente técnico e tem o apoio da equipa do FMI. A alteração do valor atual da nova dívida externa para o final de dezembro de 2023 é necessária, a fim de ter em conta um novo calendário de desembolsos do Banco Mundial, ao passo que a alteração relativa a outros passivos líquidos reflete a incerteza intrínseca das receitas provenientes de privatizações. O desembolso desbloqueado por esta avaliação apoiará a implementação das políticas e da agenda de reformas do governo no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável II 2022–2026 (PEDS II).

### Políticas orçamental e de endividamento

**Até à data, o desempenho orçamental deste ano surpreendeu pela positiva.** Graças ao excelente desempenho das receitas, o governo central registou um excedente primário substancial neste ano, até ao terceiro trimestre. A receita fiscal continuou a aumentar, a um ritmo acelerado de mais de 10% (15,7%, variação homóloga) no terceiro trimestre, ao passo

que o crescimento das despesas se limitou a 3,7% (variação homóloga) Mesmo que haja alguma variação no crescimento da receita até ao final do ano, juntamente com melhorias na execução orçamental, o saldo orçamental primário encerrará o ano com mais força do que se previa inicialmente, cumprindo os critérios de desempenho quantitativos com ampla margem.

**O orçamento para 2024 está em conformidade com os compromissos efetuados no âmbito do programa e proporcionará o resultado primário requerido sem pôr em risco as necessidades sociais e económicas.** A continuação da racionalização das despesas, nomeadamente através da redução de subsídios e de despesa fiscal, desempenhará um papel importante no desempenho orçamental no próximo ano. As autoridades estão também confiantes de que o crescimento do PIB e a cobrança de receitas formarão uma base para a obtenção de resultados mais positivos do que os esperados no orçamento de 2024. Além disso, estão a ser prometidos recursos para apoiar medidas coordenadas destinadas a cumprir a meta de erradicar a pobreza extrema até 2026. Através de recursos de carácter concessional, apoiar-se-á investimentos fulcrais em infraestruturas e capital humano, a fim de trazer a economia cabo-verdiana a uma nova era de desenvolvimento sustentável, equitativo e digital. Conscientes dos riscos colocados pelas empresas públicas, as autoridades estão plenamente empenhadas em acelerar reformas que levem a um setor das empresas públicas mais simples e eficiente. Estão também a avançar no reforço da monitorização e avaliação do desempenho das empresas públicas, com plataformas digitais integradas que permitirão uma gestão dessas empresas com base em dados concretos, reduzindo assim o risco de perdas recorrentes. A conclusão da reorganização da Cabo Verde Airlines (TACV) e a retoma do seu processo de privatização são objetivos importantes.

**Uma consolidação sustentada manterá a dívida pública em trajetória descendente.** A dívida chegou a quase 145% do PIB em 2021 e deverá ficar abaixo de 120% este ano, devido a esforços consistentes no sentido de aumentar os excedentes primários sem comprometer o crescimento do PIB. Além disso, estão a ser exploradas outras formas de reduzir o ónus da dívida, e as autoridades chegaram a um acordo de princípio com Portugal a fim de explorar a possibilidade de *swaps* de conversão da dívida em medidas de proteção ambiental. O objetivo para os próximos quatro anos é chegar a um rácio da dívida/PIB de menos de 100%, e continuar numa trajetória descendente até se chegar a um nível sustentável. O bom desempenho orçamental em 2023 e a implementação consistente da agenda de reformas permitem-nos estar otimistas quanto à possibilidade de atingir estes objetivos antes do previsto.

## Políticas monetária e financeira

**O Banco de Cabo Verde (BCV) tomou medidas para proteger a paridade cambial, reforçar a transmissão monetária e assegurar a estabilidade do setor financeiro.** As taxas de juro foram aumentadas este ano, para estreitar a diferença em relação ao Banco Central Europeu. O BCV acompanhará de perto a evolução da área do euro e ajustará a sua orientação em conformidade, a fim de evitar uma pressão indevida sobre as reservas internacionais. As reservas estão atualmente acima do intervalo-alvo de 5½ a 6 meses das importações projetadas. As autoridades estão a reforçar a transmissão monetária, anunciando, para tal, um calendário de leilões de obrigações e reforçando as capacidades estatísticas e analíticas, inclusive para previsões macroeconómicas.

**O setor financeiro de Cabo Verde deu provas de resiliência e continua estável, adequadamente capitalizado e líquido.** As autoridades terminaram um estudo exaustivo sobre as perdas e provisões relativas aos empréstimos no termo da moratória de crédito e concluíram que o sistema bancário está bem posicionado para resistir. Estão em curso mais trabalhos para reforçar os procedimentos de acompanhamento dos empréstimos improdutivos e para apoiar a resolução de empréstimos improdutivos relacionados com a crise. Serão aplicados novos testes de esforço duas vezes por ano, o que contribuirá para aumentar a resiliência do sistema financeiro. As autoridades tencionam igualmente elaborar uma estratégia nacional para as tecnologias financeiras (Fintech), com o apoio do Banco Mundial, a fim de fundar os alicerces de tecnologias financeiras que promovam a inovação e a concorrência e reduzam o custo das transações financeiras. Além disso, será apresentado à Assembleia Nacional, até meados do próximo ano, um projeto de lei destinado a alterar a Lei Orgânica do BCV em consonância com as recomendações da avaliação das salvaguardas do FMI, com o objetivo de reforçar a independência, responsabilização e transparência do banco central.

## Agenda de Reformas e Pedido ao Abrigo da Facilidade de Resiliência e Sustentabilidade

**Cabo Verde é um dos países do mundo mais vulneráveis às alterações climáticas, apesar de ser um dos emissores de gases com efeito de estufa *per capita* mais baixos** As características estruturais da economia insular de Cabo Verde, incluindo a descontinuidade territorial, a fragilidade dos ecossistemas e a escassez de água potável e de terra arável, aumentam a vulnerabilidade e os desafios de desenvolvimento. Esta situação é agravada pela dependência em relação às importações de produtos alimentares e energia. Recentemente, cinco anos de seca causaram reduções significativas da produção de alimentos, bem como a perda de pastagens, cujos efeitos foram agravados pelas

consequências económicas da pandemia e os efeitos dominó decorrentes da guerra na Ucrânia, levando a que 10% da população cabo-verdiana ficasse em situação de insegurança alimentar grave. As famílias mais pobres são as mais vulneráveis aos perigos das alterações climáticas, como a desertificação, a erosão e as inundações. A lenta subida do nível do mar e a perda de biodiversidade representam uma ameaça existencial para o arquipélago e exigem medidas e planeamento imediatos.

**A transição para uma economia verde e circular representa uma oportunidade para Cabo Verde.** Embora as atuais interligações entre a energia, a água e o clima sejam um fardo para o desenvolvimento de Cabo Verde, lidar com esta situação através da transformação da economia numa base sustentável representa uma oportunidade fulcral para o país. A transição para uma matriz energética baseada em fontes renováveis (solar e eólica) dará resposta à vulnerabilidade decorrente da dependência de combustíveis importados e permitirá uma dessalinização da água em grande escala, o que reduzirá a vulnerabilidade na produção de alimentos. A reutilização dos recursos hídricos será também uma parte fundamental desta economia transformada. Em última análise, mesmo que não constitua o foco principal da ação climática de Cabo Verde, a atenuação será um resultado dos esforços de transição previstos.

**A facilidade de resiliência e sustentabilidade alavancará recursos privados e de outros parceiros e apoiará uma agenda de reformas abrangente** A agenda climática está no centro do programa de reformas de Cabo Verde. A facilidade de resiliência e sustentabilidade abrangerá cinco principais domínios de reformas, nomeadamente: i) a governação da política de alterações climáticas; ii) os quadros de risco orçamental e de investimento público resiliente face ao clima; iii) políticas de promoção da eficiência e da transição energéticas; iv) planeamento a longo prazo dos recursos hídricos e impactos climáticos; e v) resiliência do setor financeiro face às alterações climáticas. Esta agenda de reformas é norteada por importantes diagnósticos do FMI e do Banco Mundial, incluindo a Avaliação da Gestão do Investimento Público Climático e a avaliação conjunta do FMI e do Banco Mundial das políticas sobre alterações climáticas, e está em conformidade com a Estratégia de Cabo Verde para o Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II). Apesar do carácter abrangente da agenda de reformas, o foco principal são as medidas essenciais para dar resposta aos principais desafios de desenvolvimento de Cabo Verde. Com efeito, estão já previstas muitas das medidas de promoção dessas reformas, e essas medidas serão apoiadas por outros parceiros para o desenvolvimento, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e agências bilaterais.

Observações finais

**Cabo Verde beneficiou de uma colaboração consistente com o FMI ao longo dos últimos anos.** Primeiro ao abrigo do Instrumento de Coordenação das Políticas e agora ao abrigo desta Facilidade de Crédito Alargado, a estabilização macroeconómica e os esforços de reforma de Cabo Verde têm sido apoiados por um diálogo franco e produtivo sobre políticas com o corpo técnico do FMI. O empenho resolutivo das autoridades e a sua elevada adesão às políticas e reformas estão na base do bom desempenho de Cabo Verde ao abrigo destes programas do FMI, mesmo num contexto em que o país enfrenta circunstâncias extremamente adversas. Apesar do desempenho económico auspicioso, há mais trabalho a fazer, e à agenda de reformas requerida pela Facilidade de Crédito Alargado vem agora juntar-se uma agenda de reformas abrangente e essencial, a fim de lidar com os desafios colocados pelas alterações climáticas. Estes são esforços que se complementam entre si, e as autoridades contam com o apoio continuado do FMI para atingir estas metas estratégicas essenciais.